

AUGUSTO CESAR BUONICORE

OS COMUNISTAS E A ESTRUTURA SINDICAL
CORPORATIVA (1948- 1952): ENTRE A
REFORMA E A RUPTURA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do IFCH-UNICAMP, sob a orientação
do Prof. Dr. Armando Boito Júnior.

Este Exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

_____/_____/_____

Banca:


Prof. Dr. Armando Boito Jr.


Prof. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo


Prof. Dr. Ricardo Antunes (Suplente)


Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Agosto/1996

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	01
RESUMO.....	03
INTRODUÇÃO.....	05
1. O Populismo.....	06
2. O Populismo Sindical.....	08
3. A Estrutura Sindical Brasileira.....	11
1º PARTE : POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1949 E 1950	
I. Considerações Sobre a Política Geral do PCB entre 1948 e 1950.....	15
1. O Papel da Burguesia na Revolução Agrária- Antiimperialista e a Política de Alianças dos Comunistas.....	15
1.a. A Burguesia Industrial e a Legalidade do PCB.....	17
1.b. A Burguesia Industrial e o Plano Marshall.....	18
1.c. Comunistas e Burgueses.....	20
2. O Governo Dutra e o Bloco no Poder.....	24
3. O Governo Dutra e o Movimento Operário.....	28
4. O Manifesto de Agosto	32
5. O PCB e as Eleições de 1950.....	35
6. As Conseqüências da Política do PCB sobre a Linha Sindical.....	42

II. A Política Sindical do PCB entre 1948 e 1950.....	44
1. Uma Introdução.....	44
2. O Manifesto de Janeiro de 1948 e a Nova Política Sindical Comunista.....	48
3. Sindicatos Oficiais e Associações Profissionais.....	50
4. Porquê as Associações Profissionais?.....	61
5. O Esvaziamento dos Sindicatos Oficiais.....	65
6. As Eleições Sindicais de 1950.....	69
7. Associações Livres e Movimento Operário.....	78
8. As organizações livres e as Greves.....	81
9. A Luta Contra o Imposto Sindical.....	85
10. O Projeto Mangabeira.....	91
11. Unicidade e Liberdade Sindical no Brasil.....	98
2ª PARTE: POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1951 E 1952	
IV. O PCB e o II Governo Vargas.....	107
1. A Candidatura Vargas.....	107
2. Sob a Guarda Norte-Americana.....	111
3. A IV Conferência dos Chanceleres.....	112
4. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.....	113
5. Repressão aos Militares Nacionalistas.....	116
6. O Acordo Militar e a Guerra na Coréia.....	118

7. A Burguesia e o Governo Vargas	121
8. A Assessoria Econômica da Presidência da República....	124
9. O Projeto Petrobrás e as mudanças na correlação de forças entre as frações das classes dominantes.....	125
V. A Política Sindical do PCB entre 1951 e 1952.....	129
1. O PCB e o Novo Governo de Vargas.....	129
2. Vargas e as Intervenções Sindicais.....	131
3. Eleições e Intervenções no Sindicatos dos Trabalhadores da Carris Urbanos do Distrito Federal.....	133
4. Eleição e Intervenção no Sindicato dos Hoteleiros do Distrito Federal.....	134
5. Eleições e Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal.....	135
6. Eleições e Intervenção no Sindicato dos Gráficos de São Paulo.....	140
7. Vargas e o Atestado Ideológico.....	142
8. O Fechamento da Associação dos Trabalhadores de Barretos.....	146
9. Repressão ao Movimento Sindical.....	148
10. O Fim do Atestado Ideológico.....	150
11. A Sindicalização de Vargas.....	151
12. O PCB e a Sindicalização em Massa.....	153
13. Os Comunistas e a Filiação a CIOLS.....	159
14. A Autocrítica Sindical de Junho de 1952.....	161
15. Conselho Sindical ou Comissão Sindical	167

16. Uniões Sindicais e o CISCAI.....	169
17. A Luta Contra o Imposto Sindical.....	172
18. O Ascenso Grevista e o Governo Vargas.....	176
19. Os Comunistas e a Lei Sindical.....	181
20. Os Comunistas e a Pluralidade Sindical.....	182
21. Os Ministerialistas e a Unicidade Sindical.....	189

CONCLUSÕES

1. A Política Sindical Comunista e o Populismo Sindical.	193
2. Uma Linha Sindical em Transformação.....	197

ANEXOS

1. Levantamento Provisório das Organizações de Caráter Sindical Não Vinculadas a Estrutura Sindical Oficial.....	200
2. Levantamento Provisório das Greves ocorridas entre 1948 e 1952.....	219

BIBLIOGRAFIA	252
--------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças a colaboração de dezenas de amigos que, nesses anos de militância política e sindical, me ajudaram na escolha do caminho, na elucidação de inúmeros problemas práticos e teóricos e na colocação de novos problemas a serem resolvidos. Sem eles talvez não tivesse chegado até aqui.

Devo agradecer, especialmente, aos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas que, compreendendo a importância da prática-teórica, me permitiram escapar de muitas tarefas do cotidiano sindical e assim pudesse dedicar um maior tempo à pesquisa e à redação desta dissertação. O mesmo agradecimento deve ser estendido à direção municipal do Partido Comunista do Brasil.

Agradecimento especial ao meu orientador prof. Armando Boito Jr, pela sua inestimável colaboração teórica que possibilitou-me cumprir todos os prazos e chegar à defesa da tese.

Aos professores Ricardo Antunes e Angela Carneiro de Araújo pela leitura atenta da primeira parte de minha dissertação e pelas valiosas sugestões apresentadas. Suas críticas contribuíram para correção de alguns "furos" metodológicos e teóricos e possibilitaram que fosse dada uma unidade maior ao trabalho agora apresentado.

Não podia deixar de agradecer a todo o pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH-Unicamp) pela gentileza e presteza com que me atenderam. Sem a sua colaboração não poderia ter concluído esse trabalho a contento.

Agradeço também a CAPES. Sem o seu apoio financeiro o trabalho de pesquisa e de redação não teria sido possível.

Gostaria de agradecer à Márcia M. Boschi pelos "bate-papos", nos quais as nossas divergências permitiram precisar as minhas próprias opiniões sobre papel da burguesia industrial na conjuntura pós-45.

A minha companheira Sônia pela paciência durante esses últimos anos de pesquisa e redação e pela ajuda prestada na reta final. E por fim um agradecimento a meus pais, especialmente à Dolores, pois sem a sua dedicação em garantir-me uma boa educação, a jornada teria sido muito mais difícil.

RESUMO

Este trabalho analisa a política sindical do PCB entre 1948 e 1952, especialmente as suas posições em relação a estrutura sindical estatal criada no pós-30.

Além do estudo da bibliografia referente à política do PCB no período, me concentrei nos documentos oficiais do próprio partido e na sua imprensa. Constatei uma contradição entre o conjunto das memórias dos militantes comunistas, que serviram de base para a construção de uma história do PCB, e os documentos produzidos por esse mesmo partido no período.

A principal característica de toda essa produção é uma avaliação bastante negativa da política sindical do PCB neste período. As principais críticas se dirigem às tentativas de formação de associações profissionais à margem da estrutura sindical oficial. Essa política teria sido, segundo esses autores, responsável pela perda de influência dos comunistas junto às massas trabalhadoras urbanas.

Porém, os meus estudos sobre a política sindical do PCB me levaram a conclusões bastante diversas. Primeiro, podemos afirmar que a política de construção de organizações de trabalhadores à margem da estrutura sindical oficial não teve como objetivo a construção de uma outra estrutura sindical paralela de caráter permanente. Essa foi a forma encontrada para acumular forças no sentido de reconquistar os sindicatos oficiais.

A minha pesquisa não indicou também que a política adotada pelos comunistas tenha sido diretamente responsável pela descenso da luta de massas e pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos. Em geral tais teses tenderam a subestimar o papel desempenhado pela repressão ao movimento operário durante o governo Dutra e superestimar a adesão ao sindicato oficial.

Minha tese aponta no sentido oposto: sustento que, nas condições colocadas para o movimento operário naquela conjuntura, a constituição de associações profissionais e de

organizações autônomas nos locais de trabalho foi a melhor forma de manter os trabalhadores minimamente organizados.

Sustento também que não seria correta a visão de que nos sindicatos oficiais estivessem as massas operárias e que, portanto, as associações livres seriam entidades paralelas e divisionistas e por esse motivo não atraíam os trabalhadores.

Concluo que este foi o período em que os comunistas chegaram mais perto de romper com o que se convencionou chamar de ideologia do populismo sindical. Mas, a conjuntura, no geral, desfavorável para a classe operária (aumento da repressão) e os limites da crítica comunista à estrutura sindical estatal (como indica a sua omissão quanto aos mecanismos de outorga) impossibilitaram que os comunistas pudessem substituir essa estrutura corporativa e tutelada por uma outra assentada no sindicalismo livre.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de um interesse bastante particular determinado pela minha relação com o movimento sindical. Interesse em desvendar as possibilidades e os limites da ação dos trabalhadores dentro da estrutura sindical oficial.

Acredito que as pistas para resolução, ainda que parcial, desse problema se encontram na própria história do movimento operário brasileiro, no estudo de suas experiências organizatórias (políticas e sindicais). Nesse sentido as conjunturas entre 1948 e 1952 são emblemáticas. Foi nesse período que os comunistas chegaram mais perto de romper com a ideologia do populismo sindical, ideologia que cimenta e dá vida a estrutura sindical estatal brasileira.

A escolha por concentrar o meus estudos sobre a política sindical do PCB, particularmente a sua posição em relação a estrutura sindical oficial, se deve ao fato de que é impossível analisar o movimento contestatório das massas operárias, em especial a sua intervenção na conjuntura, sem que analisemos também a política e a prática das organizações que, no período, mais se imbricaram com o movimento operário. E não há dúvida que o partido que mais se relacionou com a classe operária, se constituindo como uma de suas principais organizações políticas, foi o Partido Comunista do Brasil.

Entre 1948 e 1952, o PCB adotou uma posição de oposição frontal aos governos Dutra e Vargas e isso refletiu, em certo sentido, na sua política sindical. Fora dos sindicatos oficiais os comunistas passaram a incentivar a criação de comissões de empresas (sob as mais diversas denominações) e se tornaram os principais animadores da idéia de formação das associações profissionais à margem da estrutura sindical oficial. O PCB, através da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, dirigiu campanha ativa contra o imposto sindical e de denúncia contra a Justiça do Trabalho e o mecanismo do dissídio coletivo. Essa linha sindical será gradativamente abandonada à partir de 1951.

Essa, sem dúvida, foi uma experiência isolada na história do movimento operário e sindical brasileiro no pós-

35. Sua excepcionalidade, porém, não lhe tira a importância; pelo contrário, lhe ressalta o valor e aguça o nosso interesse em aprofundar o estudo sobre essa fase obscura do movimento sindical brasileiro.

1. O POPULISMO

É impossível analisar o "bloco no poder" e suas relações com as classes populares no pós-30 sem ter em conta o fenômeno que se convencionou denominar de populismo, sua ideologia e as práticas por ela engendradas.

As condições históricas particulares em que se deu a revolução de 30 levaram ao surgimento de um Estado cuja composição política interligou as oligarquias agrárias dissidentes, a nascente burguesia industrial e as categorias sociais de Estado (burocracia civil e militar). A nova correlação de forças acabou excluindo a possibilidade de uma hegemonia política de uma das forças sociais integrantes do bloco no poder.

O equilíbrio instável de forças entre as diversas frações das classes proprietárias possibilitou uma maior autonomia da burocracia estatal (civil e militar), permitindo-lhe aplicar uma política industrialista, que por sua vez refletiria na correlação de forças dentro do próprio bloco no poder.

A postura industrialista da burocracia estatal tem por base a crise aguda vivida pelo capitalismo agro-mercantil após 1929, que reforçou consideravelmente as suas disposições ideológicas particulares. (Saes, 1985:98)

A política de desenvolvimento implementada pela burocracia estatal (industrialização mais incorporação das massas populares) não coincide inteiramente com os interesses de nenhuma das classes e frações de classes participantes do bloco no poder. Embora, a médio prazo, os aspectos industrializante dessa política beneficie a fração industrial da burguesia.

Isso tudo não deve nos levar a crer, como afirma Décio Saes, que essa composição de forças seja algo estável. No curso deste período houve, no interior do bloco político

dominante, um deslocamento progressivo num sentido favorável às forças industrialistas.

No entanto, podemos constatar, em conjunturas de crise do populismo, rompendo com a tendência geral, um recuo das forças industrialistas. Esses recuos se devem geralmente a um abandono "voluntário" das posições assumidas pela burguesia industrial dentro do Estado diante do avanço e da radicalização das lutas operárias e populares.

O recuo desequilibra a correlação de forças dentro do bloco no poder favoravelmente às forças antiindustrialistas. Mas esses momentos foram raros e não foram suficientes para mudar a tendência geral. Essa constatação é importante para entendermos, em parte, a política adotada durante o governo Dutra em relação a classe operária e suas organizações.

Mas o maior acontecimento do pós-30 foi a tentativa de incorporação, de maneira subordinada, das massas populares urbanas ao Estado e a constituição de uma base social (popular) de apoio ao projeto de desenvolvimento industrial engendrado pela burocracia estatal. O equilíbrio instável do novo bloco no poder fez com que a burocracia de Estado buscasse a sua própria base de apoio que só pode ser encontrada nos setores sociais constituído a partir do processo de urbanização e de crescimento industrial, ou seja, nas chamadas massas urbanas (baixas classes médias e classe operária).

O fato de que parte significativa da burocracia de Estado ser originária das classes médias urbanas criou as condições para um reconhecimento (representação subjetiva) dessas classes com a própria burocracia de Estado, especialmente com os tenentes. Esse reconhecimento pode ser constatado pelo amplo apoio das baixas classes médias urbanas ao movimento tenentista na década de 20. Existe uma afinidade de interesses quanto ao processo de industrialização e expansão da própria máquina estatal (e do emprego público).

Estabelece-se então uma política bifronte que se assenta simultaneamente na integração e na manipulação dos trabalhadores. Os meios privilegiados nesse processo de integração/manipulação foram a legislação trabalhista e a estrutura sindical oficial.

Contraditoriamente é na forma em que se dá a integração/rejeição da classe operária ao Estado que deve ser procurada as raízes mais profundas das crises políticas no período e as possibilidades para o rompimento, ainda que provisório, com a ideologia populista.

Mesmo a pressão através do sindicalismo oficial obriga, em certas conjunturas, o Estado a ultrapassar a linha demarcatória imposta pelo pacto populista, sobre a qual mantém-se equilibrado o condomínio do poder. (Saes, 1985:105) Essa linha demarcatória é a "política da ordem".

A incapacidade dos governos populistas em conter a ascensão política das massas, em especial da classe operária, leva-os a enfrentar um crise insolúvel que ocasionará a sua derrota em 1964. A particularidade da conjuntura de 1948 a 1952 é que a pressão operária veio, fundamentalmente, de fora da estrutura sindical oficial.

2. A IDEOLOGIA DO POPULISMO SINDICAL

Os professores Francisco Weffort (Weffort, 1972) e Décio Saes (Saes, 1985) deram grandes contribuições no desvendamento do fenômeno do populismo. A maior contribuição desses dois autores foi, contrapondo-se às análises dos liberais, constatarem o caráter de classe da ideologia populista e afirmarem que ela é o resultado de condições históricas concretas, reflexo da luta de classes.

O populismo enquanto ideologia seria a expressão das camadas médias urbanas já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias e, em certo sentido, em contradição com elas. A ideologia populista tem como essência o chamado "culto do Estado Protetor", representa uma identificação particular dessas camadas com o aparelho de Estado burguês, graças a sua localização particular no sistema de produção capitalista.

A conseqüência prática dessa ideologia, seu reflexo na ação política, é uma redução da possibilidade da pequena burguesia se constituir em força social autônoma. Portanto joga um papel desorganizador de sua ação enquanto classe.

O caráter embrionário das novas relações de classe, gerada pelo rápido desenvolvimento do processo de industrialização no pós-30, permitiu que a ideologia

populista penetrasse na jovem classe operária ainda em formação e se transformasse em uma de suas formas mais importantes de expressão, ainda que heterônoma. (Saes, 1985:93)

Isso não nos deve levar a falsa conclusão de que a ideologia populista homogeneíza a classe operária e a pequena burguesia. Weffort já apontava que o conteúdo da ideologia se modifica, dentro de determinados limites, em função dos grupos sociais aos quais se endereça, grupos que se diferenciam fundamentalmente pela localização no processo de produção capitalista.

Isso explica porque durante o período de domínio do populismo (1930-1964) tenha sido o proletariado urbano a impôr as maiores resistências a assimilação ao populismo e tenha sido por ali que sempre se abriu as principais fissuras, que puseram em risco o "Estado de Compromisso" e a ideologia que mantinha as classes populares ligadas a ele, ainda que de maneira subordinada.

Como já afirmamos a ideologia populista tem um papel desorganizador da ação autônoma das classes populares. Seu reflexo no plano específico do movimento sindical se constitui em algo que poderemos, a grosso modo, seguindo as indicações de Armando Boito Jr., denominar de "ideologia do populismo sindical"; uma variante, manifestação localizada, do mito pequeno-burguês do "Estado protetor".

A essência dessa ideologia particular é a crença de que caberia ao Estado organizar os trabalhadores e se manifestaria no "apego ao Estatuto do monopólio legal da representação sindical". (Boito, 1991:65)

Segundo Boito, o atrelamento dos sindicatos ao Estado não pode ser explicado apenas pelas medidas repressivas. Esta dependência se reproduziria também graças a dominância da ideologia populista no seio das massas populares urbanas (baixas classes médias e classe operária). (Boito, 1991:158 e 1980:32)

Como já afirmamos, a ideologia populista no seu extremo leva a impossibilidade da expressão/organização da classe enquanto classe, avesso a toda organização mesmo corporativa. Mas na sua variante sindical a organização corporativa não está excluída, pelo contrário, essa

organização se converte em uma necessidade - uma forma específica de integração das classes populares urbanas ao Estado.

Mas qual organização engendra a ideologia do populismo sindical? Uma organização que exclua toda e qualquer política partidária de caráter classista, exclusão da "política" do sindicato. Propugna também por um sindicalismo "sem ideologia", neutro. Em outras palavras, a ideologia populista separa de maneira estanque a luta sindical (corporativa) e a luta política, especialmente a partidária. A única possibilidade de mobilização é aquela em defesa das reivindicações econômicas e geralmente, não exclusivamente, sob a forma de súplicas ao Estado mediador/protetor.

Décio Saes constata: "o populismo articula o ativismo reivindicatório (plano econômico sindical) à inércia político-partidária, essa se constituindo na expressão mais visível do seu caráter estatista". (Saes, 1985:227-228)

A ideologia do populismo sindical, segundo Boito, permite inclusive a contestação aos efeitos "mais nocivos" - mecanismos mais autoritários - da estrutura sindical, mas essa alusão (aos efeitos) é também uma ilusão (sobre as estruturas). (Boito, 1985:128)

A predominância da ideologia populista no seio das baixas classes médias, e a sua propagação junto a jovem classe operária, se deve a própria forma em que se deram as transformações burguesas no País. Essas transformações, dirigidas pela burocracia de Estado, se deram fundamentalmente pela via reformista (reformismo pelo alto) e seu conteúdo permaneceu nos marcos de um certo conservadorismo (mantendo-se a estrutura agrária, a dependência externa e o controle da classe operária). A chamada Revolução de 30, embora contasse com o apoio difuso das massas populares urbanas, não foi fruto de sua ação direta.

O fenômeno do Bonapartismo na França, analisado por Marx, também se assemelha ao fenômeno do Populismo no Brasil. Os dois são frutos de um certo equilíbrio de forças entre as diversas classes e frações de classe. No caso francês, um equilíbrio entre o proletariado e a burguesia; no caso brasileiro, um equilíbrio entre as diversas frações das classes proprietárias. Esse equilíbrio cria as condições

para que a burocracia de Estado adquira maior autonomia. Mas para manter essa autonomia é preciso encontrar uma base social de apoio que, no caso francês, foi encontrada no camponês (pequeno proprietário rural) e no caso brasileiro, nas baixas classes médias urbanas e no jovem proletariado em formação.

A diferença fundamental entre os dois modelos é que no Brasil a ideologia estatista teve um conteúdo também reformista (industrializante), que buscou incorporar setores das classes populares, inclusive, atendendo algumas de suas demandas (direitos sociais, reajustes salariais). A mobilização popular, ainda que difusa, fez parte do jogo dos governos e políticos populistas. Na França o Bonapartismo possuía um conteúdo eminente conservador, contra-revolucionário, assentava-se nas camadas atrasadas (e conservadoras) do camponês francês. Louis Bonaparte não atendeu nenhuma das aspirações da pequena-burguesia francesa que havia lhe servido de base de apoio.

3. A ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA

A estrutura sindical brasileira, ainda imperante entre 1948 e 1952, começou a ser construída no imediato pós-30. Ela se assentou sobre os escombros do sindicalismo livre das primeiras décadas deste século. Foi imposta aos setores mais avançados das classes trabalhadoras urbanas; mas, por outro lado, correspondeu às aspirações de setores desorganizados dessas classes, especialmente os assalariados de classe média, sem tradição de organização. (Saes, 1980)

No início de 1931, o governo provisório, encabeçado por Vargas, baixou o decreto nº 19.770, dando os primeiros passos para a criação de um sistema sindical corporativo, que se organiza verticalmente e por categorias profissionais. A repressão que se seguiu ao levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935 pôs fim aos últimos vestígios do sindicalismo livre em nosso país.

Em 1939, visando reforçar o atrelamento dos sindicatos ao Estado, promulgou-se o Decreto-Lei nº 1.402 que criava o enquadramento sindical. O Estado outorgava-se o direito de reconhecer a qual categoria profissional os trabalhadores

deveriam, necessariamente, pertencer com o fim de organização sindical. No mesmo ano é criado o Imposto Sindical e com ele surgem novos mecanismos de controle sobre a administração dos sindicatos.

A nova estrutura sindical consolidou-se em 1943 com a edição do Decreto-Lei nº 5.542, que denominou-se Consolidação das Leis do Trabalho. Constituíam-se, assim, uma estrutura sindical integrada ao Estado brasileiro. A Constituinte de 1946 não alterou a estrutura sindical e manteve todos os instrumentos que mantinham os sindicatos atrelados ao Estado, mantendo-se a necessidade da outorga sindical por parte do Ministério do Trabalho, a unicidade sindical e o imposto sindical.

Para o professor Armando Boito Jr. a estrutura sindical brasileira se constitui enquanto um conjunto de aparelhos (sindicatos oficiais, federações, confederações, Justiça do Trabalho). O aparelho do sindicato oficial seria apenas um ramo subalterno do aparelho burocrático, ou seja, um aparelho subordinado às cúpulas do aparelho de Estado. Portanto não seria correto afirmar que esse sindicato seria um órgão separado do Estado, e controlado de fora por ele.

O elemento essencial, segundo ele, para a definição do sindicato oficial no Brasil, e portanto da própria estrutura sindical, seria a necessidade da investidura sindical, ato pelo qual o Estado concede representatividade, e legitimidade, a uma entidade para que ela possa representar legalmente determinada parcela das classes trabalhadoras. Todos os demais componentes da estrutura sindical (unicidade, imposto sindical etc) dependeria desse único pressuposto: a necessidade do reconhecimento estatal. (Boito, 1991:26-27)

A unicidade sindical, o monopólio legal da representação sindical, teria nessa estrutura um papel de facilitar o controle estatal visto que a possibilidade de mais de um sindicato por categoria poderia gerar uma disputa de representação junto as bases dos trabalhadores de difícil controle para burocracia do Ministério do Trabalho. Mas é bom frizarmos que o sistema de reconhecimento, e de tutela estatal, pode se manter num sistema de pluralidade. Em certo sentido foi o que fez a constituição de 1934 e era, como veremos, o que previa o projeto Mangabeira de 1948.

A criação do Imposto Sindical cumpre um importante papel na ativação do projeto de estrutura sindical, ele ajuda a dar vida aos sindicatos oficiais. O Imposto Sindical constituiria um poder tributário típico dos ramos do aparelho de Estado, havia sido criado para dinamizar a estrutura sindical estatal, possibilitando que ela pudesse assumir funções assistenciais.

Portanto, o imposto sindical não é uma condição necessária da dependência do sindicato ao Estado. Pois como já afirmamos ele nasce depois de criado o sindicato oficial no país. Mas a sua criação dinamizará este novo sindicato, se constituindo em uma peça chave no processo de incorporação das massas operárias. Por outro lado, todos esses mecanismos da estrutura sindical (unicidade, imposto sindical) acabam contribuindo para difusão da ideologia populista entre os trabalhadores, reforçando a idéia de que cabe ao Estado organizar e garantir política e financeiramente as suas entidades de classe. O sindicalismo de Estado cumpriria assim um papel desorganizador da classe trabalhadora.

Concordo com a opinião de Armando Boito sobre o papel desorganizador desempenhado pela estrutura sindical brasileira e concordo, em tese, que a eliminação dos mecanismos de outorga seja condição essencial para a conquista da liberdade sindical. É mais do que claro para mim que a estrutura sindical corporativa impõe limites a ação sindical classista e alguns desses limites são, em certo sentido, intransponíveis.

Isso não significa dizer que a estrutura sindical oficial impossibilita que a luta de classe desabroche no seu interior. A pressão operária sobre o sindicalismo oficial, em diversos momentos, fez com que este implementasse essa luta em níveis consideráveis, chegando mesmo em algumas conjunturas a desequilibrar a correlação de forças dentro do bloco no poder.

Não foi sem motivo que importantes setores das classes proprietárias criticaram a política populista por incrementar as lutas de classes. A estrutura em si não pode impedir que isso ocorra, nem mesmo o sindicatos oficiais fascistas conseguiram neutralizar a luta da classe operária, e em alguns momentos, ainda que raros, serviram de canais de

expressão das demandas corporativas dos trabalhadores italianos. (Togliatti, 1978)

Mas, sem dúvida, para elevar a luta de classes para um patamar superior, revolucionário, é preciso superar/quebrar essa estrutura. A estrutura sindical oficial brasileira tem uma grau de elasticidade que permite a sua utilização pelos setores de esquerda no sentido de travar a luta econômica corporativa e mesmo a luta política institucional, mas, com certeza, esta estrutura é menos elástica do que pensa a maioria dos teóricos e militantes sindicais.

No período que vai de 1948 a 1950 a estrutura sindical oficial estabeleceu um controle rigoroso não abrindo nenhuma possibilidade de utilização dos sindicatos oficiais para que fossem travadas lutas de caráter econômico. À partir de 1951 temos uma abertura gradual, e controlada, da estrutura sindical para reingresso das correntes não ministerialistas. O sindicatos oficiais passam a canalizar, ainda que de maneira limitada, as demandas dos trabalhadores urbanos.

A estrutura que fora consolidada durante a ditadura do Estado Novo serviria muito bem à democracia restrita imposta por Dutra. Como serviria bem à democracia ampliada após 1951 até 1964. As correlações de forças dentro do bloco no poder e na sociedade brasileira, determinadas pelos níveis atingidos pelas lutas de classes, faria com que o Estado aplicasse com maior ou menor liberalidade os mecanismos de controle e tutela da legislação trabalhista, sem alterar o conteúdo da estrutura sindical oficial.

1º PARTE: POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1949 E 1950

I. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA

DO PCB ENTRE 1948 E 1950

1. O PAPEL DA BURGUESIA NA REVOLUÇÃO AGRÁRIA-ANTIIMPERIALISTA E A POLÍTICA DE ALIANÇAS DOS COMUNISTAS.

No final de 1947 às vésperas da Conferência dos nove Partidos Comunistas que daria origem ao Cominform, os comunistas brasileiros embora tivessem radicalizado o seu discurso ainda não haviam mudado, no essencial, sua visão sobre o papel da burguesia nacional na "revolução anti-feudal e anti-imperialista" e sobre a necessidade de uma "política de União Nacional".

Prestes, em artigo publicado em setembro de 1947, expressaria a posição dos comunistas sobre o governo Dutra. Para ele a ofensiva contra a legalidade do partido e a democracia recém instaurada partia de um "pequeno grupo reacionário" que cercava o presidente Dutra. Este último seria um elemento vacilante que poderia ser ganho para a causa democrática.

Os comunistas haviam suspenso a campanha pela renúncia de Dutra, iniciada logo após a "ilegalização" do partido no início de 1947. Afirma Prestes:

"Diante da vacilação de Dutra, busca então o grupo militar-fascista a provocação golpista contra os comunistas, na tentativa de arrancar do sr. Dutra novas medidas reacionárias (...) Foi essa modificação evidente da situação política que nos levou a fazer passar para um segundo plano a luta pela renúncia de Dutra, a fim de melhor utilizar as novas possibilidades de União Nacional contra o pequeno grupo militar-fascista e desmascarar por completo seus boatos alarmistas e mentirosos de pretensos golpes e conspirações comunistas." (Prestes, L. C.,

"Participemos ativamente da eleições municipais" in Problemas, nº2, setembro de 47)

Esta posição dos comunistas estava ligada a uma interpretação sobre a conjuntura internacional na qual a contradição principal não era ainda entre o chamado campo da paz e do socialismo, dirigido pela URSS, e o campo imperialista, encabeçado pelos EUA. Para o líder comunista Carlos Mariguella a contradição dominante, naquele momento, era aquela que colocava, de um lado, o imperialismo norte-americano e de outro os povos coloniais, o povo americano e as próprias nações capitalistas que passaram a ficar dependentes dos Estado Unidos. Esta contradição principal faria fracassar as tentativas norte-americanas para isolar a URSS, que encontrava aliados mesmo entre as nações capitalistas que viam a sua soberania nacional ameaçada. (Mariguella, C., "Nossa Política" in Problemas, nº3 de Outubro de 1947).

Essa interpretação da conjuntura internacional dava ampla margem para que ainda se mantivessem certas ilusões quanto a possibilidade de constituição de uma política de "União Nacional" com setores da burguesia, particularmente com a burguesia industrial.

Em novembro, às vésperas do "Manifesto de Janeiro de 1948", os comunistas embora alterassem a sua posição em relação ao caráter do governo Dutra, que passava a ser definido como uma "ditadura terrorista", continuavam presos à velha fórmula de uma "união nacional" que abarcasse "desde a classe dominante até o proletariado", só que desta vez contra "ditadura terrorista" de Dutra.

Para Mariguella o governo "fascista" de Dutra estava completamente isolado e não contava nem com o "apoio do partido que o levou ao poder" e conclui: "o grupo fascista pensou eliminar o Partido Comunista, cassando-lhe o registro eleitoral, mas hoje nos achamos em pleno caminho da legalidade." (Mariguella, C., "Nossa Política" in Problemas, nº 4, novembro de 1947)

Não é preciso realçar o quanto estavam errados os comunistas. Dois meses depois, no Congresso Nacional, uma tranqüila maioria cassava os mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB, sob aplausos do conjunto das

classes proprietárias, especialmente da burguesia industrial, a qual os comunistas contavam como aliada. No mesmo período era formado o "Acordo Inter-Partidário", que unia o PSD e a UDN (além do pequeno PRP). E Dutra, ao contrário das previsões catastróficas dos comunistas, passaria a governar quase sem oposição parlamentar.

A posição assumida pela burguesia industrial brasileira em relação ao Plano Marshall e ao imperialismo norte-americano no novo quadro mundial e, particularmente, a sua posição frente a cassação do registro do partido e de seus parlamentares, levaram o PCB a uma posição mais à esquerda.

1.a A Burguesia Industrial e a Legalidade do PCB

Diante do processo de cassação do registro do Partido Comunista o principal representante da burguesia industrial de São Paulo no parlamento, o senador Roberto Simonsen, em discurso proferido no Senado Federal na sessão do dia 2 de junho de 1947 afirmaria:

"São Paulo, pelas suas tradições de ordem e de trabalho, pelo acendrado amor ao Brasil, não pode deixar (...) de aplaudir a ação verdadeiramente patriótica do Supremo Tribunal Eleitoral e o cumprimento, rigorosamente dentro da lei, com que executa a sentença judicial o governo do eminente sr. Eurico Gaspar Dutra." (Simonsen, 1947a:6-8)

Portanto a campanha contra o Partido Comunista não se tratava de uma ação isolada, arquitetada e aplicada por um "pequeno grupo militar-fascista" incrustado no governo, como afirmavam os comunistas, era sim uma aspiração de amplos setores das classes proprietárias, e especialmente da burguesia industrial paulista, tida pelos comunistas, até então, como principal aliada na luta contra o imperialismo norte-americano e o fascismo.

Verificamos assim quão pouca possibilidade teria de se firmar qualquer política de "União Nacional" na qual se incluísse o Partido Comunista. O esforço que se realizou, neste breve período, foi a tentativa de construção de "União Nacional das Classes Proprietárias" contra a ascensão das classes populares, especialmente o proletariado. O acordo

inter-partidário foi uma destas tentativas, que acabou naufragando em 1950 com o rompimento da frente política entre as frações industriais e anti-industrialista da burguesia que culminou na eleição de Vargas.

1.b. A Burguesia Industrial e o Plano Marshall

Seria novamente Roberto Simonsen, no seu relatório apresentado na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano do Comércio e Produção, em outubro de 1947, que exporia as contradições e afinidades entre os interesses da burguesia industrial paulista e o imperialismo norte-americano.

A fração industrial da burguesia brasileira foi bastante crítica à política estabelecida pelos norte-americanos para reconstrução das economias capitalistas enfraquecidas pelo conflito mundial no pós-45, que teve como ponto alto o Plano Marshall.

Simonsen não nega a importância do apoio às economias européias arrasadas pela guerra, especialmente diante da ameaça representada pelo avanço do movimento comunistas nesses países, mas critica a unilateralidade desse projeto que apenas atendia aos interesses das burguesias européias, esquecendo-se dos interesses das burguesias dos países periféricos, especialmente daquelas que já se encontravam sob a órbita norte-americana, e de certa forma compartilharam do esforço de guerra a seu lado. Afirma Simonsen:

"Os 120 milhões de latinos americanos ocupam uma área territorial de importância estratégica, não só para a defesa continental, como também para a segurança da grande democracia norte-americana. Reequipar o homem europeu e manter e agravar a pobreza do latino-americano, além de constituir uma injustiça social, significa também, incorrer num grave erro de estratégia política."

(Simonsen, 1947b:12-13)

Sem dúvida nenhuma Simonsen utiliza-se do recurso de tentar amedrontar o governo americano diante da possibilidade de eclosões de conflitos sociais na América Latina que possam colocar em risco a própria segurança

norte-americana. A burguesia brasileira faz um grande esforço para atrair capitais estrangeiros para o país. A contradição está justamente no fato de que o interesse da burguesia industrial brasileira em receber ajuda externa, especialmente ajuda estatal, se chocava com o completo desinteresse político e econômico do imperialismo norte-americano em investir na industrialização brasileira naquele período.

O relatório de Simonsen foi aprovado por unanimidade pela comissão executiva do "Conselho Interamericano de Comércio e de Produção", o que mostra que essa posição era compartilhada por grande parte dos governos e das classes proprietárias latino-americanas, que se ressentiam dos baixos investimentos destinados à América Latina pelo governo e pelos banqueiros norte-americanos.

Como podemos ver a burguesia industrial brasileira mantém uma relação de unidade e luta com o Imperialismo norte-americano. Precisa dele como garantia externa contra a ameaça do movimento operário e comunista, e ao mesmo tempo buscava um apoio para o desenvolvimento da indústria nacional, consigna que não encontrava muita receptividade entre o grande capital e o governo norte-americanos.

Portanto, essa contradição entre a burguesia nacional e o imperialismo estava muito longe de se constituir enquanto uma base sólida para um movimento de caráter antiimperialista. Não é à toa que todos os discursos (mesmo os mais moderados) que procuravam criticar a política de dominação imperialista no país eram duramente criticados pelos representantes das frações industriais da burguesia.

A burguesia tinha claro o significado desta nova situação que se abria em nível mundial com a formação de dois campos, e o fortalecimento do movimento operário e socialista. E sabia que o imperialismo norte-americano era a principal garantia que possuía contra uma possível expansão da revolução em nível mundial e se agarrava a ele como uma tábua de salvação, e todas as contradições que poderiam existir, em tempos normais, entre as burguesias nacionais e o imperialismo norte-americano foram submetidas a uma contradição maior, àquela que separa os interesses do capital e do trabalho, entre o socialismo e o capitalismo,

mesmo que nem sempre estas contradições aparecessem como tal.

A burguesia brasileira, em seu conjunto, colocou-se ao lado do imperialismo norte-americano, de maneira subordinada, e procurou impedir que as contradições existentes entre os seus interesses e do grande capital norte-americano pudessem caminhar no sentido de uma ruptura. Mesmo quando a burguesia industrial "endureceu" seu discurso em torno da necessidade de maior investimento público norte-americano no processo de industrialização, ela o fez de maneira a alertar os americanos para o perigo que o "sudesenvolvimento" representava para segurança do hemisfério ocidental.

1.c Comunistas e Burgueses

A posição da burguesia brasileira diante da cassação do registro do PCB e de seus parlamentares e a sua defesa firme de uma aliança político-militar com o imperialismo norte-americano (incluindo-se aqui a defesa da Doutrina Truman e do Plano Marshall para América Latina), além da dura repressão ao movimento operário e sindical, levou os comunistas a fazer uma releitura do papel da "burguesia nacional", particularmente de sua fração industrial, no processo da revolução brasileira.

É Prestes, no seu Manifesto de Janeiro de 1948, que daria a guinada à esquerda na interpretação do papel da burguesia brasileira na revolução agrária e antiimperialista. Afirma o Manifesto de 1948:

"Para as classes dominantes é cada vez mais difícil encontrar qualquer remédio para os males que afligem a nação dentro dos limites de sua estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial. Impotentes e desesperados, sentindo cada vez mais ameaçados em seus velhos privilégios, os homens das classes dominantes, classes cujo o papel histórico terminou e cuja existência já se tornou hoje um obstáculo ao desenvolvimento da Nação, separam-se dela e vão buscar fora de suas fronteiras um apoio estrangeiro para a defesa daqueles privilégios caducos e condenados (...) Estamos, de fato,

diante de um governo de traição nacional que, a serviço do imperialismo norte-americano, esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a Nação à exploração total dos grandes bancos e trustes e monopólios norte-americanos". (Prestes L. C., "Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista" in Problemas, nº8, de abril de 48)

Os comunistas mantêm sua concepção sobre as duas etapas da revolução no Brasil, a primeira democrático-burguesa e a segunda socialista, mas a composição da frente encarregada da realização das tarefas da primeira etapa da revolução é alterada e as próprias tarefas vão além daquelas apregoadas por eles no período anterior a 1948. Os comunistas começam a romper com a visão que possuíam sobre a transição de uma etapa à outra da revolução; não mais deveria existir uma "muralha da china" entre as duas etapas, uma etapa se imbricaria com a outra num único processo.

Os comunistas se, em tese, não negavam a possibilidade de fazer alianças com as direções de outras organizações e forças políticas que se opunham ao governo Dutra; na prática, não faziam grandes esforços para constituir essas alianças, privilegiando explicitamente a chamada "unidade pela base" em contraposição às "alianças por cima".

Sobre o conjunto dos partidos nacionais a opinião dos comunistas era bastante dura. Para eles todos esses partidos se equivaleriam "por mais diferentes e demagógicos que sejam seus títulos, por mais diversos que sejam os processos que empregam para enganar as massas". Para os comunistas todos eles defenderiam os interesses dos "elementos mais reacionários das classes dominantes". (Prestes L. C., "Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista", in Problemas, nº9, de abril de 48)

No seu "Informe Político" apresentado em maio de 1949, Prestes ratifica e precisa a linha iniciada em janeiro de 1948. Afirma ele:

"A revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa em seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado (...) já passou a época das velhas

revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando a instauração de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia. A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder do imperialismo e devem, com a revolução, passar diretamente para as mãos do novo Estado, **criam (...) a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista que leva diretamente ao socialismo.** Mas, além disto, a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje nos países coloniais e atrasados **é parte integrante da revolução do proletariado** e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos grandes trustes e monopólios internacionais".

Prestes continua a sua análise sobre o papel da burguesia brasileira no futuro processo revolucionário:

"No caso brasileiro, já é bem clara a posição contra-revolucionária da grande burguesia, mesmo da burguesia industrial, mais diretamente interessada na liquidação dos restos feudais e na revolução agrária, que determinariam a rápida expansão do mercado interno (...) É que a burguesia industrial brasileira surgiu como classe já nas vésperas da Grande Revolução de Outubro, quando se iniciava a crise geral do capitalismo, numa época que o proletariado já se levantava no mundo inteiro como força revolucionária e classe formada e independente. A burguesia brasileira, devido à sua própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta **contra as massas trabalhadoras.**" (os grifos são nossos, ACB) (Prestes L. C., "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo" in Problemas, nº19, jun-jul de 49)

Para os comunistas "a grande burguesia brasileira" era uma classe retrógrada, incapaz de lutar não só contra os "restos feudais" mas como contra os monopólios norte-

americanos para o qual sempre se volta pedindo ajuda, prestando-se ao "papel infame de sócio menor do imperialismo na exploração de nosso povo". (Idem)

Segundo o documento a participação da burguesia na primeira etapa da revolução se restringiria a alguns "elementos antiimperialista que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas". O que se entende por "camadas progressistas da burguesia" jamais ficou claro e nunca foi desenvolvido. Parece que, neste caso, o termo tem apenas uma função decorativa, de forma a justificar o próprio "conteúdo burguês" de uma revolução popular, dirigida pelo proletariado. O conjunto dos textos analisados não deixam dúvida que para os comunistas brasileiros todas as frações da grande burguesia (comercial, financeira e industrial) se encontravam fora do campo de alianças nesta primeira etapa da revolução.

A grande tarefa passava a ser, seguindo a fórmula de Stalin: "libertar a pequena burguesia rural e urbana da influência da burguesia nacional conciliadora, de criar um bloco nacional revolucionário dos operários, camponeses e da intelectualidade revolucionária". (Idem)

Embora a análise dos comunistas, sobre o papel desempenhado pelas frações da grande burguesia na revolução democrática, antilatifundiária e antiimperialista, fosse no geral correta e estivesse bem mais próxima da realidade do que as posições assumidas posteriormente, quando ia se traduzir na ação política concreta, ou seja, quando devia se atualizar nas diversas conjunturas, os comunistas acabavam por fazer tábua rasa da política e desprezavam todas as contradições que por vezes apareciam entre as diversas frações das classes proprietárias e entre elas e o imperialismo americano. Este limite ficaria ainda mais claro durante o segundo governo Vargas.

Os comunistas não conseguiam ver diferenças entre trabalhistas, socialistas, liberais-conservadores e reacionários. Todos eram tratados de igual maneira, enquanto "agentes do imperialismo norte-americano e do fascismo em nossa terra".

Nesta conjuntura o Partido Socialista Brasileiro se tornou um dos alvos constantes da crítica comunista. O PSB

havia sido talvez o único partido que se posicionou, no seu conjunto, contra a cassação do registro do PCB e de seus parlamentares. O PSB também se constituía enquanto um dos principais partidos de oposição parlamentar, desde a cassação dos comunistas e o estabelecimento do acordo interpartidário.

A palavra de ordem de Prestes, em relação aos socialistas era de "separar para unir". Em julho de 1948 Prestes critica os discursos "demagógicos" de João Mangabeira contra o governo Dutra pois, segundo ele, nenhum efeito teriam". Era inconcebível para ele a posição dos socialistas que "falavam em defender os comunistas em nome da liberdade e ao mesmo tempo faziam prodígios da dialética para desacreditar e difamar seus dirigentes."

O ato de cassar a legalidade do Partido Comunista e de seus parlamentares, dentro da lógica comunista, estava no mesmo patamar do ato de criticar a direção nacional do partido e a URSS. Para os comunistas o pior defeito da direção do PSB era o seu "mutismo" em relação a guerra imperialista que se desenhou na conjuntura internacional. Nas palavras de Prestes este mutismo "era parte integrante da campanha mundial com que o imperialismo norte-americano prepara a agressão contra a URSS". (Prestes, L. C., "O Imperialismo em busca de novos quadros" in Problemas, nº 12, julho de 1948)

2. O GOVERNO DUTRA E O BLOCO NO PODER

As alterações no Bloco no Poder durante o período Dutra (1946-1950) tem sido até hoje objeto de poucos estudos. Paulo Singer chega a considerar o governo Dutra, particularmente após 1948, como o "reinado da Burguesia Nacional", ou mais precisamente o "governo de nossa burguesia industrial". O que caracterizaria este governo seria justamente a sua "política operária", que teria sido arquitetada para elevar a taxa de exploração, reforçando assim o processo de acumulação de capital. (Singer, 1965:86-87)

Para Paulo Singer o governo Dutra realizaria a unificação do conjunto da burguesia sob a hegemonia dos

interesses das frações industriais. O governo promoveria, através da política cambial, a espoliação da burguesia latifundiária e exportadora, também a favor da burguesia industrial. (Singer, 1965:89)

Não podemos concordar com a definição de Singer sobre o caráter do governo Dutra. A política anti-operária de Dutra atendia ao conjunto das frações das classes proprietárias e não somente à fração industrial da burguesia, embora pudesse ser esta última a maior beneficiada. Portanto, essa não poderia ser a "pedra de toque" que definiria o governo Dutra como o governo da burguesia industrial.

No entanto existe um relativo consenso entre os estudiosos do período quanto ao conteúdo da política econômica adotada imediatamente após a queda do Estado Novo, entre 1945 e 1947, que foi a tentativa de um retorno ao liberalismo econômico. Esse processo havia sido dirigido pelas frações antiindustrialistas das classes dominantes que passaram a exercer maior influência dentro do Estado.

A política cambial adotada nesse primeiro período (46-47) foi responsável pela queima de quase toda reserva de divisas acumuladas durante a guerra, não se estabelecendo qualquer critério para importação, que pudesse favorecer ou ao menos proteger a indústria nacional. Segundo Ianni a maior parte da reserva das divisas foi consumida na importação de artigos de consumo supérfluos e apenas uma pequena parte delas foi utilizada para importação de máquinas e equipamentos para as indústrias nacionais. (Ianni, 1986:95) A política liberal ortodoxa de Linhares e Dutra, até 1947, foram duramente criticadas pelos comunistas e pelas frações industriais da burguesia.

O aumento do desequilíbrio na balança de pagamento, o aumento da crise econômica e a pressão crescente da fração industrial fazem o governo alterar a sua política econômica e adotar uma outra política de conteúdo heterodoxo, pragmático. A política cambial é alterada favoravelmente a burguesia industrial. É estabelecido o sistema de licença prévia, privilegiando-se a importação de máquinas e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento do setor industrial. Carlos Lessa alerta que essas medidas não representariam "a presença de um forte setor industrial

interno que já teria consolidado suas forças ao ponto de vencer esta batalha decisiva". (Lessa, 1975:9)

As alterações promovidas por Dutra não encontraram oposição frontal por parte da fração comercial da burguesia, que ainda era majoritária no quadro da política econômica interna. Isso só foi possível graças a elevação do preço do café no mercado internacional que permitiu que a renda real crescesse rapidamente e os exportadores não fossem obrigados a ceder renda em termos absolutos aos importadores. Unicamente eles não se apropriaram integralmente dos ganhos oriundos da melhoria na relação de trocas, o que atenuou suas reivindicações. (Lessa, 1975:9)

Ianni afirma que esta alteração na política cambial, embora importante, representará um rompimento apenas parcial do governo Dutra com o liberalismo econômico. O próprio plano SALTE, que havia sido criado com a finalidade de coordenar os gastos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia, preocupou-se em "desempenhar apenas tarefas supletivas, relativamente ao comportamento espontâneo do setor privado". (Ianni, 1986:101-103)

O projeto não previa a diversificação e expansão dos investimentos nas indústrias de base e nem cogitava a expansão dos investimentos nas empresas estatais já instaladas, se colocando assim abaixo das exigências do desenvolvimento industrial já alcançado pelo país. O plano SALTE, para Sônia Draibe, retrataria de maneira exemplar quais eram as forças sociais e a articulação política dominante no período, não era antiindustrialista, mas também não tinha a industrialização como meta central e urgente da nação. (Draibe, 1980:85)

A missão Abbink, constituída em 1948, que buscava encontrar soluções para os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, alertou para as seguintes limitações estruturais: o excessivo protecionismo alfandegário, que favorecia apenas o setor indústria; a política salarial, considerada inflacionária. Com relação a exploração do petróleo recomendou que se aproveitasse o capital externo já que o governo e a iniciativa privada nacional não dispunham dos recursos necessários para realização dessa atividade. (Ianni, 1986:105-106) Portanto

as conclusões não fugiam do velho receituário liberal advogado pelas frações comercial-exportadoras da burguesia brasileira.

Tanto Ianni, quanto Lessa, reconhecem que o governo Dutra não representaria um retorno às condições do pré-30 e a volta da hegemonia dos setores agrários-exportadores dentro do Estado brasileiro. Para esses autores, o governo Dutra representou um certo deslocamento de forças dentro do bloco no poder que, por sua vez, ocasionou uma alteração no ritmo do processo de industrialização que vinha sendo implementado desde 1937 e seria retomado a partir de 1951.

Para Lessa, durante o governo Dutra, não vislumbrar-se-ia uma preocupação particular, ou um projeto consciente para o aceleração do desenvolvimento industrial. Por isso a industrialização ocorrida no período foi qualificada de "não intencional". (Lessa, 1975:6)

Sônia Draibe afirma que o governo Dutra não conseguiu desarmar o Estado de sua capacidade intervencionista e regulatória. Uma descentralização radical só seria possível se as forças antiindustrialistas tivessem o domínio absoluto dentro do Estado e isso não aconteceu. Mas, segundo ela, no período Dutra, se rebaixaram as pretensões de aceleração do processo de industrialização, atenuando-se os impulsos para uma ação mais centralizada e coordenada do Estado na economia. (Draibe, 1980:86)

Essa posição se justifica pela própria situação criada com a queda do Estado Novo em 1945. A frente política que pôs fim ao Estado Novo, embora fosse composta por todas as frações das classes proprietárias e pelas classes médias tradicionais, tinha nos setores antiindustrialistas a sua vanguarda política. O golpe contra Vargas alterou a correlação de forças dentro do bloco no poder em benefício dos setores antiindustrialistas.

Num primeiro momento esta alteração na correlação de forças conduziu a uma alteração na política econômica. Entre 1945 e 1946 tentou-se restabelecer uma política tipicamente liberal de conteúdo antiindustrialista, mas esta política não pode ser mantida pela pressão da fração industrial da burguesia e do movimento operário e das baixas classes médias urbanas. A crise na balança comercial, que ameaçou se

espalhar por todo sistema, contribuiu para a falência desse projeto.

A partir de 1947, como resposta ao avanço do movimento operário, as diversas frações das classes proprietárias entram em um acordo sobre a necessidade de exclusão dos setores populares do jogo político. Seguem-se as intervenções sindicais, o fechamento dos Partido Comunista e a cassação dos seus parlamentares. O novo pacto consolida-se com a conclusão do acordo interpartidário no início de 1948.

A política abertamente antiindustrialista do primeiro período foi abandonada e procurou-se adotar uma política mais benevolente com os interesses do setor industrial. Mas o ritmo de industrialização seria lento especialmente quando comparado ao período anterior (Estado Novo) e posterior (segundo governo Vargas).

Decerto o governo Dutra não representaria o reino da burguesia nacional, ou da burguesia industrial, embora contasse com o seu apoio, especialmente nas suas medidas contra o movimento operário. Estava também longe de ser o reino dos setores antiindustrialistas da burguesia. O bloco no poder continuava sendo um condomínio no qual co-habitavam as diversas frações das classes proprietárias, com um importante detalhe: se a influência dos setores antiindustrialistas não havia aumentado suficientemente para alterar o sentido da industrialização já estava em condição, pelo menos até 1950, de alterar-lhe o ritmo. Isso seria o suficiente para começar a se gestar uma oposição no seio dos setores industrialistas da burocracia de Estado, particularmente entre os militares nacionalistas, que passariam a dar suporte para a candidatura Vargas mais afinada com as suas aspirações.

3. O GOVERNO DUTRA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

A partir de 1946 aumenta a pressão do conjunto da burguesia brasileira sobre o Estado no sentido de que este contivesse a onda grevista que teve o seu ponto alto entre 1945 e 1946. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo chegou a se dirigir ao ministro do trabalho pedindo-

lhe que o governo decretasse estado de emergência, caso o movimento grevista não pudesse ser controlado.

No dia 14 de janeiro de 1946 uma comissão de empresários de São Paulo se reunia com o próprio general Dutra. O depoimento de um membro desta comissão, Armando Arruda Pereira, é bem elucidativo da posição dos empresários paulistas sobre a democracia e sobre o papel que o Estado devia desempenhar diante de um movimento operário em ascensão. Afirma o empresário paulista:

"Falei sobre a situação das greves. Sobre a necessidade de uma ação enérgica para a tranquilidade dos industriais. Entre essas se tornava necessária a deportação de todos os maus elementos estrangeiros e muito principalmente, o momento, que o MUT quando viesse para o Rio não fosse recebido oficialmente, voltando para São Paulo cheio de gás (...) Ele perguntou-me onde era recebido. Respondi que em várias repartições e por pessoal de destaque no governo". (Costa, 1993:190)

Esta pressão levou que o governo Dutra, recém empossado, baixasse em março de 1946 o decreto 9.070, que impunha limites ao direito de greve. Pelo decreto se estabelecia que só se poderia recorrer a greve depois de esgotadas as instâncias e recursos oferecidos pela Justiça do Trabalho e se proibia a greve nas atividades consideradas essenciais. O decreto acabou deixando ao arbítrio do Ministério do Trabalho o reconhecimento do direito de greve. (Leite, 1987:26)

A burguesia industrial paulista exultou com tais medidas. O editorial da Revista Industrial de São Paulo, publicada pela Fiesp-Ciesp, afirmaria:

"Efetivamente o decreto-lei regulamentando as greves (...) é um instrumento sensato (...) que disciplina e repõe no leito regular as inquietações das massas tangidas pela solerte ação dos aliadores de greves".
(Revista Industrial de São Paulo, nº15, fev.1946)

Os órgãos de repressão começaram a reprimir de maneira mais sistemática os movimentos grevistas, as assembléias e as manifestações operárias e populares. No início de 1946, devido a clima razoavelmente democrático imperante durante a elaboração da nova constituição, a lei não pode ser aplicada

com todo rigor, mas após a sua promulgação a repressão aumentou até atingir o auge em maio de 1947. (Maranhão, 1982:59)

Em março de 1946 Dutra já havia suspenso por um ano as eleições sindicais e prorrogado os mandatos de suas diretorias. Como afirmou Weffort: "Começava, assim, a desmoronar o esboço de sindicalismo populista construído sobre o compromisso entre Vargas e os comunistas." (Weffort, 1972:II.47)

Toda essa repressão ao movimento operário e popular, especialmente ao Partido Comunista, contou com o aval da burguesia industrial de São Paulo, que segundo as palavras de um de seus maiores representantes, Roberto Simonsen, havia sido a mais atingida pelos movimentos grevistas que sacudiram o país entre 1945 e 1946. (Simonsen, 1947a)

Somou-se às pressões internas de uma burguesia temerosa com avanço do movimento operário a pressão externa surgida com o início da guerra fria. Mas podemos afirmar que as pressões internas foram as determinantes na guinada da política estatal para o movimento operário. A guerra fria só veio reforçar esta tendência presente desde os fins de 1945. O Brasil foi um dos primeiros a aderir a cruzada anticomunista. Sabemos, por exemplo, que não foi bem recebida pelo governo norte-americano a iniciativa brasileira de rompimento unilateral de relações diplomáticas com a URSS. (Bandeira, 1973:313-314)

Em 7 maio de 1947 o ministro do trabalho baixa decreto-lei nº 23.046, autorizando intervenções em todos os sindicatos que aderiram ou contribuíram com a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), e baseado na CLT determina o fechamento da confederação e das uniões sindicais municipais e estaduais.

As informações sobre o número de intervenções ocorridas no período não são precisas, Telles fala de 400 intervenções (Telles, 1981:24). Erickson constata a realização de 213 intervenções no período Dutra (Erickson, 1979:66-67). Skidmore afirma que havia 143 sindicatos sob intervenção. (Skidmore, 1982:94) Independentemente da exatidão dos números é possível mensurar o tamanho da intervenção tendo em vista a existência, no período, de cerca de 944 sindicatos no Brasil.

No mesmo período era colocado na ilegalidade o PCB e em janeiro de 1948 seus deputados eram cassados. A repressão aos comunistas seria particularmente dura. Eles teriam as suas sedes invadidas, vários dirigentes presos, sua imprensa perseguida e empastelada pela polícia.

A redução do espaço democrático e a violação da própria legalidade burguesa, com a proibição do direito de livre associação para as classes trabalhadoras, do direito de reunião e de greve, a restrição da liberdade de imprensa e as cassações de parlamentares já eleitos, se davam sem que a "ordem democrática burguesa" estivesse na eminência de ser rompida, ou sequer levemente ameaçada, pelo movimento operário e socialista. Todas estas medidas discricionárias tornaram o regime político imperante sob Dutra, uma "democracia burguesa restrita". Não acredito que seja procedente a definição dada pelos comunistas ao regime político instaurado a partir de 1947, considerado como uma ditadura fascista.

As intervenções nos sindicatos e a imposição de velhos pelegos para as direções das juntas governativas, verdadeiros agentes do Ministério do Trabalho, levaram a que os operários se afastassem espontaneamente dessas entidades e concentrassem sua organização, tendo em vista as conquistas de suas reivindicações econômicas, dentro das fábricas, nas comissões salariais, comissões de empresa e outros tipos de associações, inclusive mutualistas e cooperativistas. E nisto não havia grande novidade, pois tratava-se de resgatar as experiências do ano de 1945, no qual a quase totalidade dos movimentos reivindicatórios e grevistas se deu fora dos sindicatos oficiais e, em muitos casos, contra eles. A maioria dirigidos por comissões de trabalhadores dentro das próprias empresas. (Maranhão, 1982:54)

Embora o método proposto fosse bastante semelhante aos empregados em 1945, agora com apoio ativo dos comunistas, a conjuntura era bastante diferente. Em 1945 tínhamos um regime em crise, uma cisão nas classes dominantes, e uma conjuntura internacional marcada pela derrota do nazi-fascismo e, portanto, favorável ao ascenso das lutas econômicas e políticas da classe operária. Mesmo depois da

queda de Vargas estas condições foram mantidas, por breve período, até a posse e consolidação do governo Dutra.

A conjuntura que se abre a partir de 1947, como já vimos, é bastante diferente. Não havia mais o consenso em torno da alternativa democrática. As classes proprietárias, amedrontadas com o crescimento das lutas operárias no nível nacional e com o avanço da ameaça socialista (com a expansão soviética) em nível mundial, se unificam contra a proposta de uma democracia ampliada e passam a defender o fechamento do regime e a repressão ao movimento operário e comunista. Para as classes proprietárias brasileiras não haveria mais distinção entre estes dois movimentos. Não é à toa que a repressão atingiria indistintamente a ambos.

Formava-se assim um quadro político de maior dificuldade para a classe operária, um quadro que fora agravado pela derrota política da estratégia comunista de União Nacional. As derrotas da linha política reformista adotada pelos comunistas, decerto, contribuíram para a perda de prestígio de sua liderança que vinha em ascenso desde 1945 e, em certa medida, se manteve nas eleições de 1947 com importantes vitórias eleitorais.

A constatação desta perda de prestígio não deve nos levar, como fazem alguns autores, a subestimar a influência desempenhada pelos comunistas junto ao movimento operário real nas conjunturas que vão de 1948 a 1952.

4. O MANIFESTO DE AGOSTO

Em agosto de 1950, às vésperas das eleições gerais de 3 outubro, Prestes lança um novo manifesto. O manifesto mantém, em linhas gerais, a guinada à esquerda iniciada em janeiro de 1948, mas traz algumas alterações importantes. Ele, na verdade, nasce de uma avaliação autocrítica sobre a orientação tática adotada pelos comunistas desde janeiro de 1948.

O que caracteriza o documento é o menosprezo à luta institucional. Propõe a formação imediata de uma "Frente Democrática de Libertação Nacional" e a tomada do poder pelo

conjunto de forças que comporiam essa frente. Afirma o manifesto:

"Sob o jugo imperialista, como nos encontramos, nem eleições, nem golpes de Estado "salvadores" poderão modificar a situação. O que pretendem as classes dominantes é substituir Dutra por outro Dutra (...) É evidente, pois, que qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade, para a mais sangrenta repressão contra o povo, para a ditadura fascista". (Prestes L. C., "Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação" in Problemas, nº 29, agosto-setembro de 1950)

O programa da revolução antilatifundiária e antiimperialista vai além do programa de uma revolução democrática-burguesa que visasse desenvolver o capitalismo em nosso país, como alardeava Prestes em 1945 e 1946.

Do programa revolucionário constavam, entre outros, os seguintes itens: 1) "confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações etc, pertencentes ao imperialismo."

2) "Completa nacionalização das minas, das quedas d'águas e de todos os serviços públicos. Nacionalização dos bancos e empresas de seguro, assim como de todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolistas ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista. Controle estatal do comércio externo, controle dos lucros dos grandes capitalistas (...) instituição de imposto fortemente progressivo sobre a renda e ampla liberdade de comércio interno.

3) "Por um exército Popular de Libertação Nacional (...) armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas." (Idem)

Segundo o Manifesto a etapa democrática e popular já abria o caminho para a revolução socialista. Esta formulação diferenciaria das efetuadas no período imediatamente anterior, até 1947, como também se diferenciava das

formulações sobre as etapas da revolução brasileira que se gestariam a partir de 1953. O próprio Grabóis, afirmaria ainda em 1950:

"O cumprimento do programa da FDLN que se refere ao desenvolvimento independente da economia nacional acertará um golpe de morte na grande burguesia que em nosso país, nos dias de hoje, é, ao lado dos latifundiários, o principal sustentáculo da dominação imperialista (...) somente derrotando os grandes capitalistas - juntamente com os seus aliados latifundiários - é que o povo brasileiro poderá levar a cabo as tarefas da revolução democrático-popular (...) nas atuais condições (...) a grande burguesia em nossa terra passou-se completamente para o lado do imperialismo e não apresenta, de nenhum modo, quaisquer interesses nacionais (...) Assim, a luta conseqüente contra os grandes capitalistas tem um profundo caráter patriótico e antiimperialista, pois para acabar com o domínio do imperialismo no país é indispensável também derrubar do poder, simultaneamente com os grande proprietários de terra, a grande burguesia e liquidá-la como classe." (todos os grifos são nossos). (Grabóis, M., "O Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional", in Problemas, n° 29, agosto-setembro de 1950)

Portanto, uma das tarefas da revolução democrática e popular é o aniquilamento da grande burguesia como classe. Por isso mesmo na luta pela libertação nacional "não pode haver qualquer conciliação com a grande burguesia".

Mas os comunistas deixam claro que as medidas adotadas pelo governo democrático e popular, sob hegemonia do proletariado e direção do Partido Comunista, não afetarão "de nenhum modo" os interesses da média e da pequena burguesia".

Sem dúvida um programa como este alcançaria pouca ou nenhuma repercussão entre a "média burguesia" e nas classes médias tradicionais brasileiras. Mesmo setores que poderiam ser atraídos pelos aspectos nacionalistas do programa não aceitariam a proposta de hegemonia a priori imposta pelos comunistas. Além disso uma proposta de armamento geral do povo era algo inaceitável. Tal proposta encontraria oposição frontal do conjunto das classes proprietárias, que ao lado

das classes médias tradicionais, já estavam apavoradas com a possibilidade da ascensão das massas populares através do populismo varguista.

Além do mais, no caso brasileiro, os ataques às propriedades da grande burguesia e dos latifundiários eram uma ameaça à sua própria condição de classe proprietária. Era um ataque injustificado ao "direito sagrado" à propriedade.

O "Manifesto de Agosto" fazia um apelo genérico aos patriotas e democratas, mas não conclamava nenhuma força política ou personalidade em particular para ingressar na "Frente Democrática de Libertação Nacional". Mantinha-se fiel à idéia de uma frente que se organizaria fundamentalmente pelas bases.

O sectarismo político é acentuado. Todas as organizações políticas existente, excluía a dos comunistas, são colocadas no campo do imperialismo. Socialistas, trotskistas, trabalhistas, intelectuais progressistas eram taxados de fascistas e agentes do imperialismo americano.

5. O PCB E AS ELEIÇÕES DE 1950

A discussão sobre a sucessão presidencial começa a ganhar corpo no final de 1949. As classes dominantes começam a se preocupar com a substituição de Dutra e as possíveis conseqüências do desgaste do governo especialmente com o reaparecimento da alternativa populista, representada por uma possível candidatura Vargas.

O PCB, direcionado pelo "Manifesto de Janeiro" de 1948 e pelo "Informe Político" de maio 1949, considerava as divergências surgidas entre os grandes partidos nacionais, em torno do processo sucessório, como uma forma de iludir os trabalhadores e afastá-los da alternativa revolucionária apregoada pelos comunistas.

Já em novembro de 1949 Maurício Grabóis, em editorial da revista "Problemas", apresentaria a principal justificativa para o não apoio dos comunistas a nenhum dos grupos políticos mais importantes do cenário político

nacional, descartando qualquer possibilidade de alianças "por cima" com estes partidos:

"O problema da sucessão presidencial não só não pode ser encarado como o centro da situação política nacional (...) embora seja um acontecimento interno, se situa hoje, fundamentalmente no quadro mundial não podendo ser encarada isolada da realidade internacional (...) nos dias de hoje no Brasil, não é possível a qualquer força política se situar fora da luta que se trava na arena política internacional entre as forças da democracia, lideradas pela URSS, e as forças do imperialismo, chefiada pelos monopólios ianques. Não há e nem é possível neutralidade nesta luta, não estar em um ou outro lado." (Grabóis, M., "Nossa Política" in Problemas, nº22, novembro de 1949)

Essa será a lógica que norteará a política de alianças dos comunistas até 1952. A posição dos partidos, e dos políticos, em relação à política externa norte-americana e soviética deveria ser o divisor de águas também na política nacional. Sobre este assunto não se poderia ter vacilações ou mesmo uma posição de neutralidade. Para os comunistas ou se estava ao lado do campo da paz e da democracia, encabeçado pela URSS, ou se estava contra ele.

Nas vésperas das eleições de outubro de 1950, Luís Carlos Prestes lança o seu Manifesto de Agosto, conclamando a imediata formação da "Frente Democrática de Libertação Nacional" e a derrubada revolucionária do governo Dutra e do "regime capitalista-feudal" e a instauração de um "governo democrático-popular".

Diante desta política, que não era nada mais do que a radicalização da política iniciada em janeiro de 1948, as eleições passariam a ficar em um segundo plano dentro do plano de ação dos comunista brasileiros.

Dutra até o último momento do seu governo buscou tomar medidas visando restringir ainda mais o espaço político para o Partido Comunista do Brasil. Em agosto o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu um "atestado de ideologia" para os candidatos que buscassem concorrer às eleições. Esta medida visava impedir o lançamento das candidaturas dos deputados comunistas cassados em 1948, entre eles se encontravam as principais lideranças do partido, inclusive Prestes.

Em setembro o Tribunal Superior Eleitoral acolhe decisão do Tribunal Regional Eleitoral e cassa as candidaturas comunistas no Estado de São Paulo. Entre outras, são cassadas as candidaturas de Diógenes Arruda e Pedro Pomar (ambos membros da executiva do Comitê Central do PCB). Os escritórios eleitorais são invadidos e fechados pela polícia, a redação do jornal comunista paulista "Hoje" é também ocupada. Estas medidas descricionárias dos governos federal e estadual, com apoio das classes proprietárias e da grande imprensa, reforçam ainda mais o "antiparlamentarismo" nas fileiras comunistas.

No mesmo número do jornal "Hoje", que anunciava a cassação das candidaturas comunistas, podia se ler um curioso artigo sob o sugestivo título de "Eleição não resolve" no qual se afirma:

"Toda a história da República mostra que cada parlamento escolhido nas farsas eleitorais montadas pelas classes dominantes é sempre, e invariavelmente, pior que o anterior. É claro portanto que os próximos parlamentos só podem ser piores do que os atuais." (Hoje de 29/09/50)

Em setembro de 1950, Prestes lança uma "Carta Aberta" na qual apresenta os "candidatos populares" para eleições proporcionais para deputado estadual e federal e conclama o voto em branco para a presidência, vice-presidência, governanças de Estado e senadores (exceção do Distrito Federal que os comunistas tinham um candidato próprio, Valério Konder). Para ele não seria através de eleições, como a de 3 de outubro, que os trabalhadores poderiam resolver os seus problemas fundamentais, seria preciso uma solução revolucionária, que já estaria expressa no Manifesto de Agosto. (Prestes, L. C., "Carta Aberta de Prestes ao Povo Brasileiro" in Voz Operária de 23/09/50)

Não é de se admirar que com essas diretivas, dadas as vésperas das eleições, o conjunto do partido não fosse ganho para a campanha dos candidatos populares. A intervenção dos comunistas no pleito ficou bastante abaixo de sua influência política junto aos trabalhadores urbanos. No entanto a derrota não foi completa. O secretário geral do CTB e dirigente comunista, Roberto Morena, se elegeu deputado federal pelo Distrito Federal. Os comunistas fizeram também três vereadores no Distrito Federal, Aristides Saldanha,

Milton Lobato e Eliseu Alves de Oliveira. Quanto as eleições majoritárias, particularmente para a presidência da República, as diretivas comunistas tiveram ainda menor receptividade mesmo em suas bases sociais. Vargas ganharia a eleição com uma grande margem de votos sobre o segundo colocado, Eduardo Gomes. Vargas teria 3.850 mil votos, o que representava cerca de 48,7% do eleitorado.

Apenas cerca de 200 mil eleitores votaram em branco para a presidência da República. Um resultado pífio se comparado com os 600 mil votos recebidos pelo seu candidato à presidência da República em 1945, ou quando comparado aos 180 mil filiados ao partido durante breve período de legalidade. (Basbaum, 1981:186-187) E se torna ainda mais gritante quando comparado com as mais de 4.200 mil assinaturas, que os comunistas afirmam ter recolhido para o "Apelo de Estocolmo", pela interdição da bomba atômica. (Problemas, nº32, jan-fev. 51)

Mas a avaliação do resultado eleitoral apresentada pelos comunistas seria bastante otimista os 200 mil votos em branco mais os 143 mil votos anulados comprovariam que "centenas de milhares de eleitores seguiram as orientações da Carta Aberta de Prestes".

O fato de milhões de brasileiros terem se absterido de votar, segundo os comunistas, demonstraria bem o estado de espírito das massas, que estariam descontentes e quereriam uma negação radical de toda aquela situação. Em relação a expressiva votação de Vargas os comunistas comentariam:

"Mesmo aquela parcela das massa que votou em Getúlio, na verdade quis votar contra a fome e pela justiça social, contra a guerra e pela paz, contra o imperialismo e pela democracia (...) a votação dada a Getúlio deve-se principalmente ao fato de que ele se apresentou como candidato de oposição ao governo ditatorial de Dutra, ocultando o caráter reacionário de sua candidatura com a máscara de uma descarada demagogia social e antiimperialista e das mais cínicas promessas".

(Problemas, nº32, jan.fev. 51)

Só uma coisa estava correta na avaliação comunista que precedeu as eleições e esta foi justamente a compreensão do profundo desgaste político em que estava mergulhado o governo Dutra, um desgaste que os comunistas não conseguiram

capitalizar para si, permitindo que as bandeiras da oposição popular acabassem caindo nas mãos de Vargas.

Os comunistas estavam certos em compreender, ainda que posteriormente, o conteúdo do voto popular dado a Getúlio. Mas os comunistas, ao contrário da massa operária, não conseguiram ver e compreender as diferenças existentes entre o projeto político representado pelo governo anti-operário de Dutra e um futuro governo "trabalhista" de Vargas. Esta incompreensão levaria os comunistas a manter a mesma posição diante do novo governo que assumia. Os dois governos, para eles, seriam governos de traição nacional, instrumentos servís nas mãos do imperialismo norte-americano, representariam a ditadura feudal-burguesa, e estariam realizando a transição para um regime de tipo fascista.

No entanto, na minha opinião, existia uma outra opção política-eleitoral que teria permitido aos comunistas, dentro de uma perspectiva de construção de uma ampla frente democrática e popular, intervir de maneira mais eficiente na conjuntura: a aliança eleitoral com o PSB, que também possuía um candidato a presidência da República, o deputado João Mangabeira. Esse se colocava no campo da oposição democrática ao governo Dutra, havia defendido a legalização do PCB, o fim das intervenções sindicais e o direito de greve. (Mangabeira, 1980) Mas o PSB, apesar disso, continuava sendo alvo das críticas acirradas dos comunistas.

Na minha opinião o principal fator que impulsionou a política do PCB, especialmente a sua política de alianças e seu sectarismo político, foi uma certa visão sobre a situação internacional, que de certa forma estava expressa no documento de Maurício Grabóis de 1949, citado acima. Uma visão compartilhada pelo conjunto do movimento comunista internacional e se traduz bem no informe da Suslov à Conferência do Bureau de Informações dos Partidos Comunistas em novembro de 1949. (Claudin, 1986:623-624)

Para os comunistas soviéticos o mundo estaria a beira de uma nova guerra mundial. Era preciso fazer um grande esforço para isolar o imperialismo norte-americano. De fato a guerra da Coreia colocou o mundo à beira de um conflito mundial de grandes proporções. Vários generais, inclusive o que comandava as forças americanas na Coreia, MacArthur,

cogitaram seriamente utilizar a bomba atômica contra os norte-coreanos e chineses. (Claudin, 1986:629)

Para os comunistas brasileiros o conjunto das classes dominantes nacionais estaria ao lado do imperialismo americano e à favor de uma guerra contra a URSS. Portanto não poderia haver qualquer conciliação com ela, mesmo em torno de questões pontuais. Neste ponto os comunistas brasileiros se distanciavam de seus camaradas europeus, e mesmo asiáticos, que se esforçavam para incorporar as suas respectivas burguesias nacionais na luta contra a dominação norte-americana.

Intimamente ligada à idéia da guerra eminente, estava a tese da tendência a fascistização da política das classes dominantes. Para os comunista não haveria como implementar qualquer plano de guerra, particularmente contra a URSS, sem ao mesmo tempo reduzir as liberdades democráticas. Portanto todo governo burguês, no Brasil, era uma ditadura ou caminhava inexoravelmente neste sentido. Por isto os comunistas mantêm a mesma avaliação sobre o governo Vargas.

Afinal, tanto Dutra quanto Vargas mantinham, através de discursos e atos, o país no campo dirigido pelos Estados Unidos. Em caso de guerra o país necessariamente estaria do lado americano. Neste caso, caberia aos comunistas preparar o terreno para a luta armada contra o governo e as classes proprietárias brasileiras.

Os comunistas não viam que embora o Brasil, sob o governo Vargas, se mantivesse dentro da órbita norte-americana, e mantivesse formalmente os compromissos internacionais para a "defesa do hemisfério ocidental", existiam contradições que não eram de todo insignificantes e que, de certa forma, determinariam os ziguezagues da política getulista. Os comunistas não viram isso em 1950, quando da eleição de Vargas, e continuaram não vendo até o fatídico agosto de 1954 quando da sua destituição e suicídio. Esses acontecimentos repercutiriam fundo na elaboração tática e estratégica dos comunistas brasileiros nas décadas seguintes. A burguesia nacional, de classe contra-revolucionária passaria a ser vista novamente como uma das principais aliadas na luta antiimperialista. A Declaração de Março de 1958 seria o marco desta virada, que começará a se gestar em 1954.

Sem dúvida os comunistas brasileiros estavam certos ao compreender os limites da burguesia brasileira na luta contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio. Estes limites estavam ligados as particularidades da formação da burguesia no país, intimamente ligada ao capital estrangeiro e a grande propriedade fundiária. Mas a burguesia não era um bloco coeso, sem fissuras, especialmente quanto a seus interesses em relação ao processo de industrialização.

Existia a fração industrial da burguesia que era favorável a industrialização, ainda que com o apoio do capital estrangeiro. Existia também a fração comercial da burguesia, ligada ao ramo de importação e exportação da economia, e portanto não tinham um interesse particular no incremento de uma política industrializante. Esse último setor era completamente integrado aos interesses do imperialismo norte-americano e defendia a manutenção da divisão internacional do trabalho, que colocava o Brasil na condição de exportador de matérias primas e importador de produtos industrializados.

A contradição de burguesia industrial com o imperialismo norte-americano, e portanto com a burguesia exportadora, não era antagônica mas tinham os seus reflexos no cenário político nacional. A oposição acirrada que setores da UDN faziam contra a política econômica e social do governo Vargas seria um dos reflexos desta luta entre os interesses das diversas frações da burguesia brasileira.

Esta constatação teria permitido aos comunistas compreender melhor as disputas que se travavam no cenário político e compreendido as reais diferenças existentes entre os governos Dutra e Vargas. Teria permitido aos comunistas fazer alianças pontuais tendo em vista impor derrotas parciais aos interesses do grande capital monopolista norte-americano.

A possibilidade de realização de alianças táticas, com setores da burocracia do Estado e da burguesia, não se confunde com a defesa uma aliança estratégica que tivesse como finalidade a realização da revolução democrática-popular ou socialista. Mas esta nuance entre os interesses das diversas frações da burguesia, e entre elas e a burocracia de Estado, não poderia ser compreendida pelos comunistas brasileiros, presos a lógica de um conflito

eminente entre o capitalismo e o socialismo, e a deflagração de uma terceira guerra mundial.

6. AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA GERAL DO PCB

SOBRE A LINHA SINDICAL

As conjunturas que se iniciam após 1947 e vão até 1951 se caracterizam pelo rompimento do chamado pacto populista, que tentou se firmar no final do governo Vargas. A consequência deste fato foi a exclusão, mais ou menos violenta, das massas urbanas, especialmente a classe operária, do jogo político, ainda que esta participação estivesse se dando de maneira subordinada.

A tentativa de incorporação desses setores populares, implementada por Vargas, foi abruptamente interrompida pelo seu sucessor, com as intervenções nos sindicatos mais ativos, com o fechamento das organizações sindicais paralelas (MUT-CTB) que "animavam a estrutura sindical oficial"; e com a cassação do principal representante dos setores mais organizados e avançados dessas classes, o Partido Comunista do Brasil.

A adesão do conjunto das classes proprietárias brasileira, inclusive a burguesia industrial, à política anti-operária de Dutra, com o seu apoio ativo à cassação da legalidade do partido e de seus parlamentares, levaram os comunistas a afastarem qualquer possibilidade do reestabelecimento da consigna de "União Nacional", tão defendida por eles entre os anos de 1945 e 1946.

Outro fator que iria pesar decididamente para a alteração da política sindical comunista foi o início da guerra fria, e o crescimento do perigo de uma nova guerra mundial. Diante desta nova conjuntura internacional que se abriu, o conjunto da burguesia brasileira e o governo Dutra cerraram fileiras ao lado do imperialismo norte-americano, colaborando ativamente para o seu esforço de guerra contra a URSS. Isto fez acirrar ainda mais a repressão interna contra os comunistas brasileiros e conseqüentemente contra o movimento operário em geral.

Este novo quadro político foi responsável pelo enfraquecimento junto as fileiras comunistas da ideologia estatal-reformista de tipo populista, que teve, como observou Francisco Weffort, uma forte influência entre os comunista nos anos entre 1945 e 1946.

Por isto podemos afirmar, à guisa de conclusão provisória, que este foi o período em que os comunistas foram mais longe no sentido de romper com a chamada ideologia do populismo sindical. Não constaria do ideário comunista, neste período, qualquer crença de que caberia especialmente ao Estado organizar os trabalhadores, não haveria também nenhum apego particular ao estatuto do monopólio legal da representação sindical. As lutas econômicas, dirigidas pelos comunistas no período, concentraram-se fundamentalmente na pressão e na negociação direta com os patrões e se caracterizaram pela rejeição da mediação do Estado, através da Justiça ou do Ministério do Trabalho. Não havendo portanto qualquer ilusão quanto ao caráter de classe do Estado brasileiro, nenhuma ilusão quanto a seu possível caráter mediador/protetor.

II. A POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1948 A 1950

1. UMA INTRODUÇÃO

O período que vai de 1948 a 1952 (especialmente até 1950) é um dos mais obscuros da história do movimento operário-sindical brasileiro. Raros foram os trabalhos produzidos sobre esta fase, entre eles se encontra a obra do professor Ricardo Maranhão , "Sindicatos e Democratização (Brasil 1945-1950)".

Mais recentemente foram produzidas algumas teses que tratam do movimento operário no período, como o trabalho de Hélio da Costa intitulado "Em Busca da Memória: Organização no local de trabalho, Partido e Sindicatos em São Paulo-1943 a 1953)" e a de Fernando Teixeira da Silva "Os Doqueiros do Porto de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968)". Destacamos também o trabalho de Beatriz Loner "O PCB e a Linha do Manifesto de Agosto" que busca analisar a política mais geral do partido a partir do manifesto de janeiro de 1948 até o IV Congresso em 1954.

As biografias e autobiografias de militantes operários e dirigentes do PCB publicadas tendem também a relegar este período a um segundo plano, quando muito dedicando-lhe algumas poucas páginas ou mesmo algumas linhas.

Mas a principal característica de toda esta produção é uma avaliação, em geral, bastante negativa da política sindical do Partido Comunista do Brasil neste período. Esquerdismo, aventureirismo e voluntarismo são as acusações mais frequentes. As principais críticas se dirigem às tentativas de formação de associações profissionais "paralelas" aos sindicatos oficiais; tentativas que, segundo os críticos, não encontraram respaldo junto à classe operária e, por isso mesmo, foram as responsáveis diretas pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos.

Hércules Corrêa analisando a política sindical do Partido Comunista afirmaria:

"(...) então surgiu com alguma força a tendência do sindicalismo paralelo, com a CTB, com as chamadas uniões

sindicais estaduais, e a criação, em cada categoria profissional, de associações paralelas ao sindicato (...). O resultado, como sabemos, foi a brusca queda de nossa influência sobre as massas e a destruição e o enfraquecimento das bases de empresas. O campo para a ação do trabalhismo estava facilitado." (Corrêa, 1980a:145)

O principal dirigente da CTB no período Roberto Morena afirma:

"A direção achou que com a ilegalização da CGTB (...) deveríamos sair dos sindicatos e formar as sessões democráticas. Foi uma posição gravíssima, fez com que nos retirássemos dos sindicatos. Muitos de nós não se retiraram não. Um deles fui eu, que fiquei sempre atuando nos sindicatos. Foi o melhor período de reinado da pelegada no Brasil". (Morena, 1979:11)

O próprio autor do Manifesto de Janeiro de 1948, marco da virada tática do partido, Luís Carlos Prestes afirmaria:

"Ao invés de participar dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, os comunistas, como dizia Amazonas, deviam fazer organização paralela nas empresas. Eu escrevi uma longa carta citando abundantemente o livro de Lênin, "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo". Queria mostrar que os comunistas deviam participar dos sindicatos, mesmo dos sindicatos policiais, porque, para a classe operária brasileira, era muito útil, muito mais vantajoso participar de sindicatos legais e não dos sindicatos ilegais que o partido queria organizar. Estava com razão os sindicatos paralelos não tiveram êxito (...). Foi um desastre: fomos afastados do movimento sindical". (Moraes, 1982:119)

Em torno da avaliação sobre a política sindical comunista, aplicada no período, acabou se formando um estranho consenso, poucas vezes visto, entre estudiosos e militantes do movimento sindical. A avaliação dos velhos militantes e dirigentes comunistas acabou sendo incorporada nas teses das correntes historiográficas que procuravam detectar a existência de dois PCs, um representando a

política oficial do partido (encontrada nos documentos da direção nacional) e um outro PC das bases operárias.

Este tipo de interpretação pode muito bem ser sintetizada na afirmação de Hélio da Costa:

"Nos anos de 1948/1952 o ponto de divergência entre os comunistas situados nas fábricas e a sua direção centrou-se sobre a rejeição dos ativistas em acatar a orientação do partido de abandonar os sindicatos oficiais como espaço de militância. O PCB que se negara a apertar os cintos agora recusava-se a desistir dos sindicatos e a levar até as últimas conseqüências o combate à estrutura sindical. ". (Costa, 1993:243)

Sem dúvida uma das razões para uma análise tão pessimista dos militantes sindicais, que de uma forma ou de outra atuaram no período, foi a releitura feita posteriormente aos acontecimentos de 1948 a 1950. Esta releitura, ou auto-crítica, foi excessivamente dura e, sem dúvida, correspondeu a uma alteração substancial ocorrida na política mais geral do partido e a sua incorporação ao "pacto populista", linha que se consolida com a declaração de março de 1958.

Um estudo mais atento da política sindical no período nos levará a conclusões bastante diversas das apresentadas anteriormente. Primeiro, podemos afirmar que a política de construção de organizações de trabalhadores à margem do sindicalismo oficial não teve como objetivo a construção de uma outra estrutura sindical paralela de caráter permanente. As associações profissionais, fundadas pelos comunistas, embora pudessem se constituir, na prática, como "sindicatos paralelos", não tinham por objetivo construir estruturas permanentes que concorressem com os sindicatos de Estado, visando substituí-los definitivamente por organizações livres.

As associações profissionais sempre tiveram um caráter transitório, como instrumentos de organização dos trabalhadores com o objetivo de travar a luta econômica e acumular forças para a "reconquista dos sindicatos oficiais". Em nenhum momento houve qualquer diretiva oficial para o abandono dos sindicatos, como procuraremos demonstrar. Mesmo no período de maior luta contra os

interventores ministerialista os militantes que ousavam atuar nos sindicatos eram apontados como exemplos a serem seguidos e nunca ameaçados de expulsão por desvio ideológico. Mesmo aqueles que, como Roberto Morena, se gabam de nunca terem abandonado os sindicatos oficiais, na minha opinião, não fizeram nada mais que seguirem a linha sindical do Partido, da qual posteriormente diriam discordar e desrespeitar.

Segundo, não me parece correto creditar a queda de influência do partido ou o descenso das lutas de massa a partir de 1948 à política sindical do partido de incentivar a formação de associações profissionais e organizações autônomas dentro das fábricas. Em geral estas teses subestimam o papel desempenhado pela dura repressão ao movimento operário ocorrida durante o governo Dutra.

Pelo contrário, sustento que, nas condições colocadas para o movimento operário naquela conjuntura, a constituição de associações profissionais e de organizações autônomas nos locais de trabalho com registro civil foi a única (e por isso mesmo a melhor) forma para manter os trabalhadores minimamente organizados. Era a alternativa colocada objetivamente aos comunistas quando todas as possibilidades de atuação via sindicato de Estado estavam obstruídas. Uma tática que colocasse como única possibilidade a tentativa de atuação via estrutura sindical enrigecida pelas intervenções ministerialista teria trazido consequências muito negativas para o movimento operário, que só conseguiu se manter e resistir minimamente à política de arrocho salarial do governo Dutra lutando fora e contra os sindicatos oficiais. Não podemos nos esquecer que durante o governo Dutra, particularmente em 1948, tivemos grandes movimentos de contestação operária, a totalidade deles ocorridos fora do sindicato de Estado e dirigidos por organizações não oficiais.

Por fim, não me parece correta a visão que nos sindicatos oficiais estivessem as massas operárias e que, portanto, as associações profissionais seriam entidades paralelas, divisionistas. Não me parece correta a tese,

universalmente aceita, de que os trabalhadores viam nos sindicatos oficiais algo que lhes pertencesse e por isso não viriam reforçar as organizações autônomas formadas pelos comunistas, como afirma Hélio da Costa.

Os sindicatos oficiais, durante o período em questão, não só reuniam pequena parcela da classe operária como, em alguns casos, acabaram se constituindo em verdadeiras repartições da Delegacia de Ordem Política e Social. A resistência das massas operárias a estas entidades poderá ser comprovada pela baixa sindicalização e pela inexistência de participação deste órgão nos movimentos contestatória da classe operária no período.

E por fim, nada indica uma pressão por parte da militância sindical comunista no sentido de permanecer dentro dos sindicatos sob intervenção contra uma possível determinação de abandono por parte de sua direção nacional. Ao contrário o que constatamos foi justamente um grande esforço, que se expressa através de inúmeros artigos e documentos, para que os militantes continuassem atuando nos sindicatos oficiais e não os abandonassem.

2. O MANIFESTO DE JANEIRO DE 1948 E A NOVA POLÍTICA SINDICAL COMUNISTA

O documento divulgado por Prestes em janeiro de 1948 representa uma dura auto-crítica da atuação do Partido Comunista do Brasil no seu breve período de legalidade. E embora ele seja o marco da transição para um novo período na história do Partido Comunista no qual as posições esquerdistas e práticas políticas sectárias se fizeram presente com maior intensidade, em geral faz um diagnóstico correto sobre os erros cometidos entre 1945 e 1947. Afirma o Manifesto:

"Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação, fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras (...) Essa tendência direitista se caracteriza pela sistemática contensão da luta das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e

da aliança com a "burguesia-progressista" (...) Caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado (...) subestimamos as lutas extraparlamentares (...)"

Este documento, ao contrário dos anteriores, não deixa de constatar o avanço da reação no País. Mas isso não parece arrefecer o otimismo político dos comunistas que acreditavam que as "condições objetivas", o agravamento da situação das massas e o crescimento das contradições no seio das classes dominantes, conduziam necessariamente a constituição uma ampla frente democrática e popular. Mas esta frente deveria basear-se, fundamentalmente, na unidade forjada na base das organizações de massa e não nas alianças por cima com outros partidos ou correntes oposicionistas.

O caminho apresentado pelos comunistas para as massas populares ainda é o da luta imediata pelas conquistas econômicas:

"É evidente que o nosso principal terreno de luta é o das lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador na fábrica e daí a necessidade de consagrar a maior atenção e o máximo de nossas forças a esse terreno que poderemos chamar lutas sindicais, porque através delas deve ser organizado o movimento sindical dentro das organizações já existentes ou, no caso de ser isso impossível, por meio de novas organizações profissionais nos locais de trabalho" (Prestes, L. C., "Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista" in Problemas, n°8, abril de 1948)

O otimismo dos comunista era bastante exagerado e tendia a acobertar a correlação de forças real na sociedade brasileira. As classes dominantes naquele ano não se apresentavam divididas e as possíveis contradições existentes entre elas estavam subordinadas a uma contradição principal: contradição que dividia o conjunto das classes proprietárias e a classe operária. Subordinavam-se também ao novo quadro internacional que se gestava com o início da guerra fria.

3. SINDICATOS OFICIAIS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

A política sindical do PCB entre 1948 e 1950 caracterizou-se pela crítica mais acentuada à estrutura sindical brasileira. Esta foi, sem dúvida, a crítica mais contundente que esta estrutura sofreria desde a sua implantação na década de 30. E mais do que uma "crítica teórica" ela se constituiu enquanto uma "crítica prática", com a constituição de organizações de trabalhadores efetivamente livres da tutela do Ministério do Trabalho. O PCB travou uma campanha ativa contra o imposto sindical na qual não faltaram memoriais e até paralisações nos locais de trabalho. Realizou uma ampla campanha de denúncia contra a existência da Justiça do Trabalho e de mecanismos como os dissídios coletivos, em nome da livre negociação entre patrões e empregados.

Mas o que pretendemos demonstrar no curso deste trabalho é que: se de um lado a política sindical do PCB, neste período, se constituiu enquanto uma crítica dura à estrutura sindical corporativa, de outro lado, ela também foi uma crítica limitada pela falta de um projeto mais de longo prazo, com um programa claro, que permitisse romper com a estrutura sindical oficial e construir uma nova estrutura efetivamente livre. Este limite pode ser constatado pelos objetivos propostos pelas organizações livres dos trabalhadores: a reconquista dos sindicatos oficiais.

No próprio "Manifesto de Janeiro", que se constituiria no principal guia para ação dos comunistas até 1950, já se afirmava que a luta pelas reivindicações imediatas das massas trabalhadoras deveria ser organizada "dentro" das entidades sindicais já existentes ou, onde isso fosse impossível, dentro das novas organizações profissionais criadas nos próprios locais de trabalho.

Aqui cabe-nos destacar duas coisas. A indicativa de formação de associações profissionais estava vinculada a impossibilidade de atuação nos sindicatos existentes sob a

intervenção do Ministério do Trabalho. A fórmula proposta é a constituição de associações profissionais por local de trabalho e não por região ou categoria profissional. Não visavam assim, a princípio, concorrer com a representação sindical oficial existente. E isto, como procuraremos demonstrar, não foi casual.

Alguém poderia argumentar que a política de um partido não deve ser medida apenas pelos documentos da sua direção nacional. E que, em outras conjunturas, poderíamos encontrar uma falta de continuidade entre os documentos oficiais e a política de fato aplicada por esse partido. Concordamos que isso possa ocorrer mas o que pretendemos demonstrar é que nesse caso particular isso não ocorreu.

As indicações de Prestes, presentes nos documentos de janeiro de 48, são reproduzidas na quase totalidade dos documentos partidários do período, e nos mais diferentes níveis. Tendo em vista a particularidade da forma de organização de um partido centralizado como o PCB é muito difícil acreditar que uma diretiva reiterada inúmeras vezes pudesse não ser acatada e pior, que ela não pretendesse corresponder de fato a política a ser aplicada pela sua direção nacional.

Isso não significa dizer que na aplicação prática, cotidiana, dessa política geral não pudessemos constatar certos "desvios" ou "à esquerda" (recusa a atuar nos sindicatos oficiais) ou "à direita" (ilusão com o sindicalismo de Estado). Mas essas posições, o que é importante para nós, sempre foram consideradas como desvios da linha sindical do partido e por isso mesmo condenadas.

O jornal "A Classe Operária", órgão oficial do PCB, de 27 de janeiro de 1948 não deixa dúvida quanto a política a ser seguida pelos comunistas:

"Por mais que seja difícil o trabalho sindical, mais necessário se torna a luta organizada, tenaz, paciente e decidida dos trabalhadores pela recuperação de seus sindicatos, mobilizando-se dentro deles, quaisquer que sejam as suas diretorias (...) Já que em muitos sindicatos é mais difícil levar à frente um programa de lutas, urge que o mesmo sirva para a organização dos trabalhadores dentro das próprias empresas, através de

comissões que devem envidar todos os esforços para se ligar, nesta luta, aos próprios sindicatos (...) Mesmo em mãos da polícia ministerialista (...) o sindicato continua a ser órgão destinado a unificar as massas trabalhadoras na luta por suas reivindicações econômicas. Por isso se torna obrigatória a presença dentro do sindicato de todos os trabalhadores conscientes.", (os grifos são nossos, ACB) (A Classe Operária de 27/01/48)

Sem dúvida o tom seria alterado nos meses seguintes deslocando a ênfase para a constituição de organizações por local de trabalho e de associações profissionais, mas em nenhum momento seria abandonada a diretiva de atuação nos sindicatos, no sentido de reconquistá-los.

No documento "Mobilizar Grandes Massas para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura", publicado em agosto de 1949, o dirigente nacional do PCB Maurício Grabóis adverte contra os desvios esquerdistas na interpretação da política sindical do Partido. Ele critica a posição assumida pelos membros do partido que abandonaram completamente os sindicatos oficiais. A militância havia compreendido "muito esquematicamente a importância da criação das associações profissionais" e acabaram fundando essas organizações nos sindicatos onde ainda era possível atuar em defesa dos interesses das massas.

O documento ratifica a política sindical da direção nacional. Nos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e pela polícia a posição do militante sindical comunista deveria ser de "desmascarar a burocracia ministerialista". Mais isso não deveria significar, de forma alguma, um abandono dos "atuais sindicatos". Pelo contrário os comunistas deveriam neles ingressar "sem o menor receio ou sectarismo, mobilizando os trabalhadores, pondo o sindicato a serviço da corporação".

Mas o fundamental para os comunistas era a organização por local de trabalho e as lutas pelas reivindicações econômicas imediatas dos trabalhadores. Sem dúvida, o fetichismo em relação ao sindicalismo de Estado estava arranhado, mas de forma alguma eliminado. Continua Grabóis:

"Partindo do princípio básico de nossa política sindical de que a organização do proletariado deve repousar nas empresas, torna-se evidente que toda organização que tenha por finalidade defender os interesses econômicos dos trabalhadores, seja qual for o seu nome, sindicato ou associação profissional, cooperativa ou comissão, desde que se apóie na fábrica ou no local de trabalho, serve para organizar sindicalmente os trabalhadores. É na base de organizações deste tipo que iremos estruturando o movimento sindical, utilizando os organismos existentes e lutando pela criação de novos organismos sindicais nas empresas". (os grifos são nossos) (Grabóis, M., "Mobilizar as Grandes Massas para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura" in Problemas de agosto/setembro de 1949)

Esta passagem deixa clara a duplicidade da política sindical comunista. De um lado não se prende ao sindicalismo oficial como única forma legítima de representação das classes trabalhadoras, por outro não propõe a supressão do sindicalismo "existente" por um novo e sim um convívio entre ambos e, como veremos mais adiante, a incorporação do último no primeiro.

Ainda nos fins de 1948 o jornal comunista "A Classe Operária" elogiava a atuação dos mineiros de Morro Velho por terem "sabido lutar contra a junta ministerialista do sindicato prestigiando a comissão de salários, promovendo a utilização do próprio sindicato (...) para organizar os trabalhadores em sua batalha contra os ingleses e o Ministério do Trabalho". (A Classe Operária de 25/12/48)

Esta indicação é seguida pelos trabalhadores dos Carris Urbanos de Porto Alegre que "conseguiram obrigar a diretoria do sindicato sob intervenção ministerialista a convocar uma assembléia para tratar de suas reivindicações (...) tendo os elementos mais esclarecidos desmascarado vigorosamente os "pelegos" que pretenderam que a massa ficasse passivamente à espera do resultado do dissídio". A conclusão neste caso é a mesma: "a decisão de ir a greve de uma assembléia do sindicato mostra como os trabalhadores podem aproveitar ainda esses órgãos profissionais, mesmo sob intervenção ministerialista, contanto que se organizem nos locais de

trabalho e lutem por todos os meios para obrigar os pelegos a cumprirem as resoluções das assembléias gerais". (A Classe Operária de 15/01/49)

Cerca de três meses depois os doqueiros de Santos numa grande Assembléia destituem a junta governativa. Todas estas vitórias foram passageira pois os ministerialistas, com a cobertura do Ministério do Trabalho e da polícia, voltaram a assumir seus lugares à frente dos sindicatos oficiais.

Os Comunistas durante todo este período **apesar de criticarem mais duramente a estrutura sindical sempre procuraram intervir nela**. Intevieram, com certeza, na esperança de destruí-la por dentro. Mas, na prática, sua ação ia no sentido de reformá-la, democratizá-la, extirpando-a dos mecanismos mais discricionários e daquele que, segundo eles, seria o principal mecanismo para manutenção dos pelegos na direção dos sindicatos: o imposto sindical. Podemos afirmar que para os comunistas a garantia de eleições livres para as direções sindicais, sem a intervenção direta do Ministério do Trabalho e o fim do imposto sindical seriam condições suficientes para o estabelecimento da efetiva liberdade sindical. O poder normativo da Justiça do Trabalho nos conflitos estabelecidos entre o Capital e o Trabalho também será alvo de críticas, embora este problema estivesse colocado num plano sempre secundário em relação aos outros dois.

A posição dos comunistas a respeito da estrutura sindical oficial pode ser observada durante o V Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais e o I Congresso Nacional dos Trabalhadores promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTII), ambos realizados sob os auspícios do Ministério do Trabalho.

O primeiro Congresso se realizou entre os dias 14 e 21 de outubro de 1949 na cidade de Barbacena e reuniu cerca de 90 delegados. Destes delegados, a quase totalidade foi indicada pelas juntas governativas, sendo terminantemente negado o direito de participação de entidades não vinculadas ao Ministério do Trabalho como as associações profissionais e as ligas camponesas.

A avaliação dos comunistas sobre o encontro é otimista e em certo sentido reforça a tese de atuação nas entidades sobre intervenção. Segundo o jornal "Gazeta Sindical", órgão oficioso da CTB, sindicalistas honestos haviam forçado os ministerialistas a adotar posições mais conseqüentes em assuntos fundamentais para a luta do proletariado.

Entre as reivindicações aprovadas estavam **eleições livres, imediatas e com direitos de reeleição das diretorias**. A mesa diretora dos trabalhos foi obrigada a retirar da pauta as propostas de manutenção do imposto sindical e a de antecipação do seu desconto para janeiro de 1950. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 1949)

No segundo caso, os comunistas levaram uma campanha de denúncia contra a realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores, patrocinado pela CNTI e o Ministério do Trabalho. Em um manifesto público a União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal (USTDF) conclama:

"Levantemos bem alto o nosso protesto. Através de comissões aos jornais, de passeatas, de comícios, paradas de protesto demonstrando, em cada fábrica, em cada empresa e em cada local de trabalho a nossa repulsa aos traidores e ao congresso e levantemos com firmeza e confiança, até a vitória, a bandeira por eleições sindicais livres e imediatas e por aumento de salários".

(os grifos são nossos) (Gazeta Sindical de 16/08/49)

Mas, contraditoriamente, nas páginas da própria "Gazeta Sindical" podemos constatar as tentativas de infiltração de sindicalistas comunistas no Congresso da CNTI, que eles diziam devia ser boicotado. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de Setembro de 49)

Após o Congresso da CNTI, em agosto de 1949, os comunistas notam uma alteração da tática dos ministerialistas que passavam a dar maior ofensividade ao seu trabalho junto aos trabalhadores, buscando dinamizar a sua ação sindical, ao mesmo tempo que cuidavam para que não houvesse a perda de controle sobre essas iniciativas. Após o Congresso inúmeros interventores dão declarações em defesa do aumento de salários, chegando mesmo a convocar, pela primeira vez, assembléias de campanha salarial. Mas o objetivo, de fato, era fortalecer a Justiça do Trabalho e o mecanismo do dissídio coletivo, que eram criticados pelos comunistas.

Referindo-se as resoluções aprovadas no Congresso da CNTI afirma o jornal "Gazeta Sindical":

"Acenou-se com muitas reivindicações sentidas, como a triplicação do salário mínimo, como a abolição da exigência de assiduidade de 100%, como a liberdade sindical etc, etc (...) Mas para a conquista disso tudo, os pelegos apontam apenas um caminho o de implorar aos poderes constituídos (...) esperam sua ação, defendendo com unhas e dentes, o seu poder normativo (...) Em vez de luta direta com os patrões, que está sendo vitoriosa em toda parte, querem os pelegos que os trabalhadores voltem a pechinchar ao Congresso e a Justiça do Trabalho aquilo que tem direito". (os grifos são nossos) (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de novembro de 1949)

Devemos observar que os comunistas parecem concordar com as resoluções aprovadas neste congresso, com excessão das tentativas de valorizar o dissídio coletivo e o poder normativo da Justiça do Trabalho, considerando-as "reivindicações sentidas" pelos trabalhadores. E acabam destacando entre elas a "liberdade sindical". Mas o mais interessante é que este congresso, na verdade, ratificou uma proposta de "liberdade sindical tutelada".

Entre as propostas aprovadas pelos delegados da CNTI, que deveriam ser enviadas para o congresso nacional, servindo de subsídio para elaboração de uma nova lei sindical, constava entre outros pontos:

"i) processamento do registro dos estatutos das associações sindicais no órgão competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que deverá decidir desse registro, no prazo máximo de 60 dias, garantindo recurso ao judiciário, se denegado o pedido;

j) expedição da carta de reconhecimento do sindicato pelo poder competente, como corolário indispensável ao princípio da unidade sindical."

Continua o documento: "Considerando (...) que a unidade sindical é postulado imprescindível à organização sindical brasileira e que o regime de pluralidade reconhecido pela constituição federal de 1934, longe de contribuir para o desenvolvimento do sindicalismo, apenas enfraqueceu o espírito de união e solidariedade sindical:

(O congresso) Resolve recomendar que a legislação sindical consagre:

a) o sistema de unidade sindical, a fim de que dentro de determinado âmbito territorial, não possa ser constituído mais de um sindicato representativo da mesma atividade profissional ou econômica;

b) a impossibilidade de associação profissional se transformar em sindicato quando os seus membros integram categoria ou atividade já representada por entidade sindical reconhecida na mesma forma de lei (...) (os grifos são nossos, ACB). (Moraes Filho, 1978:289-291)

A proposta dos ministerialistas vinha no sentido de reformar a estrutura sindical dando maior autonomia a burocracia sindical, mas sem tocar no pilar desta estrutura que possibilita a ação tutelar do Estado, que é justamente o instrumento da "investidura sindical", ou seja, a necessidade do Estado outorgar representação legal para que uma determinada associação possa representar setores das classes trabalhadoras. A posição dos ministerialistas está bastante próxima da proposta que os comunistas iriam assumir alguns anos depois. Por isso é sintomático que as críticas feitas pelos comunistas contra o Congresso da CNTI não tenham tocado no conteúdo das resoluções aprovadas que diziam respeito a reformulação da estrutura sindical brasileira. O mesmo partido faria, ao lado dos ministerialistas, uma crítica acirrada a proposta de reforma da lei sindical elaborada por João Mangabeira.

Mas o que era essa corrente ministerialista que ainda possuía hegemonia dentro da estrutura sindical oficial e também dentro da CNTI? Os ministerialistas formam uma corrente política dentro do movimento sindical brasileiro que tem na burocracia do Ministério do Trabalho o centro irradiador de suas idéias e ação. Portanto, se constitui enquanto uma verdadeira "correia de transmissão" da política de Estado dentro do movimento sindical. Defende um sindicato não autônomo e de colaboração de classe e com o Estado, mesmo quando esse Estado está sob direção de governos discricionários, como foi o caso do governo Vargas durante o Estado Novo e o governo Dutra entre 1947 e 1950.

Mas é bom esclarecermos que, o que definimos como corrente ministerialista nas conjunturas pós-1945 se

diferencia significativamente dos chamados ministerialistas do início década de 30. Os líderes sindicais dos primeiros anos da década de 30 acusados de ministerialistas pelos anarquistas e comunistas provinham, em boa parte, de correntes socialista-reformistas e do chamado socialismo-tenentista, que ainda depositavam esperanças nos propósitos "emancipadores" da Revolução de 1930. Correntes que, dentro do movimento sindical, defendiam a incorporação dos sindicatos livres ao Estado, através do reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho. Acreditavam que isso daria garantias para a ação sindical e conseqüentemente poderia trazer melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Esses socialistas, pelo menos num primeiro momento, não eram totalmente integrados à política de Estado, o que possibilitava que, muitas vezes, pudessem apoiar movimentos grevistas e até se integrar a movimentos de caráter contestatório à ordem vigente. Mas o desenvolvimento da conjuntura, com o endurecimento do regime, foi exigindo uma nova postura desses sindicalistas: ou se adaptavam à nova ordem autoritária, ou se rebelavam contra ela. Nesse último caso a permanência dentro da estrutura sindical oficial estaria irremediavelmente condenada. Então muitos acabaram optando pela adaptação e abdicaram completamente de qualquer proposta visando autonomia organizativa ou política em relação ao Estado Novo.

Outra corrente nascida no início da década de 30 foi constituída pela ação direta da própria burocracia do Ministério do Trabalho, nas categorias com pouca ou nenhuma tradição sindical. Formou-se assim, desde o primeiro momento, um quadro de "dirigentes" sindicais plenamente integrados política e ideologicamente ao Estado populista. Por isso pode esta corrente adaptar-se imediatamente às transformações da conjuntura e ao fechamento do regime à partir de 1935, e particularmente após a decretação do Estado Novo em 1937. (Araújo, 1994:194-207)

Seriam principalmente os membros dessa última corrente, formados política e ideologicamente pelo Ministério do Trabalho, somado aos socialistas-reformistas "reciclados" pelo regime, que se constituiriam naquilo que se chamou de corrente ministerialista.

Esses homens ainda estariam na direção da quase totalidade dos sindicatos oficiais no fim do Estado Novo, quando muitos foram substituídos pelas eleições ocorridas logo após a redemocratização. Contudo, nas intervenções promovidas por Dutra entre 1946 e 1948, vários desses foram reconduzidos às direções dos sindicatos.

A nova tática ministerialista, adotada após o Congresso da CNTI, dá os seus resultados pois nas referidas assembleias, convocadas pelas juntas governativas, são aprovados a instauração de dissídios coletivos e não a proposta comunista de mobilizar as categorias para a negociação direta com os patrões. A responsabilidade recai novamente, segundo os comunistas, naqueles que abandonaram os sindicatos, deixando o campo livre para a demagogia ministerialista. Afirma o jornal "Gazeta Sindical":

"E porquê o êxito inicial? Simplesmente porque os sindicalistas que militavam nos sindicatos antes do regime de intervenção afastaram-se dos seus organismos de classe. Esqueceram-se que a luta dentro das empresas, diretamente contra os patrões, não exclui a utilização do sindicato, inclusive como instrumento de desmascaramento dos pelegos, que serão obrigados a se definir em situações concretas, mostrando que de fato estão do lado dos patrões. É verdade que muitas vezes era difícil permanecer no sindicato já que estes permaneciam fechados e sem ação social. Agora porém novas possibilidades para o aproveitamento dos sindicatos na luta por aumento de salários se abrem aos trabalhadores. É preciso não desprezá-las. É preciso utilizá-las até às últimas conseqüências inclusive no sentido de retomar os sindicatos, de conquistá-los novamente através de eleições livres e imediatas. " (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de novembro de 49)

A indicação, portanto, era de que os trabalhadores deveriam ir aos sindicatos oficiais pressionar as juntas governativas para que desencadeassem lutas pelas reivindicações econômicas das categorias e buscando neste processo desmascará-las. E, onde houvesse condições, tentassem a sua destituição e substituição por elementos de confiança dos trabalhadores como foi feito pelos mineiros da

Morro Velho, pelos doqueiros de Santos e químicos do Distrito Federal.

Em nenhum momento, segundo os comunistas, os trabalhadores deveriam se iludir com as juntas intervencionista e muito menos se subordinar à elas.

A maior crítica vai para aqueles "traidores" que "indicam a junta ministerialista como a única capaz de resolver a situação, fazendo, desse modo, o jogo que interessa aos donos das empresas". (A Classe Operária de 08/01/49)

Apesar da sua oposição à estrutura sindical os comunistas, em geral, separavam os sindicatos oficiais das direções ministerialistas que lhes eram impostas e isto é possível ser constatado na seguinte afirmação, estampada em "A Classe Operária":

"Os sindicatos são dos trabalhadores. E foram criados pelos próprios trabalhadores, associados para defesa dos seus interesses de classe (...) Quando a ditadura, para melhor aplicar sua furiosa política de congelamento de salários intervém nos sindicatos colocando à sua frente conhecidos traidores do proletariado ligados à polícia e ao Ministério do Trabalho outra coisa não visa senão impedir que a classe operária faça uso de suas organizações já existentes para o desencadeamento de lutas contra a fome e a exploração (...) Mas é claro que, apesar desta política de intervenção policial nos sindicatos, os trabalhadores podem e devem reconquistá-los". (os grifos são nossos) (A Classe Operária de 12/03/49)

Não é por outro motivo que os comunista sempre louvavam as diretorias, sob intervenção ou não, que encaminhavam as reivindicações e buscavam mobilizar os trabalhadores como foi o caso do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de São Paulo e do Sindicato dos Trabalhadores da indústria de Fumo do Rio de Janeiro.

Mas não havia um fetichismo em relação a organização sindical oficial. Ainda em 1948, a "Gazeta Sindical" já indicava aos militantes sindicais que "se as juntas governativas não aceitarem o caminho indicado pelos trabalhadores, essas organizações nas empresas deviam passar por cima dos sindicatos". E foi isto que, em geral, acabou

acontecendo na quase totalidade dos movimentos grevistas ocorridos no período.

A própria composição da CTB reflete, em parte, essa concepção ampliada sobre o que seja uma organização sindical. Na resolução aprovada em sua 1ª Conferência Nacional fica estabelecido que dela poderão participar "os atuais sindicatos, as organizações operárias de caráter beneficente, cooperativa e social" e é claro as associações profissionais. Neste momento ainda não é dada nenhuma preferência aos sindicatos oficiais. E nem poderia ser diferente, porque a quase totalidade da militância comunista estava excluída dos sindicatos e concentrava a sua ação nas organizações por locais de trabalho; excluir ou reduzir o papel dessas organizações dentro da CTB era excluir e reduzir o papel desempenhado pelo movimento operário e sindical real que, mesmo limitado, passava por essas organizações, diante da completa inatividade dos sindicatos ministerialistas.

4. POR QUE AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS ?

Quem responde a essa questão é o jornal comunista "Hoje":

"A liquidação da liberdade sindical obriga os trabalhadores a encontrar novas formas estáveis de organização, para se manterem unidos e coesos e assim poderem enfrentar a crescente exploração que são vítimas (...) As associações de classe sejam recreativas, beneficentes, cooperativistas, adotem a forma que melhor convenha conforme a situação concreta, transferem para dentro das fábricas, para os próprios locais de trabalho a luta sindical. É chegada a hora de aproveitar a experiência dos setores profissionais aos quais foi negado o direito de sindicalizar, como os ferroviários (...) compreendendo que sindicato não é tabuleta na sede, mas luta viva e organizada, deixaram os rótulos de lado e se congregaram em associações que os unificam e levam avante a defesa de seus direitos." (os grifos são nossos, ACB) (Hoje de 15/01/48)

Segundo os comunistas, o centro da organização dos trabalhadores deveria ser o local de trabalho. Para eles a grande debilidade do movimento sindical até as intervenções de 1947 havia sido a pouca organização dentro das empresas. Teria sido justamente esta fragilidade que teria permitido as intervenções sindicais. E seria através da organização nos locais de trabalho que os operários poderiam reconquistar os seus sindicatos e mantê-los. O próprio projeto inicial sobre a organização de associações profissionais estipulava que esta deveria se dar fundamentalmente por local de trabalho, funcionando na prática como uma comitê de empresa envolvendo os trabalhadores de todas as profissões. **Qualquer organização serve, não importa o rótulo, desde que organize os trabalhadores nos seus locais de trabalho, esta é a conclusão dos comunistas.**

Os delegados presentes a 1ª Conferência da CTB, realizada em 16 e 17 Junho de 1950, chegam a conclusão de que a experiência havia ensinado que a força do movimento sindical está na organização dentro das fábricas e que os patrões e o governo não poderiam fechar suas fábricas para golpear o movimento operário. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de julho de 1950)

Por mais paradoxal que possa parecer, os comunistas no auge de sua radicalização contra o governo, a burguesia e a estrutura sindical oficial iriam incentivar a formação de organizações de tipo mutualista por considerá-las formas válidas de organização no combate pela liberdade sindical.

A Caixa Pró-Natal dos metalúrgicos da Indústria Ipiranga no Distrito Federal foi fundada no 1º semestre de 1948 e seu objetivo inicial era, através da coleta de contribuição mensal dos associados e de dinheiro recolhido por meio de vendas, formar um fundo que permitisse fazer empréstimos a juros baixos para os trabalhadores e fornecer outros benefícios. O dinheiro coletado é redistribuído no fim do ano. No artigo 1º dos seus estatutos está incluída como uma de suas finalidades: "congregar todos quantos trabalham na firma para que organizadamente possam cuidar dos seus interesses, **bem como do progresso da empresa,**

melhorando cada vez mais a sua capacidade produtiva". (os grifos são nossos) (Gazeta Sindical de 31/07/48)

Mas já nos fins de 1948 a caixa Pró-Natal organizava um memorial solicitando o pagamento do descanso semanal remunerado. Os patrões então demitem dois diretores da caixa, inclusive o seu presidente. Os trabalhadores se mobilizam e conseguem impedir as demissões. (Gazeta Sindical de 19/11/48).

Esta forma de organização seria utilizada por outros trabalhadores. O mesmo jornal fala da fundação de uma caixa de socorro mútuo, nos moldes da dos trabalhadores da Ipiranga, entre os tripulantes do vapor Midosi, que congregava 42 sócios (a quase totalidade da tripulação). (Gazeta Sindical de 01/10/48)

No caso dos trabalhadores das Docas de Santos, os comunistas se utilizaram da "Associação Beneficiente dos Empregados da Cia. Docas de Santos", que havia sido fundada pela empresa em 1905 e contava em 1947, quando foi conquistada pelos comunistas, com mais de 8 mil associados. Os comunistas assumem a direção da associação em fevereiro de 1947 após a destituição do conselho deliberativo em uma assembléia de associados. Na eleição ocorrida em março os comunistas têm nova vitória.

Após a intervenção promovida pelo Ministério do Trabalho no sindicato em abril de 1947, quando passa a responder por ele o delegado do trabalho Cristiano Solano, e consolidada com a nomeação de Jonas Pereira para interventoria, os comunistas passam a se utilizar da associação como um instrumento de organização independente dos trabalhadores em contraposição à diretoria ministerialista do sindicato.

A associação passa a servir de ponto para reuniões da Comissão de Salários e chega mesmo a intervir na negociação como intermediária entre os trabalhadores, a direção da Cia. e o governo. Isto gera um duro protesto de Jonas Pereira, presidente da junta governativa, que considerava esta atitude como uma ingerência da Associação das Docas que estava, segundo ele, tentando "controlar evidentemente a função taxativa e precípua dos órgãos de classe criados e reconhecidos para (...) defesa e colaboração com o governo,

nos assuntos de economia e trabalho das classes obreiras". (Silva, 1992:245)

Mas, em geral, os comunistas das Docas preferiram concentrar sua organização propriamente sindical nas "comissões de local de trabalho" no sentido de pressionar a diretoria ministerialista. Em janeiro de 1949 em uma assembléia geral convocada pelo sindicato os trabalhadores destituem a junta governativa e elegem uma diretoria provisória composta por comunistas. Esta vitória foi efêmera pois o Ministério do Trabalho não reconheceu a validade da assembléia e muito menos a nova diretoria. Mesmo assim os comunistas continuam participando das assembléias convocadas pelo sindicato. Ainda em setembro de 1949 teríamos novo confronto entre ministerialistas e comunistas pela direção de outra assembléia da qual fazia parte, compondo a mesa dos trabalhos, o secretário do DOPS.

A representatividade dos comunistas pode ser constatada pelo resultado das eleições de 1948 para a diretoria da associação. A chapa apoiada pelos comunistas foi eleita com 1.114 votos contra 109 obtidos pela chapa patrocinada pela empresa. Nas eleições do ano seguinte não houve concorrência.

A associação seria fechada em dezembro de 1949 pela ação conjunta da justiça e da polícia depois dos incidentes ocorridos na assembléia do dia 4 de dezembro. No choque entre trabalhadores ligados a direção da associação e pelegos, culminou na morte de uma pessoa e mais de 9 feridos. A responsabilidade pelo ocorrido recaiu sobre os comunistas. (Silva, 1992:245)

Embora em alguns momentos a associação assumisse a direção de várias lutas de caráter propriamente sindical, parece existir uma certa preocupação dos comunistas em não confundi-la com uma organização sindical e em vários momentos a própria direção da associação parece deixar isto claro. O objetivo dos comunistas nunca foi transformar a associação em sindicato e sim acumular força e através dela, e das comissões por local de trabalho, reconquistar o sindicato, o que foi tentado várias vezes.

Os comunistas empreenderiam grandes esforços para a formação destas organizações profissionais livres da tutela do Ministério do Trabalho. Muitas delas se reduziram à

própria militância comunista e tiveram pouca atuação efetiva na organização e no desencadeamento de lutas de maior envergadura. Mas, não devemos generalizar. Veremos mais adiante que algumas dessas associações conseguiram congregar muitos trabalhadores e, levando em conta o clima de repressão existente na época, conseguiram travar importantes lutas e se constituíram em centros organizatórios da classe; seus líderes se tornaram referências importantes dentro do movimento sindical o que lhes permitiu acumular forças, num momento de refluxo, e conquistarem vários sindicatos a partir de 1950, quando se retomaria o ascenso do movimento sindical. Os resultados de algumas eleições sindicais ainda em 1950 iriam, demonstrar a manutenção desta influência, ainda que não nos mesmos níveis de 1945/46.

É bom não confundirmos as associações profissionais formadas pelos comunistas com as associações profissionais que constam da estrutura sindical oficial brasileira.

Estas últimas, longe de se constituírem em embriões de organizações livres, eram entidades tuteladas pelo Ministério do Trabalho embora pudessem usufruir de maior liberdade, ou como diria, uma "liberdade sindical tutelada". As associações profissionais, patrocinadas pelos comunistas, eram associações civis, desvinculadas do Ministério do Trabalho, o que lhes permitia existir mesmo que já houvesse um sindicato da categoria. Este fato possibilitava também que elas pudessem se organizar por empresas e não apenas por categorias profissionais, pois não estavam presas aos ditames do enquadramento sindical.

5. ESVAZIAMENTO DOS SINDICATOS OFICIAIS

Ao contrário dos que afirmam, como Hélio da Costa, existir um conflito entre a indicação da direção nacional do partido para o abandono dos sindicatos oficiais e a aspiração das massas em atuar nos sindicatos oficiais sob intervenção, podemos afirmar que todas as indicações apontam para uma conclusão oposta. Constatamos uma tendência acentuada de esvaziamento dos sindicatos por parte dos trabalhadores e especialmente das bases comunistas. Isto pode ser sentido nas próprias declarações de militantes e

dirigentes comunistas e socialistas do período. Mais do que sentido podem ser comprovados pelos dados apresentados pelos próprios sindicatos oficiais.

As intervenções sindicais no início de 1947, puseram um fim ao crescimento da sindicalização que vinha sendo observado principalmente desde 1945. Não só o crescimento foi estancado como houve uma redução do número de sindicalizados e isto teve vários motivos.

Desde dezembro de 1946, quando o ministro do trabalho Morvan Figueiredo respondendo a uma consulta de um sindicato de Juiz de Fora, autorizou as direções sindicais a suspenderem os associados que insistissem "em levar o sindicato a uma posição ilegal", ou seja filiar-se a CTB, ocorreu um processo de expurgos das lideranças sindicais mais combativas. Isto veio a se agravar depois do decreto de 7 de maio de 1947 que abriu a possibilidade de intervenção em todos os sindicatos que haviam aderido a CTB e as Uniões sindicais. Segundo o jornal "Vanguarda Socialista", órgão oficial da direção nacional do PSB, só no sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal mais de 900 trabalhadores foram sumariamente excluídos. (Vanguarda Socialista de 03/01 e 15/11/1947) O ex-líder metalúrgico e comunista Agostinho de Carvalho fala em cerca de 1.300 trabalhadores afastados do sindicato sob acusação de serem comunistas. (Imprensa Popular, 1952)

Os interventores se solidarizavam integralmente com o governo na sua cruzada anticomunista. O jornal "O Metalúrgico" demonstraria a posição subserviente desses sindicalistas diante da política repressiva implementada por Dutra:

"Vários presidentes de entidades sindicais hipotecaram solidariedade ao Ministro do Trabalho e demonstraram a sua repulsa aos planos de agitação e desordem que os comunistas tentam estabelecer em todo o país. O sr. Manoel Cordeiro do Sindicato dos Metalúrgicos, apoiou as medidas adotadas pelos poderes públicos para jugular a onda de greve (...) Renunciou as infiltrações de extremistas vermelhos no seio das classes obreiras, citando vários nomes". (O Metalúrgico n°64, dezembro de 1947)

O impacto das intervenções também levou ao afastamento espontâneo de milhares de trabalhadores. Digo espontâneo pois não havia esta diretiva por parte de nenhuma das organizações de esquerda mais expressivas, comunista, socialista ou trotskista.

Até mesmo no Sindicato dos Gráficos de São Paulo no qual houve uma intervenção negociada, que permitiu a manutenção, enquanto colaboradores, inclusive de membros da diretoria destituída e que manteve uma retórica crítica (até 1950) ao intervencionismo estatal, houve uma redução significativa no número de associados. Só em 1947, 722 associados deixaram de pertencer aos quadros do sindicato: 671 por atraso de pagamento, 42 por abandono de profissão (aqui se inclui os trabalhadores da Imprensa Oficial desligados por decisão da nova diretoria, por serem considerados funcionários públicos) e apenas 2 por falecimento. Em 1948 foram eliminados mais 459 sócios. A importância desta evasão pode ser aquilatada quando comparada com o número de sócios efetivos, que era de 2.725 em 1948, e de 2.375 em 1949. Nas eleições de setembro 1951, a primeira eleição depois da intervenção, apenas 2.286 sócios estavam em condições de votar. (O Trabalhador Gráfico de 25/05/49, 07/02/50 e 08/51)

Pelas páginas de "O Trabalhador Gráfico", Pedro Viadero, presidente cassado do sindicato, ex-comunista e colaborador da junta governativa afirmaria:

"Empossada a junta governativa (...) os associados influenciados talvez por elementos menos ponderados (...) deixaram a corporação, deixaram de freqüentar como antigamente faziam (...) pode-se dizer mesmo que o sindicato ficou às moscas (...) A Junta governativa isolada do resto da corporação teve desde os primeiros momentos embargados seus passos, pela indiferença e pelo descaso da maioria dos companheiros." (Viadero, P. , "Tarefa de Insensatos" in O Trabalhador Gráfico de 29/05/49)

A constatação sobre o esvaziamento dos sindicatos oficiais também é feita pelo dirigente bancário e membro do PCB, A. L. Bacelar Couto:

"Com a desmoralização dos atuais sindicatos, submetidos que estão quase todos à intervenção ministerialista e

policial (...) Dia a dia reduzem-se os quadros dos sindicatos asfixiados, já que é afastando-se deles que muitos trabalhadores fazem sentir a sua repulsa a completa ausência de liberdade sindical no país." (A Classe Operária de 08/01/49).

A política policialesca existente nos sindicatos também foi responsável pelo esvaziamento dos sindicatos oficiais. Em São Paulo, no início de 48, vários motoristas e cobradores foram presos pelos "tiras da Ordem Política" quando tentavam entrar na sede do sindicato. (Hoje de 23/01/48)

Em março de 1948 a diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo solicitou a prisão de todos os elementos da Comissão Municipal de Salários eleitos pela categoria numa assembléia dentro do próprio sindicato a revelia da diretoria ministerialista. O que culminou com uma greve de protesto na fábrica Labor, na qual trabalhava um dos detidos. (Gazeta Sindical de 27/03/48)

Durante a greve dos ferroviários da Leopoldina, no início de 1948, a junta governativa do sindicato forneceu a polícia uma lista com os nomes e endereços de todos os trabalhadores grevistas, contribuindo efetivamente para repressão policial. A junta governativa do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fósforo de Niterói chegou a pressionar a direção da empresa para que não concedesse um reajuste salarial, já negociado diretamente com os seus empregados, sob a alegação de que este reajuste iria contra as determinações do ministro do trabalho Morvan de Figueiredo. (Gazeta Sindical de 30/04/48). Não é de se admirar o alto nível de descrédito dos trabalhadores em relação a estas organizações sob direção ministerialista. Barsted no seu estudo sobre os operários navais do Distrito Federal constata que após a intervenção, ocorrida em 1947, "passou a haver um desinteresse geral pelas assembléias gerais do Sindicato dos Operários Navais" que passaram a reunir cerca de 12 pessoas, que era um pequeno grupo de associados que insistiam em acompanhar o trabalho sindical". (Barsted, 1982:51)

Segundo Albertino Rodrigues, "os poucos dados disponíveis sobre a sindicalização revelam que ela se mantém em níveis inferiores aos que havia atingido em 1946, isto é,

797.991. Em 1950 eram 738.616 os sócios de sindicatos, enquanto em 1952 eram 747.309". (Rodrigues, 1968:132)

Esse período, devido ao desinteresse do governo Dutra pelo movimento operário, há pouquíssimos dados sobre o desenvolvimento da sindicalização no Brasil. No entanto todas as informações coletadas na imprensa sindical e partidária da época demonstram essa tendência ao esvaziamento dos sindicatos oficiais entre 1947 e 1950.

6. AS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 1950

No início de 1950, através da portaria nº 29, o governo Dutra convoca eleições para os sindicatos sob intervenção. O objetivo era dar uma aparência democrática a estrutura sindical brasileira, legalizando assim as intervenções. Para não perder o controle do processo eleitoral era restabelecido o atestado de ideologia, pelo qual todos aqueles que quisessem concorrer às eleições deveriam tirar um atestado junto à Delegacia de Ordem Política e Social. Eram ainda mantidos fora dos quadros sindicais todos aqueles trabalhadores que foram afastados por envolvimento com o PCB. Todo processo eleitoral devia ser controlado pelas juntas ministerialistas e pelas delegacias regionais do trabalho.

A proximidade das eleições presidenciais, com a possibilidade da volta de Vargas ao poder, parece ter contribuído para esta decisão de convocar as eleições sindicais. Não seria confortável para um governo constitucional entregar o poder a seu sucessor, especialmente a Vargas, tendo a quase totalidade dos principais sindicatos sob intervenção. Outro fator que deve ter pesado nos cálculos políticos de Dutra foi o interesse de colocar na máquina sindical pessoas mais afinadas com a sua política e que permaneceriam ali, mesmo depois de sua saída do Catete. É bom lembrar-mos que Dutra possuía relações conflituosas com Vargas, que só vieram se agravar nos últimos anos de seu governo. Por isso Dutra apoiava Cristiano Machado do PSD para presidência da República. A tática de Dutra não deu bons resultados e em pouquíssimo

tempo os "queremistas" e comunistas passariam a disputar a hegemonia nos sindicatos oficiais.

Embora a portaria anunciasse a volta das eleições nos sindicatos e estabelecesse as instruções para sua realização ela não determinava os prazos e o calendário para as mesmas, ficando ao Ministro do Trabalho a liberalidade de marcá-las quando melhor lhe conviesse. O governo procurou manobrar da melhor maneira possível com essa prerrogativa.

A estratégia governista, num primeiro momento, pareceu dar certo. O calendário das eleições foi feito de maneira a favorecer o governo e seus aliados, começando pelos sindicatos com maior controle ministerialista e menor oposição. No Estado de São Paulo, já o principal centro industrial do país, apenas em 2 sindicatos foram convocadas eleições: Sindicato dos Empregados no Comércio e Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Comerciais de Minerais e Combustíveis Minerais. (Trabalhador Gráfico, 7 de fev. de 1950)

Um dos principais sindicatos do primeiro grupo a realizar eleições foi o Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal, que dos 11.556 associados em condição de votos compareceram apenas 2.842 eleitores o que obrigou a realização de um segundo turno que permitiu a vitória do antigo interventor, Nelson Mota. A categoria era calculada em mais de 100 mil pessoas.

Realizaram eleições os sindicatos dos barbeiros, dos enfermeiros, dos oficiais de máquinas da marinha mercante do Distrito Federal. Em todas elas só puderam concorrer chapas previamente aprovadas pela Delegacia de Ordem Política Social. O que se destaca nestas eleições é o baixo número de votantes, respectivamente 334, 424 e 674. A eleição do Sindicato dos Cabineiros de Elevadores precisou ser cancelada por não ter se inscrito nenhuma chapa. A eleição no Sindicato dos Comerciários do Rio Grande do Sul também foi invalidada por falta de quorum. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de julho de 1950)

No dia 30 de Junho ocorrem as eleições de outro grupo de sindicatos no qual se incluem os sindicatos dos trabalhadores em construção civil, da indústria de bebidas e da indústria de papel e papelão. Nessas eleições só foram aceitas chapas que apresentassem atestados ideológicos, ou

seja, chapas sem a presença de comunistas notórios. Essas eleições tinham sua importância porque concorriam a elas dois expoentes do sindicalismo ministerialista, Holanda Cavalcante, presidente da CNTI, candidato a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Bebidas, e Luís Menossi dirigente da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil, candidato a presidência do Sindicato da Construção Civil de São Paulo. (O Sol de 21/06/50)

A chapa de oposição à diretoria ministerialista do Sindicato da Construção Civil, apoiada pelos comunistas e proibida de concorrer às eleições, lança um manifesto à corporação repudiando a farsa eleitoral, mas estranhamente não conclama ao boicote e sim para que os trabalhadores não votassem em Luís Menossi. (O Sol de 25/07/50)

O apelo acabou não sendo acatado pelos sindicalizados, conseguido o quorum nas eleições, elegeu-se Luís Menossi para a presidência do Sindicato da Construção Civil de São Paulo. Neste processo elegeu-se também outro notório ministerialista, Olavo Previati, para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Papelão. Legalizava-se assim as antigas intervenções ministerialistas, dando uma fachada democrática a estrutura sindical brasileira, que passava a ter presidentes sindicais "democraticamente eleitos" pelos seus pares.

Mas a surpresa ficou por conta da eleição no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Bebidas no qual Holanda Cavalcante foi derrotado por uma chapa de pouca expressão. A chapa de oposição, não comunista, conseguiu 373 votos contra 101 dados à situação. Este fato foi comemorado pelos comunistas, que pouco antes da eleição denunciavam a farsa das chapas de oposição lançadas nos 3 sindicatos, acusando-as de "servirem unicamente para dar uma fachada democrática à grande farsa que eram as eleições ministerialistas". (O Sol de 05/07/50)

Não há dúvida que os comunistas mudaram de idéia às vésperas do pleito. Só isso justifica o estranho manifesto lançado entre os operários da construção civil. Tudo indica que a diretiva de não votar em Menossi significava sufragar a chapa dita de oposição.

A posição dos comunistas revela bem as contradições vividas por eles naquela ocasião, entre o rompimento radical

ou a aceitação, ainda que de maneira crítica, da estrutura sindical oficial. A direção do PCB decide pela participação nas eleições mas sob a condição de não se apresentar os "infames atestados de ideologia".

A Conferência Nacional Sindical da CTB, na mesma linha, decide repudiar o atestado ideológico pois "sua aceitação é concordar com a intervenção da polícia política no sindicato e a discriminação política não permitida pela Constituição". (o grifo é nosso) (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1950)

Já em setembro de 1950, através de um artigo assinado por Carlos Maciel, os comunistas criticam as duas tendências que começam a se desenvolver no seio da lideranças sindicais anti-ministerialistas. Uma delas defendia a formação de chapas de oposição com elementos menos conhecidos da polícia e que fossem capazes de "passar pela prova de atestado ideológico". A outra tendência defendia que não se devia submeter ao "atestado de ideologia", mas caíam em uma posição abstencionista. Segundo Maciel estas duas tendências aparentemente opostas teriam a mesma origem: a falta de confiança nas massas trabalhadoras. E conclui: "afastar-se da orientação da CTB quer pela aceitação do "estado ideológico" quer pela abstenção é trair os interesses dos trabalhadores, é fazer o jogo do Ministério do Trabalho." (o grifo é nosso) (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

Na eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito Federal os comunistas lançam a chapa União Têxtil, que tem o seu registro negado pelo interventor Roberto Vaz. Esta posição é defendida pelo jornal "Gazeta Sindical". Segundo o jornal "nada de útil poderá advir de uma posição conciliatória de aceitação das condições fascistas impostas pelo Ministério do Trabalho, principalmente a submissão ao atestado ideológico" (o grifo é nosso) (Maciel, C., "A Orientação da CTB e as Eleições Sindicais", Gazeta Sindical da 1ª quinzena de outubro de 1950).

A eleição do Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal realizada em 25 de outubro é invalidada por falta de quórum. O que obriga a realização de nova eleição. A eleição

no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, realizada em outubro, da qual participa uma chapa "independente" também não consegue o quórum necessário.

Chapas independentes, sem apresentação de atestados ideológicos, buscam concorrer às eleições nos sindicatos dos empregados em hotéis e dos marceneiros. Mas não obtêm sucesso. No Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal as chapas se recusaram a se submeter ao atestado ideológico e a eleição acabou sendo adiada.

No Sindicato dos Gráficos de São Paulo a chapa de oposição, com hegemonia dos socialistas ligados ao PSB, não consegue registro para concorrer à eleição e inicia uma campanha ativa pelo boicote ao pleito, que é vitoriosa. A eleição ocorrida no dia 16 de outubro não seria validada por falta de quórum. Nova eleição é marcada para o dia 31 e novamente não é conseguido o quórum, o que acarretaria imposição, em 1951, de nova junta interventora que seria desta vez composta por membros da oposição e presidida por Gabriel Greco do PSB.

Nova eleição ocorreria no Sindicato dos Gráficos de São Paulo nos fins de 1951, com a participação de uma única chapa, composta por membros da interventoria e militantes de oposição à antiga junta ministerialista como Gabriel Greco e Dante Pelecani.

Na eleição no Sindicato dos Securitários do Distrito Federal, os pelegos conseguem vencer com 415 votos contra 341 votos dados à chapa "Independente" apoiada pelos comunistas. Houve acusações de irregularidades na eleição, acusou-se a falta de cédulas da oposição nas cabines de votação e espalhou-se boatos sobre a impugnação da chapa "Independente". (Imprensa Popular de 15/11/50)

A Chapa de oposição no Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Carvão Mineral Rio de Janeiro vence a eleição, mas a posse não é dada pelo Ministério do Trabalho. A oposição também vence nos sindicatos dos têxteis e da Carris Urbanos do Distrito Federal, dos trabalhadores em hotéis e similares do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, dos bancários de São Paulo. A maioria delas vitoriosas nas urnas não puderam assumir durante o governo Dutra, pois não apresentaram o "atestado de ideologia". (Roberto Morena, 1987:229-230)

Apesar de concentrar a sua ação contra o atestado ideológico dentro das fábricas buscando mobilizar os trabalhadores para garantir as inscrições das "chapas independentes" e a posse das diretorias eleitas, os comunistas, em 1950, como já vimos, não rejeitavam a utilização de mandados de segurança para garantir aquilo que desejavam: "reconquistar os sindicatos". A grande argumentação jurídica é que o atestado de ideologia violava a Constituição de 1946 que afirma, no seu artigo 141, parágrafo 8º, que "por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos".

Essa posição era compartilhada por inúmeros juristas e juizes, que aceitavam o pleito dos sindicalistas recorrentes, mas de forma alguma era aceita pelo Ministério do Trabalho e pelo governo Dutra.

Por exemplo, na eleição do Sindicato dos Trabalhadores dos Carris Urbanos do Distrito Federal, acima citada, a chapa de oposição foi vitoriosa por mais de 2 mil votos, diante do impedimento da posse recorreu ao judiciário que concedeu o pedido, reconheceu o resultado e marcou a posse. Mesmo assim a polícia convocada pelo Ministério do Trabalho impediu a posse e prendeu inúmeros trabalhadores. Mais tarde o Tribunal de Recursos daria ganho de causa ao governo federal.

A primeira grande vitória eleitoral comunista se dá no Sindicato dos Metalúrgicos de São Gonçalo, no qual a chapa "Democrática" apoiada pelo PCB consegue 360 votos contra 34 dados aos ministerialistas. A novidade é que a chapa eleita havia se submetido às "instruções" do Ministério do Trabalho e apresentado os atestados ideológicos.

Na segunda quinzena de novembro de 1950 o jornal "Gazeta Sindical" já apontava uma inflexão na tática comunista para as eleições sindicais. Afirma o jornal:

"É claro, afirma o órgão oficioso da CTB, que dentro desta orientação geral os militantes devem atuar tendo em vista as condições especiais de cada caso. A própria experiência dos pleitos já realizados nos fornece material valioso (...) Há casos, como os metalúrgicos de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, que constatando que sua organização de empresa foi enormemente debilitada

pela feroz reação patronal e policial - deram um balanço de suas forças, chegando a conclusão que deveriam participar das eleições com elementos não muito conhecidos que pudessem obter os documentos exigidos pela portaria do Ministério do Trabalho. Mas registrando a chapa lançaram-se a campanha através de um programa de reivindicação no qual incluiria o mais completo repúdio ao controle autoritário policial nos sindicatos, denunciando a obrigatoriedade do "atestado de ideologia" como medida fascista. Vitoriosa a chapa, desenvolve-se agora a luta por sua posse.

Estes exemplos demonstram que dentro da justa orientação geral da CTB, pode-se encontrar formas especiais de aplicação em certos casos especiais" (o grifo é nosso) (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 1950)

Não precisamos fazer um grande esforço para notarmos a alteração significativa na posição dos comunistas sobre a importância do ingresso no sindicato oficial. Até novembro de 1950 as "formas especiais de aplicação" da orientação geral da CTB não incluía, de forma alguma, a aceitação do atestado ideológico. Não existia, como já vimos, nenhuma brecha para uma interpretação flexível, nenhuma previsão para casos especiais. Tratava-se sim de uma revisão da política anterior.

As eleições sindicais de novembro de 1950 são marcadas por uma série de derrotas das chapas mais diretamente ligadas ao Ministério do Trabalho, compostas em geral por ex-interventores. Elas representam também um marco da política sindical do PCB com volta dos comunistas às direções dos sindicatos oficiais. É bom frizarmos que esta volta não seria tão fácil e tranqüila. O atestado de ideologia continuaria servindo, pelo menos até 1952, como um poderoso filtro para selecionar os dirigentes sindicais.

Uma diretoria anti-ministerialista se elege para o Sindicato dos Jornalistas de Belo Horizonte. A chapa de oposição à diretoria ministerialista do Sindicato dos Transviários de Porto Alegre vence a eleição sindical por esmagadora maioria. A oposição havia dirigido importante greve da categoria no ano anterior. Na Bahia a oposição vence a eleição no Sindicato dos Fumageiros.

Os comunistas vencem a eleição do Sindicato dos Mineiros de Conselheiro Lafayete em Minas Gerais. A oposição encabeçada pela chapa "livre" vence a eleição por 221 votos contra 76 dados aos ministerialista.

Seguindo o exemplo dos jornalistas de Belo Horizonte, os engenheiros do Distrito Federal e dos jornalistas de Curitiba decidem também, em assembléia, pela não apresentação do atestado ideológico.

A oposição sindical organizada na União dos Bancários do Estado de São Paulo (organização para-sindical) lança a chapa "Libertadora" que concorreria e venceria a eleição no Sindicato dos Bancários .

Os acontecimentos ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo também são emblemáticos desta nova conjuntura que ia se abrindo, com a tentativa de uma abertura sindical lenta e gradual (controlada) e a decisão dos comunistas de retornarem "pela porta da frente" às direções dos sindicatos oficiais. Na assembléia para aprovação do relatório anual da diretoria, realizada a 24 de março de 1950, ocorreu acirrada disputa entre ministerialistas e membros da oposição. A diretoria consegue aprovar, com apoio do Ministério do Trabalho a expulsão de vários associados ligados ao grupo de oposição. Dois meses depois uma nova assembléia, convocada pelos próprios associados restitui o direito dos sócios cassados. Um fato que deixa claro o aumento da influência da oposição, especialmente dos comunistas, dentro da classe operária. Em janeiro de 1951 uma coligação de oposição, que incluiria inclusive dissidentes da antiga diretoria, vence a eleição sindical. (PAES, 1979:177))

As eleições sindicais realizadas no final de 1950, apesar de ainda serem rigidamente controladas pelo Ministério do Trabalho, que fazia de tudo para preservar os sindicatos da influência comunista, representaram uma possibilidade, ainda que limitada, para a volta dos comunistas às direções sindicais. Em alguns sindicatos importantes os comunistas em aliança com outras forças políticas conseguiram, ludibriando o olhar atento do ministério, vencer as eleições sindicais e assumiram os seus mandatos.

As eleições sindicais de 1950 demonstraram o crescimento da influência comunista nos sindicatos operários. Não fossem os mecanismos anti-democráticos impostos por Dutra, especialmente o atestado ideológico, os comunistas teriam vencido em um número muito maior de sindicatos.

Isso comprova a tese que a política sindical adotada pelo PCB entre 1948 e 1950 não isolou os comunistas dos trabalhadores como a história oficial do partido procurou demonstrar. Apesar da dura repressão contra a sua militância e o fechamento de quase todos os canais institucionais para sua expressão, excetuando-se a sua própria imprensa, o Partido Comunista do Brasil continuou sendo uma referência importante para parcelas importantes dos trabalhadores urbanos. Portanto, não procede a avaliação, universalmente aceita, de que o início da curva ascendente da influência comunista junto ao movimento operário só tenha se dado a partir de 1952 com a decisão de romper com a perspectiva de construção de associações não atreladas à estrutura sindical e com a revalorização dos sindicatos oficiais.

Mas o resultado positivo trouxe consequências na reelaboração da política sindical do Partido. Se de um lado ele não abandona completamente o projeto de construção de associações profissionais nos casos em que a atuação nos sindicatos oficiais se tornam impossível; por outro, temos a revalorização dos sindicatos oficiais como espaço privilegiado de ação dos comunistas. As associações profissionais pouco a pouco irão perdendo o seu papel na proposta sindical comunista, até desaparecerem como uma alternativa possível, ainda que provisória, para organização das massas trabalhadoras.

A finalização do governo Dutra com a convocação de eleições sindicais, com a tentativa de legalização das intervenções ocorridas em 1947, não representou um arrefecimento da repressão ao movimento operário. O ano de 1950 foi também marcado pela violência contra os trabalhadores.

Roberto Morena num balanço das atividades da CTB elenca os inúmeros atentados patrocinados pelo governo e pelos patrões contra os trabalhadores e suas organizações durante o ano de 1950. Entre estes atentados se encontra o

assassinato de 4 trabalhadores durante o 1º de maio na cidade de Rio Grande, além de centenas de prisões de militantes operários e intervenção em entidades sindicais oficiais, como a deposição da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Leopoldo (RGS), e mesmo o fechamento e suspensão de entidades não oficiais, como ocorreu com a Associação Unitária dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. (Morena, 1987:227-229)

Está fora dessa lista a repressão cotidiana aos movimentos grevistas e as intervenções ministerialistas na vida sindical, especialmente nas eleições sindicais ocorridas naquele ano e já citadas mais acima.

Segundo o relatório de Roberto Morena a lista pessoas assassinadas durante o governo Dutra (1946-1950) chega a 31 nomes. Prestes fala em 55 mortos . (Morena, 1987:232-233 e Moraes, 1982:120)

7. ASSOCIAÇÕES LIVRES E MOVIMENTO OPERÁRIO

Como já afirmamos existe, em geral, uma visão bastante crítica em relação ao papel desempenhado pelas associações profissionais e as organizações livres no movimento sindical brasileiro. A política de formação dessas entidades livres é condenada por não ter conseguido aglutinar as massas trabalhadoras e por ter isolado as lideranças comunistas, facilitando a expansão das correntes ministerialistas e trabalhistas.

Não temos dúvidas, e vários depoimento o comprovam, que uma grande parte destas organizações livres aglutinaram pequena parcela de trabalhadores, tendo um número de associados ainda menor do que o dos sindicatos oficiais de suas respectivas categorias. (Maranhão, 1979: 101-104)

Mas não podemos absolutizar estas informações e negar a importância destas entidades na organização e no impulsionamento das lutas dos trabalhadores urbanos. Não podemos, de forma alguma, concordar que a política de formação de organizações livres, em geral, fosse a responsável pela perda de influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos. Uma das provas desta persistência de influência comunista junto ao movimento operário foi o

próprio resultado obtido pelos comunistas nas eleições sindicais de 1950.

Através de muitas destas organizações livres (comissões e associações) os comunistas conseguiram acumular forças o que lhes permitiu ganhar as eleições para as diretorias de importantes sindicatos oficiais. Em muito deles ganharam mas foram impedidos de tomar posse graças a interferência direta do Ministério do Trabalho.

A vitória da oposição, apoiada pelos comunistas, no Sindicato dos Metalúrgicos em São Gonçalo foi sustentada pela Caixa Beneficiente da Indústria Hime, a principal base desse sindicato. A oposição à diretoria do sindicato dos Hoteleiros do Distrito Federal tinha por base a antiga Comissão Pró-Liberdade Sindical dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes; o mesmo ocorreria com o Sindicato da Carris Urbanos do Distrito Federal, no qual a oposição organizada através da Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light venceu a eleição no final de 1950. Nestes dois casos os comunistas seriam impedidos de tomar posse.

Na cidade de Conselheiro Lafaiete a chapa apoiada pela Associação Profissional dos Trabalhadores das Minas venceu a eleição no sindicato da categoria. Em São Paulo a União dos Bancários esteve por trás da chapa vitoriosa no Sindicato dos Bancários. Neste mesmo estado a oposição, que se organizava através do Comitê Gráfico pela Autonomia Sindical, sob hegemonia socialista, venceu a eleição no Sindicato dos Gráficos em 1951; embora essa tivesse sido impedida de tomar posse.

No sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, no qual existia uma Comissão de Defesa Sindical e organizações livres nos locais de trabalho, como a Caixa Pró-Natal da Indústria Ipiranga, a oposição só não venceu a eleição sindical pelas constantes interferências do Ministério do Trabalho que impediu sistematicamente a realização do pleito até 1952. Mas, segundo a imprensa, a oposição vinha obtendo maioria de votos nas assembléias convocadas pelo sindicato, elegendo por sucessivas vezes a comissão de salários.

A imprensa comunista registra também a força do Sindicato Livre dos Trabalhadores na Indústria de Carne do Rio Grande do Sul que chega a dirigir algumas assembléias de massa no sindicato oficial. Os comunista vencem também as

eleições nos Transviários de Porto Alegre e Têxteis do Distrito Federal onde havia associações organizadas em algumas fábricas têxteis.

A União dos Bancários de São Paulo havia sido fundada em setembro de 1949, com a participação de membros da oposição a junta ministerialista, que eram organizados até então na Comissão de Defesa dos Bancários. A União organizaria uma bem sucedida campanha pelo abono de natal no final de 1950.

A antiga Comissão já havia realizado, durante a campanha salarial de 1949, segundo Canêdo, uma grande assembléia para entrega de um memorial com cerca de 3 mil assinaturas aos banqueiros, como resposta aos acordos que já estavam sendo firmados pela junta governativa do sindicato e os banqueiros. Segundo o relatório da diretoria da União dos Bancários a pressão direta dos trabalhadores levou a instauração de um dissídio coletivo que foi "julgado em apenas 10 dias, fazendo algumas concessões que suavizavam o famigerado acordo". (Canêdo, 1986: 76-77)

Além das associações já citadas várias outras associações profissionais tiveram um papel importante na manutenção da organização dos trabalhadores urbanos. Destacam-se a Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha; a União dos Ferroviários da Sorocabana e a União dos Funcionários Públicos e Autárquico do Estado de São Paulo, essas três últimas categorias estavam proibidas de se organizarem em sindicatos oficiais.

Como já observamos através de muitas dessas associações e comissões por empresa ou categoria os trabalhadores foram mobilizados para participar das assembléias sindicais dirigidas pelos ministerialistas, e conseguiram fazer aprovar resoluções mais avançadas que apontavam para efetiva mobilização dos trabalhadores, para a recusa de instauração de dissídios coletivos. Em muitos casos conseguiram até a destituição das juntas governativas e a indicação de novas diretorias. Embora essas vitórias fossem efêmeras, devido a conjuntura adversa, elas mostram a representatividade que gozavam as lideranças comunistas, e suas organizações, junto aos trabalhadores urbanos.

8. AS ORGANIZAÇÕES LIVRES E AS GREVES

Existe uma tendência entre os estudiosos do movimento sindical brasileiro de rebaixar o nível de ação das massas operárias à partir de 1948 até pelo menos 1952. A compreensão equivocada de que a repressão do governo Dutra e a política sindical "desastrosa" do PCB imobilizaram, engessaram, o movimento operário, levou a que muitos autores desconsiderassem este período rico da história das lutas operárias em nosso país. De fato a conjuntura que vai de 1947 a 1950 é marcada, de maneira geral, pelo refluxo das lutas operárias, especialmente quando comparada com o período imediatamente anterior de 1945/1946 ou com o período imediatamente posterior. Mas todas as pesquisas que realizamos nos levam a crer que devemos relativizar este refluxo.

A nova posição assumida pelos comunistas, após janeiro de 1948, de priorizar a construção de organizações livres nas empresas para a luta por reivindicações imediatas, especialmente aumentos salariais, também corresponderia plenamente às aspirações da classe operária que tinha seu poder aquisitivo rapidamente corroído pela inflação que ultrapassava, segundo a revista "Problemas", os 120% só nos dois primeiros anos do governo Dutra, tendo sido os salários praticamente congelados. Tudo isso levaria à eclosão de inúmeros e importantes movimentos grevistas a partir 1948.

Segundo pude levantar pela imprensa comunista, mais de 100 greves eclodiram naquele ano e atingiram, segundo Jover Telles, mais de 250 mil trabalhadores. O móvel da grande maioria destas greves foi a luta por aumentos de salários.

Embora as greves tivessem atingido a maioria das categorias e se espalhado por diversos Estados brasileiros, elas se destacam entre os ferroviários, mineiros e têxteis. Nestes setores eclodiram os maiores movimentos, quer pela sua abrangência (região atingida e número de trabalhadores em greve), quer pela sua duração e pelos efeitos que causaram sobre a luta das demais categorias, impulsionando-as.

Neste período, como já afirmamos a ênfase do discurso das lideranças sindicais comunistas foi alterada. A pressão

sobre o governo e o parlamento passou para um segundo plano, os comunistas passaram então a concentrar suas energias na livre negociação entre patrões e empregados sem intermediações, principalmente as do Ministério do Trabalho. O mecanismo do dissídio coletivo, tão empregado pelos comunistas até 1947, passa a ser repudiado.

No começo de 1948 os comunistas se mobilizavam na luta pela aplicação do repouso semanal remunerado para todos os trabalhadores. As juntas interventoras dos sindicatos de categorias que foram excluídas do projeto de lei que assegurava o repouso semanal remunerado, pressionadas pelas bases, procuraram levar a demanda operária para os dissídios coletivos. Os comunistas reagem e denunciam as manobras ministerialistas.

A pressão comunista contra o dissídio coletivo foi tão forte que levou os pelegos a empreenderem uma ofensiva organizada no sentido de defendê-lo. Em maio de 1948 o órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo publica artigo do presidente do sindicato e tesoureiro da Federação dos Metalúrgicos, Joaquim Ferreira, defendendo o mecanismo do dissídio coletivo:

"Como membro do TRT de São Paulo e na qualidade de tesoureiro da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, posso atestar a eficiência da instauração dos dissídios coletivos.

Daí, portanto, o apelo que fazemos a todos os trabalhadores para que vejam no dissídio coletivo a única solução para seus problemas. Procedendo assim, os trabalhadores estarão prestigiando a Justiça do Trabalho e defendendo os seus direitos, sem violência, usando apenas o remédio que lhes é conferido pela lei." (O metalúrgico de maio de 1948)

Os comunistas pressentem uma nova tática por parte do Ministério do Trabalho no sentido de fortalecer os dissídios coletivos, o poder normativo da Justiça do Trabalho e por conseguinte os sindicatos oficiais. No julgamento do dissídio coletivo dos comerciários cariocas o Superior Tribunal do Trabalho, contrariando uma tendência, toma uma posição favorável aos trabalhadores e tenta utilizar a sentença para incentivar a sindicalização. A manobra é

novamente criticada pelos comunistas. (Gazeta Sindical de 16/10/48).

Nova ofensiva de revalorização dos sindicatos oficiais e dos dissídios coletivos seria tentada após a Congresso da CNTI em 1949.

O ano de 1949 foi marcado por um refluxo das lutas grevistas no país. Levantei, através da imprensa comunista, cerca de 50 greves. Ou seja, o número de greves cairia pela metade em relação ao ano anterior, a queda no número de grevistas seria ainda maior. Portanto é duvidosa a cifra apresentada pela direção do PCB que teria havido mais de 200 mil grevistas em 1949. O ano de 1950 conheceu um certo afluxo do movimento grevista embora continuasse bem abaixo do nível atingido em 1948. Foi constatada a existência de 76 movimentos de paralisação.

Uma das características do movimento grevista ocorrido entre 1948 e 1950 foi a predominância das greves localizadas por empresas, a quase não existência de greves por categoria ou greves generalizadas que envolvessem diversas categorias de trabalhadores. A quase totalidade das greves se deu por razões de ordem econômica, em torno de reivindicações como aumento de salários, pagamento do abono de natal e do descanso semanal remunerado, e contra o atraso nos pagamentos.

Outra característica comum a todo este período (1948-1950) é a não participação dos sindicatos oficiais nestes movimentos grevistas. Em todas as greves ocorridas no período quando constatado algum tipo de organização eram invariavelmente comissões internas por empresas ou, em menor medida, associações profissionais. Foram raríssimos os casos de participação de diretorias de sindicatos oficiais nas lutas reivindicatórias das categorias. Um dos raros exemplos desta participação foi o caso do Sindicato dos Profissionais em Jornalismo do Estado de São Paulo, presidido por Freitas Nobre, que chegou a dirigir uma greve geral dos jornalistas na capital paulista. Até onde minha pesquisa alcançou este era o único sindicato com direção não ministerialista no estado entre 1948 e 1949.

Em geral as posições dos sindicatos ministerialistas se dividiam entre a condenação aberta da greve, inclusive colaborando com a repressão aos grevistas, e o

desconhecimento completo do movimento. Em alguns casos se colocavam no papel de mediadores, no sentido de abafar o movimento grevista e conduzi-lo rapidamente a seu fim através do dissídio coletivo. Como afirma Ricardo Maranhão: "Os sindicatos, no período em questão, não chegaram sequer a cumprir funções atenuadoras do conflito de classe, como os "pelegos" dos anos 50 e 60." (Maranhão, 1982:100)

Por outro lado, pudemos constatar a presença de comissões de trabalhadores nas principais greves deste período. As comissões se dividiam em comissões mais permanentes que eram comissões de empresa, ou comissões mais fluídas, comissões de salários ou de reivindicações que existiam em função das lutas que surgiam. Geralmente onde existiam comissões de empresas minimamente organizadas eram formadas uma comissão salarial durante as mobilizações.

Mas em grande parte das greves, anunciadas pela imprensa, não é apontada a existência de nenhum tipo de organização, embora falem em entrega de memoriais. Isto na minha opinião se trata de um descuido com a precisão da informação por parte da imprensa, inclusive a comunista. Quando, por razões políticas, justificáveis ou não, os órgãos de imprensa se detêm para análise mais detalhada de algumas dessas greves logo aparecem as comissões de trabalhadores, mesmo que sejam ainda frágeis e de caráter provisório.

As associações profissionais também tiveram um papel importante em diversas greves ocorridas até 1952. A Associação dos Trabalhadores de Barretos, que congregava trabalhadores de diversas categorias, dirigiria uma importante greve no Frigorífico Anglo em abril de 1951, o que custaria o seu fechamento em maio de 1951 (o papel desempenhado por esta associação e seu fechamento será analisado mais à frente).

A Associação dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo estaria por trás de uma greve realizada em novembro de 1949 o que também lhe custaria a ocupação policial de sua sede e a entidade seria fechada sob acusação de "tentativa de reorganização comunista". (Maranhão, 1979:102)

9. A LUTA CONTRA O IMPOSTO SINDICAL

A partir de janeiro de 1948 os comunistas passam a encaminhar a campanha contra o Imposto Sindical. Em 27 de fevereiro o dirigente nacional do PCB João Amazonas expõe no jornal "Imprensa Popular" a opinião do partido sobre a cobrança do Imposto.

"Os trabalhadores não têm interesse em manter sindicatos por esse meio. Afinal o que está aí não é sindicato na verdadeira expressão do termo. Em muitos casos são simples arapucas para roubalheiras e policiamento. O caráter atual do sindicato, sua estrutura, as leis que o regulam são anti-democráticos. Os mesmos são órgãos de colaboração com o Estado Brasileiro que não é senão instrumento de dominação de classe dos grandes latifundiários, banqueiros e industriais ligados ao imperialismo. É evidente que se os trabalhadores forem organizados na dependência desse Estado não poderão lutar nem defender seus interesses (...) Os trabalhadores têm necessidade de uma organização livre, independente de classe, para educá-los na solidariedade proletária e para a luta sem trégua contra a exploração do capital". (os grifos são nossos) (Amazonas, J. , "Ninguém Pode Pagar o Imposto Sindical" in Imprensa Popular de 27/02/48)

Aproveitando-se do parecer do Juiz da 1ª vara da Fazenda Pública, Alcindo Pinto Falcão, que respondendo um mandado de segurança impetrado pelo advogado Cupertino Gusmão considerou inconstitucional a cobrança do Imposto Sindical, os comunistas fortalecem a sua campanha.

Segundo o parecer do juiz, com a promulgação da nova Constituição em 1946, os sindicatos deixaram de fazer parte da organização do Estado e passaram a ser entidades de direito privado. Disto concluía que Estado brasileiro estava impedido de tributar os seus cidadãos a favor de organismos privados. Roberto Morena, Secretário Geral da CTB, afirma:

"As vultuosas somas arrecadadas através do Imposto sindical foram sempre empregadas para manter esses simulacros de "sindicatos" que vem desde o Estado Novo até agora. Os trabalhadores demonstrando uma justa

compreensão do papel que devem desempenhar os órgãos de classe em defesa de seus interesses abandonaram em massa esses organismos presos ao Ministério do Trabalho, transformados em sucursais do Estado Novo que para reforçar o seu jugo sobre as massas trabalhadoras foi buscar no arsenal fascista de Mussolini aquele tipo de contribuição obrigatória.

A liquidação, na prática, do imposto sindical é um grande passo para a conquista da verdadeira autonomia do movimento sindical. Com a liquidação dessa taxa, já inconstitucional, será anulada, em grande parte, a interferência do Estado nas organizações de classe." (os grifos são nossos) (Morena, R., "Primeiro Passo para a Autonomia Sindical" in Imprensa Popular de 04/03/48)

A argumentação dos comunistas contra o imposto sindical é fundamentalmente jurídica. Segundo eles com a promulgação da Constituição de 1946 a cobrança tornou-se ilegal, pois as organizações profissionais deixaram de ser reconhecidas como órgãos integrantes do Estado. (A Classe Operária de 21/02/48)

Segundo o jornal "Gazeta Sindical", a conquista da liberdade sindical se assentava em dois pés: a liquidação do imposto sindical e a organização do proletariado nos seus locais de trabalho. (Gazeta Sindical de 24/03/48)

O impacto da decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, levou alguns patrões, pressionados pelos seus empregados, a suspenderem o desconto do imposto sindical. A exemplo do que ocorreu no Lóide onde uma portaria mandou sustar o desconto. A diretoria da Federação dos Marítimos pressionou a direção da empresa e conseguiu a revogação da portaria. Os marítimos se mobilizaram no sentido de impedir o desconto pleiteando junto a diretoria do Lóide a manutenção da portaria, até que o judiciário se pronunciasse. A Tipografia Linhares, Martins e Cia. Ltda. também não descontou o imposto sindical. O Ministério do Trabalho ameaça com multas os empregadores que não descontarem o Imposto Sindical. (Gazeta Sindical de 24/03/48)

Nos primeiros meses de 1948, até março, podemos notar a receptividade da campanha empreendida pelos comunistas contra o imposto sindical.

No dia 15 de Março, logo após a decisão do juiz, os cerca de 100 operários da Fundição Luporine, no Distrito Federal, entregaram um memorial com a assinatura da quase totalidade dos funcionários. Diante da recusa dos patrões em acatar a solicitação eles promoveram uma paralisação de protesto de 1 hora dentro da fábrica. Segundo o jornal "Imprensa Popular" não houve um furador de greve.

A reação do Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido por Manoel Cordeiro, foi imediata no sentido de pressionar a empresa pelo desconto do imposto sindical e de denunciar o operário comunista José Lellis como principal instigador do movimento. Lellis acabou sendo demitido e o imposto acabou sendo descontado.

Os memoriais corriam todas as categorias. Nos Carris Elétricos de Niterói e São Gonçalo foram conseguidos 674 assinaturas. Apenas no jornal comunista carioca "Imprensa Popular" de março de 1948 pudemos constatar a movimentação em mais de 20 empresas (ou seções de empresas). A saber: Funcionários do "Diário de Notícias", Aeroviários, Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes, Seção de Sal da Cia. de Comércio e Navegação (assinam 63 dos 65 operários), Light oficina do Jockey, em Triagem (600 assinaturas), Light 3ª seção de tráfego do Mayer (207 assinaturas), Light-Usina Frei Caneca e Engenho da Pedra (265 assinaturas), motoristas de ônibus da Light, fiscais de bondes da Light, metalúrgica Siemens-Schucker (200 assinaturas), Cordovil Tintas S.A (114 assinaturas), metalúrgica Skoda, Gráfica da Editora Pongueti, mobiliários, alfaiates, Moinho Fluminense, entre outros.

Mas o parecer do Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública foi um tropeço do judiciário que não se repetiria. O Tribunal Federal de Recursos acabou fixando jurisprudência em sentido contrário, admitindo como constitucional e válida a cobrança obrigatória do imposto sindical. (Moraes Filho, 1978:281-282)

Em uma sentença o Ministro do Tribunal de Recursos Elmano Cruz afirmaria:

"Nada há na vigente lei magna que a torne inequivocamente inconstitucional e conseqüentemente líquido e certo o pretendido direito ao seu não pagamento. Aliás, o ônus marcadamente social da nossa

democracia e as restrições que a própria Constituição impõe às atividades trabalhistas, bem como os imperativos da cooperação solidária de todos os trabalhadores para a consecução de bens comuns, parecem indicar a legitimidade da contribuição compulsória de cada um (...) para a manutenção dos serviços a cargo do sindicato reconhecido, da federação, da confederação, ou do fundo social sindical. Conseqüentemente, enquanto não revogadas pelo legislador ordinário, continuam em vigor os artigos e disposições do Capítulo II, "Do imposto sindical", do título V da CLT, por não incompatíveis explícita ou implicitamente com a atual Constituição de República". (Moraes Filho, 1978:281-282)

Essa, portanto, foi a posição predominante nos tribunais brasileiros. Alguns Ministros do Tribunal Federal de Recursos chegaram a fazer verdadeiros malabarismos para justificar a manutenção e a legalidade do imposto. O Ministro Rocha Lagoa afirmou, em um de seus pareceres, "não se trata de um imposto, mas de mera contribuição dos associados em favor da entidade a que pertencem, em benefício do próprio contribuinte e não dos serviços públicos, estes sim, custeado pelo imposto propriamente dito". Esta é uma distorção grosseira da realidade pois a maioria dos contribuintes, que são os trabalhadores não sindicalizados, não usufruem dos serviços de assistência médica e jurídica obrigatórios então mantidos pelos sindicatos que só são acessíveis aos sindicalizados.

A campanha é retomada no início de 1949 às vésperas da cobrança do imposto sindical. O líder bancário, e comunista, Bacelar Couto afirma em Janeiro:

"Com a desmoralização dos atuais sindicatos (...) é com os fundos do imposto sindical que a ditadura ainda os mantém, pois a verdade é que eles não subsistiriam dominados pela polícia e pelos pelegos apenas com a contribuição voluntária de seus associados (...)

Conseguindo suprimir este imposto a classe operária terá dado um grande passo para libertar suas associações profissionais das mãos dos pelegos, já que obrigará esses organismos a manter-se exclusivamente das contribuições voluntárias dos trabalhadores, forçando suas diretorias a atender aos reclamos da massa, a fim de que não continue

a se restringir o número de associados." (os grifos são nossos) (Bacelar Couto, A. L., "A Luta Contra o Imposto Sindical" in A Classe Operária de 08/01/49)

O balanço feito pelos comunistas do movimento contra o imposto sindical foi bastante positivo:

"No ano passado muitas lutas foram desencadeadas contra o desconto do imposto sindical. Apesar da maioria delas não ter saído do terreno formal dos memoriais (...) mandados de segurança à justiça comum, **os alicerces do sindicalismo dirigido foram abalados** e toda estrutura "legal" que procuravam dar ao imposto sindical, desmoralizado pela justiça e a opinião pública." (Gazeta Sindical de 07/01/49)

A Campanha contra o imposto sindical no início de 1949 parece já não colocar qualquer esperança na utilização da justiça para barrar a sua cobrança e os mandados de segurança não são mais sugeridos, a não ser como forma de "desmascarar a justiça de classe". Afirma Bacelar Couto:

"Os trabalhadores não podem ter ilusões de que o parlamento (...) nem o judiciário, mero apêndice do governo, venha reconhecer como ilegal o imposto sindical, fazendo suspender o seu desconto compulsório. A ditadura precisa deste imposto da corrupção para reforçar a sua política de opressão e de intervenção nos sindicatos, para sustentar sua corte de pelegos (...) Sendo assim, é claro que mobilizará, tanto judiciário como o parlamento para sustentar este imposto monstruoso." (Bacelar Couto, A. L., "Como Lutar Contra o Imposto Sindical" in A Classe Operária de 12/03/49)

Mas nos fins de 1948 o deputado comunista Pedro Pomar havia apresentado um projeto extinguindo o imposto sindical. A posição dos comunistas em relação a este projeto revela bem a descrença no parlamento existente em suas fileiras naquela conjuntura.

Para os comunistas o projeto de Pomar visava, antes de mais nada, estimular a luta contra o seu pagamento. Mas serviria também como um poderoso fator de desmascaramento dos "falsos democratas" que teriam mais uma vez que "despir-se se sua roupagens liberais". (A Classe Operária de 12/03/49)

Não constatei, naquele ano, nenhuma campanha visando pressionar o parlamento no sentido de aprovação do projeto.

A maior parte da ação dos comunistas se concentrou na negociação direta entre operários e patrões dentro das empresas.

Segundo o jornal "A Classe Operária" trabalhadores de centenas de empresas fizeram entregas de memoriais aos patrões exigindo o não desconto do imposto sindical. Na Fábrica Confiança uma comissão de fábrica coleta mais de 2 mil assinaturas. (A Classe Operária de 14/05/49) Houve uma única notícia de greve contra o imposto sindical, que foi na Fábrica Varam, que paralisou por 2 horas e meia. Mas mesmo nesta greve pudemos constatar a presença de outras reivindicações, como a de aumento de salários.

A importância do imposto sindical para a manutenção do sindicato oficial é indiscutível e pode mesmo ser constatada pelo relatório das receitas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1950.

Total de Sócios existentes em 1949 = 15.012

Mensalidade recebida durante em 1949 = Cr\$ 781.040.00

Imposto sindical arrecadado em 1949 = Cr\$ 3.790.966.90
(O Metalúrgico , nº87, abril de 1950)

O quadro de receitas do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal apontam para a mesma direção. As mensalidades representam apenas 1/5 do total da arrecadação. A arrecadação da mensalidade sindical, em 1948, chegou a 309 mil cruzeiros, enquanto o imposto sindical atingiu 1.309.000 cruzeiros. (Mangabeira, 1980:243)

Como podemos notar a luta pelo fim do imposto sindical, ao lado da reivindicação de eleições livres nos sindicatos e da diretiva de organização nos locais de trabalho, constituía-se como o centro da estratégia sindical comunista. O fim do imposto sindical era condição de primeira ordem nos seus planos para a reconquista das diretorias dos sindicatos oficiais. Segundo eles o peleguismo não poderia sobreviver sem as taxas compulsórias. O fim do imposto sindical levaria necessariamente os pelegos a se esforçarem para ampliação do quadro de associados, buscando manter-se através de contribuições voluntárias. Isto, também, exigiria que os ministerialistas atendessem minimamente os interesses econômicos dos trabalhadores que

buscavam representar. Assim abriria-se espaço para que de novo os sindicatos pudessem se encher de massa, facilitando a atuação dos sindicalistas mais combativos. E assim, nesta nova situação aberta com o fim do imposto sindical, as eleições livres seriam o canal natural para o reingresso dos comunistas aos sindicatos.

10. O PROJETO MANGABEIRA E A LIBERDADE SINDICAL

No início de 1948 o deputado do PSB João Mangabeira, relator de uma sub-comissão do congresso para regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da organização sindical, apresenta um anteprojeto. Esse, que se denominou Projeto Mangabeira, se transformou num dos alvos prediletos dos ataques da militância sindical comunista. A crítica se assentava na defesa intransigente da liberdade sindical.

Contraditoriamente também se colocaram contra o referido projeto a quase totalidade das direções sindicais ministerialistas, em especial a CNTI. Em reunião realizada no início de 1948, a CNTI aprova resolução condenando o projeto por "não atender os reclamos da classe operária brasileira" e se propõe a apresentar um substituto. Várias diretorias ministerialistas convocam então assembléias para repudiar a proposta de nova lei sindical. Os socialistas passam a atacar a posição dos comunistas que se uniam aos ministerialistas contra o projeto mangabeira.

Em fevereiro de 1948 os comunistas definem qual deve ser a posição dos trabalhadores diante da difícil situação colocada. É João Amazonas que no seu artigo "Desmascarar os Pelegos e Socialistas", publicado em "A Classe Operária", expõe a posição dos comunistas:

"Nossa posição nada tem em comum com a posição dos pelegos ou com as dos senhores Hermes Lima e João Mangabeira (...) Os pelegos estão contra o projeto por motivo muito simples, atualmente todas as medidas contra os sindicatos são de competência do Ministério do Trabalho, organismo no qual eles estão perfeitamente entrosados, como peça da máquina montada da repressão ao movimento operário (...) Ora o projeto do sr. Mangabeira

transfere a competência do Ministério do Trabalho para a Justiça do Trabalho sem liquidar ou amenizar sequer os métodos de violência em vigor contra os sindicatos (...)

Entretanto quando os pelegos tão inimigos das assembléias de massa chamam os trabalhadores para participar da luta "deles" contra o projeto, qual deve ser a nossa posição? Indiscutivelmente a de comparecer e participar dos debates (...) com o objetivo de esclarecer as massas trabalhadoras sobre o conteúdo reacionário do projeto e de propor resoluções que consigam que a repulsa do proletariado ao projeto do sr. Mangabeira se funde no desejo de que a lei reconheça sem sofisma a liberdade sindical (...) esta é a maneira melhor para desmascarar os pelegos e "socialistas" ao mesmo tempo". (Amazonas J., "Desmascarar os Pelegos e Socialistas" in A Classe Operária de 02/10/48)

Num longo artigo, publicado na "Gazeta Sindical" de agosto de 1948, Carlos Araújo faz uma análise crítica ao projeto e pela primeira (e única) vez aborda o problema da unicidade sindical, colocando-a como impecílio à verdadeira liberdade sindical. O artigo, sem dúvida, é único, mas mostra as dificuldades internas que atravessava a concepção comunista sobre a liberdade sindical. Afirma Carlos Araújo:

"Para os trabalhadores de todos os países do mundo, liberdade sindical significa:

a) Organização livre de interferência do Estado. b) estatuto redigidos pelos próprios sindicalizados, através de discussão em assembléias democráticas; c) direito de fundar novo sindicato no caso de discordar da orientação do existente; d) constituir ou não uniões, federações de trabalhadores da mesma cidade, estado ou país.

Vejamos agora o que estabelece o projeto Mangabeira (...) em relação às condições que mencionamos acima e que são imprescindíveis para que haja liberdade sindical.

Quanto a 1ª condição (...) é assim que o projeto Mangabeira a entende. Os órgãos sindicais serão controlados pela Justiça do Trabalho, originalmente o controle seria feito pelos chamados "Tribunais Sindicais", que têm competência para: a) determinar dia e condições para a realização das eleições da diretoria,

conselho fiscal e delegados de empresa. b) reconhecer as diretorias (...) eleitas pela massa, c) destituir as diretorias desde que a Justiça do Trabalho declare haver violação dos Estatutos ou que não hajam sido executadas as decisões da Justiça do Trabalho etc (...) Numerosos outros itens estabelecem a competência da Justiça do Trabalho para intervir de forma total na vida dos sindicatos.

(Quanto) ao direito dos trabalhadores sindicalizados redijam seus próprios estatutos (...) (O Projeto Mangabeira) estabelece uma série de normas estatutárias e, que é pior, normas que contrariam fundamentalmente os interesses dos trabalhadores (...)

No que diz respeito a liberdade de fundar novo sindicato no caso de discordar da orientação existente bem como a liberdade de constituir ou não uniões, federações e confederações (...) o Projeto Mangabeira de Lei Sindical embora no seu artigo 4º assegure essas liberdades, o nega na prática quando regulamenta a aplicação do imposto sindical. Assim que estabelece quotas para uma determinada união que, desta forma, será a única reconhecida oficialmente, o mesmo acontecendo com as federações e confederações (...) O Projeto Mangabeira considera constitucional o imposto sindical, embora o mencione sob outra denominação o que representa uma tentativa de enganar os trabalhadores que já se pronunciaram radicalmente contrários ao desconto desse imposto ilegal." (os grifos são nossos) (Araújo, C., "Porque Lutamos Contra o Projeto Mangabeira" in Gazeta Sindical de 15/08/48).

Em contraposição ao projeto Mangabeira os comunistas defendem a aprovação do projeto do deputado comunistas João Amazonas, apresentado nos fins de 1947, que anistiava todos os trabalhadores excluídos dos sindicatos e determinava eleições sindicais no prazo de 60 dias, sem o controle do Ministério do Trabalho. Mas justamente por ser este um projeto voltado exclusivamente para garantir as eleições nos sindicatos sob intervenção não se propõe nenhuma alteração de fundo da estrutura sindical, não aborda o problema da unicidade e do imposto sindical (Imprensa Popular de

27/09/47). Portanto não poderia servir de um contraponto ao projeto de lei sindical de João Mangabeira.

A exemplo do que ocorreria com o projeto de Pedro Pomar extinguindo o imposto sindical os comunistas não se empenhariam pela sua aprovação no parlamento. Segundo eles a liberdade sindical não poderia vir como "um presente do Ministério do Trabalho ou do Legislativo atual", ela deveria ser conquistada pelos próprios trabalhadores.

Não constatee, pelo menos até 1950, nenhuma ação prática no sentido de pressionar o congresso pela aprovação dos projetos de Amazonas e Pomar, não obtive informação sobre a existência de nenhum memorial ou manifesto de lideranças sindicais ou operários dirigidos ao Congresso Nacional. Embora, contraditoriamente, houvesse uma (única) conclamação feita por Carlos Araujo, pelas páginas da "Gazeta Sindical", para que os trabalhadores pressionassem o congresso pela rejeição do projeto Mangabeira. (Gazeta Sindical de 15/08/48)

O projeto mangabeira sofreu restrições dentro do próprio PSB, particularmente da seção paulista . Através do jornal "Folha Socialista", órgão oficial estadual do PSB, Oliveiros S. Ferreira, faz duras críticas ao projeto na mesma linha das críticas feitas pelos comunistas.

"Evidentemente, afirma Oliveiros Ferreira, o projeto tem sérios defeitos e alguns ao nosso ver muito graves, dando poderes para o governo controlar, ainda que disfarçadamente, a vida sindical (...)

Um dos problemas mais graves que o projeto levanta (...) é o da relação entre os sindicatos e os partidos políticos (...) somos de opinião que a solução por ele apresentada para o problema é demasiado perigosa para o movimento operário. Diz o artigo 7º que é proibido aos sindicalizados exercerem atividades partidárias ou permitir que elas se exerçam em sua sede, sendo as diretorias que permitirem tal coisa afastadas por decisão dos tribunais sindicais.

O perigo de tal dispositivo nos parece enorme. Quando um partido político, fazendo-se porta-voz dos trabalhadores apresentar ou defender medidas parlamentares e os sindicatos emprestarem sua colaboração

a tais medidas, poderão ser acusados de estarem à serviço do partido. E acresce o fato que a expressão "partidária" ser de certa maneira indefinida. Cremos que a independência dos sindicatos aos partidos será conseguida (...) não por meio de leis, as quais somente servem para fortalecer a impressão de que o Estado é quem soluciona tudo.

O imposto sindical é conservado (...) Esta contribuição compulsória que, no presente, serve para justificar a intervenção ministerial nos sindicatos e alimentar a burocracia da comissão de imposto sindical continua no projeto em questão (...)

Na legislação getuliana o controle das atividades sindicais era feito pelos Departamentos do Trabalho. O projeto Mangabeira passa esta atribuição para os tribunais sindicais. De uma maneira geral somos contra a existência de órgãos controladores da vida sindical e ainda mais daqueles cujas funções vão até marcar a hora das eleições nos sindicatos. Os sindicatos, se são livres e autônomos, estabelecem em seus estatutos todos os dispositivos que necessitam para a sua vida regular, os órgãos que devem regê-los, etc. Não se faz necessário que uma lei estipule isso, como o faz o projeto, e que tribunais, nos quais a representação dos sindicatos constitui absoluta minoria, resolvam sobre dificuldades surgidas na vida interna". (o grifo é nosso)

Mas, ao contrário dos comunistas, Oliveiros S. Ferreira acredita que o projeto é "um meio caminho para a autonomia dos sindicato frente ao Estado (...) Aos burgueses não agrada nem um meio caminho andado". (Ferreira, Oliveiros S., "O Projeto Sindical" in Vanguarda Socialista de 26/03/48)

A respeito do problema da unicidade sindical no projeto é o próprio Mangabeira que expõe:

"O ante-projeto determina que nenhum sindicato poderá se constituir, se não reunir menos 1/4 dos membros da profissão. É praticamente a unidade, embora ironicamente torne possível a pluralidade. Pessoalmente sou pela unidade.

O programa do meu partido, porém, está com a razão quando, depois de se pronunciar pela liberdade e

autonomia sindical, acrescenta "considerado a unidade sindical dos trabalhadores aspiração a ser realizada por eles próprios". Estou certo, porém, que será vitoriosa a emenda que estabelece a unidade sindical, defendida pelos centros operários católicos e pelo Partido Trabalhista. Neste particular, os comunistas brasileiros é que são atualmente pela pluralidade. Tiveram para isto que viajar de polo a polo, porque contra a pluralidade se manifestaram, quando o Ministro sr. Carneiro de Mendonça, como Ministro do Trabalho, a determinou e eles o combateram, defendendo a unidade." (os grifos são nossos) (Mangabeira J., "Livrar os Sindicatos da Intervenção dos Governos e dos Partidos" in Folha Socialista de 10/04/48)

Sem dúvida as críticas dos comunistas e da esquerda do Partido Socialista eram corretas. O projeto Mangabeira não se propunha a acabar com a tutela do Estado sobre os sindicatos. Ele apenas tirava parte das prerrogativas que cabiam quase com exclusividade ao Ministério do Trabalho e transferia para outros órgão estatais. O projeto mantinha o controle externo sobre os sindicatos, através de legislação própria e de um órgão de composição tripartite (patrões, trabalhadores e governo) sob coordenação da burocracia do Estado. Este órgão semi-oficial denominado Câmara Sindical teria a prerrogativa de destituir a diretoria eleita caso desrespeitasse uma série de normas elaboradas fora do âmbito do sindicato e da categoria por ele representada, entre elas se encontravam: proibição da participação dos sindicatos em atividades de cunho partidário, ou mesmo permitir qualquer manifestação desta natureza em suas reuniões ou na sua sede; não cumprimento das decisões definidas da justiça. Sendo que nestes casos os diretores "cassados" não poderiam se candidatar ao próximo pleito que se realizaria obrigatoriamente num prazo de 30 dias. Sem dúvida uma intervenção mais suave, se comparada às ocorridas durante o governo Dutra, mas continuava sendo uma intervenção indevida e perigosa.

A manutenção do imposto sindical também demonstra a pouca disposição de alterar profundamente a estrutura

sindical herdada do Estado Novo. A sua manutenção, ao lado da existência da Câmara Sindical, impede a realização da plena liberdade sindical.

Como coordenar a existência de mais de um sindicato por categoria com a existência de um imposto sindical coletado sobre o conjunto dos trabalhadores dessa mesma categoria, sindicalizados ou não? Para qual sindicato iria o dinheiro coletado?

É bom ressaltar que mesmo esta pluralidade constante do projeto Mangabeira, é uma pluralidade restrita, pois esse ainda limita as possibilidades de constituição de sindicatos livres, segundo ele nenhum sindicato poderá se constituir se não reunir mais de 1/4 do membros da profissão, e mesmos esses deveriam ser reconhecidos pela câmara sindical, composta de maneira tripartite. O sindicatos, pelo projeto original, só poderiam se constuir em bases profissionais e não por ramos de atividades.

O anteprojeto ao manter mecanismos de controle externo (estatal) acaba mantendo também as bases de um sindicalismo de Estado reformado. Isto reforça a tese de que apenas a existência de mais de um sindicato por categoria não significa necessariamente a liberdade sindical. Ou seja, se com a unicidade sindical a liberdade sindical não existe plenamente a simples existência de mais de um sindicato por categoria não a garante. Para que isto ocorra basta que o Estado mantenha os mecanismos de outorga e de reconhecimento.

A unicidade sindical, quanto a pluralidade restrita (ou tutelada), restringe a liberdade sindical, pois coloca as organizações dos trabalhadores na dependência do Estado. Porque cabe a este último, através de seus aparelhos (executivo, legislativo, judiciário) decidir, em última instância, qual sindicato (ou sindicatos) deve representar um determinado segmento da classe trabalhadora (categoria profissional, por empresa, etc) numa determinada área geográfica (município, Estado, etc).

O deputado João Mangabeira, que era suplente acabou perdendo sua cadeira para o titular, e o seu projeto foi bastante alterado pela nova comissão que se formou e mesmo

este projeto bastante alterado, que entre outras coisas restabelecia a unicidade sindical (ameaçada pelo projeto original), mantinha o imposto sindical e a tutela (embora bastante amenizada), acabou sendo engavetado. Mostrando o desinteresse das classes dominantes em reformar a legislação sindical brasileira.

11. UNICIDADE E LIBERDADE SINDICAL NO BRASIL

A possibilidade legal da pluralidade sindical não voltaria mais a ser colocada, pelo menos de maneira explícita, como condição necessária para instauração da liberdade sindical, como foi exposta por Carlos Araújo em agosto de 1948. Tudo indica que a posição assumida por ele não correspondia a posição do conjunto da direção do PCB. Em nenhum outro artigo pesquisado por mim pude constatar que a "garantia de fundar novo sindicato no caso de discordar da orientação do existente" constitui-se, para os comunistas, uma condição necessária para o estabelecimento de uma verdadeira liberdade sindical. Na primeira quinzena de novembro de 1949 ao definir liberdade sindical a "Gazeta Sindical" afirmaria:

"Compreende-se pois por liberdade sindical o direito que tem o trabalhador, como cidadão, de agrupar-se ou associar-se em sindicatos ou outro qualquer tipo de associação profissional para a defesa comum de seus direitos sociais e de seus interesses econômicos e políticos (...) cabe ainda o direito de unicamente dirigir os seus órgãos de classe, eleger suas diretorias, controlar seus atos e elaborar os estatutos atendendo as particularidades de cada corporação (...) Quanto ao trabalhador individualmente não deve estar sujeito a contribuição obrigatória, como é o caso do imposto sindical, e ter livre direito de filiar-se ou não ao sindicato". (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de novembro de 1949)

Quase todas as críticas se resumem ao controle autoritário dos sindicatos oficiais por parte do Estado. Em nenhum momento levantaram a bandeira de combate à "unicidade", ou criticaram os mecanismos de reconhecimento

sindical por parte do Estado. Embora se mostrassem bastante críticos ao controle e à tutela de um aparelho especial, o Ministério do Trabalho.

Parecem muitas vezes reduzir a liberdade sindical a extinção do imposto sindical, eleições livres para as diretorias sindicais, ao direito de elaboração dos seus estatutos e de organização por locais de trabalho. É emblemática a declaração do líder bancário e um dos principais dirigente da CTB:

"O Sindicato dos Bancários em 1933, vivendo exclusivamente da contribuição mensal de seus associados (...) (empreendeu) uma das mais gloriosas campanhas, obtendo uma extraordinária vitória com a promulgação das 6 horas de trabalho.

Em 1934, bateu-se pela criação do Instituto do Bancários e pela estabilidade no emprego aos dois anos de serviço. Novamente os bancários com seus sindicatos a frente foi vitorioso (...) (depois) de dois dias de greve (...)

Em 1935 (...) o Sindicato lutou desassombradamente pelo aumento de salários e pela fixação do salário mínimo (...) Em todas essas campanhas os gastos eram grandes (...) Em todas elas porém o órgão de classe dispunha apenas dos recursos provenientes das mensalidades de seus associados. Quando se fazia necessário aumentar as rendas do sindicato para esta ou àquela campanha de maior vulto a direção do sindicato tinha a autoridade moral para apelar para contribuição voluntária dos associados (...)

Pura invencionice dos pelegos, essa história de que sem o imposto sindical nada pode se fazer em defesa da classe. Como já vimos, antes do imposto sindical o Sindicato dos Bancários conquistou grandes vitórias. Depois do imposto sindical estar sendo cobrado, o sindicato passou vários anos acorrentado ao Estado Novo, sem poder fazer quase nada. (o grifo é nosso) (Imprensa Popular de 25/03/48)

Em primeiro lugar, é bom lembrar que, o Sindicato dos Bancários de 1933 a 1935 e de 1945 a 1946, apesar de estar sob a direção de sindicalistas não comprometidos com o Ministério do Trabalho, não era um sindicato livre, estava preso a uma série de determinações do Estado brasileiro e a

principal delas era a necessidade do reconhecimento estatal para se constituir em "representante legal" de uma categoria profissional.

Outro dado a se considerar é que o imposto sindical nasce bem depois da implantação do modelo sindical corporativista. O imposto sindical nasce justamente para dar vida aquela estrutura burocratizada, permitindo-lhe dar conta das novas atribuições assistenciais imposta pelo Estado brasileiro. Portanto não é o imposto sindical que explica a falta de liberdade sindical e sim o contrário, a falta de liberdade sindical, através da incorporação dos sindicatos ao Estado, é que explica a existência de tal imposto. Não podemos confundir o criador com a criatura.

Uma vez criado o imposto sindical esse vai dinamizar e fortalecer a estrutura sindical corporativa. A importância do imposto sindical na manutenção, e fortalecimento, do sindicalismo de Estado no Brasil foi constatado por autores como José Albertino Rodrigues (1968) e Werneck Vianna (1979). Mas o efeito deste imposto foi tão forte que acabou por confundir militantes e estudiosos do movimento sindical brasileiro.

Para José Albertino Rodrigues o imposto sindical teria sido o "grande sustentáculo da estrutura sindical brasileira" pois ele lhe deu o suporte financeiro necessário para sua sobrevivência, independentemente de possuir uma base ampla de trabalhadores sindicalizados. As primeiras tentativas de implantar uma estrutura sindical tutelada nos primeiros anos da década de 30, não teve sucesso justamente porque dependia da contribuição voluntária e não dispunha de uma base ampla de trabalhadores sindicalizados. Esse sindicato "não poderia suportar os encargos administrativos que a lei lhe atribuía" . Foi a criação do imposto sindical que permitiu que este sindicato sobrevivesse "apesar do seu artificialismo". (Rodrigues, 1968:110)

Contrariando aqueles que, como Weffort, colocam o fim do imposto sindical como principal condição para o estabelecimento da liberdade sindical no país, Armando Boito Jr afirma que imposto não seria a condição fundamental da dependência do sindicato ao Estado porque o atrelamento precedeu historicamente ao próprio imposto sindical. A existência do sindicato oficial é uma pré-condição para que

exista o imposto sindical e não o contrário. Portanto, conclui Boito, "podem existir sindicatos oficiais, com poderes outorgados pelo Estado, sem que exista contribuição sindical obrigatória". (Boito Jr., 1991:38)

Embora o fim do imposto sindical não represente o fim da estrutura sindical estatal, que pode em tese sobreviver sem ele, a sua abolição pode, ao reduzir a arrecadação, e consequentemente o volume do aparelho, criar melhores condições para a sua superação.

A verdadeiras bases do sindicato de Estado brasileiro já haviam sido expressas, pelos criadores do modelo sindical corporativo, na década de 30. Na exposição de motivos que encaminhou o projeto nº 1.402 ao Ministro do Trabalho está escrito:

"Com a instituição deste registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão".

O mesmo documento busca diferenciar o estatuto das associações profissionais e o sindicato oficial:

"Livre é a associação profissional, sem dúvida; (...) mas, se esta associação vem ao Estado pedir que lhe outorgue a competência, que é dele, para prática de atos de autoridade pública, aí cabe ao Estado impor-lhes as condições que entender mais úteis e necessárias para o cabal desempenho das funções, que esta competência ou prerrogativa implica. Não pode ser outro o sentido do art. 138 da Constituição quando declara que, dentre as associações profissionais livremente constituídas, só aquelas que o Estado distingue com o seu reconhecimento podem exercer as atribuições de autoridade pública, a elas por este meio especialmente delegadas".

O que leva Evaristo Moraes Filho a afirmar, não sem um forte tom de ironia: "Pobre sindicato, quem te mandou pedir parcelas do poder público ao Estado? Em paga do que chama prerrogativa da autoridade pública, sentia-se o legislador ordinário de 1939 e 1943 com o direito de escravizar totalmente a entidade sindical." (Moraes Filho, 1978:259-260)

Oliveira Viana também deixaria clara a posição dos autores da legislação corporativista do Estado Novo:

"Sobre estas associações profissionais, assim outorgadas no monopólio da representação das categorias e, conseqüentemente, investidas de poderes privativos do Estado, como vimos, estabeleceu-se um controle realmente minucioso. Não falando do controle de aprovação, do controle de destituição e do controle de intervenção, cujos fundamentos já mencionamos, instituiu-se também o controle orçamentário, exercido sobre a aplicação das importâncias arrecadadas a título de imposto sindical".
(Moraes Filho, 1978:267-268)

A posição dos comunistas em relação a unicidade sindical, e os mecanismos de outorga, foi bastante contraditória entre os anos de 1945 e 1952. O comunistas haviam se posicionado contrariamente ao decreto-lei nº 8.740, de 19 de janeiro de 1946, inspirado pelo Ministro do Trabalho do Governo Linhares, Carneiro de Mendonça, que modificava o artigo 511 da C.L.T. e estabelecia que seria "livre a organização sindical, em todo o território nacional para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais" e revogava o artigo 516 da C.L.T, que estabelecia a unicidade reconhecendo a existência de apenas um sindicato em cada base territorial.

O decreto levantou suspeição entre os comunistas que imaginaram ser ele uma manobra para impedir a consolidação da sua hegemonia no movimento sindical, que naquela época parecia inevitável. As classes proprietárias, especialmente a burguesia industrial, também não se empolgaram com esta inovação. Temerosas em relação ao crescimento do movimento grevista gostariam de ver não só mantidos os mecanismos de tutela como a sua efetiva utilização. Como já vimos delegações de empresários paulistas procuraram Dutra, antes mesmo da posse, solicitando providências contra os movimentos grevistas e a influência comunista no movimento sindical.

O decreto pondo fim a unicidade sindical teve vida efêmera, e não foi aplicado. Acabou sendo revogado pelo decreto-lei nº 8.987, de 15 de fevereiro de 1946. Os comunistas foram as primeira vítimas da não implementação efetiva do decreto-lei 8.740.

Contraditoriamente os comunistas, ao contrário do que geralmente se afirma, apresentaram-se na Assembléia Constituinte como defensores da liberdade sindical. É de autoria da bancada comunista a emenda nº 3.187 que afirmava: **"São garantidas as liberdades sindicais. A lei assegurará a representação sindical dos trabalhadores nas empresas"**. A justificativa apresentada não podia ser mais clara:

"Liberdade sindical é o direito assegurado ao trabalhador de constituir, ele mesmo, sua própria organização, independente de qualquer regulamentação do governo, dentro de suas possibilidades e conhecimentos. É o próprio proletariado que deve escolher formas e métodos a usar na organização sindical, a maneira de dirigí-las, respeitadas as exigências legais para o seu reconhecimento como sociedade civil". (os grifos são nossos) (Moraes Filho, 1978:276)

Segundo depoimento insuspeito de Evaristo de Moraes Filho, defensor da unicidade sindical, se predominasse a redação proposta pelos comunistas os sindicatos voltariam a ter o mesmo estatus que possuíam antes de 1930 e seriam considerados pessoas jurídicas civis. Estabeleceria assim, nas palavras de Evaristo Moraes, "um regime da mais absoluta e anárquica multiplicidade sindical". Esta é a mesma opinião de Werneck Vianna que afirma: **"Caso os liberais estivessem decididos em adotar o pluralismo, a própria emenda apresentada pelos comunistas abria-lhes o caminho"**. (o grifo é nosso) (Vianna, 1989:262)

Mas a proposta vitoriosa, de fato, não garantiria a liberdade sindical. O artigo 158 da Constituição ficaria assim redigido: **"É livre a associação profissional ou sindical, sendo regulada por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público"**.

Este artigo da Constituição, na prática, deixava para a lei ordinária a quase totalidade da regulamentação desse assunto. Seria isto que permitiria que fossem julgados constitucionais todos os atos do executivo que antecederam e precederam a sua promulgação, atos que mantiveram na integra

a estrutura sindical corporativa criada durante o Estado Novo.

Isso viria acontecer também em relação ao direito de greve, que os constituintes jogariam para ser regulamentada em lei ordinária. A não revogação da antiga legislação sobre organização sindical presente na CLT e a transferência para lei ordinária abriu um grande espaço para interferência da burocracia de Estado (executivo e o judiciário) na elaboração do destino da legislação sindical no país. (Vianna, 1989:268)

A aprovação desta proposta levou que o deputado federal João Amazonas, ex-presidente do MUT, protestasse:

"Senhor Presidente (...) No título que ora votamos, determina o artigo 158: "É livre a associação profissional ou sindical" (...) Estabelece, portanto, o princípio (da liberdade sindical) mas, em seguida, faz restrições que, ao meu ver, negam a livre associação profissional ou sindical. É quando reza "(...) ser-lhe-á regulada por lei a forma de constituição, a representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de função delegada pelo poder público". A forma de constituição de sindicatos deve ser a mesma das sociedades civis em geral (...) Se se conserva a expressão de que lei regula "a forma de constituição" dos sindicatos, estamos negando o princípio da associação profissional ou sindical. Bastaria que se dissesse que a lei poderia regular que os sindicatos seriam constituídos segundo o princípio da corporação ou à base de indústria, ou ainda à base de empresa. Qualquer dessas formas, que a lei ordinária admitisse, iria contrariar na prática o direito de livre associação profissional ou sindical. Ainda mais: a lei ordinária poderia regular que somente com dois terços de profissionais da mesma categoria seria permitida a organização da associação sindical ou profissional e, também nesse caso, estaria negando o direito de livre associação sindical e profissional". (os grifos são nossos) (Vianna, 1989:265)

Sem dúvida está era uma defesa, não explícita, do fim da unicidade como condição para liberdade sindical. Na conjuntura de 1948 a 1950 a política comunista não escapa

desta tensão interna. Em geral aponta para a necessidade da mais ampla liberdade sindical mas apenas tangencialmente aborda o problema da investidura sindical, que tem como substrato a "carta de reconhecimento sindical". Como já afirmei, durante toda a minha pesquisa, encontrei apenas uma citação sobre a possibilidade de livre formação de sindicatos como condição da liberdade sindical, mesmo assim ela era expressa por uma figura de pouca expressão na hierarquia partidária e sindical.

Sem dúvida o "fetichismo" em relação às organizações sindicais oficiais estava bastante afetado naqueles dias, o que permitiu que os comunistas se jogassem na tarefa de constituir associações profissionais e uniões sindicais livres da estrutura sindical oficial. A própria CTB teve por base essas entidades, que incluiu inclusive associações de socorro mútuo, cooperativas etc. Para os comunistas as organizações, não importa o nome que tivessem, só desempenhariam o seu papel se ajudassem a organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho para o desencadeamento das lutas por suas reivindicações imediatas.

A unicidade, nos discursos oficiais, deixou de ser um condicionante para a construção da efetiva unidade sindical. Os próprios sindicatos oficiais foram tidos como elementos de divisão da fileiras operárias em contraposição às organizações autônomas nos locais de trabalho.

Mas a crítica se manteve incompleta, e a obra inconclusa, pois essas organizações nos locais de trabalho, associações profissionais, sempre foram consideradas formas de organizações provisórias que não visavam substituir em definitivo os sindicatos oficiais, isto pode ser constatado pelo programa de ação da quase totalidade delas que inclui como uma das tarefas centrais as "eleições imediatas para o sindicatos". Existia sempre a esperança de um retorno a estes sindicatos, depois de efetivamente reformados.

Na conjuntura de 1948 a 1950 realizou-se, de maneira bastante particular, uma tendência já apontada por Weffort, que foi a utilização de uma estrutura sindical paralela, desvinculada do Estado, para alavancar o ingresso na

da liberalização dos sindicatos. As organizações nos locais de trabalho e as Associações Profissionais foram fundamentais, para a formação de lideranças, que permitiu a vitória dos comunistas em várias eleições sindicais. Essa tendência tenderia a se acentuar nos anos subseqüentes. A volta aos sindicatos oficiais determinou o fim da curta experiência das associações autônomas. As associações profissionais desapareceram lentamente e as organizações nos locais de trabalho passaram a se integrar formalmente aos sindicatos sob o controle comunistas.

2° PARTE: POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1951 E 1952

IV. O PCB e o II Governo Vargas

Sem dúvida nenhuma a posição que os comunistas assumiram em relação ao governo Vargas causou, e ainda causa, perplexidade para grande maioria dos estudiosos da história do movimento operário e do Partido Comunista no Brasil.

A definição do segundo governo Vargas como um governo "títere do imperialismo norte-americano" e com tendências à fascistização parece soar um pouco estranho aos nossos ouvidos, que já se acostumaram com a caracterização deste governo como antiimperialista e até mesmo como democrático-popular.

Mas um estudo mais detalhado deste governo nos leva a afirmar que: se, de um lado, constatamos a limitação da análise comunista; de outro, poderemos constatar também o quão longe da realidade estavam aqueles que buscavam ver na política adotada pelo segundo governo Vargas algo que pudesse ser definido como antiimperialista ou democrático-popular.

Podemos inclusive afirmar que a avaliação comunista sobre o segundo governo Vargas, pelo menos na sua primeira fase, possuía uma lógica interna que estava longe do puro desvairo esquerdista, rótulo que até hoje se procura imputar a ela.

1. A Candidatura Vargas

A candidatura Vargas se gestou fora dos grandes partidos, podemos mesmo afirmar que ela se gestou contra eles. Ela nasce do naufrágio político da proposta de "Acordo Interpartidário", que buscava uma saída **não populista** para a crise de hegemonia que se gestava desde a década de 30. (Weffort, 1972:85-86)

O surgimento da candidatura Vargas estava ligado às necessidades de certos setores da burocracia de Estado

(militares nacionalistas) e de setores importantes da burguesia industrial que rejeitavam a política de conciliação governamental com os interesses da chamada burguesia compradora (antiindustrialista) implementada por Dutra. Esses setores advogavam uma política mais ousada no campo da industrialização. Pleiteavam uma política cambial que favorecesse as importações de equipamentos e materiais básicos para a indústria nacional e restringisse as importações de produtos industrializados com similares nacionais, e maior inversão de capital estatal ou estrangeiro na montagem da infra-estrutura (rodovias, energia elétrica, combustível etc) necessária ao processo de industrialização.

A candidatura de Eduardo Gomes não poderia empolgar a burguesia industrial. Maria Victória Benevides no seu estudo sobre a UDN constata que ao contrário da política industrializante preconizada por Getúlio, Eduardo Gomes defenderia, principalmente, medidas de caráter deflacionário e estabilizadora da economia. (Benevides, 1981:79)

Outro setor interessado na vitória de Vargas e de seu projeto era o setor nacionalista das Forças Armadas. A importância desses setores militares, interessados na radicalização do processo de industrialização nacional, pode ser constatada na vitória expressiva da chapa encabeçada pelo General Estillac Leal no Clube Militar, ocorrida em maio de 1950.

O Clube Militar seria um ponto de apoio importante para a consolidação da candidatura Vargas, para sua eleição e posse. Não é à toa que o general Estillac assumiria o Ministério da Guerra imediatamente após a posse de Vargas. No mesmo mês que se dava a vitória da chapa nacionalista no Clube Militar Vargas e Adhemar de Barros formalizavam o acordo eleitoral no qual afirmavam seus objetivos "nacionalistas" e denunciavam as "condições semicoloniais" que vivia a nação e conclamavam para a luta "pela independência econômica". (D'Araújo, 1992:84)

Se não havia um consenso nos setores militares em torno da candidatura Vargas, não havia porém resistência significativa em nenhum setor das Forças Armadas. Diante dos boatos de golpe militar e das tentativas da UDN de impedir a posse de Vargas o próprio Ministro da Guerra, General

Canrobert, ligado aos setores mais conservadores das Forças Armadas, se pronunciaria contra o golpe e pela posse do eleito. (D'Araújo, 1992:59)

Vargas receberia apoio também de importantes setores da burguesia industrial. Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, seria um dos grandes financiadores de sua campanha. Podemos dizer que a burguesia industrial se encontrava dividida no apoio aos diversos candidatos. Havia desconfiança de importantes setores da fração industrial da burguesia com a política populista varguista de incorporação das massas populares urbanas ao jogo político, embora houvesse também um certo consenso em torno da necessidade de uma política industrialista mais ousada, que estava expressa no programa eleitoral de Vargas.

Mas as principais bases de sustentação da campanha de Vargas, e responsáveis diretas pela sua vitória, estavam nas massas populares, que cansadas da política excludente e anti-operária de Dutra, se voltavam para aquele que se propunha reintegrar o trabalhador no cenário político, como "cidadão".

A proposta de uma democracia ampliada (fim das intervenções nos sindicatos, participação popular no governo) e de concessões econômicas (aumento do salário mínimo, ampliação dos direitos trabalhistas) cativaram as massas urbanas que lhes deram a vitória. É bom lembrarmos que Vargas assumiu uma atitude crítica durante todo o período governamental de Dutra. Já em 1947, utilizava da palavra no senado para dirigir duras críticas às políticas econômica e social do presidente Dutra. (Vargas, 1950:283)

Vargas obtém 48,7% do total de votos seguido pelo Brigadeiro Eduardo Gomes com 29,7%. Devemos ressaltar que este apoio popular teve caráter difuso, não se formou nenhum movimento orgânico de expressão em apoio a sua candidatura.

O governo Vargas que tomou posse em fevereiro de 1951, desde o primeiro momento tentou restabelecer a unidade das classes proprietárias sob sua direção, subordinando-as a seu projeto político industrializante. A composição do primeiro ministério reflete bem esta tentativa, que seria condenada ao fracasso.

O primeiro ministério formado por Vargas reflete a tentativa de unidade das diversas frações da burguesia, sob a direção (ou hegemonia) dos setores industrialistas da burguesia e da burocracia de Estado. O "Ministério da Experiência" como se denominaria tinha a presença de um "nacionalista" como Estillac Leal e também de João Neves da Fontoura, conhecido por suas posições pró-imperialistas, indicado para Ministro das Relações Exteriores. O confronto entre essas duas tendências levaria a saída de Estillac do governo cerca de um ano mais tarde. Ao PTB caberia apenas o Ministério do Trabalho que seria assumido por Danton Coelho.

Cabe ainda destacar, no ministério de Vargas, as figuras de dois representantes dos empresários paulistas: Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil e o banqueiro Horácio Lafer, Ministro da Fazenda.

A composição conservadora do ministério de Vargas levaria os comunistas a compará-lo com o acordo interpartidário tentado por Dutra. Afirma Diógenes Arruda:

"Se Dutra só pode manter a ditadura através do acordo-interpartidário, Getúlio forma um ministério de "conciliação nacional", visando a união sagrada das forças reacionárias". (Arruda, Diógenes, "Nosso Partido, Nossa Tática, Nossas Tarefas Atuais" in Problemas, nº 33 de março/abril de 1951)

O que caracterizaria estes dois primeiros anos do governo Vargas não foi a tentativa de romper com o imperialismo norte-americano e propor uma alternativa de construção de um capitalismo nacional. Foi sim a tentativa de integrar o país à nova ordem mundial, buscando manter certa margem de autonomia. O que se viu foi uma unidade contraditória entre o projeto industrialista de Vargas e os interesses dos grandes monopólios norte-americano. Vejamos alguns exemplos desta unidade contraditória nestes primeiros anos.

Neste primeiro período, no qual se concentra a nossa pesquisa, podemos afirmar que a tendência à uma maior unidade com o imperialismo norte-americano foi que prevaleceu. E seria isso determinaria a primeira defecção importante do governo Vargas: a saída do seu Ministro da Guerra, o General Estillac.

Cabe-nos salientar que as contradições na política seguida por Vargas reflete plenamente as contradições existentes no próprio projeto de desenvolvimento engendrado pelas forças sociais que lhes davam sustentação, especialmente a burocracia de Estado.

A contradição da política de Vargas pode ser constatada na existência de dois órgãos, nos quais se concentravam as duas variantes da política econômica governamental: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na qual, o governo estabeleceria "uma ponte" entre os interesses econômicos nacionais e os do grande capital norte-americano, procurando sempre adequar os interesses brasileiros aos dos Estados Unidos, e a Assessoria Econômica da Presidência da República cuja que se identificava mais com os princípios nacionalistas e buscava dar ao governo um caráter "nacional-desenvolvimentista". (D'Araújo, 1992:149-150).

No geral, a constatação feita por Maria Celina Soares D'Araújo é correta. Mas não devemos exagerar na caracterização desses órgãos, devemos lembrar que o projeto inicial sobre a constituição da Petrobrás, como empresa de economia mista, que foi duramente atacado pelos nacionalistas, nasceu na Assessoria Econômica da Presidência da República.

2. Sob a Guarda Norte-Americana

O início do governo Vargas se deu numa conjuntura internacional de agravamento da guerra fria que exigia um alinhamento imediato do país ao lado de um dos dois contendores. As classes dominantes latino-americanas e seus respectivos governos, inclusive o brasileiro, já haviam se definido desde o fim da segunda guerra mundial, colocando-se ao lado do imperialismo norte-americano. Um forte instinto de classe lhe indicava o caminho.

Vargas assume as vésperas da IV Conferência dos Chanceleres Americanos, que se realizaria em Washington entre março e abril de 1951, na qual o governo norte-americano deveria cobrar a fidelidade de seus aliados. Estávamos também em plena Guerra da Coréia, que começava adquirir contornos dramáticos. O perigo de uma nova guerra

mundial estava colocado no horizonte das principais forças políticas do planeta.

3. A IV Conferência dos Chanceleres

O representante brasileiro na Conferência, o ministro João Neves da Fontoura, deixa claro a posição brasileira diante do novo quadro internacional que se formava, alinhando-se incondicionalmente aos destinos da "grande nação americana".

Para o ministro a América estava "convocada a opor o escudo de sua consciência democrática e das suas possibilidades materiais aos atentados que se preparam nas trevas". O ministro atacava duramente a fidelidade dos comunistas a URSS e a sua suposta negação da idéia de Pátria e por isso mesmo "representariam um perigo para a segurança interna das nações latino-americanas". Conclamava também o combate as "ideologias subversivas" e aos partidos que operam sob o comando de "potências estrangeiras". (D'Araújo, 1992:159)

O ministro brasileiro, depois de prestar seu tributo ao grande aliado, passa a expor as necessidades do país, para que ele possa cumprir bem o seu papel na nova conjuntura mundial. João Neves da Fontoura alerta para o perigo que a miséria e o pauperismo representaria para a democracia e que os Estados Unidos deviam dar maior atenção a essa situação principalmente diante do "vislumbre de um terceiro conflito mundial". A saída, então, estava na criação de um plano emergencial de "colaboração econômica" para a reabilitação desses países periféricos e que desse o suporte técnico e financeiro para a industrialização nacional e o aumento do nível de vida da população. (D'Araújo, 1992:159)

Não é possível deixar de notar a incrível semelhança entre esse discurso e o relatório apresentado pelo senador e industrial paulista Roberto Simonsen na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano do Comércio e Produção, realizada em outubro de 1947. (Simonsen, 1947b)

Nos dois casos temos um representante brasileiro se colocando ao lado norte-americano e acenando com o perigo

comunista e sub-repticiamente convocando a um maior investimento de capitais para industrialização do país, como única maneira de eliminar a ameaça comunista que se espreita na retaguarda aliada. Existe nessa posição uma crítica a posição norte-americana de priorizar, ou monopolizar, os financiamentos para a reconstrução européia. Nesses dois casos a contradição entre a burguesia industrial e o imperialismo residia, contraditoriamente, no pouco interesse demonstrado por este último em investir no desenvolvimento industrial do país.

O próprio João Neves da Fontoura, conhecido por suas posições pró-americanas, chegou a escrever:

"Devemos cooperar - e havemos de cooperar - com os Estados Unidos, mas a cooperação deve ser recíproca, conseguindo nós que disponibilidades a serem alcançadas no estrangeiro se convertam em utilidades indispensáveis ao Brasil, em bens de produção ou semelhantes. Mesmo (...) se entregarmos, embora bem vendidos, nossos minerais estratégicos, é justo que também tenhamos fábricas de seus produtos para a nossa defesa, que é, igualmente, a defesa dos Estados Unidos." (Bandeira, 1973:323-324)

Concordamos com Moniz Bandeira quando afirma que as palavras de João Neves da Fontoura espelhariam "o estado de ânimo da burguesia brasileira, na qual a solidariedade de classe (cooperação com os Estados Unidos no caso da guerra contra a União Soviética) não excluía a luta pelos seus próprios objetivos de desenvolvimento (montagem de indústria de base e de meios de produção)". (Bandeira, 1973:324)

A diferença entre o governo Dutra e Vargas, segundo Bandeira, é que o primeiro não vinculava o seu apoio irrestrito a política externa americana a nenhuma contrapartida econômica enquanto Vargas procurava tirar vantagens econômicas desta subordinação política.

4. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

A pressão das classes dominantes e dos governos Latino-americanos fazem com que o governo e os banqueiros norte-americanos comesçassem a voltar, lentamente, as suas atenções

para a América Latina. Em 1947-1948 os EUA estabelecem um plano de assistência técnica para a América Latina (o Ponto IV) e em 1948 é formada a Missão Abbink que seria enviada ao Brasil. Aqui ela passa a ser integrada, também, por técnicos brasileiros. A Comissão realiza estudos sobre as necessidades brasileiras e estabelece prioridades para os investimentos internos e externos. Segundo Maria Celina S. de Araújo, essa comissão estabeleceria como prioritários os setores da agricultura, da energia e dos transportes, sem formular qualquer projeto concreto. (D'Araújo, 1992:160)

No início de 1950 ganha corpo novamente a idéia de uma comissão mista que voltasse a estudar as necessidades da economia brasileira e elaborasse relatórios que permitissem a racionalização dos investimentos internos, e particularmente externos. O acordo para formação da referida comissão se dá em dezembro de 1950, ou seja, às vésperas da posse de Vargas e da IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Os Estados Unidos sinalizavam ao Brasil que estavam dispostos a "colaborarem" com o desenvolvimento brasileiro em troca do apoio político e militar a sua luta contra a União Soviética. Mas as grandes promessas, vislumbradas pela sinalização de ajuda norte-americana, pouco a pouco seriam reduzidas a pó.

O principal interesse norte-americano, no período, além do apoio militar na Coréia, era garantir a importação dos minerais estratégicos destinados a sua indústria de guerra. Para isto era preciso eliminar todos os entraves burocráticos existentes na legislação brasileira. O esforço de defesa da civilização ocidental exigiria algumas concessões por parte do Brasil.

O Ministério das Relações Exteriores se mostra favorável a eliminação de todos os entraves para exportação dos referidos minerais, mas solicita em contrapartida "prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para as medidas de execução de um programa racional de industrialização e de obras públicas ao qual serão consagrados os principais esforços da administração brasileira". (D'Araújo, 1992:161)

Apesar da insistência brasileira em receber um empréstimo de 500 milhões de dólares o governo e os banqueiros norte-americanos se comprometem com um

investimento na ordem de 250 milhões. O governo brasileiro insiste também para que os norte-americanos instalassem indústrias no Brasil visando a industrialização das matérias primas estratégicas, especialmente as areias monazíticas.

A Comissão Mista é definitivamente instalada em 19 de julho de 1951 e acabaria seus estudos técnicos em julho de 1953 e cinco meses depois, em dezembro, a comissão era extinta por decisão unilateral do governo norte-americano. Os empréstimos concedidos ao Brasil pelo Eximbank e pelo BIRD chegaram a 181 milhões de dólares, ficando bem abaixo dos compromissos assumidos pelos EUA e muito abaixo das reais necessidades brasileiras. As autoridades americanas alegaram a falta de compromisso formal entre as partes, assim como o alto custo da manutenção da referida comissão no Brasil. (Rausch, 1991:157)

Existiram vários motivos para a redução dos investimentos norte-americanos no Brasil, um deles foi a lei sobre remessa de lucros aprovada no início de 1952, que teria um efeito mais simbólico do que real. Outro motivo foi a eleição do republicano Eisenhower para a presidência dos Estados Unidos, em 1953. Após a vitória republicana o senado norte-americano aprovou o corte nas verbas destinadas ao desenvolvimento dos países incluídos no Ponto IV, inclusive o Brasil. (Rausch, 1991:159)

Este segundo fator, sem dúvida foi o preponderante para o fechamento da comissão mista e o não cumprimento do acordo sobre as quantias a serem investidas no país. A vitória republicana é a consolidação no poder dos setores da grande burguesia industrial e dos grandes financistas norte-americanos que tinham interesses em manter a divisão internacional do trabalho em nível mundial e que, portanto, não tinham qualquer interesse em investir na industrialização dos países periféricos. Vários homens ligados a empresas imperialistas com forte penetração na América Latina, inclusive no Brasil, ascenderam com a vitória de Eisenhower.

A eleição dos republicanos somente radicaliza uma tendência já presente na política de investimento do governo e dos grandes empresários norte-americano para a América-Latina, que era a de não se interessar e até se colocar

contra a aplicação de recursos público e privados na montagem de uma indústria nacional no Brasil.

5. Repressão aos Militares Nacionalistas

No segundo semestre de 1950 havia se agravado o clima de guerra fria, especialmente após a eclosão da guerra da Coréia. A eleição de uma chapa nacionalista para o Clube Militar, em maio de 1950, apenas aumentou o receio dos setores mais conservadores da sociedade. Teria início então uma grande ofensiva reacionária contra os setores nacionalistas das Forças Armadas.

O pivô da grande crise foi a publicação na Revista do Clube Militar de um artigo intitulado "Considerações sobre a Guerra na Coréia", no qual se criticava a ação americana e mostrava uma discreta simpatia pelos norte-coreanos. Isto foi suficiente para que se inicie uma grande campanha contra a diretoria do Clube e a sua Revista.

Vários diretores do Clube Militar foram transferidos para unidades distantes, levando a que os suplentes assumissem a titularidade, o que permitiu que se mantivesse a mesma linha política. Os militares nacionalistas haviam sido um dos principais esteios da candidatura Vargas.

Acreditava-se que o governo Vargas e o novo ministro da guerra revogariam as transferências e comporiam um ministério militar mais adequado às aspirações nacionalistas. Não foi isto o que ocorreu. Apesar das promessas, todas as transferências foram mantidas e grande parte do alto comando foi composta por oficiais anti-nacionalistas. O próprio gabinete do ministro da guerra foi ocupado "em esmagadora maioria por oficiais que se opunham a Diretoria do Clube Militar." (Sodré, 1988:66)

A postura da Diretoria do Clube manteve-se radicalizada. Em maio o major Tácito Lívio Reis de Freitas publica um artigo intitulado "Auriverde pendão de minha terra!" que tinha como subtítulo: "Bandeira Nacional Sim! Bandeira Internacional, Não!". Na qual ele rejeitava a participação brasileira na Coréia sob a bandeira da ONU. (Sodré, 1988:74)

Nos fins de 1951 a direita militar se organiza na chamada Cruzada Democrática e se prepara para conquistar a direção do Clube Militar. Em março de 1952 Estillac demitia-se do ministério da guerra, discordando do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e buscava concorrer a uma nova eleição para a direção do Clube Militar.

A saída de Estillac do Ministério da Guerra deixou o campo completamente livre para que os setores mais conservadores das Forças Armadas assumissem todos os principais postos dentro do governo, reforçando ainda mais o perfil conservador do governo Vargas.

Mas o crescimento da direita militar deveu-se muito a própria política adotada por Estillac a frente do Ministério da Guerra, que se recusou a trazer de volta os militares nacionalistas transferidos e ainda colocou em postos chaves do ministério oficiais ligados aos grupos anti-nacionalista.

As conseqüências desta política não se fariam esperar. Em maio de 1952 a chapa nacionalista, encabeçada pelo próprio general Estillac, é derrotada nas eleições do Clube Militar, que a partir de então cairia na mão dos setores pró-americanos e de anticomunistas. O resultado das eleições mostraria a mudança de espírito da oficialidade brasileira. A chapa nacionalista teve 4.489 votos e a chapa vencedora 8.288 votos.

A eleição para o Clube Militar, como descreve Sodré, foi marcada pela coação e terrorismo. Os simpatizantes da chapa nacionalistas eram transferidos para guarnições longínquas, vários foram presos. Após a posse da nova diretoria do Clube Militar acirra-se o movimento de "caça às bruxas" dentro das forças armadas. A repressão à ala nacionalista das forças armadas era apoiada pelos ministros militares e contava com a indiferença de Getúlio Vargas. (Carone, 1985:60-61)

A campanha em defesa do monopólio do petróleo, que tinha ampla hegemonia dos setores militares nacionalistas, foi também reprimida pelo governo Vargas no ano de 1951. Medidas de extrema violência foram tomadas pela polícia contra a realização da II Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, realizada no Distrito Federal em julho de 1951. (COHL, 1968:151)

Portanto, a chamada esquerda militar era sacrificada, pelas mãos de Vargas, no altar da guerra fria. A ala nacionalista passa a ter reforçada a sua desconfiança diante do presidente.

6. O Acordo Militar e a Guerra na Coréia

Em abril de 1951 o Presidente norte-americano Harry Truman solicita pessoalmente a Vargas que envie uma Divisão de Infantaria para a Coréia. No Brasil o principal incentivador de uma participação brasileira na guerra da Coréia é o ministro das relações exteriores João Neves da Fontoura.

Em junho de 1951 é a vez do secretário geral da ONU solicitar tropas brasileiras para combater em território coreano. O Conselho de Segurança Nacional se reúne em 30 de junho. A resolução da reunião, embora protelasse uma resposta sobre a possibilidade do Brasil enviar tropas, ratificava sua fidelidade aos aliados norte-americanos.

O Conselho de Segurança Nacional decide-se pelo envio de mensagem ao Congresso Nacional no qual sugere a "utilização de bases, portos e passagem de tropas pelo território nacional", e propõe iniciar um processo de "preparação psicológica do povo tendo em vista organizar e manter intensa e extensa ação anticomunista de contrapropaganda e contra-sabotagem".

O general Góis Monteiro ficava encarregado de elaborar planos junto aos ministros militares visando, entre outras coisas, "a participação das forças armadas brasileiras na defesa do continente americano e a formação de uma grande unidade a ser colocada à disposição da ONU, com o emprego inicial, na Europa". (D'Araújo, 1992:169)

Por sugestão de Vargas a nota divulgada é modificada no sentido de ser menos afirmativa e de reforçar a deficiência das forças armadas brasileiras. Mas a nota, mesmo alterada, acabou sendo bem aceita pelo governo norte-americano.

O governo brasileiro busca então barganhar o seu ingresso no conflito coreano com uma ajuda mais expressiva por parte do governo e dos banqueiros norte-americanos.

Afinal, a participação nesta guerra era tremendamente impopular, inclusive dentro do próprio governo e nas forças armadas. A recusa norte-americana em fornecer o que era solicitado pelo governo brasileiro levou Vargas a ir protelando a decisão até soterrá-la de vez em 1953.

A diplomacia do Brasil desde o primeiro momento se solidarizou com a ocupação norte-americana na Coreia. Votou na ONU favoravelmente a se considerar os norte-coreanos como agressores e apoiou o envio de tropas internacionais para "proteger" a Coreia do Sul. Existiu mesmo uma forte tendência em enviar tropas brasileiras para o território coreano, mas a falta de contra-partidas mais substanciais por parte dos norte-americanos desestimularam estas tendências.

Já na IV Conferência de Chanceleres o Brasil havia subscrito a tese ali aprovada, assumindo compromisso de contribuir para a sua aplicação. Nela estava estampado:

"Considerando que a paz e a segurança internacionais foram rompidas por atos de agressão na Coreia e que a ONU, em consequência das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral empreenderam uma ação para restaurar a paz nessa região; (...) Resolve que a situação mundial exige um apoio ativo da parte das Repúblicas americanas no plano da defesa coletiva no quadro das Nações Unidas, de maneira a impedir e suprimir a agressão em outras partes do mundo e sem prejuízo da defesa legítima dos territórios nacionais." (Carone, 1985:52)

O governo norte-americano objetivava a formação de uma força latino-americana para intervenção na Coreia de cerca de 140 mil homens. Mas, segundo Bandeira, nem todos os países se comportaram de maneira tão subserviente como o Brasil. A Argentina, México e Guatemala rechaçaram o plano de combate ao comunismo sugerido pelo Departamento de Estado americano. (Bandeira, 1973:327)

A resistência interna ao envio de tropas para a Coreia pode ser medida, como já vimos, pelas posições duras assumidas pelo Clube Militar, que se traduziam nos artigos publicados na sua revista.

Mas não só os militares nacionalistas se opunham a intervenção na Coreia. Osvaldo Aranha, ex-presidente da Assembléia Geral da ONU, por razões diferentes, também era contra o envio de tropas e nesta posição era seguido pelos generais Góis Monteiro, chefe do Estado Maior da Forças Armadas, e Zenóbio da Costa. Em dezembro de 1951 o Departamento de Estado voltará a pedir a 30 países, entre os quais o Brasil, que enviassem contingentes para a Coreia.

Sem dúvida, nesta situação, o apoio que o Brasil poderia prestar ao esforço de guerra norte-americano era garantir o abastecimento das matérias-primas estratégicas, mesmo às custas de sua soberania nacional.

A pressão americana sobre o governo brasileiro para o fechamento do acordo, especialmente dos pontos relativos a exportação dos minerais estratégicos, recrudesceu após a explosão da terceira bomba atômica soviética em outubro de 1951. (Bandeira, 1973:337)

Esta pressão sobre o governo brasileiro, para que ele se integrasse de maneira mais clara e ativa ao seu esforço de defesa do "mundo livre" culminaria no estabelecimento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

A discussão sobre o conteúdo do acordo militar se deu as margens do Ministério da Guerra encabeçado por Estillac Leal. Coube ao general Góis Monteiro, comandante do Estado Maior das Forças Armadas, e João Neves da Fontoura encaminharem o fechamento do acordo. O acordo Militar Brasil-Estados Unidos é assinado em 15 de março de 1952 mas só consegue a aprovação definitiva no congresso nacional em março de 1953.

O fechamento do Acordo Militar ocasiona uma grave crise militar que leva a demissão do general Estillac. No confronto entre as tendências internas do governo Vargas a ala nacionalista das Forças Armadas perdia o seu maior representante.

Segundo Moniz Bandeira através deste acordo o Brasil aderiria, incondicionalmente e indiscriminadamente, a toda e qualquer ação de guerra que os Estados Unidos empreendessem alegando a defesa e a segurança do chamado mundo livre.

O Acordo Militar continha cláusulas que obrigavam o Brasil a adotar medidas de proteção aos produtos e capitais

norte-americanos e a vender manganês, urânio e areias monazíticas aos Estados Unidos a um preço abaixo do seu valor no mercado internacional. Segundo os americanos o baixo valor se justificava pois estes se tratavam de minerais estratégicos indispensáveis para a defesa do próprio continente americano. (Bandeira, 1973:335)

Vargas, passando por cima do próprio Conselho de Segurança Nacional, em 21 de fevereiro de 1952, autorizou a remessa de 5 mil toneladas de areias monazitas, por ano, para os Estados Unidos. Segundo Bandeira, o referido conselho só foi tomar conhecimento do teor do convênio sobre a monazita, já assinado pelo governo, sete meses depois.

A Comissão parlamentar de inquérito que investigou as origens do acordo constatou que os Estados Unidos havia imposto ao governo brasileiro duas condições: ou fornecer os minerais atômicos ou mandar forças para a Coréia. (Bandeira, 1973:335)

Para Moniz Bandeira a entrega dos minerais estratégicos brasileiros interessava muito mais ao governo norte-americano do que um possível envio de uma divisão militar para a Coréia. Em 2 de junho de 1952 o governo ainda firma um outro acordo secreto pelo qual a aeronáutica norte-americana ficava autorizada a fazer foto aéreas do território brasileiro, com objetivos de elaboração de plano estratégico para defesa do continente.

7. A Burguesia e o Governo Vargas

O governo Vargas, desde o primeiro momento, buscou restituir a unidade das classes proprietárias, mas uma unidade sob a hegemonia dos setores industrialistas da burguesia e da burocracia de Estado. E foi justamente aí que residiram as principais contradições de seu governo, que acabou sofrendo uma forte oposição das frações comerciais da burguesia e de seus aliados: as classes médias tradicionais.

Logo em março de 1951, dois meses após a posse, o novo governo toma algumas medidas impopulares para burguesia comercial. Através de uma política cambial restritiva, o governo criava dificuldades para a aquisição de mercadorias julgadas não essenciais. Como reação, ocorre a primeira das

muitas reuniões dos grandes comerciantes, no Rio de Janeiro, em meados de julho de 1951. (Rausch, 1991:201)

A resposta sobre quais seriam as mercadorias "não essenciais" variava muito e dependia, fundamentalmente, da fração da classe burguesa que o empresário pertencesse. Para os membros da fração comercial da grande burguesia, que viviam da importação de mercadorias produzidas no exterior (carros, auto-peças, eletrodomésticos), tudo o que importavam era essencial para melhoria da qualidade de vida do "consumidor" nacional.

No entanto, para a maioria dos membros da fração industrial da grande burguesia toda mercadoria produzida no exterior que possuísse similar nacional deveria ser considerada não essencial e ter restringida a sua importação. Mas para esse setor os bens de produção eram essenciais e deveriam ter a sua importação incentivada, como meio de acelerar o processo de industrialização. Os "interesses nacionais", nos dois casos, estavam intimamente ligados aos interesses das respectivas frações de classe a que os empresários pertenciam.

O governo Vargas tenderia a acompanhar a posição da burguesia industrial e adotar uma política restritiva a importação de mercadorias industrializadas, inclusive aquelas que ainda não possuíam similares nacionais e de incentivar a importação de bens de produção. Essa posição correspondia perfeitamente a política industrialista advogada por Vargas e pela categorias sociais do Estado, especialmente os militares nacionalistas.

Por outro lado, a fração comercial da burguesia ligada a exportação de produtos primários, especialmente o café, também tendia a se colocar frontalmente contra a política cambial adotada por Vargas que privilegiava o setor importador de equipamentos e materiais básicos para indústrias e portanto os próprios industriais. Sendo o setor mais expressivo da burguesia comercial, conseguia incorporar os demais setores, inclusive o importador de mercadorias.

No seu conjunto a burguesia comercial, ao lado das classes médias tradicionais, se tornou a porta-voz do liberalismo econômico contra o intervencionismo estatal na economia. Sob o manto do liberalismo, contra o populismo, se

acomodavam os interesses dos diversos setores da fração comercial da burguesia brasileira.

Na sua luta política contra o intervencionismo estatal a burguesia comercial se aliava aos parlamentares oposicionistas. Durante o governo Vargas os deputados da UDN se destacaram por seus ataques sistemáticos à política econômica do governo, especialmente procurando desmoralizar a CEXIM e a CACEX, acusando esses órgãos de centros de corrupção. (Benevides, 1981:85)

Em setembro de 1952, o governo anunciava que a partir de julho de 1953 estaria proibida a importação de motores montados para fins comerciais. Poucos meses antes o governo já havia proibido a importação de peças com similares no parque nacional. Essas decisões governamentais aumentava o descontentamento dos setores importadores de mercadorias que se colocavam no campo da oposição radical ao regime.

Logo no começo de seu segundo governo Getúlio Vargas intensificou as importações de bens de produção. Naquele momento, a burguesia industrial e o governo, temiam que a possível eclosão de uma nova guerra mundial, devido o envolvimento dos Estados Unidos no conflito coreano, pudesse obstaculizar as importações tão necessárias à expansão industrial brasileira. Mas essas importações ocasionaram o aumento da escassez de divisas na balança comercial já bastante deficitária.

A burguesia comercial se unifica e aumenta a sua mobilização contra o governo. Nesse processo consegue retirar João D'Audt de Oliveira, amigo e aliado de Vargas, da presidência da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O novo presidente Ruy Gomes de Almeida vai se destacar pelos ataques seus ataques às esquerdas. (Rausch, 1991:205)

Dalva Rausch constata também que essas não foram as únicas mudanças importantes de composição no interior da burguesia e que estas alterações caminharam no sentido de fortalecer as teses contra a estatização da Petrobrás e intervenção do Estado na Economia. (Rausch, 1991:206)

O Ministério da Fazenda foi ocupado pelo industrial paulista Horácio Lafer, que procurou garantir que os interesses do setor industrial fossem, de certa forma, protegidos. Exemplo disso foi a política cambial adotada

neste primeiro momento. No Banco do Brasil o presidente Vargas colocou o industrial paulista Ricardo Jafet. Esse que havia sido um dos financiadores de sua campanha à presidência, era ligado ao setor de siderurgia/metalurgia, com vários empreendimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Leopoldi, 1994:190).

Embora os dois representassem o empresariado paulista havia diferenças de interesses que, em alguns momentos, ocasionavam divergências entre ação do Ministério da Fazenda e a direção do Banco do Brasil. Isto pode ser constatado no processo de aprovação e vigência da lei de controle sobre as remessas de lucros ao exterior.

O decreto-lei que controlou a remessa de lucros, de 3 de janeiro de 1952, nasceu sob inspiração direta do presidente do Banco do Brasil, o industrial paulista Ricardo Jafet, e tinha por finalidade estancar a sangria de divisas que dificultava a política de importações do governo. Mas o ministro da Fazenda, também industrial paulista, Horácio Lafer esforçou para que ele não fosse posto em prática. A lei acabou se constituindo em letra morta e acabou sendo anulada em janeiro de 1953. (Leopoldi, 1994:190)

A participação de industriais paulistas no governo federal e a existência de uma base de apoio em alguns setores industriais, não deve nos levar crer que o governo Vargas fosse um governo da burguesia nacional, num sentido estrito. Se de um lado alguns aspectos da política industrializante, especialmente a política cambial, tinham um amplo apoio da fração industrial da burguesia, os outros aspectos da política populista de Vargas não contavam com o seu apoio, a exemplo da sua retórica nacionalista e sua tentativa de ampliar a base social do governo junto ao movimento operário, através de concessões econômicas e sociais. Essas contradições seriam fundamentais no transcorrer da crise política que desembocaria no seu suicídio em 1954.

8. A Assessoria Econômica da Presidência da República

A influência da burguesia industrial no governo pode ser constatada na própria composição e na ação da Assessoria

Econômica da Presidência da República, cuja a coordenação política coube ao economista baiano Rômulo de Almeida. Rômulo de Almeida saíra dos quadros técnicos da Confederação Nacional da Indústria, onde era diretor Departamento de Economia. De técnico de um órgão representativo da burguesia industrial transfere-se para o interior do próprio aparelho estatal. Outro membro de destaque da Assessoria era Ignácio Rangel que também fizera parte dos quadros técnicos da CNTI.

A CNI chegou mesmo a complementar o salário de Rômulo de Almeida, mesmo ele não pertencendo mais ao Departamento Econômico desta confederação. Esta é mais uma evidencia da relação cordial existente entre o presidente e os industriais. Euvaldo Lodi, que era deputado federal pelo PSD mineiro, tinha livre trânsito no gabinete presidencial.

Quanto à ideologia que regia a ação da Assessoria é o próprio Rômulo, vários anos depois, que afirmaria:

"A nossa política (...) era fazer o Estado atuante. Havia (naquele momento) uma preocupação com o processo de industrialização, mas concebido como um processo de desenvolvimento (...) Estavam, dessa maneira, muito integrados aos objetivos nacionalistas e sociais. Por isso, nós tínhamos realmente certas restrições ao capital estrangeiro, mas não éramos chauvinistas. Achávamos, apenas, que as atividades básicas deviam ficar sob o comando nacional, o comando do Estado brasileiro".
(Rausch, 1991:78)

Leopoldi definiria este nacionalismo como um nacionalismo não ortodoxo ou pragmático pois reconheciam a necessidade de incentivar a vinda de investimentos externos para setores considerados prioritários pelo governo, e propunham-se cercar as companhias estrangeiras que se instalassem no país de incentivos e reserva de mercado.

E seria esse mesmo nacionalismo que permitiria abrir lugar para a participação controlada do capital estrangeiro em empreendimentos como a Petrobrás. (Leopoldi, 1994:166)

9. O Projeto Petrobrás e as mudanças na correlação de forças entre as frações das classes dominantes.

O nacionalismo não ortodoxo da Assessoria e do próprio Vargas, considerado entreguista pelos nacionalistas ortodoxos e comunistas, aceitava plenamente a parceria com o capital estrangeiro na montagem da infra-estrutura fundamental para a industrialização, o que incluía a Petrobrás. Portanto, como afirma Leopoldi, não havia portanto um projeto autárquico, anti-Estados Unidos, na proposta inicial de Getúlio Vargas. (Leopoldi, 1994:165)

Segundo o projeto da Assessoria Econômica a Petrobrás deveria ser uma empresa mista, ou seja, uma empresa que aceitaria a participação de capital privado, inclusive externo. A Petrobrás funcionaria como uma holding que articularia a atividade de outras empresas, subsidiárias e associadas, que operariam nas diversas fases da indústria petrolífera. (Moura, 1986:78)

Existia uma profunda afinidade entre o projeto da Assessoria Econômica e os anseios da burguesia industrial, que no seu conjunto aceitava a participação do capital internacional na montagem da Petrobrás, embora não fizesse disto uma questão de princípio. Na impossibilidade de investimento externo para montagem de tal empresa não se mostravam contra o investimento exclusivamente estatal. Tanto a CNI, dirigida por Lodi, quanto a Fiesp apoiavam a formação da Petrobrás, embora não como monopólio estatal.

Mas as entidades do comércio e setores das entidades empresariais, porta-vozes das empresas estrangeiras, se colocavam radicalmente contra o investimento público na montagem da Petrobrás e defendiam a prioridade dos investimentos estrangeiros, especialmente norte-americanos, na montagem da empresa petrolífera.

Havia também industriais, especialmente na do Rio de Janeiro, que se opunham a postura de Lodi que era favorável a constituição da Petrobrás e da Eletrobrás. A maioria desses chamados "liberais" eram gerentes de firmas estrangeira.

Segundo Leopoldi o fortalecimento desse grupo neoliberal na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro demonstravam que as indústrias estrangeiras estavam ganhando espaço no Rio de Janeiro, um espaço que "não era tão fácil de conseguir na Fiesp." (Leopoldi, 1994:182) Estes setores

assumiriam a direção da CNI e da Firj após o afastamento de Lodi da presidência das entidades em 1954.

A Fiesp passaria então a se constituir como a única entidade a falar pelos interesses da burguesia industrial. Ainda segundo Leopoldi, o que explica a manutenção das idéias de Simonsen na Fiesp foi "a presença significativa de grandes empresas de capital local em São Paulo, tornando a federação das indústrias paulistas menos vulnerável à ação e ao pensamento das empresa estrangeiras". (Leopoldi, 1994:183)

O projeto criando a Petrobrás, como empresa de economia mista foi enviado ao Congresso Nacional em dezembro de 1951. Apesar da concordância, em geral, da burguesia industrial em relação ao projeto original, este seria alvo de um duro ataque dos setores nacionalistas. O núcleo central da campanha pelo monopólio estatal do petróleo estava nas Forças Armadas, especialmente na oficialidade nacionalista.

O CEDPEN, com forte influência dos militares nacionalista, denunciou o projeto como a "oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros - especialmente a Standard Oil - para penetrarem no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional". O Clube Militar, ainda nas mãos dos nacionalistas, qualificava o projeto como "profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar de nossa Pátria". (Moura, 1986:81-84)

O movimento em defesa do monopólio estatal adquiria um caráter de massas, envolvendo particularmente as classes médias urbanas e em menor medida a classe operária, mobilizada pelo Partido Comunista. Surpreendentemente a UDN adere à tese do monopólio estatal e apresenta um substitutivo neste sentido. Esta mudança de posição da UDN, possivelmente, esteja ligado a uma tentativa de não se isolar dos setores das forças armadas e das classes médias urbanas, simpáticas às teses monopolistas.

Em julho o CEDPEN organizou a Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, que se realizou ente 5 e 8 de julho de 1952, do qual participaram mais de 600 delegados, representando entidades estudantis, associações profissionais (inclusive as ilegais) e núcleos regionais de defesa do petróleo. A participação militar foi destacada. A

Convenção condenou em termos duros o projeto do governo e propugnou o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo.

A pressão fez o governo recuar e estabelecer o monopólio sem a participação do capital estrangeiro, mas manteve o caráter misto, admitindo a presença do capital privado nacional. O recuo do governo isolou os nacionalistas radicais, no qual se incluíam os comunistas. O projeto foi aprovado na Câmara em setembro de 1952.

No senado, onde as forças favoráveis a abertura da exploração do petróleo às empresas estrangeiras eram maioria, o projeto seria alterado favoravelmente aos trustes norte-americanos. Durante a tramitação do projeto no Senado as frações comerciais aumentaram sua pressão contra a aprovação do monopólio estatal. As associações comerciais de todo o país, dirigidas pela Confederação Nacional do Comércio, inundam o congresso com telegramas contra o projeto aprovado na Câmara. O jornal "O Estado de São Paulo", porta-voz desses setores, afirma em editorial:

"Caminhamos para o estabelecimento de uma exploração estatal com exclusão absoluta de capitais particulares, máxime estrangeiros, quando somente com as pesquisas do precioso líquido absorveriam todos os recursos de forma tal que a economia do País seria profundamente perturbada, cessando (...) quase todas as atividades produtoras de tudo quanto é indispensável à nossa existência". (Cohn, 1968:167-169)

Mas as emendas privatistas do Senado seriam derrubadas na Câmara dos Deputados e o projeto estabelecendo o monopólio estatal seria aprovado em julho de 1953. A lei criando a Petrobrás seria assinada por Vargas em 3 de outubro de 1953.

V. A Política Sindical do PCB entre 1951 e 1952

1. O PCB e o Novo Governo de Vargas

Os comunistas, embora considerassem o governo Vargas uma continuação do governo Dutra, também compreenderam que este novo governo contava com a confiança de importantes setores das classes trabalhadoras. Portanto, se quisessem manter alguma relação com as massas getulistas, deveriam tomar certos cuidados com os ataques a serem desferidos contra Vargas.

Para os comunistas o calcanhar de Aquiles do novo governo eram as suas promessas que, segundo eles, jamais poderiam ser cumpridas. Isso levaria a um rápido desgaste de Vargas e o conseqüente aumento da influência dos comunistas junto a suas bases populares.

Em um dos primeiros documentos da direção nacional do PCB, após a posse de Getúlio, afirmava-se:

"Existe uma flagrante contradição entre o caráter do governo de Getúlio e o que dele esperam as massas (...) O governo Vargas será rapidamente desmascarado, se atuarmos de maneira a não nos isolarmos dos setores populares que ainda tem ilusões na demagogia getulista, isto é, se atuarmos a base de fatos concretos da conduta de Getúlio, a base da luta direta das massas pela paz, por aumento de salários, contra a carestia, contra o aumento dos aluguéis (...) contra a assiduidade de 100% etc ...".
(As Tarefas Atuais dos Comunistas na Luta Pela Paz e Pela Independência Nacional - Resolução do Pleno do C. N. do PCB de fevereiro de 1951- in Problemas de março-abril/51)

Em um outro documento intitulado "Nosso Partido, Nossa Tática, Nossas Tarefas Atuais", publicado no mesmo número da

revista "Problemas", o dirigente comunista Diógenes Arruda reforçaria a necessidade do estreitamento de laços entre os comunistas e as massas getulistas:

"Aqueelas massas que momentaneamente acreditam em Getúlio poderão voltar-se para nós (...) Por isso não devemos tratar de pé atrás os setores das massas que ainda acreditam em Getúlio, o nosso dever é falar-lhes como irmão em termos que não os firam. Não é verdade que esses setores dizem sempre: 'Getúlio agora, Prestes Depois'? Devemos, portanto, trabalhar com muito carinho com essa parcela das massas (...) Desde já devemos levar os setores que votaram em Getúlio as lutas para exigir dele na prática o cumprimento das promessas que fez". (Arruda, Diógenes, "Nosso Partido, Nossa Tática, Nossas Tarefas Atuais" in Problemas de março-abril/51)

Os comunistas, desde a posse do novo governo, aproveitando-se de uma tendência espontânea das massas trabalhadoras, passam a incentivar a formação de comissões de trabalhadores para reivindicar diretamente a Getúlio Vargas. Acreditavam que esta seria a melhor maneira de desmascarar a demagogia getulistas junto as suas bases operárias. Segundo os comunistas os trabalhadores também aprendiam através de seu contato direto com Vargas, a greve no frigorífico Anglo em Barretos (S.P) foi estimulada por uma resposta negativa de Getulio à uma comissão de trabalhadores que veio procurá-lo. (A Classe Operária de 01/10/51)

As visitas de comissões de trabalhadores ao palácio presidencial se multiplicavam, também cresciam o número de memoriais e abaixo-assinados que eram elaborados nas empresas ou nas assembléias das categorias profissionais e endereçados ao presidente da República.

Sem dúvida, esta tática embora perigosa, pois poderia reforçar ilusões quanto ao caráter do novo governo, acabou efetivamente contribuindo para o desgaste de Vargas em alguns setores das classes trabalhadores, especialmente nos mais organizados e mobilizados. Este foi o caso dos ferroviários do Rio Grande do Sul, dos trabalhadores do frigorífico Anglo, dos bancários paulistas e aeroviários que durante suas paralisações dirigiram duras crítica ao governo Vargas.

2. Vargas e as Intervenções Sindicais

Durante a sua campanha eleitoral Vargas havia criticado as intervenções sindicais promovidas no governo Dutra e prometera entregar os sindicatos para os trabalhadores através de eleições livres. Em 10 agosto de 1950 em um discurso em São Paulo chegou a afirmar: "A esses eu pergunto - Por que levaram a termos tantas intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, amordaçando-os violentamente, quando reivindicavam os seus mais sagrados direitos?". (Imprensa Popular de 26/05/51)

Após eleito à presidência da República, poucos dias antes da posse, Vargas recebe uma comissão de jornalistas do Distrito Federal que exigia que fosse empossada a diretoria eleita do seu sindicato, que havia sido impedida de assumir por não ter apresentado o "atestado ideológico". Vargas respondeu: "Que atestado é esse? No meu governo não havia isso". E se comprometeu em garantir a posse de todos os eleitos. (Voz Operária de 03/02/51).

Sem dúvida a surpresa de Vargas não se justificava. O presidente eleito mais do que saber da existência do atestado, havia sido aquele que o instituíra através do decreto 1.420 de 1939 e o manteria quando da elaboração da CLT, que no seu artigo 530, alínea "a", afirmava que os trabalhadores só poderiam concorrer à cargos nas diretorias sindicais caso "não professassem ideologias incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação". Dutra não faria nada mais do que utilizar desta mesma CLT para implementar sua política anti-operária de intervenção sindical.

Poucos dias após a posse de Vargas uma comissão de trabalhadores da Carris Urbanos e de Hoteleiros do Distrito Federal visitou o ministro do trabalho Danton Coelho e exigiu dele a imediata posse das diretorias eleitas e não empossadas durante o governo anterior. Aproveitou também a ocasião para cobrar do ministro o fim do "atestado de ideologia" que Vargas havia prometido durante a campanha eleitoral. A resposta de Danton Coelho mostraria todos os

limites da política de liberalização dos sindicatos implementada por Vargas, através do Ministério do Trabalho.

"- V. Excia vai manter o atestado de ideologia?

- Não! disse o ministro - Sou inteiramente contrário ao atestado de ideologia. Apenas não permitirei que nenhum comunista tome parte das direções sindicais (...)

Os trabalhadores quiseram saber (...) como o sr. Danton Coelho faria a distinção entre comunistas e não comunistas (...) E o ministro de Vargas não titubeou.

- Nós sabemos quais são os comunistas.

- Quer dizer que os sindicatos serão dirigidos pelo Estado e não pelos trabalhadores ?

- Os sindicatos são órgãos do Estado. No entanto os trabalhadores terão o direito de escolher seus dirigentes sindicais contanto que não sejam comunistas". (Imprensa Popular de 16/02/51)

Danton Coelho deixava claro nesta entrevista qual era sua visão sobre a liberalização dos sindicatos brasileiros. Ele proporia uma abertura gradual, e controlada, que pudesse resgatar a confiança dos trabalhadores nas instituições sindicais oficiais, renovando os seus quadros e dando-lhes um maior dinamismo. Mas, ao mesmo tempo, impedindo (ou dificultando ao máximo) o ingresso dos comunistas nas direções dos sindicatos oficiais, pelo menos nos mais importantes. Isso explica as intervenções seletivas ocorridas nos primeiros anos do governo Vargas, uma posição que não pode ser sustentada a partir de 1953, quando do ascenso das lutas operárias e a necessidade de radicalização da política populista.

Mas um fato novo ocorria com a posse de Vargas, apesar da repressão ao movimento sindical autônomo e a promoção de intervenções pontuais visando afastar os comunistas das direções dos sindicatos oficiais, o novo presidente não se recusava receber pessoalmente, em audiência pública, comissões de trabalhadores, muitas delas lideradas por conhecidos comunistas, e acenar com promessas de liberalização da vida sindical e atendimento de suas reivindicações econômicas, mesmo que fossem para não serem cumpridas.

Por outro lado a lógica imposta pela própria estrutura sindical, que os comunistas diziam combater, levavá-os a pedir a intervenção de Vargas para por fim as intervenções sindicais promovidas pelo próprio governo.

Apesar das declarações da direção comunista, que as idas à Vargas visavam desmascará-lo frente aos trabalhadores ainda iludidos com a demagogia varguista, pudemos constatar que da parte dos trabalhadores, inclusive comunistas, havia uma esperança quanto uma efetiva liberalização dos sindicatos que garantisse o acesso das lideranças comunistas, que gozavam de maior prestígio entre os trabalhadores. A não efetivação dessa esperança levou a um desgaste do governo Vargas junto as principais lideranças sindicais e consequentemente um desgaste na base das categorias nas quais se mantinham interventores não eleitos.

3. Eleições e Intervenções no Sindicatos dos Trabalhadores da Carris Urbanos do Distrito Federal

Poucos dias depois da audiência e das promessas que fizera à chapa vitoriosa do Sindicato da Carris Urbanos o ministro do trabalho, Danton Coelho, anunciava seus planos de dar posse a chapa que havia ficado em segundo lugar na eleição do sindicato. Nessa eleição, ocorrida nos fins de 1950, a chapa liderada pelo comunista Eliseu Alves de Oliveira havia conseguido 2.039 votos enquanto a segunda colocada, encabeçada por Cipriano Neves, havia ficado com apenas 1.089 votos. (Imprensa Popular de 22/02/51)

No início de outubro de 1951 o Tribunal Federal de Recursos cassou, em definitivo, o registro da chapa vitoriosa. No dia 15 uma comissão, encabeçada pelo presidente da chapa cassada e também vereador comunista, Eliseu Alves de Oliveira, foi recebida por Getúlio Vargas. Na ocasião Vargas chegou a afirmar: "serão empossadas as diretorias eleitas com ou sem atestado de ideologia" pois "não podem representar os trabalhadores interventores ou presidentes que não tenham sido eleitos pela maioria dos associados do sindicato". (Imprensa Popular de 16/10/51)

Descumprindo novamente o prometido, em janeiro de 1952, o ministro do trabalho, Segadas Viana, confirma a anulação

do pleito ocorrido um ano antes e mantém a interventoria. (Imprensa Popular de 13/01/52)

Nova eleição será marcada para o dia 10 de março de 1952. Os comunistas formariam uma nova chapa denominada União, encabeçada por Benjamin Dantas de Avila. O interventor pedira a impugnação da chapa e a eleição é novamente adiada pelo Ministério do Trabalho. (Imprensa Popular de 05/03/52 e 11/03/52)

No dia 14 de março os trabalhadores da Light realizam um ato no gabinete do prefeito do Distrito Federal, protestando contra a impugnação da chapa União e o adiamento da eleição. (Imprensa Popular de 14/03/52)

A eleição é marcada então para o dia 3 de junho de 1952. A chapa apoiada pelos comunistas, que é obrigada a concorrer amparada por um mandado de segurança, obtêm 2.982 votos e a chapa ministerialista apenas 478 votos. (Imprensa Popular de 05/06/52)

Novamente o Ministério do Trabalho não admite dar posse aos eleitos. No dia 17 de junho uma grande comissão de trabalhadores da Light se dirige ao Palácio do Catete e é recebida novamente pelo próprio Vargas que promete empossar os eleitos. Novamente o presidente não cumpriria a promessa e os comunistas não assumiriam a direção do sindicato.

No fim de 1952 forma-se nova chapa de composição socialista e comunista, desta vez encabeçada pelo socialista José Lopes Veras, que não escaparia da acusação de ser uma chapa comunista. Isto acarretou um duro protesto dos socialistas. (O Popular de 22/12/52)

A Carris Urbanos do Distrito Federal era considerada estratégica para o governo, e para os setores militares. Não poderia se admitir que a diretoria desse sindicato estivesse nas mãos dos comunistas ou simpatizantes; especialmente num momento de agravamento da situação internacional, com o desenvolvimento da guerra na Coréia.

4. Eleição e Intervenção no Sindicato dos Hoteleiros do Distrito Federal.

No caso dos Hoteleiros do Distrito Federal uma Comissão Sindical, eleita em assembléia geral no sindicato, voltaria a falar com o ministro do trabalho. Na reunião a comissão denunciaria a atitude autoritária do interventor Agenor Santos Lima, que impedia a realização de reuniões de trabalhadores dentro da sede do sindicato, e solicitava o fim da intervenção. O ministro e o diretor do Departamento Nacional do Trabalho se comprometeram a entregar a administração do sindicato a uma comissão que fosse eleita em assembléia geral dos associados. A assembléia foi realizada no dia 13 de abril e a ata foi encaminhada para o Ministério do Trabalho. (Imprensa Popular de 15/06/51)

Em 23 de maio de 1951, desrespeitando o prometido, o ministro do trabalho cancela a eleição do Sindicato dos Hoteleiros, na qual havia sido eleita a chapa encabeçada pelo comunista Jorge Gonçalves, e nomeia um novo interventor, Silvério Silva, que havia sido encabeçador da chapa ministerialista derrotada na última eleição sindical. Uma das primeira medidas do novo administrador foi, seguindo determinação do Ministério do Trabalho, dissolver a comissão salarial eleita em uma assembléia geral do sindicato. (Imprensa Popular de 15/06/51)

Em um manifesto público a Comissão de Salários do Sindicato dos Hoteleiros, ligada aos comunistas, denuncia a ação do ministro do trabalho que havia se comprometido entregar a administração a uma comissão democraticamente eleita numa assembléia e agora traíra seu compromisso e indicara um novo interventor.

Somente em 4 de outubro de 1952 seria empossada a diretoria eleita do Sindicato dos Hoteleiros do Distrito Federal. A primeira medida da nova diretoria é anistiar os sócios afastados do sindicato durante os anos de intervenção. (Imprensa Popular de 04/10/52 e 01/11/52)

5. Eleições e Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal

Em 27 de março de 1951 os comunistas vencem a eleição para escolha dos vogais da Justiça do Trabalho realizada na

sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal. A assembléia também decide anistiar todos os associados demitidos pela junta interventora, encabeçada por Manoel Cordeiro. (Imprensa Popular de 21/04/51). O Sindicato dos Metalúrgicos chegou a possuir cerca de 17 mil sócios em 1947, mas no final do governo Dutra, em 1950, este número estava reduzido a apenas 4 mil sócios. (Imprensa Popular de 07/03/51)

Os comunistas, aproveitando-se da situação, aprovam na assembléia a convocação da eleição sindical à revelia do ministro do trabalho. O ministério reconheceria a anistia, pois estava nos seus planos aumentar o número de sindicalizados, mas não aceitou que a assembléia decidisse sobre a data da eleição.

Poucos dias depois o ministro do trabalho autorizaria, para o mês de junho, a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, entre outros sindicatos. Mas, juntamente com a autorização, baixaria uma portaria estabelecendo as normas das eleições, mantendo o atestado de ideologia. (Imprensa Popular de 15/05/51)

O ministro do trabalho, Danton Coelho, temendo uma vitória comunista, adia, sem qualquer justificativa, a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos por mais 90 dias. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de agosto de 1951)

Ainda em agosto de 1951, logo após o adiamento da eleição sindical para 20 de novembro, os comunistas já não pareciam animados com as possibilidades de vitória. O operário comunista Izaltino Pereira denunciaria a falta do "direito de livre escolha", devido a existência do atestado de ideologia, e a desorganização das comissões de empresas, ocasionada pelos longos anos de intervenção ministerialista. Essa situação, segundo ele, impediu que se criassem novos quadros que merecessem a confiança da categoria. (Imprensa Popular de 15/08/51)

Izaltino Pereira ao analisar o quadro da chapas inscritas mostra uma simpatia pela chapa encabeçada por Benedito Cerqueira e Durvalino Penha que havia se comprometido a lutar por um "programa de 22 pontos elaborado por representantes de mais de 50 empresas". Dois dias depois o mesmo jornal já mostrava sua preferência por uma outra chapa, encabeçada por Eurípedes Ayres, que havia decidido

patrocinar uma grande campanha por aumento de salários, visando a vitória antes mesmo da eleição sindical. (Imprensa Popular de 17/08/51)

Mais tarde o operário comunista Jarbas Gomes Machado relataria a formação desta chapa. Ele afirmou que Eurípedes Ayres era suplente do conselho fiscal da chapa de Benedito Cerqueira e havia sido incentivado pelos comunistas, particularmente por Izaltino Pereira, para que encabeçasse uma outra chapa oposicionista o que ele prontamente aceitou. (Imprensa Popular de 01/11/52)

O apoio comunista levaria a que o Ministério do Trabalho a impugnasse a chapa Independente, encabeçada por Eurípedes Ayres. Uma comissão de trabalhadores, representando a chapa cassada, foi recebida pelo novo ministro do trabalho Segadas Viana e exigiu a imediata revogação da decisão que impugnou a chapa oposicionista. O ministro, segundo o jornal "Imprensa Popular", disse de sua surpresa pois conhecia "perfeitamente" Eurípedes e prometeu tomar as medidas necessárias para que a chapa pudesse concorrer, livremente, ao pleito. Mas essa promessa não seria cumprida (Imprensa Popular de 04/10/51)

No dia 3 de novembro de 1951, uma assembléia geral no sindicato aprova a proposta de tabela salarial apresentada por Izaltino Pereira. Nessa mesma assembléia é eleita, contra a vontade de junta interventora, uma comissão de salários composta por Ayres de Castro e Durvalino Freire. Nove meses depois das promessas do ministro, em julho de 1952, o processo de impugnação da chapa Independente continuava engavetado no ministério. (Imprensa Popular de 03/07/52)

Apenas em outubro de 52, ou seja, depois de mais de um ano, o processo de impugnação da chapa apoiada pelos comunistas foi despachado e concluiu-se pela não impugnação das chapas concorrentes. Três chapas foram aceitas: as encabeçadas por José Ribeiro da Silva, Eurípedes Ayres de Castro e David Cook, esta última apoiada pelo antigo interventor.

Nos primeiros dias de outubro de 1952, os comunistas apresentam uma nova proposta: chapa única para a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos. Afirma a jornalista e sindicalista comunista Maria da Graça:

"Na presente fase de desenvolvimento do movimento sindical brasileiro (...) os trabalhadores em suas corporações e em seus sindicatos procuram unificar todas as correntes de opinião que existem no seio da massa em torno do denominador comum de suas reivindicações (...) Mas no caso particular dos metalúrgicos existem pequenos entraves retardando a marcha desse processo de unificação: a questão da eleição (...) Três (chapas) foram registradas para concorrer no pleito (...) As eleições não se realizaram por terem sido impugnadas duas chapas. Não seria o caso agora já que se encontram em luta por aumento de salários, que passassem um apagador em tudo quanto ficou para trás e procurarem coordenar uma chapa de unidade que refletisse justamente esse espírito existente no seio da corporação? Os líderes metalúrgicos encontrarão, por certo, meios de remover aqueles entraves". (Graça, Maria da, "Unidade de Ação nas Lutas" in Imprensa Popular de 03/10/52)

A eleição foi marcada para os dias 27, 28 e 29 de novembro. Mas, surpreendentemente, às vésperas do pleito, os comunistas, que defendiam a unidade das três chapas, rompem com a chapa encabeçada por Eurípedes Ayres e lançam uma 4ª chapa, que se denominaria União e seria encabeçada pelo comunista Jarbas Gomes Machado. (Imprensa Popular de 01/11/52)

O centro dos ataques dos comunistas passará a ser a chapa de Eurípedes, apoiada pelos socialistas, e não mais a chapa apoiada pelos ministerialistas. Izaltino, que até há pouco era uma das principais lideranças comunistas, passava a ser taxado de traidor. Entre as acusações, extraídas do antigo repertório dos ministerialistas, se incluía a de que Izaltino há muito tempo deixara de ser metalúrgico e passara a trabalhar num estaleiro.

Tudo leva a crer que a razão do rompimento esteja no fato de Izaltino ter abandonado o PCB e aderido a Movimento Popular Nacionalista (MPN), liderado pelos socialistas Domingos Velasco e Francisco Mangabeira. Neste período travava-se uma grande campanha no movimento sindical contra a emenda do senador do PSB Domingos Velasco que possibilitava a pluralidade sindical.

O Ministério do Trabalho considerou ilegal a inscrição de uma 4ª chapa, que não estava inscrita desde o último pleito, que não havia sido realizado justamente devido ao processo de impugnação da chapa Independente, então apoiada pelos comunistas. Segundo o ministério, validadas as chapas não poderiam ser inscritas novas concorrentes. A nova chapa comunista tentou então concorrer garantida por um mandado de segurança.

Diante dos obstáculos colocados para a participação de sua chapa, os comunistas tomaram posições contraditórias; de um lado apoiavam a abstenção de alguns trabalhadores: "Empresas inteiras, em sinal de protesto contra o golpe fascista do Ministério do Trabalho abstiveram-se de votar". De outro lado, convocavam os trabalhadores a comparecerem às urnas e a votarem na chapa União: "Que todos votem na "união", pois ela está concorrendo legalmente. Está sub-judice e, portanto, tem direito. Amanhã será o dia para as últimas votações e será também o dia de todos os companheiros darem um golpe de misericórdia nos pelegos e agentes ministerialistas, para libertar o nosso sindicato". (Imprensa Popular de 29/11/52)

A eleição acabou não dando quorum e foi adiada por 15 dias. A chapa união impetrou um mandado de segurança contra a eleição e o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, dr. Atílio Parini, suspendeu a sua realização por tempo indeterminado. Esta posição levou a uma dura crítica por parte dos militantes do Partido Socialista, que acusaram os comunistas de contribuírem com o Ministério do Trabalho na manutenção da intervenção e de se colocarem contra uma verdadeira autonomia sindical. (Heraclides Santos, "Aos Metalúrgicos" in O Popular de 22/12/52)

A crítica socialista tinha sua razão de ser pois a posição assumida pelos comunistas, com a formação de uma 4ª chapa e com o mandado de segurança suspendendo o pleito, dificultava a substituição dos ministerialistas no sindicato oficial. Mas a crítica apenas era parcialmente correta, pois se a possibilidade legal de impetrar mandado de segurança para suspensão de uma eleição sindical fere a autonomia sindical, a própria estrutura, que possibilita ao Estado impedir a inscrição de uma chapa, por qualquer motivo que não esteja presente nos estatutos dos sindicatos,

democraticamente elaborados, já é uma afronta a autonomia e a liberdade sindical. Portanto a autonomia já estava sendo ferida no próprio processo eleitoral, e não apenas pelo mandado de segurança impetrado pelos comunistas.

Os comunistas e socialista também buscavam se utilizar de mecanismos presentes na própria legislação sindical para garantir o seu acesso a direção dos sindicatos oficiais, o caso dos gráficos de São Paulo é emblemático dessa posição.

6. Eleições e Intervenção no Sindicato

dos Gráficos de São Paulo

Nos fins de 1950, a oposição à diretoria ministerialista, dirigida pelos socialista Dante Pelecani e Gabriel Greco, diante da impossibilidade de inscrever uma chapa alternativa, consegue impedir, por duas vezes, que a eleição do sindicato desse quorum. Na primeira eleição menos de 25% dos sindicalizados compareceram as urnas, na segunda este número caiu para cerca de 10%. Uma demonstração flagrante da desmoralização dos ministerialistas naquele sindicato e da força da oposição.

Em junho de 1951, o ministro do trabalho Danton Coelho indica Gabriel Greco para administração do sindicato. O que levaria os socialistas a comemorar:

"O fato de nosso candidato à presidência do STIG ter sido nomeado pelo sr. ministro do trabalho, ao invés de ser investido nessa função pela eleição regular (...) não diminui a importância da vitória (...) dando fim, definitivamente, à fase de intervenção a que estava sujeito o nosso sindicato há cerca de 4 anos". (O Gráfico Livre de 14/07/51)

Em setembro de 1951 foi finalmente realizada a eleição para o Sindicato dos Gráficos. Mais de 60% dos sindicalizados compareceram as urnas, ultrapassando de muito o quorum necessário. (O Gráfico Livre de 06/10/51)

O Ministério do Trabalho, agora dirigido por Segadas Viana, não aceitaria o resultado das urnas e ainda destituiria Gabriel Greco da função de administrador do sindicato. O motivo para a intervenção seria uma solicitação

de impugnação feita pelo antigo interventor contra a chapa única encabeçada pelo socialista Dante Pelecani. O Delegado Regional do Trabalho de São Paulo garantiu aos trabalhadores gráficos que o novo interventor poderia ser eleito numa assembléia da categoria. O que de fato ocorreu, sendo eleito João D'Aquila. (O Trabalhador Gráfico de agosto de 1952)

No dia 10 março de 1952 uma comissão de gráficos paulistas, liderada por Dante Pelecani, entrega ao Vice-Presidente Café Filho um abaixo assinado contendo cerca de duas mil assinaturas pedindo o fim da intervenção e a posse imediata da diretoria eleita. (Imprensa Popular de 11/03/52)

Em maio de 1952, depois de 7 meses da realização do pleito, a chapa é definitivamente impugnada e anulada a eleição pelo Ministério do Trabalho. No dia 19 de julho é realizada nova eleição na qual a chapa de oposição concorrendo como presidente o militante socialista Gabriel Greco. A chapa composta por socialistas e comunistas venceria as eleições por 1.366 votos contra 263, e tomaria posse no dia 11 de agosto de 1952.

Vários militantes socialistas e comunistas foram, graças às "injunções policiais", proibidos de concorrer às eleições, entre eles se encontrava o próprio Dante Pelecani.

O caso do Sindicato dos Gráficos de São Paulo mostra os diversos aspectos do processo de intervenção do Ministério do Trabalho. Os sindicalistas socialistas chegam até a considerar um fato positivo a indicação de um de seus militantes, Gabriel Greco, para interventoria do sindicato; o próprio fato de não ter sido eleito "não diminui a importância da vitória". A nomeação de Greco leva os socialistas a considerarem finalizada a fase de intervenção no sindicato; nesse caso a intervenção "benéfica" deixava de ser intervenção.

Mas os socialistas estavam enganados. Nem ao menos os mecanismos mais autoritários e discricionários, que permitiam que diretorias eleitas fossem impedidas de tomar posse ou destituídas, foram revogados durante o governo Vargas. Depois da "intervenção boa", que colocou Gabriel Greco na direção do sindicato, se seguiriam sucessivas "más intervenções".

O que os sindicalistas socialistas, e comunistas, não compreendiam é que as destituição e indicação de diretorias sindicais, o controle draconiano dos processos eleitorais, são apenas os aspectos mais autoritários, e visíveis, do processo de intervenção do Estado na vida dos sindicatos existem outros aspectos mais sutis e aparentemente menos coercitivos, como a necessidade de outorga estatal da representação sindical, estatuto padrão (mais ou menos democrático) e etc.

7. Vargas e o Atestado Ideológico

Portanto, Vargas não só não revogou o "atestado ideológico", como se utilizou amplamente dele para tentar manter os comunistas, e seus aliados, fora dos principais sindicatos. A portaria nº 36 de 1º de maio de 1951 do ministro do trabalho, Danton Coelho, que convocava as primeiras eleições sindicais no governo Vargas, em seu artigo segundo, se referia explicitamente à necessidade do cumprimento do artigo 530 da CLT. O que o ministro do trabalho fez de novo foi determinar que a exigência do "atestado de ideologia" que era de competência do Departamento de Polícia Política e Social passasse a ser competência do próprio Ministério do Trabalho.

A portaria ministerial determinava que todo candidato às eleições sindicais deveria apresentar "uma declaração do próprio punho de que não incorre em qualquer das cláusulas de inelegibilidade mencionada no artigo 2º das presentes instruções, com firma reconhecida em tabelião". (A Classe Operária de 1/07/51)

No Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, ocorreu nova eleição em junho de 1951, que deu novamente a vitória à chapa encabeçada por Porto da Silveira, que contava com a participação do líder comunista e diretor da "Gazeta Sindical" Jocelyn Santos. Esta chapa novamente se recusara a apresentar o "atestado ideológico".

Em São Paulo os jornalistas profissionais elegeram a chapa encabeçada por Freitas Nobre, que também não apresentaria o "atestado ideológico". Nesse sindicato a

eleição foi marcada pelos próprios associados em assembléia geral, sem a autorização do Ministério do Trabalho.

Embora nos dois casos houvessem ameaças de intervenção, ela só ocorreu no Distrito Federal onde a chapa vitoriosa, pela segunda vez, não pode tomar posse. Houve também uma intervenção no Sindicato dos Jornalistas de Belo horizonte, sob a mesma alegação. Os marceneiros do Distrito Federal também tiveram a eleição no seu sindicato anulada.

Nova eleição para o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal ocorreria somente em maio de 1952. Mas desta vez concorreria apenas uma única chapa de composição.

As intervenções continuaram em 1952. O Ministério do Trabalho continuava sem empossar as diretorias eleitas do sindicatos dos marceneiros e dos trabalhadores em curture do Distrito Federal. Como já vimos continuavam também sob intervenção, depois de anuladas as eleições que deram a vitória as chapas apoiadas pelos comunistas, os sindicatos da Carris Urbanos e dos hoteleiros do Distrito Federal.

Em janeiro o Ministério do Trabalho também colocará sob intervenção os sindicatos dos marceneiros e dos têxteis de São Bernardo do Campo, que estavam dirigindo uma greve geral das duas categorias.

Outra medida do Ministério do Trabalho foi dissolver as comissões de salários que foram formadas, através de assembléias gerais, nos sindicatos do metalúrgicos, dos hoteleiros, dos marceneiros e da Carris Urbanos do Distrito Federal, todas hegemonizadas pelos comunistas.

As intervenções e a repressão ao movimento sindical eram seletivas e visavam, fundamentalmente, desorganizar a ação dos comunistas no seio do movimento sindical e o próprio Vargas não escondia o fato. Getúlio pretendia "entregar" os sindicatos aos trabalhadores, como já havia afirmado o seu ministro do trabalho, contanto que esses trabalhadores não fossem comunistas.

A repressão seletiva também pode ser sentida pelos operários navais do Distrito Federal. Na eleição, ocorrida no início de 1951, para a diretoria do Sindicato dos Operários Navais seria negado o registro da chapa presidida pelo comunista Irineu José de Souza. A oposição então realizou uma eleição paralela à eleição oficial e obteve a

maioria absoluta dos votos. Segundo Barsted "essa vitória consolidou e legitimou a nova liderança que surgia e evidenciou a falta de representatividade da chapa oficialmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho." (Barsted, 1982:52)

Durante a greve dos metalúrgicos em Belém do Pará, ocorrida em julho de 1951, o Ministério do Trabalho determinou o fechamento, por um prazo de 6 meses, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belém.

Como já afirmamos as intervenções e a repressão seletiva contra os comunistas nos sindicatos continuariam em 1952. A própria portaria nº 48, baixada pelo ministro do trabalho Segadas Viana em maio de 1952, ainda mantinha, na prática, a exigência do atestado de ideologia para os candidatos que desejassem concorrer às eleições sindicais. A portaria mantinha a exigência de uma declaração de próprio punho dos candidatos afirmando que os mesmos não estavam inclusos nos casos de inegibilidade apontados na CLT em seus capítulos específicos sobre eleições sindicais. (Imprensa Popular de 13/05/52)

Tudo isto não impediu que Vargas afirmasse no seu discurso de 1º de maio de 1952:

"As organizações operárias devem ser representadas pelos seus sindicatos. Determinei, por isso, a mais inteira liberdade nas eleições sindicais, que devem ser sempre realizadas livremente e livremente reconhecidas. Desde que assumi o Governo, nenhuma autorização mais se exigiu para a realização de assembléias e congressos sindicais".

Nesse discurso Vargas reafirma seu objetivo de abertura sindical controlada, que impedisse o ingresso dos comunistas na estrutura sindical oficial, mas pudesse rejuvenecê-la com novos quadros operários menos desgastados. Afirma Getúlio:

"Sei que, muitas vezes, os vossos esforços têm sido entorpecidos pela máquina burocrática. Verdadeiros líderes das classes trabalhadoras, dedicados e cheios de abnegação, foram, não raro, injustamente acusados e perseguidos como extremistas, a fim de serem afastados das competições eleitorais nos sindicatos (...) e hoje

compreendo que muitas dessas acusações são infundadas. A culpa recai, nesses casos, sobre o próprio Ministério do Trabalho, que, e, não poucas ocasiões, dificultou a sindicalização, afastando dos sindicatos os dirigentes sinceros, para prestigiar os que lhes servem de instrumento, mas que nunca representaram a opinião da classe. Esse mal deve ser corrigido. (Vargas, 1954:456)

Em julho de 1952, em um discurso feito aos portuários santistas, Vargas reforçaria a sua posição sobre a necessidade de oxigenar a estrutura sindical oficial com novos operários, ao mesmo tempo que buscava isolar os comunistas:

"Eu bem sei que, quando está para se realizar uma eleição sindical, surgem naturalmente dois ou três candidatos: o candidato que está no gozo dos benefícios oficiais, que recebe através do Fundo Sindical e tem vida mais confortável, e o candidato que vem de fora, o líder, o operário trazido pelos trabalhadores para substituir o outro. Mas, como este não quer sair, é muito fácil eliminar o contendor que tenha possibilidade de vencer, indicando-o como comunista à polícia. Daí, muitas vezes, serem fichados como comunistas trabalhadores que, nunca participaram dessas atividades. Os próprios colegas, às vezes, levam à polícia uma indicação caluniosa, tachando-o como pertencente ao movimento comunista.

Tudo isso é preciso ter em vista, a fim de defender a classe dos operários e permitir que eles elejam para presidente dos seus sindicatos os seus legítimos líderes, os reais representantes da classe, aqueles que podem realmente falar em seu nome.

É esta a liberdade sindical que eu desejo, que eu asseguro, que eu garanto. Por esse motivo preciso ter conhecimento de todo e qualquer ato que destoe desta orientação, a fim de que possa providenciar a respeito". (Vargas, 1969:167-168)

O discurso de Vargas busca ganhar o apoio dos trabalhadores portuários, se colocando ao lado dos "verdadeiros" líderes da classe, que muitas vezes são "acusados injustamente de comunistas". Na verdade o discurso de Vargas reforça, sub-repticiamente, a opinião de que os "verdadeiros comunistas" não poderiam estar dentro da

estrutura sindical e, por fim, propunha defender os trabalhadores contra as falsas acusações que provinham da burocracia do Ministério do Trabalho. Mas no caso das acusações não serem falsas, e o "verdadeiro líder da classe" for realmente comunista? Vargas, nos seus discursos, parece não considerar essa possibilidade.

8. O Fechamento da Associação dos Trabalhadores de Barretos

No dia 2 de maio de 1951, um dia após o discurso presidencial conclamando a sindicalização em massa, uma portaria (nº 171) do Ministério da Justiça e Negócios do Interior suspende por 180 dias as atividades da Associação dos Trabalhadores de Barretos e inicia o processo para dissolvê-la. A alegação, baseada em informação do DOPS-SP, era que esta entidade exercia "atividades ilícitas". Em abril o jornal "Imprensa Popular" já denunciava a prisão do presidente da ATB, Antonio de Souza Lima. (Imprensa Popular de 19/04/51)

A Associação dos Trabalhadores de Barretos era uma associação que agregava indistintamente trabalhadores de várias categorias, que pertenciam a diversos sindicatos, inclusive chegou a abarcar trabalhadores rurais. Mas a sua base principal eram os trabalhadores do Frigorífico Anglo. Segundo o jornal "Voz Operária" ela procurava realizar na prática a unidade da classe operária com os camponeses ampliando a solidariedade entre todos os trabalhadores da cidade e da região. Isso é confirmado pelo dirigente comunista de Barretos, no período, Eduardo Dias:

"Nela (a ATB) se agrupam, além dos operários do frigorífico, isto sem abandonar o seu sindicato, operários de vários curtumes, pedreiros, serventes, e outras tantas categorias menores". (o grifo é nosso) (Dias, 1982:119)

A ATB nascia diretamente da necessidade de oferecer uma alternativa de organização aos trabalhadores diante da intervenção ministerialista nos sindicatos, especialmente no Sindicato dos Trabalhadores das Industrias de Carnes. É

Eduardo Dias que narra a formação da ATB e a sua relação contraditória como o sindicato oficial da categoria:

"A reivindicação maior se fazia necessária: aumento de salários. Isto ou greve geral na empresa. Sem maiores delongas. A pressão sobre o sindicato, sobre o presidente-pelego aumentava. Este resistia e manobrava. Enganava. Tinha folego de sete gatos. Servia aos patrões até o último alento. Os operários, fartos de tanta mentira, resolvem tomar outras medidas. Sem abandonar o sindicato, resolvem criar outra organização. Os companheiros da célula não só apóiam como também participam. Já que o sindicato, na pessoa de seu presidente, nada resolvia e, até pelo contrário, torpedeava as reivindicações da classe fazendo o jogo do frigorífico, necessária se fazia uma outra organização".
(Dias, 1982:118)

Mas os comunistas não fugiam dos meios tradicionais, comumente considerados assistencialistas, para agregar os trabalhadores. Segundo o jornal "Voz Operária" o centro de atração inicial da ATB foi a assistência médica e jurídica que prestava, gratuitamente, aos filiados. (Voz Operária de 02/06/51)

A ATB dirigiria a importante greve dos trabalhadores do frigorífico Anglo, realizada em abril de 1951, que duraria cerca de uma semana e seria o estopim para o processo de fechamento iniciado pelo Ministério da Justiça. Mas como já vimos a ATB não se propunha a substituir os sindicatos oficiais, mas visava, dentro da política comunista, acumular forças para conquistá-los. As reuniões eram, geralmente, realizadas nas sedes dos sindicatos oficiais; mas os comunistas deixavam claro que as orientações dessas assembléias deveriam ser as da ATB e não das diretorias ministerialistas.

A resposta imediata dos comunistas ao fechamento da ATB foi a radicalização de suas posições. É Roberto Morena que, pelas páginas da "Voz Operária", expõe a posição dos comunistas brasileiros diante dos atentados de Vargas a liberdade de organização sindical:

"Getúlio Vargas não quer o movimento sindical organizado e nem dirigido pelos próprios trabalhadores, porque isto representa uma séria ameaça para a classe

dominante, aos homens dos lucros extraordinários (...) de que ele é um genuíno representante. Por isso é que os trabalhadores tem que lutar contra a Portaria 171, do Ministério da Justiça, porque assim estão defendendo o seu direito de se organizarem livremente (...) Não será possível fazê-los através dos sindicatos atuais, dirigidos por traidores dos operários, sindicatos que vivem sempre debaixo de intervenção. Os trabalhadores terão que se organizar fundamentalmente nos locais de trabalho, nas fábricas, pois assim puderam os trabalhadores da Anglo ganhar as suas reivindicações no momento que a direção do seu sindicato os traía. Os operários devem exigir o direito a liberdade sindical atuando inclusive nas assembleias sindicais pois tiveram provas mais evidentes que com a organizações sindicais dirigidas por autênticos líderes operários, como acontece na ATB, os seus direitos serão defendidos até a vitória". (Morena, R., "Contra o Fechamento da ATB" in Voz Operária de 26 de maio de 1951)

Esse seria, talvez, o último documento, assinado por um membro da direção nacional da CTB e do PCB, pregando a desconfiança em relação às direções dos sindicatos oficiais e dando maior ênfase na organização livre dos trabalhadores nos locais de trabalho, colocando no mesmo nível as associações livres e os sindicatos oficiais.

9. Repressão ao Movimento Sindical

O governo Vargas além de patrocinar intervenções exemplares nos sindicatos sob direção não ministerialista, em muitos momentos, reprimia duramente as suas manifestações, principalmente quando elas passavam a fugir do controle do Ministério do Trabalho e representavam uma ameaça para seu projeto de incorporação da classe operária.

A polícia de Vargas, por exemplo, impediu a realização da II Conferência Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, que seria promovida pela Associação Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal (ASTDF) e se realizaria no dia 27 de abril de 1951 na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

Várias manifestações não oficiais, em comemorações do 1º de maio de 1951, foram proibidas e reprimidas. O comício marcado para a praça Largo do Barreto foi proibido pela polícia fluminense que cercou a praça e intimidou os manifestantes.

Em junho de 1951 o procurador do Distrito Federal Kurt Neri, requere perante o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública, a dissolução da Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light, encabeçada pelo comunista Armando Frutuoso, sob a alegação de que os seus fins seriam ilícitos e de que não passaria de uma organização de fachada para a ação do Partido Comunista. (Imprensa Popular de 27/06/51)

Houve também uma repressão seletiva ao movimentos grevistas. O primeiro grande confronto entre o governo Vargas um movimento grevista se deu em maio de 1951, quando da greve dos ferroviários da Rede de Viação do Rio Grande do Sul, na qual cerca de 18 mil grevistas paralisaram as ferrovias do Estado. Diante do impasse das negociações, o governo estadual e federal enviaram tropas do exército contra os grevistas. Segundo a imprensa comunista o nome de Vargas passou a ser vaiado pelos trabalhadores em greve.

A greve nacional dos aeronautas e aeroviários, que se iniciou em 3 de dezembro de 1951 e atingiu os principais estados brasileiros, foi uma das provas de fogo da política de liberalização dos sindicatos tentada por Vargas. Embora não houvesse intervenção direta nos sindicatos e suas diretorias fossem mantidas, Vargas, através de um decreto, declarou intervenção federal nas empresas de aviação, sob a alegação de que a paralisação estaria acarretando "gravíssimos prejuízos aos interesses nacionais". Em seguida os grevistas foram convocados pela aeronautica para prestar serviços considerados fundamentais. Esta intervenção branca e a repressão que se seguiu determinaram o fim da greve. (A Classe Operária de 1/11/51)

Outro caso grave de atentado à organização livre dos trabalhadores, e que se destacou por sua truculência, foi o fechamento da Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha. No dia 19 de outubro de 1951 a polícia ocupa a sede da associação, dissolve uma assembléia e prende cerca de 80 operários. Vários deles ficariam presos por meses, alguns como o presidente da associação ficaram

incomunicáveis, e posteriormente denunciariam terem sofrido torturas.

Em 22 de outubro uma comissão de trabalhadores do Arsenal da Marinha dirigiu-se a Vargas para solicitar a libertação do líder Hermes Alves de Oliveira e que se cessassem os atentados contra a sua entidade de classe. Vargas se comprometeu a atender as solicitações, mas não cumpriria a promessa. A "limpeza" do Arsenal da Marinha de qualquer influência comunista era, para a direita militar, uma questão de segurança nacional. (Imprensa Popular de 20/10/51)

O presidente da associação, Hermes de Oliveira, que havia sido preso vários dias antes da ocupação da sede da entidade, permaneceria encarcerado por 83 dias, quando foi finalmente absolvido pelo juiz substituto da 5ª vara criminal do Distrito Federal. (Imprensa Popular de 07/12/51)

Em 1 de junho de 1952 o jornal "Imprensa Popular" noticiava nova prisão e transferência de cerca de 50 operários do Arsenal da Marinha e do presidente da associação. Desta vez Hermes Alves permaneceria mais de 60 dias incomunicável. (Imprensa Popular de 01/07 e 06/08/52)

10. O Fim do Atestado Ideológico

Depois de aproximadamente um ano de votado pela primeira vez na Câmara Federal o Senado aprova, em agosto de 1952, o projeto de lei abolindo o atestado de ideologia. E a 1ª de setembro Vargas sanciona a nova lei, sob denominação de lei nº 1.667.

Segundo ela "ficava revogada a alínea "a" do artigo 530 da CLT, ficando proibido, sob qualquer pretexto ou modalidade, a exigência do atestado de ideologia, ou qualquer outro visando apreciar ou investigar as convicções políticas, religiosas ou filosóficas dos sindicalizados".

Mesmo depois de aprovada a lei abolindo o atestado ideológico, que contou com o apoio do governo, o ministro do trabalho Segadas Viana afirmou que "o atestado ideológico

está há muito tempo abolido e o que ele exige e continuará exigindo - conforme determina a portaria n° 48, sobre as eleições sindicais, é uma simples declaração dos candidatos de que não professam ideologias contrárias ao regime". O ministro justifica sua posição, baseando-se no exemplo do modelo norte-americano: "nos Estados Unidos qualquer cidadão, não apenas para exercer mandato em entidades classistas, mas para ingressar em qualquer função pública, está obrigado a firmar declaração expressa a respeito das instituições e leis do país". (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de setembro de 1952)

O fim do atestado ideológico, apesar da declaração do ministro do trabalho, representa o início da mudança de posição do governo Vargas em relação ao movimento operário e sindical. Uma mudança no sentido da radicalização da política populista, que terá como ponto alto a indicação de João Goulart para o ministério do Trabalho em junho de 1953.

11. A Sindicalização de Vargas

No seu famoso discurso feito em primeiro de maio de 1951, no Estádio do Vasco da Gama, Getúlio Vargas tentava uma nova aproximação com os trabalhadores urbanos. Nele o governo exprime o seu grande projeto de incorporação da classe operária aos sindicatos oficiais e não esconde os seus verdadeiros objetivos:

"Preciso de vós, trabalhadores do Brasil (...); preciso de vossa união; preciso que vos organizei solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. Preciso de vossa união para lutar contra os sabotadores para que eu não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos, em prejuízo dos interesses do povo. Preciso do vosso apoio coletivo, estratificado e consolidado na organização dos sindicatos, para que os meus propósitos não se esterilizem e a sinceridade com que me empenho em resolver os nossos problemas não seja colhida de surpresa e desarmada pela onda reacionária dos interesses

egoístas, que, de todos os lados, tentam impedir a livre ação do meu governo.

(...) O sindicato é a vossa arma de luta, vossa fortaleza defensiva, o vosso instrumento de ação política. Na hora presente, nenhum governo poderá subsistir, ou dispor de força eficiente para as suas realizações sociais, se não contar com o apoio das organizações operárias". (os grifos são nossos) (Vargas, 1952:324-327)

Ou seja, Vargas conclama os trabalhadores a ingressarem nos sindicatos oficiais para apoiar o governo, dando-lhe a base social necessária para a realização de seu projeto, que o discurso não deixava explícito. A incorporação da classe operária torna-se então fundamental para reequilibrar a correlação de forças dentro do Estado e na sociedade entre as correntes industrialistas e antiindustrialistas. Mas a integração da classe operária ao Estado deveria ser, ao contrário do que afirma Vargas, necessariamente subordinada aos interesses da própria burocracia de Estado. Isso explica a manutenção, e a utilização seletiva, dos mecanismos restritivos e repressivos da CLT.

Vargas e a burocracia do Ministério do Trabalho fariam uso dos instrumentos legais de que dispunham para impedir a posse de diretorias ligadas ao Partido Comunista, cassar chapas que não apresentassem atestados de ideologia, fechar entidades livres e proibir a realização de encontros e congressos sindicais que se dessem fora da estrutura sindical oficial.

As reformas apresentadas por Getúlio eram bastante limitadas, tendo em vista as esperanças que nelas depositaram centenas de milhares de trabalhadores. Em relação ao imposto sindical, ele apenas propunha medidas visando a sua moralização. O imposto sindical continuava a ser, como no Estado Novo, uma peça fundamental no seu projeto de incorporação da classe operária.

Getúlio para manter a confiança das massas operárias, que estavam sendo disputadas pelos comunistas, precisava fazer concessões efetivas aos trabalhadores, mas o máximo que conseguiu fazer foi uma vaga promessa de um reajustamento no salário mínimo, que estava congelado desde 1943. Getúlio prometia fixar os novos níveis do salário

mínimo até o fim de setembro de 1951. Esta era uma promessa que dificilmente poderia empolgar os trabalhadores que sofriam na carne as conseqüências do crescimento da carestia de vida e a conseqüente redução do seu padrão de vida.

No início de 1952, na sua mensagem de abertura da sessão legislativa, o governo já comemorava os frutos de seus esforços para incentivar a sindicalização em massa. Segundo o próprio Vargas teria havido mais de 50 mil novas inscrições nos sindicatos oficiais, desde o início da campanha, no Distrito Federal. (Vargas, 1954:393)

Dentro do projeto de sindicalização em massa e de incorporação da classe operária, Getúlio precisaria renovar os próprios quadros sindicais ministerialistas já bastante desgastados junto aos trabalhadores. Vai também nesse sentido as afirmações de Vargas feitas em um discurso a trabalhadores do Rio Grande do Sul em setembro de 1952:

"Os órgãos dirigentes das federações e das confederações precisam realizar eleições para a renovação de seus quadros (...) Os atuais detentores ocupam os cargos há longos anos, sem dar oportunidade a outros trabalhadores. É preciso que haja rejuvenescimento geral desses quadros, para que seja possível um contato mais íntimo e mais atual das grandes massas trabalhadoras com os órgãos que são intérpretes dos seus direitos e das suas exigências de classe". (Vargas, 1969:214)

Todas essas medidas vizavam a uma dinamização da estrutura sindical corporativa que havia perdido, durante o governo Dutra, sua capacidade de incorporação e mobilização dos trabalhadores em torno da política econômica e social do governo e da burocracia de Estado. Todo este processo de liberalização e dinamização da vida sindical deveria se dar sob o rigoroso controle de Vargas e do Ministério do Trabalho, que cuidariam para que esse processo não estrapolasse e pusesse em risco a própria estrutura sindical atrelada ao Estado.

12. O PCB e a Sindicalização em Massa

Após o apelo de Vargas para o ingresso em massa dos trabalhadores nos sindicatos oficiais os comunistas reforçam

a sua política de retomada destes sindicatos e ao mesmo tempo acentuam as suas críticas a política sindical do governo.

Afirma João Amazonas no seu artigo "Pela Paz, Pela Libertação Nacional", publicado em julho/agosto de 1951:

"Devemos chamar os trabalhadores para ingressarem nos sindicatos com a finalidade de lutarem ativamente por suas reivindicações e arrancá-las das mãos dos pelegos e do Ministério do Trabalho. Dentro dos sindicatos ministerialistas, a luta pela liberdade sindical deve ser realizada através de campanhas pela convocação de assembléias de massa, por eleições livres, pelo direito dos sindicatos em se agruparem nas Uniões Sindicais e se filiarem abertamente a CTB. Simultaneamente devem lutar pela organização sindical dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, reforçar as associações profissionais, pois a unidade e a organização sindical têm, nas empresas, o seu ponto de apoio fundamental." (Amazonas, J., "Pela Paz, Pela Libertação Nacional" in Problemas de julho/agosto de 1951)

Sem dúvida, como se pode ver, ainda em meados de 1951, a volta aos sindicatos não significa pura e simplesmente acabar com as associações profissionais e com as organizações autônomas nos locais de trabalho.

A direção da CTB, afinada com a direção do PCB, também responde ao apelo a sindicalização feito por Vargas e reforça a diretiva de volta aos sindicatos oficiais. Em um manifesto dirigido aos trabalhadores brasileiros, datado de 8 de junho de 1951, a direção da CTB expõe o seu ponto de vista sobre a campanha iniciada por Vargas:

"O Governo do sr. Vargas, afirma o manifesto, fala em sindicalização. No dia 1º de Maio, o sr. Getúlio Vargas convocou os trabalhadores para ingressarem em massa nos sindicatos a fim de o ajudarem a combater a carestia de vida. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil sentiria grande satisfação em apoiar tal apelo se ele se revestisse de sinceridade (...) (Vargas) Deseja, na verdade, que os trabalhadores ingressem nos sindicatos de cabeça baixa e lá aguardem que o governo resolva seus problemas (...) e façam tão somente aquilo que os pelegos

querem. Isto seria terrivelmente prejudicial aos interesses do proletariado.

A Confederação dos Trabalhadores do Brasil clama aos trabalhadores a ingressarem nos sindicatos e neles lutem decididamente pelas suas reivindicações, independentemente da vontade do governo, e a empregar todos os esforços para arrancar os sindicatos das mãos dos pelegos e lacaios dos patrões.

Ingressem em massa nos sindicatos, mas reforçemos também as Associações Profissionais e, sobretudo, criemos, ao mesmo tempo, os Conselhos Sindicais nos próprios locais de trabalho. Cada fábrica, oficina, navio, centro ferroviário etc, deve possuir organizado um Conselho Sindical (...) Liguemos a luta do Conselho Sindical da empresa com a luta dentro dos sindicatos e não haverá pelego ou Ministério do Trabalho capaz de submeter o movimento sindical brasileiro". (os grifos são nossos) ("Aos Sindicatos!" Conclama a CTB - Manifesto da CTB - 08/06/51 - in Voz Operária de 13/06/51)

A resistência em relação a esta diretiva parece ter certa força dentro dos quadros sindicais do PCB, e possivelmente sobre a massa não sindicalizada. A desconfiança quanto ao apelo varguista é constatada pela própria imprensa comunista:

"Quando Vargas lançou a 1ª de maio o demagógico apelo a "sindicalização em massa" levantou-se entre os trabalhadores a pergunta: que atitude tomar?

Tem sua razão de ser a indagação, não porque falte a classe operária a compreensão de que necessita de seus sindicatos para lutar contra a miséria e a exploração (...) Mas porque se trata, particularmente, de ingressar em sindicatos que não se acham nas mãos dos trabalhadores, em sindicatos que atualmente não representam nem a sua vontade, nem suas aspirações, que se encontram assaltados pela polícia e sob o controle patronal (...) Se é necessário caracterizar o sentido da manobra demagógica de Vargas ao apelar para a sindicalização em massa é, por outro lado, necessário mostrar a todos os trabalhadores a necessidade de ir para os sindicatos a fim de reconquistá-los e torná-los o que

devem ser realmente: instrumentos de unidade e de luta da classe operária (...)".

A conclusão do periódico comunista é no mínimo estranha, e não corresponde, de maneira alguma, a realidade. Vejamos o que afirmam os comunistas:

"É preciso ficar claro: se foi possível, durante todos esses longos anos (desde o Estado Novo- ACB) (...), mantê-los (os sindicatos) sob a dominação da polícia e dos traidores da classe operária isto se deve, fundamentalmente, à falta de unidade e organização dos trabalhadores e ao seu afastamento dos sindicatos. Os trabalhadores só poderão derrotar os pelegos, expulsá-los das direções sindicais, impor a sua vontade, se estiverem dentro deles.". (Voz Operária de 13/06/51).

Parece-me que os comunistas, para reforçar a sua tese, acabam invertendo os fatos. A predominância do pelegos ministerialistas tem por base a existência de uma estrutura sindical atrelada ao Estado, que tem como alicerce a necessidade de reconhecimento estatal (outorga) para que uma entidade sindical possa representar legalmente os trabalhadores. É essa estrutura que garante, e exige, os mecanismos tutelares que possibilitam as intervenções e a manutenção de direções sindicais não representativas.

O afastamento das massas operária destas organizações, neste período, se deu graças a total impossibilidade de uma atuação minimamente autônoma desses trabalhadores nos sindicatos oficiais. Os sindicatos, sob o governo Dutra, se tornaram simples repartições públicas e, em alguns casos, como já vimos na primeira parte deste trabalho, transformaram-se em verdadeiras seções da Delegacia de Ordem Política e Social. Portanto, não haviam canais de participação para que através deles pudessem escoar as demandas operárias. Os sindicatos só se abriram para a participação dos trabalhadores e se tornaram, em alguns casos, instrumentos limitados para reivindicações econômicas entre 1945-1947 e depois do fim do governo Dutra à partir de 1951.

Cabe ressaltar que ainda em meados de 1951 os comunistas continuavam defendendo a existência das associações profissionais, defendiam inclusive o seu fortalecimento como forma de resistência dos operários

contra a política patronal e do governo. Nas páginas do jornal "Hoje" alguns sindicalistas comentam a resolução da CTB sobre a sindicalização em massa e o reforçamento do trabalho nos sindicatos oficiais. O sindicalista Lourival Vilar afirma:

"Mas isto não quer dizer que vamos abandonar as organizações livres da classe operária. Ao contrário estas tem que ser reforçadas. Além disso é preciso combinar a luta dentro dos sindicatos com a luta nos locais de trabalho". (Hoje de 06/07/51)

Esta posição seria gradualmente abandonada e uma nova posição se cristalizaria após junho de 1952.

No fim de 1951, a direção do PCB continua constatando a resistência por parte dos militantes em atuar nos sindicatos oficiais. Para o jornal "A Classe Operária" a resistência de atuar nos sindicatos oficiais e realizar, dentro deles, o "trabalho miúdo" de organizar os trabalhadores, se devia, em grande medida, aos erros no trabalho sindical, que ainda não haviam sido completamente corrigidos por todo o Partido. (A Classe Operária de 01/10/51)

Neste mesmo período podemos constatar uma gradual aproximação entre as lideranças comunistas e lideranças de outras organizações, como o PSB e o PTB. Embora do ponto de vista da política geral do partido essas organizações continuassem sendo apontadas como agentes do imperialismo norte-americano no país, na luta sindical passaram a se constituir em forças aliadas contra os ministerialistas e o governo. Os comunistas fazem então um certo esforço para a formação de chapas unitárias com trabalhistas e socialistas.

"Temos obtido êxitos nos últimos meses (...) levando a massa para os sindicatos, apoiando a formação de chapas de unidade para concorrer as eleições (...) A organização unitária dos trabalhadores é uma das condições fundamentais de êxito de suas lutas (...) Mas a realização destas tarefas só será possível na base de um intenso movimento de sindicalização em massa, de um esforço continuado por dar vida a todos os sindicatos. E os comunistas só serão capazes de fazer isso na medida em que compreenderem a justa orientação do Partido no terreno sindical, em que rompam com todo o sectarismo e oportunismo, em que ingressem nos sindicatos e ali

trabalhem como seus melhores militantes". (A Classe Operária de 01/10/51)

Os comunistas, embora defendam a sindicalização em massa, se mostram radicalmente contrários as tentativas feitas por alguns sindicalistas, com apoio de setores do ministério e da justiça do trabalho, no sentido de implantar a sindicalização obrigatória no país. Tais propostas seriam taxadas de nazistas.

"Sob a máscara de ajudar a campanha de sindicalização, os testas de ferro de Getúlio em vários sindicatos procuram fazer com que o Ministério do Trabalho, no que se refere a benefícios, melhora de condições de trabalho e aumento de salários, só de pareceres favoráveis aos sindicalizados. Essa medida fascista que salta aos olhos, nos dá uma idéia do ponto até onde Vargas quer chegar (...) Seria criminoso favorecer determinado grupo com qualquer benefício só porque é sindicalizado (...) trata-se de coação". (Imprensa Popular de 24/07/51)

A liberalização dos sindicatos promovida por Vargas, com o incentivo a sindicalização em massa, ocasiona uma inflexão na política sindical comunista no sentido de aumentar os seus esforços para conquista das direções dos sindicatos oficiais. O sindicatos oficiais passam a ser valorizados como instrumento de organização e de mobilização dos trabalhadores em detrimento das associações profissionais, que se não deixam de existir perdem relativamente o seu valor dentro da estratégia sindical comunista.

Os comunistas colaboram com a estratégia de Vargas de revitalizar os sindicatos oficiais e usá-los como base popular de apoio para a sua política de industrialização. Existindo assim uma adesão, ainda que crítica, a estrutura sindical estatal; em pouco tempo os comunistas deixariam de combater o imposto sindical e defenderiam a unicidade como um princípio de organização adequado aos trabalhadores, inclusive referindo-se a ela como uma conquista histórica e não como fruto de uma derrota do movimento sindical autônomo na década de 30.

13. Os Comunistas e a Filiação a CIOLS

Poucos dias antes da abertura do II Congresso da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), que se realizaria em julho de 1951 em Milão, o presidente Vargas envia ao ministro do trabalho Danton Coelho uma solicitação para que o ministério efetuasse estudo visando a imediata filiação das entidades sindicais brasileiras a CIOLS. O ministro do trabalho não esconderia a finalidade dessa medida: "os trabalhadores, diz ele, ficarão assim melhor armados para o combate ao comunismo". (Imprensa popular, 21/06/51)

A delegação brasileira que participou do Congresso de Milão era composta por conhecidos ministerialistas como Holanda Cavalcanti, presidente da CNTI, Luís Menossi, presidente da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado de São Paulo, Joaquim Ferreira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e do deputado federal petebista, e futuro ministro do trabalho, Segadas Viana. (Imprensa Popular de 14/07/51 e 01/05/52)

Logo após a volta da delegação, em 8 de agosto de 1951, o governo envia uma mensagem (nº 271) ao Congresso Nacional concedendo "licença as entidades sindicais de 2º e 3º grau, para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres".

O Deputado Federal Comunista e secretário geral da CTB, Roberto Morena, tentou incluir uma emenda que autorizava as assembléias gerais dos sindicatos e federações decidirem sobre a filiação a qualquer uma das centrais sindicais mundiais existentes e não apenas a CIOLS, como estabelecia o projeto do governo. Mas sua emenda não foi aprovada.

No início de 1952 o projeto, que ainda não havia sido aprovado passa a tramitar em regime de urgência no Congresso Nacional. A CTB em nota oficial de 5 de abril de 1952 protesta contra o projeto e apela aos trabalhadores "para que protestassem contra a interferência do legislativo em assuntos privativos dos sindicatos". Esta posição, deixava claro os comunistas, "não significava, de forma alguma, uma posição contra a filiação de entidades sindicais aos organismos internacionais do proletariado".

A posição da CTB, continua o documento, é a "defesa intransigente dos direitos e prerrogativas sindicais e de repulsa a atitude dos deputados que pretendem legislar sobre assunto que foge a sua alçada". (Graça, Maria da, "A Filiação a CIOSL e as Prerrogativas Sindicais" in Imprensa Popular de 01/05/52)

A CTB conclui o seu manifesto afirmando:

"A filiação às entidades sindicais internacionais não deve estar sujeita as decisões dos poderes legislativo e executivo. Os trabalhadores nos seus sindicatos é que devem decidir conscientemente a qual organismo devem filiar-se, depois de examinar seus programas e a sua atuação". (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de maio de 1952)

E no dia 5 de julho de 1952 o Senado Federal aprova a filiação dos sindicatos à CIOSL. Em seguida a nova lei é sancionada pelo presidente Vargas. Os comunistas tomam então a posição de impedir, a qualquer custo, a filiação das entidades sindicais brasileiras a aquela entidade. (Imprensa Popular de 06/07/52 e Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1952)

A posição de Vargas em relação a filiação dos sindicatos brasileiros a CIOLS, estava dentro de sua política de liberalização da vida sindical. Rompia, dentro de limites, com a proibição existente de entidades brasileiras se filiarem a organizações internacionais. A liberalização era limitada pois, como afirmavam os comunistas, determinava qual organização internacional as entidades sindicais deveriam se filiar e mantinha a proibição de filiação a Federação Mundial dos Sindicatos (FSM), a principal central sindical internacional e hegemônica pelos comunistas. A autorização para filiação a CIOLS visava também sinalizar para as demais democracias capitalistas ocidentais o compromisso de Vargas com a democratização dos sindicatos, visto que havia forte pressão internacional nesse sentido.

14. A Autocrítica Sindical de Junho de 1952

O documento que representaria o marco do processo de alteração na política sindical dos comunistas brasileiros foi aprovado na reunião do C.N do PCB em julho de 1952. A resolução denominada "Ampliar a Organização e a Unidade da Classe Operária" abriria uma nova fase na política sindical do Partido Comunista do Brasil.

Apesar de constatar o avanço da lutas operárias, particularmente após 1950, o documento considera que essas estariam ainda bastante aquém das necessidades da conjuntura e não haviam atingido um nível suficiente para barrar a "política de guerra e de marcha para o fascismo" que, segundo eles, vinha sendo implementada pelo governo Vargas. A principal causa apontada pelos comunistas seria, fundamentalmente, "a falta de unidade e na precária organização do proletariado".

Mas a avaliação que os comunistas faziam sobre o papel desempenhado pelo governo Vargas e pela estrutura sindical oficial, ainda que encarada de maneira limitada, era de que eles eram instrumentos de desorganização dos trabalhadores. O governo Vargas, por intermédio do Ministério do Trabalho e de "seus agentes no seio da classe operária", procurava impedir a organização dos trabalhadores. Afirma o documento:

"Vargas chama os operários aos sindicatos mas para submetê-los ao Ministério do Trabalho, para impedir que lutem independentemente pelos seus interesses, para submetê-los à polícia e aos patrões, o que significa reduzir os sindicatos à órgãos do Estado e dos patrões, prejudiciais aos trabalhadores, onde eles se sentem vigiados e perseguidos, onde encontram dificuldades para defender seus interesses e unir suas fileiras, que impedem praticamente sua organização e unidade".

("Ampliar a Organização e a Unidade da Classe Operária" in Problemas, nº42 de set/out de 1952)

Mas, contraditoriamente, pelo menos um dos aspectos da política sindical dos comunistas, naquele momento, vem ao encontro dos interesses de Vargas, que é justamente a diretiva de "encher os sindicatos" de trabalhadores. Os comunistas não se cansaram de afirmar que, embora

aproveitando-se de uma iniciativa governamental, os objetivos de Vargas e os deles eram fundamentalmente diferentes. O governo queria levar os trabalhadores para os sindicatos para controlá-los e os comunistas para unificá-los e encaminhá-los para a luta por seus interesses imediatos, desmascarando a política demagógica de Vargas.

"A experiência mostra (...) que atuando dentro dos sindicatos, lutando dentro deles com firmeza pelas suas reivindicações e pelos seus direitos contra qualquer subordinação do Ministério do Trabalho e à polícia, tem os operários conseguido algumas vitórias em sua luta para libertar-se da interferência ministerialista e impedir que o governo Vargas utilize o movimento sindical para impor a sua política de guerra, de fome e de reação. Foi (indo) para os sindicatos que os bancários de São Paulo conseguiram passar por cima das restrições governamentais e, apoiados no sindicato, realizar vitoriosamente uma greve de 70 dias por aumento de salários. O mesmo ocorreu com os aeroviários em escala nacional. Os têxteis e metalúrgicos de São Paulo, indo para os sindicatos, forçar a realização de assembléias, inclusive com a participação de não sindicalizados, constituíram as suas comissões de greve e foram à luta por melhores condições de vida e de trabalho. As greves dos marceneiros no Distrito Federal e de São Paulo foram decididas em amplas discussões nos sindicatos, sob pressão das massas".

(Idem)

No balanço sobre o desenvolvimento da sua política sindical desde o início de 1948 a direção do PCB é bastante crítica. Essa "auto-crítica" que passaria a ser a palavra final dos comunistas sobre a política sindical predominante no período que vai de 1948 a 1950 é bastante interessante e serviu de base para toda a produção teórica posterior sobre a política sindical do PCB no período. E em certo sentido parece, a primeira vista, demonstrar uma contradição entre os documentos oficiais do PCB publicados entre 1948 e 1950 e os verdadeiros interesses desse partido durante o período. Afirma o documento:

"Não colocamos (...) de maneira justa o problema da unidade do movimento operário (...) A própria diretiva da organização nas empresas, acertada em princípio, para ser

justa deveria apresentar claramente como tarefa precípua de tais organismos reforçar a luta dos trabalhadores e levá-los a conquista de seus sindicatos e não a criação de novas associações profissionais ou de uma nova organização sindical no país.

Colocamo-nos, na realidade, contra a organização existente no país, a do Ministério do Trabalho, e quisemos, na prática, criar outro movimento sindical, independente, apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresas, sem que existissem condições para isso. Não compreendemos que a nossa luta pela organização e unidade da classe operária não podia desconhecer a realidade existente no país.

(...) Não lutamos, na verdade, pela conquista dos sindicatos para classe operária. Dizíamos que se deveria atuar nos sindicatos, que não deveríamos perder nenhuma oportunidade para neles trabalhar, mas ao mesmo tempo, chamávamos indistintamente de "pelegos" e de agentes do Ministério do Trabalho a todos os que participavam das direções dos sindicatos, e dizíamos que nada os trabalhadores deveriam esperar de semelhantes organizações ministerialistas. Isto levava, como efetivamente levou, ao abandono do trabalho nos sindicatos, sem que simultaneamente, tivéssemos conseguido maior êxito na criação de associações profissionais capazes de levar, como supunhamos possível, à organizações independentes do proletariado". (Idem)

Essa última afirmação é bastante estranha visto que essa posição jamais foi explicitada durante o período que vai de 1948 e 1952. Pelo contrário, os documentos oficiais e oficiosos do partido sempre negaram a possibilidade de formação de uma estrutura sindical paralela permanente que visasse substituir a estrutura sindical oficial. Todos os documentos do período tendiam a afirmar o caráter provisório dessas organizações livres.

Mas também não tenho dúvida que, a posição mais crítica a estrutura sindical oficial e as medidas práticas tomadas pelos comunistas, naquele período, contruindo associações profissionais e comissões de empresas, mobilizando contra imposto sindical e o dissídio coletivo levou com que parcelas importantes de sua militância se afastassem dos

sindicatos oficiais, que já ofereciam pouco ou nenhum espaço de participação.

Muito provavelmente na prática cotidiana dos militantes sindicais comunistas a diretiva de formar associações profissionais e comissões de empresas tivesse levado a um monosprezo, ou subestimação, da ação dentro dos sindicatos oficiais. Ao contrário do que tem afirmado a bibliografia sobre o PCB no período não observamos nenhuma pressão da militância sindical comunista em atuar nos sindicatos oficiais contra a orientação da sua direção nacional.

Na minha opinião não houve um projeto consciente, estabelecido através de um programa, para a construção de "um outro movimento sindical, independente apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresas". Não existe nada nos documentos oficiais, ou na imprensa comunista, que aponte nessa direção. Embora, repito, a prática cotidiana da militância comunista pudesse destoar com a política geral, ela não podia conduzir a construção de outra estrutura sindical pela falta de uma programa claro que a embasasse; pelo contrário a linha política geral adotada, enunciada em todos documentos, conduzia, mesmo através de "zigues-zagues", a uma outra direção: a conquista dos sindicatos oficiais.

O documento de junho de 1952 embora afirmasse que estrutura sindical oficial desempenhava um papel desorganizador, contraditoriamente afirma também que é "nos sindicatos ministerialistas, apesar de todas as restrições que entravam o desenvolvimento do movimento sindical (...) que devemos ver, nas condições atuais de nosso país, o caminho para realizar a organização da classe operária". Os comunistas não universalizam essa alternativa de atuação nos sindicatos oficiais, delimitam a sua aceitação "as condições atuais" do país.

O documento constata ainda, um ano após a conclamação para sindicalização em massa, uma resistência acentuada da militância comunista em acatar as diretivas de atuar nos sindicatos oficiais sob intervenção:

"Mas essa orientação não vem sendo ainda suficientemente aplicada por todo o partido. Persistem incompreensões que se manifestam, de um lado, na resistência a que muitos comunistas opõem ainda à tarefa

de ingressar nos sindicatos e neles trabalhar ativamente, de outro, na aceitação passiva das arbitrariedades do governo no movimento sindical, na adaptação comodista às condições existentes sem maior esforço para levar os operários sindicalizados a lutarem concretamente pela liberdade e pela independência". (Idem)

A nova tática, esboçada desde o início de 1951 propõe uma aproximação com as bases sociais do getulismo, que ingressavam massivamente nos sindicatos e também, não poderia deixar de ser, uma política de frente única com membros das direções sindicais ministerialistas menos burocratizadas e mais próximas das aspirações das massas trabalhadoras. Para isso, afirma a direção comunista:

"É necessário combater as tendências de colocar no mesmo pé os agentes declarados da polícia e do imperialismo no movimento sindical (...) e os militantes sindicais de base e mesmo boa parte dos dirigentes sindicais ligados aos trabalhadores, mas que ainda não aceitaram nossos pontos de vista. Os primeiros são inimigos que precisam ser energeticamente combatidos e desmascarados, enquanto os demais são trabalhadores equivocados que através da unidade de ação poderão e deverão ser ganhos pacientemente pelos comunistas para a luta em defesa da paz e da libertação nacional". (Idem)

A avaliação geral do partido já apontava para um crescimento da influência dos comunistas junto aos trabalhadores urbanos em geral, e na classe operária, em particular. "Certamente, afirmam os comunistas, a nova orientação sindical que desceu a todo o partido, desde junho do ano passado, vem possibilitando a conquista de importantes êxitos, como se pode observar pelo crescimento e ampliação das lutas operárias no país".

Esse crescimento da influência comunista junto ao movimento operário e dentro do sindicalismo oficial é constatado, com preocupação, pelo próprio Getúlio Vargas que, em sua mensagem ao Congresso Nacional no início de 1952, afirma:

"A prática de agitações subversivas (...) faz parte integrante da ação internacional do comunismo e, como

tal, também se verifica em nosso País. Os esforços subversivos do extinto Partido Comunista Brasileiro recrudesceram a partir do chamado "manifesto de agosto" de 1949 (sic..), documento no qual Luís Carlos Prestes recomenda a prática imediata da revolução permanente e progressiva. Em obediência a esse programa, os agitadores profissionais e militantes comunistas empreenderam um maior esforço subversivo no curso de 1951. Graças à ação das autoridades, a ordem pública foi sempre mantida e o trabalho subversivo permaneceu pouco visível. Não obstante, lograram os comunistas aumentar sua infiltração nos meios sindicais, provocando greves ou tentando agravar todas as oportunidades de dissídios trabalhistas". (o grifo é nosso) (Vargas, 1954:397)

No ano de 1952 constatamos também uma tendência dos comunistas em procurar formar chapas unitárias para concorrer as eleições sindicais. No seu artigo sobre as eleições sindicais convocadas pelo Ministério do Trabalho em meados de 1952, João Amazonas afirma:

"Nesta luta não se trata de atacar este ou aquele grupo de operários cujas opiniões divergimos. Isto seria ajudar a divisão almejada pelo ministério. A luta não é entre os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a interferência ministerialista (...)

As amarras do Ministério devem ser quebradas de dentro dos sindicatos e não de fora. Torna-se, assim, urgente, organizar chapas unitárias, amplas, capazes de reunir a grande maioria dos sindicalizados (...)" (o grifo é nosso) (Amazonas, J., "Sobre as Eleições Sindicais" in A Classe Operária de 01/06/52)

Com o documento de junho de 1952 vai se consolidando uma nova linha sindical, com o abandono da política de construção de associações profissionais e a priorização da atuação nos sindicatos oficiais. Essas alterações já vinham se desenhando desde as eleições sindicais do final de 1950 e ganhariam novo impulso após maio de 1951, com o início da campanha pela sindicalização em massa, que abriu um novo espaço para o reingresso dos comunistas na estrutura sindical oficial. O documento de junho representa uma sistematização da experiência passada, considerada no geral

negativa, e numa elaboração mais acabada de uma nova linha sindical, menos crítica a estrutura sindical corporativa.

A situação de oposição ao governo Vargas em que se colocavam os comunistas, levou com que eles mantivessem sua crítica a política adotada pelo Ministério do Trabalho, e aos aspectos mais repressivos da legislação sindical brasileira. Mas pouco a pouco, especialmente após a morte de Vargas em 1954, e a aproximação com as massas getulistas, os comunista passaram a alterar a sua posição quanto ao imposto sindical, dissídio coletivo e outros aspectos da estrutura sindical até então condenados por eles.

15. Conselho Sindical ou Comissão Sindical

A partir do segundo semestre de 1951 os comunistas passam a incentivar a formação dos conselhos, ou comissões, sindicais nas empresas. A concepção que se tinha sobre esses conselhos era de que eles deveriam gradualmente integrar-se à estrutura sindical oficial como elo de ligação entre as diretorias sindicais e as bases operárias. Não seriam organizações autônomas e nem serviriam mais de base para constituição de associações profissionais livres. Ou como diria o jornal comunista "Imprensa Popular": "Essas comissões devem servir de ligação entre o sindicato e os trabalhadores nos próprios locais de trabalho".

Ainda em 1951 os comunistas iniciam uma campanha visando a "legalização" das comissões de fábricas, transformando-as em comissões sindicais. O objetivo da legalização das comissões é expresso pelo vereador comunista Antenor Marques: "legalizar as comissões de fábricas para que possam seus membros falar em nome dos trabalhadores e de sua entidade representativa, o sindicato".

Depois desse deslize legalista, Antenor Marques recoloca a questão em outro nível:

"A legalização evitará que os empregadores possam se utilizar da repressão contra a comissão, porque esta se encontrará apoiada na legislação do trabalho, que proíbe a demissão ou transferência de membros das comissões sindicais".

De fato, não é necessário a chamada legalização, nem a delegação sindical, para que os membros de uma comissão de fábrica possam falar em nome dos trabalhadores de uma empresa. Mas, sem dúvida nenhuma, se justifica a preocupação em dar garantias formais, reconhecidas em lei, para tais comissões a fim de impedir a ação despótica dos patrões e garantir o mínimo de liberdade sindical. Nesse caso a lei resguardaria a liberdade sindical e não estabeleceria uma tutela indevida.

O vereador expõe a uma comissão de operários metalúrgicos os caminhos pelos quais se poderia garantir a legalização das comissões de fábricas: "poderiam convidar o presidente do sindicato a ir à fábrica para que nessa visita ele apresentasse aos trabalhadores a comissão que ficará representando o sindicato naquela empresa. Seria também indispensável que a diretoria do sindicato oficializasse ao empregador credenciando os membros da comissão para que eles fossem reconhecidos como tal".

Mas os operários não ficam satisfeitos com a resposta de Antenor Marques e questionam: "o que fazer caso o presidente ou outro membro da diretoria não comparecesse ao ser convidado" ? O vereador explica que "seria então o caso de levar grande número de operários ao sindicato e os próprios trabalhadores apresentassem ao presidente os seus representantes, pedindo que os credenciassem junto aos patrões". (Imprensa Popular de 25/10/51)

A desconfiança e a preocupação dos operários é plenamente justificável pois o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal ainda estava sob intervenção e havia sido, especialmente durante o governo Dutra, um símbolo do autoritarismo ministerialista, com provocações contra grevistas, expulsão e intimidação de associados, sob acusação de pertencerem ao Partido Comunista, etc. Um sindicato que sob a direção de Manoel Cordeiro, que se dizia policial, se transformou em instrumento de repressão contra os metalúrgicos cariocas.

O documento de junho de 1952 reforça e precisa qual o papel dos conselhos sindicais de empresa:

"Para fortalecer e modificar a estrutura dos sindicatos é necessário criar em cada empresa um Conselho Sindical.

A organização de empresa deve agrupar todos os

trabalhadores e sua formação não deve ficar subordinada a aprovação prévia das diretorias sindicais, embora os comunistas não devam poupar esforços para que as mesmas as reconheçam. Cabe aos comunistas defender nas assembléias sindicais a aprovação de resoluções determinando a criação dos Conselhos Sindicais de empresa". ("Ampliar a Organização e a Unidade da Classe Operária" in Problemas n° 42 de set/out de 1952)

A proposta de constituição de conselhos sindicais de empresa, vinculados aos sindicatos oficiais, em substituição as antigas comissões de empresas reflete bem a inflexão da política sindical dos comunistas, que ganhou corpo após a posse de Vargas e adquiriu maior consistência com o documento de junho de 1952. Atrelar as comissões de fábrica já existentes aos sindicatos, muitos deles ainda sob intervenção ministerialista, representariam um retrocesso dentro da perspectiva de construção de um sindicalismo efetivamente livre. Não poderia se tratar, como afirma Antenor Marques, meramente do problema de legalizar as organizações de base, garantindo-as contra a repressão patronal. Isto poderia ser feito por outros meios que não fosse o seu atrelamento a estrutura sindical oficial.

A incorporação das comissões de empresas aos sindicatos seria um instrumento a mais nas mãos dos comunistas na sua luta para assumir a direção das entidades sindicais desalojando os ministerialistas. Os ativistas sindicais comunistas estavam melhor posicionados dentro das fábricas para garantir um maior espaço nessas comissões sindicais e portanto cavar o seu espaço dentro da própria estrutura sindical oficial.

16. Uniões Sindicais e as Estruturas Verticais

Os comunistas passam a defender as iniciativas visando aglutinar os sindicatos oficiais em torno de lutas específicas e das uniões sindicais permanentes. Esta unificação dar-se-ia de preferência horizontalmente, ferindo a legislação sindical brasileira, mas também poderia, e deveria, se dar através das organizações verticais, por

categorias profissionais, através das federações e confederações sindicais já existentes.

Entre 1948 e 1950 os comunistas praticamente desconheciam a existência das estruturas sindicais verticais, chegando mesmo a denunciá-las como mais um instrumento de controle e divisão do movimento operário brasileiro.

O documento de junho de 1952 é bem elucidativo da nova posição dos comunistas sobre a estrutura vertical estabelecida pela CLT:

"O CN do Partido Comunista do Brasil recomenda a todos os militantes comunistas que lutem sem desfalecimento pela unidade orgânica do movimento sindical brasileiro (...) recomenda as organizações do Partido que não poupem esforços para ajudar os trabalhadores na conquista das federações sindicais existentes. As atuais federações foram criadas com o objetivo de manter o proletariado dividido, mas agrupam alguns sindicatos, se forem dirigidos por operários honestos, poderão ser úteis ao proletariado em sua luta pela conquista de unidades do movimento sindical." ("Ampliar a Organização e a Unidade da Classe Operária" in Problemas n°42 de set/out de 1952)

Mas a prioridade dos comunistas continuaria sendo a organização horizontal dos trabalhadores através de uniões sindicais regionais. Nessas uniões os sindicatos oficiais começaram adquirir um papel mais destacado, mas as associações profissionais continuaram a ter importante participação.

Os comunistas também buscaram agilizar o processo de encontros e congressos sindicais e a impulsionar a formação de uma nova central sindical, que eles defendiam deveria ter por base a CTB.

Em março de 1951 realizou-se o II Congresso Sindical Cearense do qual participaram 35 organizações com 117 delegados, entre eles 6 sindicatos (sindicatos dos padeiros, gráficos, alfaiates, comerciários e hoteleiros de Fortaleza e dos portuários de Camocim). Este Congresso foi promovido pela UGT do Ceará. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de abril de 1951)

Em abril de 1951 havia se realizado o 1º Congresso Sindical de Juazeiro com a participação de 30 delegados, representando o sindicato da Construção Civil, Associação Profissional dos Alfaiates e Costureiras, a União dos Ferroviários da Bahia e Sergipe, Associação dos Trabalhadores do Couro e Calçados e a Comissão de luta dos Padeiros. Realizou-se também no mesmo período o Congresso Sindical de João Pessoa com a participação de sindicatos e associações profissionais. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de abril de 1951)

Os comunistas estão de olho em outro fenômeno que é a tendência a unidade de ação que se estabelece entre vários sindicatos da mesma categoria profissional em diversos estados e mesmo em nível nacional. Estas articulações sindicais, quer pela sua forma mais flexível de organização quer pelos objetivos aos quais se propõem, acabam extrapolando os limites legais das federações e confederações sindicais oficiais.

Este movimento iniciou-se a partir da greve nacional dos bancários, durante a qual chegaram a se reunir em convenção os representantes de 31 sindicatos. Esta tendência prosseguiu entre os têxteis e metalúrgicos da cidade de São Paulo. Em Minas Gerais os metalúrgicos formaram uma articulação na qual estavam representados 19 sindicatos e em Porto Alegre 19 sindicatos e 3 associações profissionais se organizaram tendo em vista a luta contra a carestia de vida. (Prestes, L.C., "A Luta Pela Paz, Nossa Tarefa Central e Decisiva" in Problemas, nº 39, março-abril de 1952).

A partir de 1952 ganha corpo a campanha contra a assiduidade integral. O objetivo do movimento era conseguir a aprovação do projeto do deputado Lúcio Bittencourt que tramitava na Câmara dos Deputados. Para coordenar a ação dos sindicatos foi formada a Comissão Inter-Sindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI). (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1952)

As articulações estaduais culminaram na realização de uma Convenção Nacional do CISCAI que seria realizada entre os dias 15 e 18 de novembro, com a participação de 89 sindicatos e 179 delegados, representando 9 Estados.

Os comunistas comemoraram a realização desse congresso como mais um passo na conquista da liberdade sindical. Teria

sido ele o primeiro congresso realizado nestes últimos sete anos "sem qualquer bafejo do poder público e sem a intervenção policial-ministerialista" e por isso seria um marco histórico no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro.

A proposta vitoriosa no congresso, segundo os comunistas, deu a CISCAI uma organização em âmbito nacional capaz de realizar, num breve período, um congresso Nacional de Trabalhadores que, apoiado em todas as organizações sindicais brasileiras e nas massas assalariadas possuía a envergadura suficiente para a criação da Central Sindical Nacional.

Foi eleita uma direção nacional com forte influência comunista. A convocação de um Congresso Nacional ficou vinculado a uma consulta às organizações sindicais de todo o país, que seria feita pela Comissão Executiva Nacional do CISCAI e por uma Comissão Organizadora criada sob os seus auspícios para este fim especial. (Imprensa popular, 20/11/52)

É bom lembrarmos que a essa comissão-intersindical era composta apenas por dirigente de sindicatos oficiais e dela não faziam parte membros de associações profissionais ou de oposições sindicais.

Portanto os comunistas não abandonaram a idéia de formação de uma estrutura horizontal congregando sindicatos de várias categorias profissionais, embora aqui com um adendo importante: pouco a pouco as organizações livres (associações profissionais e comissões de empresas) passaram a ser excluídas dessas intersindicais. Essas organizações livres haviam tido um grande papel na CTB e nas uniões sindicais até 1952. As oposições às diretorias ministerialistas também não tiveram espaço nesta nova estrutura horizontal esboçada pelos comunistas, em aliança com os socialistas e trabalhistas.

17. A Luta Contra o Imposto Sindical

Os comunistas no início de 1951 ainda mantém a sua posição contra a cobrança do imposto sindical e iniciam mais uma campanha no sentido de impedir o seu desconto. O eixo da

campanha era afirmação que só com abolição do imposto sindical poderiam ver fortalecidos os sindicatos brasileiros.

O deputado federal e secretário geral da CTB, Roberto Morena, através do jornal "Imprensa Popular" inicia a campanha. Afirma Morena:

"A abolição do imposto sindical (...) permitirá que os trabalhadores voltem a ter interesse em manter os seus sindicatos e atuar neles e defendê-los como um meio para a conquista de suas reivindicações e direitos. A anulação do imposto sindical representa um grande passo para que eles deixem de ser apenas peças da máquina do Estado, como declarou e quer o governo Vargas.

Mas isto só será alcançado e o imposto sindical abolido de uma vez por todas se ações decisivas forem desencadeadas, se organizarem comissões para dirigir a luta, se paralisações do trabalho de curta duração tiverem lugar, se for demonstrada a união e a firmeza das amplas massas". (Imprensa Popular de 27 de fevereiro de 1951)

O governo Vargas, como já afirmamos, não apontava para a extinção do imposto sindical. No 1º de maio de 1951 Vargas afirmaria:

"Devo lembrar que o meu governo achou o fundo sindical desvirtuado dos seus fins, utilizado para as manobras políticas mais inescrupulosas. Medidas já foram tomadas, para moralizar essa aplicação; e a Divisão de Organização e Assistência Sindical tem efetuado rigorosos e intensivos exames nos processos de previsão orçamentária, a fim de evitar a dispersão e o desperdício na aplicação das rendas sindicais." (Vargas, 1952:328)

Vargas retomaria o discurso da moralização do fundo social sindical ainda nos fins de 1952 durante comício a trabalhadores do Rio Grande do Sul. (Vargas, 1969:213)

Para os comunistas as propostas de Vargas e do seu ministro do trabalho tinham o objetivo "de enganar as massas trabalhadoras e amortecer sua luta contra o desconto desta contribuição arrancada à força". Para os comunistas, no início de 1951, o problema central não era "moralizar" o

emprego de imposto sindical, mas sim a sua abolição imediata. (Imprensa Popular de 11/03/51)

O imposto sindical era peça importante no esquema de Vargas para o fortalecimento dos sindicatos oficiais visando a incorporação da classe operária. Não é à toa que a burocracia do Ministério do Trabalho sempre se posicionou e trabalhou contra as propostas que visavam a sua extinção; propostas que, no período, contavam com amplo apoio de liberais, socialistas e comunistas.

A posição defendida por Vargas e pela burocracia do Ministério do Trabalho pouco a pouco seria assumida pelos comunistas que passariam a ver no imposto sindical um meio de fortalecimento dos sindicatos e não mais um meio de corrupção e de enfraquecimento da organização dos trabalhadores.

Os jornais comunistas, na época, dão conta de uma intensa atividade nas empresas contra o desconto do imposto sindical. Na fábrica de Juta de Taubaté, em São Paulo, centenas de trabalhadores enviaram um memorial ao presidente da República reclamando a extinção do imposto sindical, além de exigirem a baixa do custo de vida e eleições livres nos sindicatos. No Distrito Federal uma comissão de trabalhadores da Cotonifício Gávea entregou ao vice-presidente da República, Café Filho, um abaixo-assinado, com 219 assinaturas, contra a cobrança do imposto sindical. Ainda em abril cerca de 500 metalúrgicos da Hime paralisaram o trabalho durante 10 minutos protestando contra o desconto do imposto sindical. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de abril de 1951)

Entre as resoluções aprovadas na II Conferência Sindical promovida União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal se encontravam: posse das diretorias eleitas, eleições livres e imediatas nos sindicatos e contra o pagamento e pela extinção do imposto sindical. (Imprensa Popular de 22/07/51)

Diante da pressão comunista os ministerialistas voltam a se mobilizar na defesa do imposto sindical, utilizando-se de uma lógica inversa da dos comunistas: o fim do imposto sindical para os ministerialistas seria "a ruína dos sindicatos". Pedro Gilardi Filho, diretor do Sindicato da Construção Civil de São Paulo afirma:

"Todos os anos, ao aproximar-se o mês de março (...) surgem indivíduos que fazem tanta "balburdia" em torno do assunto, que chegamos até a desconfiar do objetivo que pretendem alcançar. Esses indivíduos chegam a abandonar o serviço, perdem dias de trabalho para rabiscarem nos muros das fábricas dizeres e frases mencionando ser inconstitucional o desconto do respectivo imposto sindical.

Trabalhador fique ciente do seguinte, que lutar contra o imposto sindical é colaborar para a ruína de seu sindicato". (A Voz do Trabalhador da Construção Civil de outubro de 1951)

No início de 1952 voltariam os comunistas a protestar e propor a mobilização contra o desconto do imposto sindical. Em março de 1952 a União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal lançaria a iniciativa de um memorial a ser dirigido à câmara dos deputados. Memoriais para coleta de assinaturas foram distribuídos nas principais fábricas do Distrito Federal e cópias, que poderiam ser recortadas, foram publicadas em diversos números dos jornais ligados ao Partido Comunista que circulavam no Distrito Federal. (Gazeta Sindical de fevereiro/março de 1952 e Imprensa Popular de 20/03/52)

A campanha encabeçada pelos comunistas, que tinha amplo apoio dos socialistas e trotsquistas, conseguiu simpatizantes mesmo entre sindicalistas ligados ao PTB. Dirigentes do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo consideravam o imposto "absolutamente inútil, uma vez que deste não advém qualquer benefício a classe. Ao contrário, verifica-se constantemente o extravio de importâncias arrecadadas e, afinal, não se fica sabendo qual o emprego dessas fabulosas somas".

Outro líder sindical do PTB, Nelson Rusticci, presidente do Sindicato dos Têxteis, também se mostraria reticente quanto a cobrança do imposto sindical. (Benevides, 1989:115) Mas a maioria dos sindicalistas e dos parlamentares vinculados ao PTB era contra a extinção do imposto sindical sob a argumentação que ele seria "imprescindível para o fortalecimento do sindicalismo".

A posição dos comunistas sobre a cobrança do imposto sindical pouco a pouco vai se flexibilizando e perdendo a sua radicalidade. Dois fatos apontam nesse sentido. O

primeiro foi a posição assumida pelos comunistas durante o IV Congresso dos Jornalistas do Brasil. A resolução sobre o imposto sindical, aprovada pela unanimidade dos congressistas, recomendava ao governo a abolição do Fundo Sindical, "uma vez que grandes quantias resultantes do desconto compulsório nos salários dos trabalhadores vem sendo malbaratado pela comissão ministerial encarregada da sua aplicação".

No entanto o Congresso se posicionou pela manutenção do desconto compulsório destinado aos sindicatos. Essa decisão não mereceria nenhuma crítica em particular dos comunista e tudo leva a crer que os comunistas presentes no congresso, em nome da unidade, votaram favoravelmente a esta tese. (Imprensa Popular de 03/07/51)

O segundo fato foi a posição assumida pelos comunistas durante a eleição do Sindicato dos Condutores de Veículos Anexo de São Paulo, ocorrida entre 21 a 23 de outubro de 1952. Eles apoiavam a chapa 1 que no seu manifesto-programa constava o fim do imposto sindical apenas para os sindicalizados. (Notícias de Hoje de 20/09/52)

Nesses dois casos a flexibilização da proposta comunista em relação ao desconto do imposto sindical reflete uma gradual alteração da posição dos comunistas sobre a estrutura sindical brasileira que culminaria na aceitação incondicional do imposto sindical, como instrumento de fortalecimento dos sindicatos.

20. O Ascenso Grevista e o Governo Vargas

Tem existido pouco interesse em se estudar mais sistematicamente os movimentos de contestação operária nos primeiros anos do governo Vargas. Isso fez com que alguns autores sérios cometessem erros na avaliação sobre o movimento operário e a política sindical comunista neste período.

Talvez o erro mais grave, pois acabou servindo de referência para outros autores, tenha sido cometido por Francisco Weffort. Weffort chegou a afirmar que desde o último ano do governo Dutra até o terceiro ano do governo

Vargas, o movimento operário cairia a níveis inferiores aos atingidos nos anos de 1948 e 1949. Para esses anos, segundo o autor, se registraram 48 e 49 greves, respectivamente, enquanto para os anos de 1950, 1951 e 1952 registraram-se apenas 8, 15 e 15 greves, também respectivamente.

Weffort buscaria então descobrir as causas para esta queda acentuada no nível da ação grevista. Para ele esta mudança não podia ser explicada por qualquer abertura na política salarial, nem pelo aumento do controle repressivo sobre os sindicatos. Para ele deve ser excluída, igualmente, a hipótese de que esta baixa da atividade do movimento operário devesse a um descenso na atividade das esquerdas junto aos sindicatos oficiais. Weffort levanta então duas hipóteses que para ele não são excludentes: a primeira hipótese era de que a vitória eleitoral de Vargas neutralizou os trabalhadores que ainda alimentavam uma confiança no seu governo, e essa teria se mantido em nível suficiente nos dois primeiros anos do seu governo.

A segunda hipótese aventada por Weffort era de que a esquerda, ao transferir o seu esforço da formação de "sindicatos paralelos" para a tomada dos sindicatos oficiais, teria ocasionado uma queda no nível de mobilização operária. Este teria sido o preço requerido pela estrutura sindical oficial para permitir-lhe a participação. Para ele "àquelas diferentes orientações - uma dirigida, de alguma forma, à base da classe operária, outra à disputa de organizações burocráticas - deveriam corresponder a diferentes resultados no que se refere aos níveis de atividades do movimento operário". (Weffort, 1972: III.10-11)

Mas Weffort parte de dados equivocados para fazer tais conclusões. De fato ele subestima o nível das lutas operárias nos dois primeiros anos do governo Vargas. Ao contrário de um refluxo o que constatamos é um ascenso das lutas operárias no Brasil à partir de 1951.

Na pesquisa que realizei nos jornais do período constatei em 1951 a ocorrência de 131 greves no país, ou seja bastante acima das 15 greves localizadas por Weffort. Não só o número total de greves foi superior ao ano de 1948, o próprio número de grevistas foi superado. Jover Telles fala da realização de 173 greves, das quais ele pode recolher dados concretos sobre 119, e destas, ainda segundo

Jover Telles, participaram cerca de 363.999 operários e atingiram 548 empresas. (Telles, 1978:42)

O ano de 1951, ao contrário dos anos anteriores, se caracterizou por grandes greves de massa. Greves que ultrapassaram os limites das empresas e adquiriram um caráter de greve geral por categoria, em nível municipal, estadual e até nacional. Tivemos também greves gerais inter-categorias em vários municípios. As greves que se iniciaram depois de 1951 tiveram também outra característica importante, elas foram, em geral, mais longas.

As greves ocorreram em todos os estados brasileiros, mas tiveram maior incidência no sudeste e no sul do país. Destaca-se a participação dos trabalhadores do Estado de São Paulo. Esta também é uma característica nova, quando comparamos os movimentos de 1951 com os ocorridos entre 1948 e 1950, nos quais o estado mais industrializado da federação contribuía com um número muito reduzido de greves.

Persiste, pela própria composição da força de trabalho no Brasil, uma incidência maior de greves no setor têxtil, seguido pelos trabalhadores nos transportes (ferroviários, transviários, motoristas).

Isso demonstra o nível que atingiu as lutas dos trabalhadores no ano de 1951 e os motivos para o ascenso das lutas operárias são justamente o oposto do que afirma Weffort. A eleição de Vargas e a liberalização, ainda que gradual, dos sindicatos oficiais criaram as condições políticas para uma expansão do movimento paredista.

Neste ano notamos uma mudança na posição das diretorias dos sindicatos em relação aos movimentos grevistas. Mesmo as diretorias ministerialistas, embora não incentivem as greves, passam a tolerá-las buscando encaminhá-las para os dissídios coletivos e para os acordos. As assembleias passam a se realizar com mais frequência nas sedes dos sindicatos oficiais.

Mas esta relação entre grevistas e as diretorias ministerialistas não são sempre tranqüilas. Na greve dos Metalúrgicos de São Paulo, dirigida pelo comunista Eugênio Champ, os grevistas tiveram que entrar com mandado de segurança para realizar assembleias dentro do sindicato. Ocorreram também conflitos entre os grevistas dirigidos

pelos comunistas e a direção do Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

Pelo contrário, na greve nacional dos bancários parece ter havido uma integração plena entre a diretoria do sindicato da cidade de São Paulo e o comando de greve. A direção do sindicato paulista recebeu apoio irrestrito dos comunistas e o seu presidente acabou concorrendo a vereador por uma frente eleitoral apoiada por eles. A mesma boa relação, entre as diretorias dos sindicatos e grevistas, existiu na greve nacional dos aeroviários e aeronautas.

No ano de 1952 tivemos algumas alterações nas tendências apontadas no ano anterior. Constatei a existência de 76 greves, um número inferior de greves quando comparado ao ano de 1951. As greves embora distribuídas por todo o país tiveram um leve deslocamento para região nordeste. O setor têxtil continuou na liderança, seguido pelos ferroviários, sapateiros, metalúrgicos e marceneiros.

Jover Telles fala da existência de 264 greves neste ano, 91 a mais que no ano anterior e a participação de 410.890 trabalhadores. A "Gazeta Sindical" de março de 1952 afirmava a existência de 84 mil grevistas nos dois primeiros meses de 1952.

Não conseguimos através de nossa pesquisa comprovar a afirmação de Telles e da "Gazeta Sindical" e todos os dados coletados nos leva a considerar um pouco exagerada a afirmação sobre o número de greves e de grevistas em 1952. O que não nos deve levar a conclusão de que o ano de 1952 tenha sido um ano de refluxo para o movimento operário. O ano de 1952 também foi marcado por grandes greves que envolveram categorias inteiras em nível municipal e mesmo estadual, greves municipais inter-categorias e greves gerais localizadas.

As greves deste período (1951-1952), como podemos ver na tabela em anexo, atingiram setores fundamentais da economia e os principais centros operários. Os Estados de São Paulo e o Distrito Federal, além do Rio Grande do Sul, passam a encabeçar a lista dos Estados com o maior número de paralisações.

A grande maioria das greves se deram por razões de ordem econômica e visavam principalmente o aumento de

19. Os Comunistas e a Lei Sindical

Em agosto de 1951 a comissão de trabalho e previdência social do senado, aprovou o parecer do senador Gomes de Oliveira, líder do PTB, sobre a nova lei sindical.

Para os comunistas esta nova lei sindical nenhum benefício traria aos trabalhadores, pois continuariam os sindicatos "sendo dirigidos e orientados de acordo com os interesses patronais e com as conveniências políticas do governo". (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de agosto de 1951)

Em relação ao desconto do imposto sindical a nova lei possibilitava aos trabalhadores descontados "o direito de votarem nos candidatos aos postos diretivos sindicais". Os comunistas consideraram esta modificação "simplória", que "em um primeiro momento parece justa e razoável, (mas que) não passa de uma arapuca para "legalizar" o imposto sindical".

A maior crítica iria para a proposta de criação da Câmara Sindical que manteria o "sindicalismo estatal" no país. Essa Câmara seria composta por um membro nomeado livremente pelo presidente da República e quatro eleitos respectivamente pelas confederações de empregados, de empregadores, de trabalhadores autônomos patronal e dos profissionais liberais. "Teríamos assim um nefasto 3 X 2 atropelando a vida associativa dos trabalhadores, pois, tal câmara goza de poderes para intervir nos sindicatos, nomear interventores, destituir diretores, marcar e anular eleição, criar e dissolver sindicatos".

Os comunistas exageraram na tinta ao definirem a proposta de lei sindical como fascista pois, segundo eles, ela pouco se diferenciaria da "Carta del Lavoro" de Mussolini no que dizia respeito a sua proposta de organização sindical tutelada pelo Estado. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de agosto de 1951) A nova lei sindical não seria aprovada no Congresso Nacional.

salários. Outros motivos que levavam as greves foram a luta pelo pagamento do abono de natal e dos salários atrasados, o fim da assiduidade integral. Outra razão para um grande número dessas greves foi a solidariedade a companheiros demitidos ou suspensos, muito deles eram membros de comissões salariais e de empresa.

No conjunto podemos afirmar que as greves ocorridas entre 1951 e 1952 foram mais organizadas e tiveram, em geral, maior duração, quando comparadas com as greves realizadas durante o governo Dutra. Neste período, deixaram de predominar as greves isoladas por empresas em seu lugar se desenvolveram as greves por categorias, envolvendo várias ou a totalidade das empresa. Tivemos greves nacionais, como a dos bancários e dos aeroviários e aeronautas. E por fim tivemos explosões de greves gerais que tiveram um caráter político, como a ocorrida no Maranhão no início de 1951 e as greves contra a carestia ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul em 1952.

Este ascenso das lutas operárias está ligado a vários fatores e a eleição de Vargas é um deles. A vitória eleitoral de Vargas, ao contrário do que afirma Weffort, não criou um clima de expectativa que neutralizou a ação das massas operárias. Tudo indica que o resultado eleitoral criou as condições para ampliação dos conflitos trabalhistas. A própria ilusão quanto ao caráter do novo governo contribuiu para isto.

Não tenho dúvida que os trabalhadores, que votaram em Vargas, sentiram que o resultado eleitoral havia criado um clima político mais favorável, menos repressivo, para a sua ação. E resolveram recuperar o que haviam perdido durante o governo Dutra e ainda estavam perdendo com o desenvolvimento do processo inflacionário. Isso explica o ascenso do movimento operário ainda no primeiro ano de governo Vargas.

O desenvolvimento da inflação, a demora na solução dos problemas mais sentidos das massas populares, foram levando, já em 1951, a uma radicalização nas ações dos trabalhadores e a um conseqüente desgaste do presidente Vargas. Tivemos também um aumento gradual da influência dos comunistas no movimento operário e popular, e conseqüentemente dentro dos sindicatos oficiais, para os quais eles começavam a se voltar com mais intensidade.

20. Os Comunistas e a Pluralidade Sindical

Em julho de 1952 o senado aprova uma emenda ao projeto de lei sindical de autoria do senador socialista Domingos Velasco. A emenda Velasco criava a possibilidade da formação de mais de um sindicato por categoria profissional, extinguindo assim a unicidade sindical. Os comunistas, então, iniciam uma grande campanha pela não aprovação dessa emenda.

A primeira reação foi relacioná-la com um interesse secreto do próprio Vargas, afirmava os comunista:

"Salta aos olhos a identidade cada vez maior entre a orientação sindical dos "socialistas" e a política traçada pelo sr. Getúlio Vargas para o movimento operário.

A pluralidade sindical é uma tese ministerialista, que em nosso país gozou sempre da preferência do patronato mais poderoso e do clero. No Ministério do Trabalho há teóricos dessa tese, como o sr. Astolfo Serra, ex-sacerdote, que trocou a batina pelas "argruras" do serviço público". (Maria da Graça, "Pluralidade Sindical uma tese Ministerialista" in Imprensa Popular de 27/07/52)

Sem dúvida, como veremos adiante, essa tese não se sustenta, pois Vargas e o Ministério do Trabalho criticariam a emenda de Velasco e mais do que criticar incentivariam a mobilização contra a sua aprovação.

Para os comunistas a questão da pluralidade sindical não tinha nenhuma relação com o problema da liberdade sindical: "as duas questões são independentes entre si e a pluralidade nunca, de forma alguma, poderá ser apresentada como afirmação ou decorrência da liberdade de organização para os trabalhadores".

A argumentação dos comunista assenta-se na confusão entre os conceitos de unidade e o de unicidade sindical (unidade imposta por lei). Na grande parte dos artigos eles, formalmente, criticam a unicidade, para em seguida defendê-la ao se colocarem frontalmente contra a emenda Velasco.

Os comunistas elaboram uma estranha tese sobre as fases, necessárias, no processo de organização da classe operária. Afirma Maria da Graça, sindicalista e editorialista da seção sindical do jornal comunista "Imprensa popular".

"A unidade sindical é um objetivo, enquanto que a pluralidade, erigida em princípio em determinadas etapas e países, não pelo proletariado mas pelos seus exploradores ou falsos mentores, é uma tese de transição que os trabalhadores procuram superar rapidamente. No movimento sindical brasileiro há numerosos exemplos disso, embora o fluxo e refluxo da pluralidade para a unidade e de desta para aquela ainda não tenha cessado, de vez que a liberdade sindical só existe como letra de forma no texto da Constituição". (Maria da Graça, "Confusão Premeditada" in Imprensa Popular de 29/07/52).

No Brasil, a unicidade sindical mais do que uma suposta fase do desenvolvimento natural, da pluralidade para unidade, foi uma imposição do Estado autoritário no pós-30. Não se pode, de forma alguma, confundir esta "unidade" sindical brasileira com a unidade sindical existente na Inglaterra ou na Alemanha ocidental, unidade que foi construída pela ação independente dos próprios trabalhadores e não por uma imposição do Estado. Os comunistas embora muitas vezes pareçam demonstrar ter consciência dessa diferença (entre unidade voluntária e a unidade imposta por lei), continuam, na maioria das vezes, confundindo os conceitos: unidade, unicidade, pluralidade.

Em vários momentos de sua argumentação em defesa da rejeição da emenda Velasco os comunistas expõem uma posição de que a unidade sindical não deve ser imposta através da legislação e sim construída pela ação independente dos próprios trabalhadores. Afirma o deputado e secretário geral da CTB, Roberto Morena:

"O problema não pode ser posto em termos de pluralidade sindical ou unidade sindical, ambas resolvidas por decreto, muito menos por representantes do patronato e do Estado, que são a mesma coisa. A unidade da classe operária é decorrente da unidade de interesses, da luta para conquista e a defesa de suas reivindicações e direitos. Não podemos admitir como unidade da classe

operária, ou melhor, unidade sindical os métodos impositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que (...) , com sindicatos controlados e policiados, tem impedido a livre sindicalização. E nem será através do que o Senado aprovou, como medida de uma pseudo-liberdade sindical, a possibilidade da pluralidade sindical que vamos ter a liberdade de organização porque tanto luta a classe operária. Ambas as medidas são inspiradas na mesma fonte: o interesse patronal em ver o proletariado dividido e sobretudo desorganizado". (os grifos são nossos) (Morena, R. "Liberdade e Unidade Sindical" in Imprensa Popular de 03/08/52)

Roberto Morena constrói toda sua argumentação assentada na crítica a interferência do Estado (executivo, legislativo e judiciário) na organização sindical. Repudia, formalmente, a unidade imposta em lei, ou "resolvida por decreto". A argumentação de Morena se constitui, na verdade, muito mais uma crítica da unicidade sindical do que uma defesa desta. O que Morena não consegue ver é que existe uma diferença de fundo entre o fato de uma lei estabelecer a unicidade, e o sistema de reconhecimento (outorga) sindical, ou estabelecer o princípio da liberdade sindical, no qual se inclui necessariamente a possibilidade legal da própria pluralidade.

No último caso a lei não estabelece a forma necessária que deverá ter a organização sindical dos trabalhadores e sim deixa para que os próprios trabalhadores decidam por si mesmos qual organização lhes interessa. Assim o pluralismo (existência de mais de um sindicato por categoria, profissão ou ramo de atividade) e a unidade sindical passam a depender da vontade e da ação política dos interessados.

A própria argumentação de Roberto Morena reforça a tese de que a unicidade sindical, existente no país, não garantia a unidade sindical, pois o próprio enquadramento sindical previsto pela CLT cumpria um papel desorganizador da classe operária. Afirma Morena:

"O exemplo da divisão dos trabalhadores nós vemos no próprio enquadramento sindical ministerialista. No Rio, os trabalhadores da Light estão divididos em três sindicatos, quando todos são explorados pelo mesmo truste ianque unido e centralizado. O Ministério do Trabalho tem

sempre impedido que se unifiquem os três sindicatos (...)
Outro exemplo gritante são as inúmeras organizações
existentes nos portos de nossa terra, o que prejudica
enormemente a luta dos portuários por suas reivindicações
e direitos (...) O chamado enquadramento sindical se
processa não com a deliberação e a vontade dos
trabalhadores, mas segundo os interesses do patronato".

Mas o enquadramento sindical, nas suas mais diversas
formas, é uma consequência direta da existência do regime de
unicidade sindical.

Morena indica que o principal meio para construção da
unidade sindical não é o veto do presidente da República,
como desejam os ministerialistas, mas sim a mobilização em
torno dos interesses comuns dos trabalhadores.

Ele propõe aos dirigentes sindicais que coloquem no
centro de sua ação a defesa da liberdade sindical e não
"perdessem tempo" na discussão sobre unicidade ou
pluralidade sindical, que seria para ele uma falsa questão.

"A discussão que ora se trava entre dirigentes
sindicais a respeito da unidade ou pluralidade sindical
deve ser voltada, em primeiro lugar, para a derrubada das
medidas coercitivas da chamada lei sindical, como a
proibição da sindicalização de milhares e milhares de
funcionários públicos, contra a manutenção do imposto
sindical, contra a intromissão do Ministério do Trabalho
e do patronato na administração dos sindicatos. Assim não
desviaremos a discussão para um ponto que só a ação do
proletariado pode resolver, enquanto nossos inimigos de
classe tudo fazem para manter o proletariado
desorganizado e as organizações sindicais sob o seu
controle". (Morena, R. "Liberdade e Unidade Sindical" in
Imprensa Popular de 03/08/52)

Como já afirmamos o que Roberto Morena e os comunistas
não deixavam claro é: como conquistar a plena liberdade
sindical sem o fim da unicidade sindical? Não fica claro
também porque se mobilizar contra a emenda Velasco que
elimina a unicidade, por ser ela mais um dispositivo legal e
não ter sido fruto da mobilização dos trabalhadores, e ao
mesmo tempo não iniciar uma campanha pelo fim dos

dispositivos legais que impõe a unicidade, que eles também dizem discordar?

O próprio campo de alianças que se formou em oposição a emenda Velasco, no qual os comunistas dividiam espaço com os ministerialistas, conduziu a campanha no sentido de defender a estrutura sindical oficial e todos os principais mecanismos de tutela. A própria composição da frente que se formou para barrar a aprovação da emenda Velasco fez com que as bandeiras pela liberalização dos sindicatos que os comunistas pretendiam também colocar em primeiro plano (o fim do imposto sindical, intromissão do ministério do Trabalho na administração dos sindicatos) ficassem subordinadas ao objetivo maior que era: derrubar a emenda Velasco e manter a unicidade sindical.

A campanha contra a emenda aprovada pelo Senado, sobre a pluralidade sindical, ganha corpo no 2º semestre de 1952. A maioria dos dirigentes sindicais de São Paulo, Distrito Federal e de outras cidades se manifestam contra a emenda Velasco.

Na cidade de São Paulo ocorreu uma mesa-redonda promovida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais da qual participaram 50 sindicatos e 5 federações paulistas e na qual as entidades se posicionaram unanimemente contra a emenda que estabelecia a pluralidade sindical. Foi criada na ocasião a Comissão Inter-Sindical Contra a Pluralidade e Pela Liberdade Sindical. (Imprensa Popular de 20/08/52)

Na ocasião, vários ministerialistas usaram da palavra para defender a unicidade sindical. O presidente da Federação dos Trabalhadores Têxteis, Fernando Garcez, em seu discurso, mostrou que "a campanha contra a pluralidade e pela liberdade sindical deve ser feita intensamente nos locais de trabalho". Olavo Previatti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, que sempre foi criticado por suas posições conservadoras e pró-governamental, mostrou-se contrário a reduzir a campanha pela pluralidade a simples telegramas de protesto e propõe que, "em todos os sindicatos, fossem realizadas assembléias para discutir o assunto".

Como forma principal de mobilização foi aprovado um memorial que deveria correr as fábricas para coleta de assinaturas contra a emenda da pluralidade sindical e

exigindo o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a liberdade sindical.

Ainda nesta reunião foram aprovadas as seguintes resoluções: criar uma assembléia permanente com todos sindicatos e federações, congregados numa comissão inter-sindical, aberta ainda as organizações que não aderiram ao movimento; formação de uma comissão executiva composta pelos presidentes das 5 federações presentes na reunião e 8 presidentes de sindicatos; aprovou-se também a indicação do nome de Freitas Nobre, presidente do Sindicato dos jornalistas Profissionais, para a presidência da comissão executiva. (Imprensa Popular de 20/08/52) O manifesto aprovado na reunião afirma:

"Uma emenda do projeto de Lei Sindical, apresentada pelo Senado, restabelece no país o regime da chamada "pluralidade sindical", que é a existência, ao mesmo tempo, de vários sindicatos operários da mesma categoria profissional, na mesma região.

Se essa emenda for aprovada teremos, em breve, dois, três ou quatro sindicatos de têxteis, de metalúrgicos, de gráficos, de empregados no comércio etc, na mesma cidade. Uns sob o controle de alguns patrões reacionários, outros sob o controle deste ou daquele partido político, dividindo a classe operária em proveito daqueles que exploram o seu trabalho, especialmente agora, quando se intensifica a sindicalização com o objetivo de defesa dos interesses mais imediatos, com o aumento salarial e contra a assiduidade total". (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de setembro de 1952)

O Sindicato dos Têxteis de São Paulo também realiza, no dia 26 de agosto, uma assembléia para discutir a questão da pluralidade sindical. Entre os oradores se encontra o líder operário comunista Antonio Chamorro que após apoiar o movimento iniciado "contra a pluralidade sindical" salientou a necessidade de estender essa união aos sindicatos e federações, para a conquista de outras reivindicações dos trabalhadores. Depois de acentuar que já existe divisão dos trabalhadores, através do enquadramento ministerialista, Chamorro chamou os trabalhadores a lutarem pela conquista da liberdade sindical que a lei sindical em votação no

parlamento nega, e pela extinção do imposto sindical, mantido com o nome de contribuição sindical.

A assembléia, a exemplo da reunião anterior, aprovou realizar uma coleta de assinaturas contra a emenda Velasco, mas decidiu também, por proposta comunista, lutar pela extinção do imposto sindical e pela autonomia sindical. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de setembro de 1952)

Como podemos observar os comunistas procuravam ainda, e contraditoriamente, articular a luta em defesa da unicidade com a luta pela "liberdade Sindical" e contra o imposto sindical. Mas, como já afirmamos, as bandeiras em defesa da liberdade sindical ficaram cada vez mais subordinadas, devido a amplitude da frente que se formara, a um objetivo maior que era a manutenção da unicidade sindical, ou seja, da unidade sindical "imposta por decreto". Portanto, nesse caso, a vitória comunista contra a emenda Velasco não podia ser, e não foi, uma vitória da liberdade sindical contra a tutela ministerial.

No Distrito Federal o Sindicato dos Jornalistas Profissionais convocam uma reunião sindical para discutir a "emenda da pluralidade", da qual participa 15 sindicatos. Os sindicatos, por unanimidade, manifestam-se contra o projeto de lei sindical e afirmam "a sua decisão de, lutando pela liberdade sindical, defenderem a unidade e a autonomia das organizações sindicais". Desta reunião participaram os comunistas Luciano Bacelar Couto, presidente da USTDF; o deputado Roberto Morena, secretário geral da CTB; e Jocelyn Santos, diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. (Imprensa Popular de 07/08/52)

Mas nem todos os sindicalistas se colocaram contra a emenda do senador Domingos Velasco, entre esses se encontrava o presidente do Sindicato dos Aeronautas, Fernando Arruda, que havia tido um papel destacado na greve nacional dos aeronautas e aeroviários. Os comunista criticam a posição de Fernando Arruda afirmando que os comunistas não poderiam aceitar "como princípio consubstanciado em lei a tese da pluralidade". (Maria da Graça, "Posição Perigosa" in Imprensa Popular de 28/08/52)

Os socialistas e alguns liberais aproveitam a oportunidade para acusar os comunistas de não quererem, de

fato, romper com a estrutura sindical corporativa e atrelada ao Estado. Os comunistas se defendem:

"O sr. Francisco Mangabeira (...) procura caluniar os comunistas apontando-os como favoráveis a perpetuação de uma legislação sindical que impondo a unidade sindical (que ele confunde propositalmente com a imposição de sindicato único por categoria), mantenha a atual dependência do sindicalismo brasileiro (...)

Sem dúvida alguma os comunistas são pela unidade sindical como princípio e repudiam a pluralidade como uma manobra para dividir e enfraquecer o jovem movimento sindical brasileiro ... Não há razão para que o proletariado brasileiro aceite quando se trata de reformar toda a legislação sindical vigente, uma tese que a experiência prova não ser favorável aos seus interesses objetivos (...)

Queira ou não o sr. Mangabeira, a unidade é tese do proletariado (...) É a própria luta da classe operária que (...) impõe a unidade para a ação comum, que conduz, sob um clima de liberdade e democracia sindicais, à unificação do movimento sindical desde os seus alicerces nos locais de trabalho até a sua cúpula (...) Se os pelegos apregoam, neste momento, a sua fidelidade ao princípio da unidade, o que importa isso aos comunistas e aos trabalhadores? Que batam caixa. Os seus atos é que provarão na hora dos grandes embates se são ou não sinceros". (os grifos são nossos) (Maria da Graça, "O Agente da Confusão no Meio Sindical" in Imprensa Popular de 21/08/52).

Mas o que os "pelegos" defendiam não era a unidade sindical mas a unicidade sindical, a unidade imposta em lei e todos os demais instrumentos de tutela e controle do Estado sobre a vida sindical como a carta de reconhecimento, enquadramento sindical, o imposto sindical e etc.

21. Os Ministerialistas e a Unicidade Sindical

Como já afirmamos os ministerialistas foram os principais aliados dos comunistas na luta contra a emenda Velasco. Luiz Menossi, presidente da Federação da

Construção Civil do Estado de São Paulo, símbolo do sindicalismo vinculado a burocracia do Ministério do Trabalho, faria também a sua defesa da unicidade sindical:

"Em nosso País, as peculiaridades das condições de trabalho, e a incipiente formação sindical do trabalhador não permitem de forma alguma a pluralidade de existência de sindicatos de mesma categoria (...) ; não vejo vantagens na pluralidade sindical (...) não atingimos aquele nível superior do estágio social no qual a pluralidade não é motivo de lutas, ou rixas, de rivalidades e de desagregação do espírito de grupo profissional. Nenhum benefício advirá da co-existência de sindicatos de mesma categoria, e tenho como certo de que a pluralidade em nosso país representará a morte do sindicalismo, e o germe de gravíssimas doenças sociais, que se agravarão pelos ataques dos micro-organismos de ideologias extremistas". (O grifo é nosso, ACB) (A Voz do Trabalhador da Construção Civil de julho/agosto de 1952).

A grande argumentação à favor da unicidade e da tutela estatal era de que os trabalhadores brasileiros, graças a sua "incipiente formação sindical", não estavam em condições de se auto-organizar sem a ajuda (e controle) do Estado.

Em manifesto a Federação da Construção Civil do Estado de São Paulo, presidida por Menossi, se posicionaria também sobre o assunto:

"Está na lembrança de todos a triste existência do chamado Sindicato de Carimbo, sem expressão social e desprovido de qualquer sentido prático. Nesse período (1931 até 1939) nada se fez porque o sindicalismo Plurímo impedia o crescimento da organização sindical, fragmentava o movimento operário em grupos reduzidos.

Devemos, assim, ao preclaro presidente Getúlio Vargas e as seus ministros Dr. Agamenon Magalhães e o dr. Alexandre Marcondes Filho o regime de unidade Sindical, inaugurado com o decreto-lei 1.402, de 05 de julho de 1939.

(...) o regime de Pluralidade Sindical é desaconselhável porque (...) e) estimula a luta dentro da mesma classe, f) afasta os sindicatos de sua colaboração

com o poder público, g) acaba com todos os serviços já organizados de assistência médica, dentária, farmacêutica, hospitalar e etc ..." (os grifos são nossos, ACB) (A Voz do Trabalhador da Construção Civil de julho/agosto de 1952)

O que fica claro nessa declaração da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil é que os ministerialistas não defendem a unidade e sim a unicidade reestabelecida durante o Estado Novo, através do decreto 1.402. Os ministerialistas afirmavam que desejavam a unicidade para preservar os sindicatos, e os trabalhadores, contra o vírus das ideologias extremistas (entenda-se comunistas) e para garantir que os sindicatos continuassem servindo como instrumento de "colaboração com o poder público". Os comunistas desejavam a manutenção da unicidade para fins totalmente diversos.

As afirmações do manifesto da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil sobre a "triste existência do chamado Sindicato de Carimbo, sem expressão social e desprovido de qualquer sentido prático" quando da vigência do sindicalismo plurimo não correspondem integralmente a realidade. Pois a expansão do chamado "sindicalismo de carimbo" se deu em maior escala após a implantação definitiva da unicidade sindical, e o "fechamento" do regime Vargas após 1935 e pode se sustentar graças a criação do imposto sindical, que possibilitou a manutenção de uma estrutura sindical sem a necessidade de sindicalizados. Neste terreno, demarcado pela unicidade e pelo imposto sindical, o "sindicalismo de carimbo" pode se ampliar e se manter até os dias atuais.

Ao contrário do que afirmavam os comunistas o governo estava interessado na manutenção da unicidade sindical e de todos mecanismos tutelares da CLT. Vargas rapidamente iria engrossar a campanha contra a emenda que estabelecia a possibilidade pluralidade sindical e usaria toda a sua influência no sentido de sepultar o projeto. Em discurso endereçado a trabalhadores no Rio Grande do Sul afirmaria:

"Já vos disse, por diversas vezes, que o meu governo põe o máximo empenho em ver robustecidos e prestigiados os sindicatos de classe. Bem compreendo a repulsa dos trabalhadores à pluralidade sindical, que enfraquece o

proletariado, dividindo-o e pondo-o à mercê dos objetivos não só de agrupamentos políticos, mas também dos interesses patronais. Não se fere a unidade sindical - que norteou a legislação elaborada pelo meu governo - o princípio de liberdade assegurado pela Constituição do País, pois ninguém é obrigado a sindicalizar-se. Contudo, associando-se ao sindicato, o trabalhador pode expender livremente os seus pontos de vistas nas assembléias gerais e fazer prevalecer a sua vontade pelo voto da maioria." (o grifo é nosso) (Vargas, 1969:213)

A bancada governista no congresso particularmente os petebistas engrossavam o coro contra a emenda que acabava com a unicidade sindical. Na Câmara dos deputados o líder do PTB, Lúcio Bittencourt, comandava a sua bancada contra a aprovação da nova lei sindical e da emenda Velasco. A bancada trabalhistas no congresso se concentrava nos itens referentes ao fim da unicidade e do imposto sindical.

O secretário do PTB paulista, Paulo Marzagão afirmaria em plena campanha contra a emenda Velasco:

"Pluralidade não é condição de liberdade sindical. Como qualquer outra liberdade, a liberdade sindical não pode ser absoluta; é condicionada por razões de conveniência social e das próprias entidades sindicais. Pluralidade levaria a demagogia, à concorrência desenfreada, negativa para a Justiça do Trabalho e para a distribuição da contribuição sindical".

Na mesma linha outro dirigente paulista do PTB Guaraci Silveira, afirmaria:

"Em se tratando de relações de trabalho (...) o trabalhador não deve lutar contra o Estado, o que seria somente em seu prejuízo (...) a classe trabalhadora precisa do amparo do governo. Sozinha não pode reagir contra o capitalismo. (Benevides, 1989:115-122)

Essa afirmação constitui uma síntese perfeita do que se denominou chamar de mito do Estado protetor, que tem sido um dos núcleos centrais da ideologia populista. O PTB, junto com a burocracia ministerialista, eram os principais difusores desse mito junto as massas trabalhadoras urbanas.

CONCLUSÕES

1. A POLÍTICA SINDICAL COMUNISTA

E O POPULISMO SINDICAL

O primeiro período que vai de 1948 a 1950 foi, sem dúvida, o momento em que os comunistas chegaram mais perto de romper com a ideologia do populismo sindical. Estavam muito longe das características apontadas por Weffort para definição de uma política sindical de tipo populista. Para Weffort o sindicalismo populista "no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir como complemento à estrutura sindical oficial, de corte corporativista e apendicular ao Estado". Estas estruturas "complementavam e dinamizavam a estrutura oficial (...) Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas, os quais tiravam vantagens políticas de suas atividades." (Weffort, 1972:I.2-3)

Essas características, como ele mesmo reconhece, não são presenciadas na política sindical comunista do período. A política comunista estava bastante longe do nacional-reformismo que predominaria no final da década de 50; existia sim um forte nacionalismo de cunho antiimperialista. Não existia também qualquer tipo de política baseada na conciliação de classes. Pelo contrário, ocorreu neste período uma reavaliação do papel da burguesia na chamada Revolução Brasileira, que praticamente a excluiu de qualquer possibilidade de participação na "Frente Democrática e Nacional". E por fim, a estrutura dual construída pelos comunistas (CTB, associações profissionais) não visava servir de mero complemento à estrutura sindical oficial, e nem complementava ou dinamizava a estrutura oficial. Por isso mesmo não foi tolerada e sim duramente reprimida.

A política comunista neste período também estava longe de se enquadrar em outra das características do sindicalismo

populista apontada por Weffort. A política sindical comunista não concentrou a sua ação na mobilização política em detrimento da defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores. E por fim podemos afirmar, que na conjuntura 1948/1950, não havia uma predominância de uma "ideologia de Estado" na elaboração da política sindical. Afirmar que não havia uma predominância, não quer dizer que ela não existia. Pelo contrário, afirmo que foi a persistência desta ideologia, ainda que não hegemônica, que impôs os limites à crítica à estrutura sindical corporativa. Mas foi justamente o enfraquecimento desta ideologia que permitiu os comunistas irem tão longe.

Para Armando Boito Jr, a ideologia do populismo sindical seria o cimento que manteria unificada a estrutura sindical brasileira e garantiria a sua relativa eficiência. Ela se caracterizaria por um legalismo de tipo particular, que teria como centro o "apego ao estatuto do monopólio legal da representação sindical", que fundamenta a tutela do Estado sobre o sindicato. Ela representaria "uma manifestação localizada da ideologia populista, na medida exata em que representa o fetiche do Estado-protetor no terreno sindical."

Ainda segundo o autor para os sindicalistas populistas só existe sindicato se esse for um "sindicato legal-oficial". Sem a chancela legal nenhuma organização poderia representar os trabalhadores, só poderia existir sindicatos se estes estivessem investidos de prerrogativas legais que lhe conferissem um poder normativo.

A ideologia do populismo sindical, ainda segundo Boito, não impediria que fosse constatado, e portanto denunciados, os efeitos mais autoritários da estrutura sindical.

"Porém essa alusão (aos efeitos) é também uma ilusão (sobre a estrutura) (...) Deste modo, a estrutura do sindicato de Estado é sistematicamente ocultada pela ideologia da legalidade sindical (...) Daí, no mecanismo da alusão-ilusão, o último termo ser o dominante."
(Boito, 1991:139)

Tendo em vista esta caracterização exposta por Armando Boito, como definiríamos a "ideologia sindical" dos comunistas na conjuntura de 1948/50? Ela, na minha opinião, está bastante longe de se encaixar plenamente dentro daquilo que ele chamou de "ideologia do populismo sindical". O próprio Armando Boito afirmaria que, entre 1948 e 1953, a ideologia do populismo sindical teria conhecido um momento de crise dentro das fileiras da militância sindical comunista. (Boito, 1980:40)

Os comunistas, neste período, dificilmente compartilhariam da idéia de que os "sindicatos livres" não seriam efetivamente sindicatos e que não teriam valor a "representação política real se desprovida da chancela legal-oficial". Ou que só existisse "ação sindical efetiva se essa estivesse investida de prerrogativa legais que lhe confissem um poder normativo".

Os sindicalistas comunistas rejeitaram, na prática, tais concepções. E buscaram descaracterizar a idéia de que sindicato fosse apenas "a tabuleta na porta"; divulgaram a idéia de que a organização propriamente sindical poderia se dar de várias formas e que o principal era que ela conseguisse organizar os trabalhadores nos locais de trabalho. Se cumprisse essa função estaria justificada a sua existência.

Mais do que uma simples "ideologia teórica" a defesa da liberdade sindical se caracterizou por ações práticas, e a fundação das associações profissionais, disvinculadas da estrutura sindical oficial, é uma prova concreta disso. Constitui-se, também, enquanto prova a própria forma de organização da CTB, composta basicamente por organizações não oficiais.

Esses exemplos comprovam que a política sindical adotada pelos comunistas, neste período, esteve bastante próxima de romper com aquilo que Armando Boito Jr. denominou "ideologia do populismo sindical". E isso decerto tem suas razões e estas estão inscritas na própria conjuntura em que se deu a ação sindical dos comunistas.

A política sindical comunista se deu em uma conjuntura que impunha às massas ações defensivas. O regime autoritário, legitimado por eleições, naquele momento

contava com apoio do conjunto das classes proprietárias (através do acordo interpartidário) o que possibilitou governar sem uma oposição parlamentar significativa.

A proposta comunista tinha que enfrentar dificuldades quase insuperáveis. Mas, contraditoriamente, estas mesmas condições desfavoráveis jogaram os comunistas nos limites de um rompimento com a estrutura sindical oficial.

O governo Dutra reverteu o pacto de alianças esboçado por Vargas no final do Estado Novo, excluindo as classes populares do jogo político. As intervenções nos sindicatos, o completo esvaziamento de suas funções de defesa dos interesses corporativos das categorias profissionais, a dura repressão aos movimentos grevistas dificultavam, embora não impedissem completamente, a proliferação de uma ideologia estatal-reformista de tipo populista. O Estado sob direção de Dutra estava longe do "Estado paternalista" com sua política de concessões limitadas que caracterizou o período final do Estado Novo e caracterizaria também a democracia populista após a eleição de Vargas em 1950.

Dutra, representando os interesses do conjunto das classes proprietárias, buscou usar a legislação sindical corporativa do Estado Novo não para incorporar e manipular a classe operária mas para excluí-la. Não foi à toa o rápido esvaziamento destes sindicatos oficiais no período e sua total inatividade. A volta de Vargas ao poder e o rompimento do pacto entre o conjunto das classes proprietárias leva o novo governo a afrouxar a repressão, aumentar o poder dos sindicatos e incentivar a sindicalização. O Estado sob Vargas necessitava novamente do apoio das massas populares como condição de se legitimar e implementar seu projeto industrialista. A mesma estrutura corporativa seria reutilizada para outras finalidades.

Entre 1948 e 1950, a estrutura sindical perdeu, em grande parte, a sua função manipuladora, passando a desempenhar principalmente uma função repressiva. Mas a conjuntura, no geral desfavorável para a classe operária, e os limites da crítica comunista à estrutura sindical corporativa (como indica a omissão sobre a unicidade sindical) impossibilitaram que os comunistas pudessem substituir esta estrutura corporativa e tutelada por um outro modelo assentado no sindicalismo livre.

Portanto a não existência de um amplo movimento das massas trabalhadoras urbanas e a falta de um programa claro dirigido para o rompimento com o aparelho sindical atrelado ao Estado, permitiram a manutenção desta estrutura sindical. Mas devemos ressaltar que a nova postura assumida pelos comunistas, sua prática cotidiana, permitiu um relativo desgaste desta estrutura. É justamente isso que nos permite afirmar que ocorreu uma "pequena" crise (não terminal) no chamado populismo sindical, que não foi suficiente, como já vimos, para acarretar a sua superação definitiva. Esta "pequena" crise na esfera da ideologia teve suas conseqüências no funcionamento da própria estrutura sindical, que perdeu em parte a sua eficiência.

2. UMA LINHA SINDICAL EM TRANSFORMAÇÃO

À partir do final do ano de 1950 e, principalmente, após a posse de Vargas, em 1951, com o início do processo de liberalização da estrutura sindical, os comunistas iniciam uma inflexão na sua política sindical.

Já afirmamos que, entre 1948 e 1950, nunca constou do programa sindical comunista a proposta de construção de outra estrutura que fosse paralela à estrutura sindical oficial. A reconquista dos sindicatos oficiais sempre fora um dos objetivos centrais de sua política sindical.

Mas afirmamos também que a proposta de construção de organizações livres por local de trabalho e de associações profissionais desvinculadas da estrutura sindical, na prática, acabaram por constituir verdadeiros embriões de um sindicalismo livre. As campanhas ousadas contra o imposto sindical, utilizando-se inclusive do instrumento da greve, as denúncias contra a justiça do trabalho e os dissídios coletivos, em nome da livre negociação entre patrões e empregados, acabaram produzindo profundas fraturas na ideologia populista entre a militância operária hegemônica pelos comunistas. Talvez aqui pudéssemos constatar uma tensão entre o programa geral, o fim a ser atingido (a conquista dos sindicatos oficiais), e o método empregado (construção de associações profissionais), que poderia apontar em outro sentido.

Digo poderia porque não foi isso que acabou prevalecendo. No geral a ação dos comunistas construindo organizações livres por local de trabalho e associações profissionais não desembocou na construção de uma nova estrutura sindical e sim colaboraram para o acúmulo de forças, num período bastante repressivo, que permitiu à volta dos comunista à direção dos sindicatos oficiais. Portanto não creio, como defendem os comunistas no pós-1952, que essas diretivas tivessem enfraquecido as suas posições dentro do movimento operário e sindical e facilitado a ação dos ministerialistas. Quer na perspectiva de construir um "novo sindicato", quer na perspectiva de tomar o sindicato para reformá-lo, as diretivas adotadas por eles entre 1948 e 1951 estavam adequadas.

Em 1951 começava a se criar novamente as condições, como havia ocorrido em 1945-46, para o reingresso dos comunistas nos sindicatos oficiais e a realização do objetivo maior já indicado desde 1948. Portanto não se justificava mais a manutenção das associações profissionais livres (onde já existissem sindicatos reconhecidos) ou mesmo das comissões de empresas autônomas. Segundo os comunistas, ainda em 1952, tratava-se agora de "minar" a estrutura sindical "por dentro".

Em tese tal posição é plenamente aceitável. Qualquer estrutura social pode ser minada internamente pela ação das classes sociais subalternas. Não se trata aqui de discutir se ela deve ser destruída por fora ou por dentro mas sim se deve realmente ser destruída ou não.

Mas o ingresso dos comunistas nos sindicatos oficiais, inclusive nas cúpulas das federações, coincidiria com uma alteração de sua visão sobre a estrutura sindical. Eles passariam gradualmente a mudar sua posição sobre o imposto sindical, defendendo-o primeiramente para os não sindicalizados e depois passando a defendê-lo integralmente, como um instrumento de fortalecimento dos sindicatos.

Os comunistas arrefeceriam suas críticas à justiça do trabalho e aos dissídios coletivos, passando mesmo, em alguns casos, a defendê-los considerando-os benéficos para as categorias menos organizadas. Alterariam também a sua posição sobre a unicidade sindical, passando a assumir uma posição de defesa aberta de sua manutenção, considerando-a

uma conquista dos trabalhadores e um dos pontos positivos da legislação de 1931 e da CLT.

As críticas à experiência de 1949-1951 tornar-se-ão ainda mais contundentes conforme a política geral (estratégia) e a tática do PCB se deslocam para o "centro" e aumenta a sua influência dentro da estrutura sindical oficial, inclusive no Ministério do Trabalho, integrando o partido ao "pacto populista, linha que se consolida com a Declaração de março de 1958.

No início da década de 80 Hércules Correa, dirigente do PCB, justificaria a posição dos comunistas de defesa da estrutura sindical:

"O reconhecimento dos sindicatos era assim uma reivindicação da massa trabalhadora. A aceitação da tutela do Estado nesse reconhecimento foi um mal necessário, por causa da fraqueza do movimento, já que o reconhecimento representou um avanço em relação à situação anterior". E conclui: "Essa estrutura deve ser liquidada. Mas não se deve romper as relações entre o movimento sindical e o Estado". (Correa, 1978:138)

A derrota do movimento operário autônomo passa a ser considerada uma vitória da unidade sindical e a dependência em relação ao Estado passa a ser uma coisa natural e positiva no regime democrático. Já estávamos bem longe dos últimos anos da década de 40.

LEVANTAMENTO PROVISÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DE CARÁTER
SINDICAL NÃO VINCULADAS A ESTRUTURA SINDICAL OFICIAL
(1948-1952).

- Comissão de Defesa Sindical dos Marítimos do Rio de Janeiro. Esta organização tinha caráter de uma organização para-sindical e foi fundada em uma assembléia reunindo 300 trabalhadores, na sede da ABI, em 27 de janeiro de 1948. O jornal "Gazeta Sindical" relata assim a sua fundação: "Dada a inutilidade para os marítimos de seus organismos sindicais, dada as condições de miséria da classe (...) os marítimos reunidos em assembléia geral elegeram uma comissão de defesa sindical dos marítimos para trabalhar pelos seus interesses. Essa comissão vem orientando os marítimos eficientemente na luta pela vitória de suas reivindicações (...) No princípio do mês de abril será realizada uma assembléia geral quando serão encerradas as discussões sobre o aumento de salários, daí a comissão entrará em contato com os armadores". (Gazeta Sindical de 24/03/48 e Tribuna Popular de 25/02/48)

Num manifesto possivelmente aprovado numa assembléia realizada no dia 12 de fevereiro e publicado em "A Classe Operária" de 15/02/48, a Comissão de Defesa Sindical expõe o seu programa do qual consta: "Eleições Livres e imediatas para a diretoria do Sindicato dos Marítimos."

No mesmo manifesto está estampado: "É preciso que cada marítimo forneça, com a sua participação efetiva na vida do sindicato a seiva que transformará os sindicatos dos marítimos. Não importam que eles estejam sob a batuta dos ministerialistas e faremos da classe marítima a vanguarda das lutas pela conquista dos sindicatos em todo o país". (A Classe Operária de 15/02/48)

- Associação dos Trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro. Segundo a imprensa comunista esta entidade possuía cerca de 700 sócios. (Gazeta Sindical de 19/11/48) Em setembro de 1950 era noticiado uma assembléia, convocada

pela Associação dos Trabalhadores do Porto, com cerca de 500 portuários. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

- União Geral dos Marítimos, Portuários e Estivadores.

Esta entidade realizou uma assembléia no dia 18 de agosto de 1950 na sede da ABI. Não foi possível saber qual a sua relação com o Comitê de Defesa dos Marítimos e com a Associação dos Trabalhadores do Porto, possivelmente esta tenha substituído as anteriores.

- Comissão de Defesa dos Direitos Políticos, Econômicos e Sociais dos Trabalhadores na Indústria de Panificação, Confeitarias e Produtos de Cacau e balas do Rio de Janeiro.

A Comissão era dirigida por operários "eliminados ilegalmente do Sindicato" e o objetivo da organização era "congregar a corporação, unificá-la e dirigir suas lutas."

(Imprensa Popular de 29/02/48)

- União dos Trabalhadores em Indústria de Panificação, Confeitarias e Produtos de Cacau e Balas do Rio de Janeiro.

Não foi possível descobrir a relação dessa União com a Comissão em Defesa dos Direitos Políticos, Econômicos e Sociais dos trabalhadores de 1948, possivelmente uma se origine da outra. A União foi fundada em uma assembléia no dia 18 de maio de 1950. No manifesto publicado no jornal "Imprensa Popular" afirma: "Levamos ao conhecimento dos padeiros desta capital que foi criada em assembléia livre (...) a União dos Trabalhadores (...) a fim de nos organizarmos em torno de uma entidade livre (...) sem a interferência do Ministério do Trabalho, intervenção esta que veio transformar o nosso sindicato em arma dos patrões contra os nossos interesse, pois da direção do mesmo foram retirados em 1947 os verdadeiros trabalhadores e substituídos por pelegos e traidores nomeados pelo Ministério do Trabalho." (Imprensa Popular de 11/07/50)

- Comissão Pró-Liberdade Sindical dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurante (DF). Alerta sobre as eleições sindicais, dizendo que "cada trabalhador deve manter-se em dia com o sindicato". (Imprensa Popular de 28/02/48) Mas em abril a Comissão lança um manifesto no qual se lê: "conclamamos a todos os nossos companheiros a intensificarem a luta por esse aumento (salarial) o que deve ser feito a margem do sindicato que no momento nada representa para nós, já que está transformado num ninho de traidores e pelegos". (Folha do Povo de 15/04/48). Os comunistas tinham bastante força nessa categoria que garantiria a vitória na primeira eleição sindical após a intervenção, em 1950.

- Comissão de Defesa Sindical dos Metalúrgicos do Distrito Federal. Como referência apenas uma nota na imprensa comunista no qual a comissão se pronuncia sobre o julgamento de um dissídio coletivo da categoria. (Imprensa Popular de 3/03/48) Os comunistas possuíam certa força junto aos metalúrgicos cariocas, que levou que a intervenção nesse sindicato fosse marcada pela truculência policial e ministerialista, mais de 1 000 trabalhadores foram afastados do quadro de associados. Apesar da repressão os comunistas conseguiriam a maioria de votos em várias assembleias da categoria.

- Comissão de Defesa Sindical dos Alfaiates do Distrito Federal. Eleita numa assembleia realizada no próprio sindicato a revelia da diretoria ministerialista. Não consta a cidade, mas possivelmente seja no Distrito Federal onde os comunistas tinham certa influência junto a categoria. (Imprensa Popular de 04/03/48)

- Comissão de Defesa Sindical dos Trabalhadores do Moinho Fluminense (DF). As razões para a formação da Comissão nos são dadas por dois de seus integrantes pelas páginas da "Imprensa Popular". "O nosso sindicato, iniciou Erotides Ferreira da Cunha, não toma posição de defesa dos interesses da corporação. Faz juntamente ao contrário, colocando-se em todas as ocasiões ao lado do patronato. Por

essa razão é que apelamos para os companheiros no sentido de que se unam a nós, abandonem o sindicatos e venham trazer suas contribuições mensais para a comissão poder ter vida própria e lutar em defesa de nossos interesses". Waldemar Gomes Maciel completa: "os companheiros (...) compreenderam também que ajudando com dinheiro e inscrevendo-se como membros efetivos, estão contribuindo para vencermos nossas coisas de que a diretoria de nosso sindicato não quer tomar conhecimento". (Imprensa Popular de 12/02/48)

Essa foi a única referência encontrada em toda a pesquisa na qual sindicalistas próximos ao Partido Comunista pregam abertamente a saída dos sindicatos oficiais sob intervenção.

Em julho de 1950 a "Gazeta Sindical" notícia uma mobilização no moinho Fluminense. Um memorial com mais de 400 assinaturas é entregue por uma comissão de 50 trabalhadores a direção da empresa, a consequência é a demissão de 2 trabalhadores, um deles delegado a Conferência Sindical do Distrito Federal, promovida pela CTB. Este último artigo não se refere a Comissão de Defesa Sindical, fundada dois anos antes. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de julho de 1950)

- **Associação Beneficiente dos Empregados da Cia da Docas de Santos** . Organização existente desde o início do século e que contava em 1947, quando foi conquistada pelos comunistas, com mais de 8 mil associados. Os comunistas assumem a direção da associação em fevereiro de 1947 após a destituição do conselho deliberativo em uma assembléia de associados. Na eleição ocorrida em março os comunistas têm nova vitória. A Associação passa a servir de ponto para reuniões da Comissão de Salários e chega mesmo a intervir na negociação como intermediadora entre os trabalhadores, a direção da Companhia e o governo. Isto gera duro protesto do presidente da junta governativa.

Embora em alguns momentos a Associação assumisse a direção de várias lutas de caráter propriamente sindical, parece existir uma certa preocupação dos comunistas em não confundi-la com uma organização sindical e em vários momentos a própria direção da Associação parece deixar isto

claro. O objetivo dos comunistas nunca foi transformar a Associação em sindicato e sim acumular força através dela, e das comissões no local de trabalho, reconquistar o sindicato oficial, o que foi tentado várias vezes.

A Associação seria fechada em dezembro de 1949 pela ação conjunta da justiça e da polícia depois dos incidentes ocorridos na assembléia do dia 4 de dezembro. No choque entre trabalhadores ligados a direção da Associação e pelegos, culminou na morte de uma pessoa e mais de 9 feridos. A responsabilidade recaiu sobre os comunistas. (Silva, 1991:242-252)

- **Associação dos Tabalhadores de Barretos (SP)**. A associação foi fundada no início de 1951 e congregava trabalhadores de várias categorias, inclusive trabalhadores rurais. Mas a sua base principal era os trabalhadores do Frigorífico Anglo. A ATB nascia diretamente da necessidade de oferecer uma alternativa de organização aos trabalhadores diante da intervenção ministerialista nos sindicatos, especialmente no Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes. (Dias, 1982:118)

Mas os comunistas não fugiam dos meios tradicionais, comumente considerados assistencialistas, para agregar os trabalhadores. Segundo o jornal "Voz Operária": "O centro de atração inicial da ATB foi a assistência jurídica que desde a sua fundação presta, gratuitamente, aos filiados (...) também constitui um centro de atração para a massa a assistência médica gratuita". (Voz Operária de 02/06/51)

A ATB dirigiria a importante greve dos trabalhadores do frigorífico Anglo, realizada em abril de 1951, que duraria cerca de uma semana e seria o estopim para um processo promovido pelo Ministério da Justiça, que culminaria com o fechamento da entidade em maio de 1951.

-**Centro Operário Bandeirante (SP)**. Segundo Canêdo era uma das mais famosas associações não oficiais da cidade de São Paulo, se localizava na Moóca. O Centro agregava trabalhadores de várias empresas. Ainda segundo a autora ele era citado "em todos" os depoimentos de líderes sindicais da época. (Canêdo 1986:74)

- Caixa Pró-Natal dos Trabalhadores da Indústria Ipiranga (DF). A fábrica possuía cerca de 50 operários. A Caixa Pró-Natal dos metalúrgicos da Indústria Ipiranga foi fundada no 1º semestre de 1948 e seu objetivo inicial era, através da coleta de contribuição mensal dos associados e de dinheiro conseguido com vendas de alguns produtos, formar um fundo que permitesse fazer empréstimos a juros baixo para os trabalhadores e outros benefícios. O dinheiro coletado é redistribuído no fim do ano. No artigo 1º dos seus estatutos está incluída como uma de suas finalidades: "congregar todos quantos trabalham na firma para que organizadamente possam cuidar dos seus interesses, bem como do progresso da empresa, melhorando cada vez mais a sua capacidade produtiva". (Gazeta Sindical de 31/07/48)

Mas já nos fins de 1948 a caixa Pró-Natal organizava um memorial solicitando o pagamento do descanso semanal remunerado. Os patrões então demitem dois diretores da Caixa, inclusive o seu presidente. Os trabalhadores se mobilizam e conseguem impedir as demissões, conseguem o pagamento de um abono de Natal e o depósito por parte da empresa de uma quantia para o fundo da caixa pró-natal. Segundo a imprensa comunista o jornal "Gazeta Sindical" era vendido para todos os operário e inclusive parte da renda de uma rifa destinada a aumentar o fundo da Caixa foi repassada para o jornal por decisão dos trabalhadores. "Por ocasião da greve da Ferro Maleável, sendo uma fábrica pequena (...) foi a que mais contribuiu monetariamente para os grevistas o que bem demonstra o alto grau de compreensão e solidariedade operária dos trabalhadores". (Gazeta Sindical de 19/11/48 e de 07/01/49) Os seus estatutos foram divulgados pelas páginas da "Gazeta Sindical" para que servissem de referência para os trabalhadores de outras empresas.

- Caixa de socorro mútuo dos tripulantes do vapor Midosi. Foi criada aproveitando-se da experiência da Caixa Pró-Natal dos trabalhadores da Ipiranga. Congregava 42 sócios (a quase totalidade da tripulação). (Gazeta Sindical de 01/10/48)

- **Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores da Light.** Organização já existente que foi conquistada pelos comunistas em 1950, através de uma chapa encabeçada por Minervino Bezerra. A empresa em represália passou a não mais aceitar os atestados médicos da Caixa. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

- **Associação Unificadora dos Trabalhadores da Light (DF).** Fundada em 1948, baseada na antiga comissão de salários que havia dirigido inúmeras lutas em 1945 e 1947, foi presidida por Armando Frutuoso. Tinha como um dos seus objetivos chegar aos mil sócios até o fim de setembro de 1948. Possuía um boletim intitulado "Unitário".

No dia 13 de janeiro de 1949 os vespertinos anunciam a intenção da delegacia de Ordem Política e Social em cassar o registro desta Associação. Em fevereiro de 1949 a "Gazeta Sindical" informava as atividades da Associação: "Há muito que através da Associação Unificadora foi levantada a campanha por 60% de aumento e foi devido a forte pressão exercida pelos trabalhadores que a diretoria do sindicato, que sempre sabotou o aumento, foi obrigada a convocar uma assembléia. Nessa assembléia (...) os trabalhadores aprovaram a tabela dos 60%, ficando a diretoria de lutar por ela. Mas não foi isso o que se viu (...) A diretoria do sindicato entregou tudo ao Ministério do Trabalho e ficou de fora. Tudo o que se tratou nas reuniões com os diretores da Cia. foi a revelia do sindicato. Por todas essas coisas que queremos uma nova assembléia e já foi entregue um requerimento nesse sentido". (Gazeta Sindical de 18/02/49)

Em maio de 1949 os jornais anunciavam a invasão da sede a Associação Unificadora e a prisão de vários trabalhadores que lá se encontravam. Mas a associação continua a existir até o início da década de 50 é através dela que se organizaria a chapa de oposição que ganharia a eleição sindical no fim de 1950, mas teria vetada a sua posse pelo Ministério do Trabalho no início do segundo governo Vargas.

- **Associação Profissional dos Trabalhadores em Construção Civil de Juiz de Fora (MG).** Sobre ela encontramos uma nota na "Gazeta Sindical" de outubro de 1948: "Os trabalhadores depois de várias tentativas para conseguir uma assembléia no sindicato, a fim de tratar dos interesses da corporação, e depois de constatar a absoluta impossibilidade de obrigar a junta governativa a tomar posição em defesa dos trabalhadores, fundaram uma Associação Profissional para lutar por suas reivindicações". (Gazeta Sindical de 01/10/48)

Esta associação seria criticada por Maurício Grabóis, em 1949, como um mal exemplo. Era acusada de ter sido criada quando ainda havia condição para se atuar no sindicato oficial da categoria profissional. (Grabóis, M. "Mobilizar as Grandes Massas para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura" in Problemas de agosto/setembro de 1949)

- **Comitê Democrático da Construção Civil do Distrito Federal.** O jornal "Gazeta Sindical" dá algumas referências sobre esse comitê. "Desde 1945 está a frente da corporação em suas lutas por melhores condições de trabalho (...) Fundado durante a guerra (...) lançou à pouco, através de seu jornal "A Voz da Construção Civil", uma tabela de aumento salarial para ser discutida em todas as obras".

Em uma entrevista o secretário geral do Comitê afirmaria: "É preciso ressaltar que o Comitê nunca procurou dividir os operários da construção civil. Pelo contrário quando era possível ir ao sindicato para defender os interesses da corporação, sempre se prestigiou o sindicato. Somente mais tarde quando a diretoria se negou terminantemente a convocar assembléias e depois de esgotar todos os recursos, inclusive na justiça, para obrigar o sindicato a convocar uma reunião, é que começamos a trabalhar independentemente. Hoje praticamente o nosso sindicato não existe, pois além de não defender os interesses dos trabalhadores, ainda expulsou centenas de associados." Segundo Vicente Santos, 1º secretário do Comitê, "Desde essa época o comitê se transformou no verdadeiro sindicato da construção civil (...) os

trabalhadores desiludidos com o sindicato, começam abandoná-lo e nos procurar". (Gazeta Sindical de 01/10/48)

No dia 1º de dezembro de 1948 a Polícia do Distrito Federal invadiu a sede do Comitê onde se realizava a eleição para a nova diretoria e prendeu 8 trabalhadores e levou todo o material de escritório e livros da entidade. O Presidente do Comitê, em 1948, era o comunista Antonio Roux. (Gazeta Sindical de 20/12/48)

- **Caixa Beneficiente dos Trabalhadores da General Elétric.** Baseada na comissão de salários, composta por 16 operários, representando as principais seções, negociou e conquistou um abono de natal nos fins de 1948. (Gazeta Sindical de 20/12/48)

- **Comissão de Defesa Sindical da Fábrica de Móveis Leandro Martins.** Segundo o jornal "Imprensa Popular" vem dando "grande exemplo de organização aos seus companheiros do setor e demais trabalhadores. Tem dentro da fábrica a Comissão Sindical, a Comissão de salários, que funcionam regularmente e são reconhecidas pelos patrões, com as quais discutem as reivindicações coletivas". (Imprensa Popular de 15/11/50)

- **Associação Profissional dos Doqueiros de Recife (PE).** Realizou inúmeras assembléias e várias vezes se dirigiram as autoridades conseguindo negociar um aumento de salários. (Gazeta Sindical de 01/10/48)

- **Associação Profissional dos Trabalhadores das Minas de Conselheiro Lafaiete (MG).** A Companhia Meridional de Mineração, base da associação, possuía cerca de 600 trabalhadores. Assim noticia a "Gazeta Sindical" sua formação: "Trabalhando em comissões (...) com o espírito organizativo, não será difícil, no transcorrer das lutas, desde que os sindicato não tomem à frente das mesmas, se organizem uma associação profissional. Este exemplo que deram os mineiros de Lafaiete que não só dirigiram a greve a

revelia do sindicato, como, no término da mesma, estavam preparados para organizarem a sua organização profissional." (Gazeta Sindical de 16/10/48).

A greve na Cia. Meridional durou 36 dias e foi dirigida por uma comissão de empresa, que se transformaria mesmo antes do fim da greve numa associação profissional. O sindicato, sob intervenção, ficou do lado da empresa e do Ministério do Trabalho. Nos fins de 1950 a chapa de oposição apoiada pelos comunistas, vence a eleição no sindicato.

- **Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha (DF).** Fundada em outubro de 1948. Os trabalhadores do Arsenal estavam proibidos de se organizar em sindicatos oficiais. (Gazeta Sindical de 16/10/48).

No dia 19 de outubro de 1951 a polícia ocupa a sede da associação e prende cerca de 80 trabalhadores, inclusive o seu presidente. Ele ficaria preso 83 dias. (Imprensa Popular de 20/10/51). Em 1952 a associação sofreria um novo ataque policial, com novas prisões de seus dirigentes.

- **Caixa Beneficiente dos Trabalhadores da Indústria Híme em São Gonçalo (RJ).** Nasce após a greve de 16 dias realizada em setembro e outubro de 1948 e tem por base a Caixa de greve e a Comissão de Salários. A Comissão de salários e posteriormente a Caixa Beneficiente possuíam um jornal chamado "O Metalúrgico". (Gazeta Sindical de 16/10/48)

- **Associação Profissional do Trabalhadores do Serviço Industrial Norte do Estado (RJ).** Em novembro de 1948 realizou uma assembléia para discutir a tabela apresentada pela empresa. (Gazeta Sindical de 04/11/48)

- **Caixa de Auxílio do Curtume Carioca (DF).** Assim é relatada a sua fundação: "como não realiza nem uma assembléia os trabalhadores nada mais esperam do sindicato, e estão procurando criar uma organização na empresa capaz de unir a todos. Assim, segundo nos informaram os operários

foi fundada uma Caixa de Auxílio que já conta com regular número de sócios". (Gazeta Sindical de 2/12/48) Em agosto de 1949 teríamos notícia de uma greve no Curtume Carioca, mas não é citada a Caixa de Auxílio Mútuo.

- **Associação Profissional dos Trabalhadores da Fábrica de Rendas (Texteis-R.J.)**. Fundada em 2 de novembro, no auditório da rádio local, que ficou completamente cheio. A solenidade foi irradiada por toda a cidade." (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de nov.49)

- **Associação Profissional dos Trabalhadores da Fábrica Filó (Texteis-RJ)**. Foi fundada no próprio pátio da empresa, na hora do almoço, com a presença de mais de 300 operários. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 49)

- **União dos Funcionários Públicos e Autarquicos do Estado de São Paulo**. Entidade bastante ativa neste período e congregava as categorias que estavam proibidas de se sindicalizar (trabalhadores nos serviços públicos e nas autarquias). E por isso serviria como uma referência para as novas formas de organização sindical criadas pelos comunistas no período.

Em julho de 1950, por exemplo, ela dirigiria a luta dos funcionários do Hospital das Clínicas contra "as arbitrariedades cometidas pela direção deste estabelecimento e conclamando os trabalhadores à luta pela efetivação, regulamentação dos seus direitos e jornada de 6 horas de trabalho". (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1950)

Ainda em julho a Associação convoca uma assembléia dos trabalhadores das oficinas da Mooca do Departamento de Estrada de Rodagem (DER), na qual comparecem 150 dos seus 800 trabalhadores. É constituído o Departamento do DER na Associação, que passa a ser constituído por 13 operários, representando todas as seções das oficinas da Mooca, sendo deliberado ainda a constituição de um outro departamento em Bauru. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1950)

- **União dos Ferroviários de Sorocabana** (SP), foi fundada numa assembléia geral no dia 3 de julho de 1950, na sede da Associação Unitária dos Funcionários Públicos e Autárquicos do Estado de São Paulo. Nela compareceram representantes dos ferroviários de todas as principais repartições da Estrada de Ferro Sorocabana da Capital e do Interior. A Associação funcionaria como departamento da Associação Unitária dos Funcionários Públicos e Autárquicos do Estado de São Paulo.

Durante a assembléia foi informado que ao longo da ferrovia foram organizadas diversas comissões nos setores principais. Em Botucatu já conta a União com 93 associados, em Assis com 58, Itapetininga com 50, Iperó com 20 e Barra Funda com 60. A Assembléia estabeleceria a meta de 1000 sindicalizados até o início de agosto. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de agosto de 1950)

Em agosto, o delegado de polícia de Botucatu tenta proibir uma assembléia dos ferroviários da sorocabana, convocada pela associação, mais de 300 operários realizaram então um protesto na delegacia regional, onde acabaram realizando a assembléia. (Gazeta Sindical, 1ª quinzena de setembro de 1950).

Em outubro era preso vários membros da Comissão de Entendimento dos ferroviários da Sorocabana, entre eles estavam João Belline Burza, presidente da Associação Unitária dos Funcionários Públicos e Autárquicos, e o líder da União dos Ferroviários, José João Mazzucato. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 1950).

- **Associação dos Trabalhadores da Tecelagem de Santo Antonio** (Sorocaba-SP). Fundada no 2º semestre de 1950, tinha no seu programa de luta: "Extinção do Imposto Sindical, por eleições livres no sindicato, sem atestado de ideologia e redução das mensalidades (sindicais) (...) Proibição da Bomba Atômica e pela garantia da paz". Em 29 de agosto de 1950 ocorre uma paralisação de 4 horas na fábrica, possivelmente dirigida pela associação.

- **Associação dos Trabalhadores das Indústrias Reunidas Matarazzo** em São Paulo. Surgiu das assembléias realizadas pelos operários das empresas Matarazzo. Mas sua atuação na fracassada greve ocorrida na Fábrica Santa Cecília, na Mooca, no dia 21 de outubro de 1950 leva a uma crítica do jornal comunista "Voz Operária": "Antes da greve vinham sendo realizadas assembléias de massa de trabalhadores das Indústrias Matarazzo. Dessas assembléias surgia a Associação dos Trabalhadores das Indústrias Reunidas F. Matarazzo (...) mas esta não soube enraizar na massa, ficando desligada da mesma. A associação não soube dirigir todos os operários do consórcio para organizá-los a base de suas reivindicações, fábrica por fábrica, seção por seção. Por isso a Associação não participou praticamente da greve e não se reforçou com ela". (Voz Operária de 11/11/50)

- **Associação dos Trabalhadores da Tecelagem Santa Rosália** em Sorocaba(SP). Esta fábrica participou da greve generalizada nas indústrias têxteis em Sorocaba entre 13 e 21 de julho de 1949.

- **Associação dos Trabalhadores da Light** (oficinas do Cambuci), na cidade de São Paulo. Criada após uma greve que envolveu 700 trabalhadores. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950).

- **Associação dos trabalhadores da Fábrica Andorinhas de Magé** (R.J). Em agosto de 1950, diante da aplicação da assiduidade integral e com a mudança do pagamento de quinzenal para mensal, os trabalhadores, dirigidos pela associação, realizam uma assembléia na porta de fábrica "obrigando os patrões a recuar". Em seguida foi realizada outra assembléia na qual foi deliberada a entrega de um memorial que constava, entre outras, as seguintes reivindicações: Pagamento semanal em vez de quinzenal, quebra da assiduidade integral, recolhimento em folha para a Associação profissional. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

- Associação Livre dos Mineiros de São Jerônimo (RGS).

No documento de Maurício Grabóis publicado em 1949 os comunistas criticam a criação da desta associação profissional, acusando-a de pouco representativa e de ter desviado a ação dos comunistas dos sindicatos oficiais, quando ainda era possível esta atuação. Mas em 1950 os comunistas parecem ter outra avaliação sobre esta associação. Afirma a "Gazeta Sindical": "Cerca de 650 mineiros do CADEM (...) compareceram a assembléia realizada recentemente no sindicato (...) O pelego tentou manobrar fazendo a chamada de 59 mineiros que requereram a mesma (...) os mineiros levantaram tal coro de protesto e ameaças ao pelego que ele recuou.

Foi tamanha a pressão da massa mineira, sob direção da Comissão provisória da Associação Livre dos Mineiros, que nem o pelego e nem o advogado tiveram coragem de falar em dissídio. Sob delirante aplausos da massa um dos líderes da Associação Livre dos Mineiros disse que os mineiros já escolheram uma chapa e seu respectivo programa para participar das eleições sindicais." (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950). No dia 10 de novembro de 1950 estoura uma greve entre os mineiros que é dirigida por uma entidade denominada União Geral dos Mineiros.

- Comitê de Libertação Nacional dos Trabalhadores na CMTC (SP). Fundado depois do lançamento do manifesto de Prestes em agosto de 1950. Este tipo de comitê era para se constituir em embrião do Exército Popular de Libertação Nacional mas no programa destas organizações por locais de trabalho encontramos muitas reivindicações que são puramente sindicais como: contra a assiduidade integral de 100%, aumento geral de salários, luta por um mês de salário como abono de natal, uniformes gratuitos, volta dos demitidos, contra o imposto sindical, luta contra a guerra e a bomba atômica. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de outubro de 1950)

- Associação dos Trabalhadores em Transporte Urbanos de São Paulo. Foi encontrada uma referência a "ajuda" prestada

por essa associação a greve dos trabalhadores do almoxarifado da CMTC, em 30 de setembro de 1949. Nesta greve não havia uma comissão interna que orientasse a luta.

A Associação aparece novamente durante a greve da CMTC de 12 a 15 de novembro de 1949. Segundo afirma Ricardo Maranhão, "essa organização não tinha quaisquer vínculos com o sindicato da categoria, e sua participação no movimento não ficou bem esclarecida: segundo a polícia, que durante a greve invadiu a sede e prendeu alguns de seus diretores, a Associação seria responsável pela edição de panfletos que concitavam os motoristas a parar. O órgão foi fechado sob a alegação de tentativa de reorganização comunista, apesar do desmentido de seu presidente sobre qualquer envolvimento na greve. (Maranhão, 1982:102)

- **União dos Bancários de São Paulo.** Organizou uma passeata no dia 25 de março de 1950 contra atraso no pagamento dos salários dos bancários (...) a passeata teve o objetivo de entregar um memorial ao sindicato patronal. Segundo Maranhão: "O órgão paralelo dos bancários teve uma existência peculiar: enquanto as entidades congêneres viviam radicalmente afastadas dos sindicatos, e correspondiam a um abandono dos órgãos oficiais, a dos bancários paulistas era tolerada pelo sindicato, que acedeu em alugar uma sala de suas dependências ao órgão paralelo. Por isso mesmo, a associação conseguiu ter razoável influência sobre a categoria, e chegaria a organizar em 1951 uma greve geral dos trabalhadores dos bancos paulistas que durou 69 dias". (Maranhão, 1982:102)

As informações de Bicalho Canêdo difere das de Ricardo Maranhão, ela afirma que a União dos Bancários de São Paulo teria sido formada em setembro de 1949 a partir de um núcleo de oposição à junta interventora e portanto sem nenhuma relação com ela e teria servido de base para a formação em 1950 da chapa "Libertadora" que concorreu, sem apresentação de atestado ideológico, às eleições para o sindicato, sendo vitoriosa. Esta União, ao lado do sindicato oficial, dirigiria a greve de 1951, que duraria 69 dias. Ela, segundo a autora, praticamente deixou de existir depois desse acontecimento. (Canêdo, 1986:75-81)

- **União dos Portuários de Paranaguá (PR)**. O Porto de Paranaguá conheceria inúmeros movimentos grevistas. Em novembro/dezembro de 1948 permaneceria paralisado por 30 dias, em julho de 1949 teríamos nova greve, com ocupação do sindicato e destituição da junta governativa; em setembro de 1950 teríamos uma greve de 11 dias.

- **Sindicato Livre das Indústrias de Carne (RGS)**. Criado depois da greve ocorrida em março, pelos trabalhadores das Indústrias Xarqueada e Industrial. O exemplo desta organização ajuda a elucidar um pouco a concepção sindical comunista neste período. Apesar do nome ele não se propunha a ser um sindicato que funcionasse em caráter permanente em oposição à estrutura sindical oficial e sim uma organização provisória com o objetivo de manter organizados os trabalhadores, e travar a luta econômica, e principalmente para acumular forças que lhes permitisse ganhar os sindicatos oficiais quando da sua liberalização.

Segundo o jornal "Gazeta Sindical": "sentindo a necessidade de se organizarem livremente criaram então o Sindicato Livre dos Trabalhadores na Indústria de Carne e forçaram uma assembléia no sindicato ministerialista obtendo significativas vitórias.

A política de solapa do Ministério do Trabalho, entretanto atingiu o próprio presidente do sindicato. Há dias, os trabalhadores resolveram realizar uma ampla assembléia na sede do sindicato ministerialista que já tinha sido tomada pela massa. O presidente do Sindicato Livre sob pressão dos pelegos tentou negar as chaves da sede para a realização da assembléia, os trabalhadores, contudo, arrebataram-lhes as chaves das mãos e realizaram a assembléia depondo o presidente e colocando em seu lugar outro operário de maior confiança de classe.

É interessante notar que o tesoureiro do sindicato ministerialista sentindo a justeza da luta pela liberdade sindical e a retomada do sindicato das garras do ministério, tinha se passado para a organização livre antes da realização da assembléia, com todo o material da tesouraria

e finanças." (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

- **União dos Operários Municipais da Prefeitura do Distrito Federal.** Em agosto/setembro de 1950 recolhia assinatura para um memorial ao prefeito pedindo a um aumento salarial. (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de setembro de 1950)

- **Comitê Gráfico Pela Autonomia Sindical (SP).** Publica o boletim "Gráfico Livre". Lança manifesto com mais 600 assinaturas em defesa da autonomia sindical dos gráficos paulistas e pelo fim da intervenção no sindicato. O memorial também foi enviado ao Ministro do Trabalho e solicita a "destituição da Junta governativa, sob alegação que ela dilapidava os haveres do sindicato". (Trabalhador Gráfico da 07 de fevereiro de 1950). Do Comitê participam Gabriel Greco, Dante Pellacani e João da Costa Pimenta, todos membros do PSB. A oposição sindical, encabeçada pelo Comitê, vence a eleição de 1951, mas tem a sua posse impedida e a eleição é anulada. Apenas em julho de 1952 ocorreria nova eleição que garantiria a vitória dos membros do Comitê Gráfico Pela Autonomia Sindical.

- **Associação dos Operários da Votorantim.** (citado por R. Maranhão)

- **Centro dos Operários Bandeirantes** (citado por R. Maranhão)

- **União Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.** Seu secretário geral era Eloy Martins. Realizou entre os dias 20 e 23 de setembro de 1950 o 3º Congresso dos Trabalhadores gauchos com 90 delegados representando as cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Bage, Livramento, Uruguaiana, Santa Maria, São Jerônimo, Cruz Alta, São Leopoldo, Caxias, Erechim, Iraí. Entre as suas resoluções está a indicação que setores fundamentais da

economia como "ferroviários, portuários, mineiros, metalúrgicos, trabalhadores de frigoríficos, têxteis se organizem em entidades específicas de âmbito estadual (...) a exemplo do que já vem acontecendo com os ferroviários onde funciona a Coligação dos Ferroviários do Rio Grande do Sul (...) Que em cada cidade ou concentração se formem uniões operárias de cada um dos setores integrados por representantes de todas as empresas pertencentes aos mesmos." (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de outubro de 1950)

- **União dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro.** Fundada em um Congresso a 2 de outubro com a participação de 125 delegados representando 15 fábricas das cidades de Friburgo, Magé, Petrópolis, Niterói, Valença e Vassouras. No seu plano de luta consta a "realização de eleições livres e imediatos nos sindicatos". (Gazeta Sindical da 1ª quinzena de Novembro de 49)

Em 5 de novembro é realizada uma assembléia na sede do sindicato que "repudia unanimemente o dissídio coletivo, considerando-o um instrumento patronal destinado a desviar os trabalhadores do verdadeiro caminho da luta (...) Paralelamente a esta trabalho (de organização de base) a comissão de salários eleita no sindicato pressionará o sindicato patronal." (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 49)

- **União dos Trabalhadores em Tecido de Juiz de Fora (MG).** (Gazeta Sindical de 20/12/48)

- **Comissão de Defesa Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de Barra do Piraí.**

- **União dos Trabalhadores de Conselheiro Lafaiete e Congonhas (MG).** (Gazeta Sindical de 20/12/48)

- União dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Friburgo. Fundada em novembro de 1949 e ligada a União estadual. (Gazeta Sindical da 2ª quinzena de novembro de 1949)

- Associação Geral dos Trabalhadores da Bahia

- União Geral dos Trabalhadores do Ceará

- União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal

- União Sindical dos Trabalhadores do Paraná

- União dos Trabalhadores de Curitiba

- União dos Trabalhadores de Londrina

LEVANTAMENTO PROVISÓRIO DAS GREVES OCORRIDAS
ENTRE 1948 E 1950

Período	Categoria	Objetivos	Organização
---------	-----------	-----------	-------------

ANO DE 1948

08/01/48 - Têxteis de Caçapava- (SP)- (1 empresa), obj. pgto de abono de natal, org. comissão, houve piquetes, prisões e choques. Durou 1 dia. Não consta a fábrica.

13/01/48- Trabalhadores da empresa Nitro-Química em São Paulo, obj. protesto contra atraso de pgto, org. n/c.

Foram cerca de 300 o número de grevistas. Houve repressão(DOPS) e demissão de 10 operários.

16/01/48- Têxteis da fábrica Mariângela em São Paulo, aumento salarial, org.n/c. Durou 1 hora. A empresa possuía 2.000 trabalhadores.

16/01/48- Metalúrgicos da Fábrica de Parafusos Santa Rosa em São Paulo, aumento salarial, org. comissão. Durou 2 horas. A empresa possui 450 operários

04/02/48 - Servidores Públicos do Distrito Federal - obj. pgto de horas extras, org.n/c. Durou 1 dia e ocorreram prisões

11/02/48 - Trabalhadores em Transportes Coletivos do Distrito Federal - obj. aum. salarial, org. n/c, durou 1 dia.

20 a 25/02/48- Têxteis de São Paulo , aum. salarial, org. comissão. Paralisaram as fábricas: Lanifício Varan, Gasparian e José Calil.

23 a 25/02/48- Ferroviários da Leopoldina, obj. aum. salarial, org. comissão, prisões e choques.

Mas a Gazeta sindical fala em 9 dias de greve e mais de 300 prisões.

24 a 27/02/48- Ferroviários da Cia. Mogiana em Campinas e Ribeirão Preto, obj. aum. salarial e condição de trabalho, org. comissão, org. comissão.

09/03/48 - Metalúrgicos da Laminação Brasileira de Ferro, (RJ) , obj. aum. salarial, org. n/c, durou 1 dia. houve intermediação do sindicato e ocorreram prisões.

13 a 14/03/48- Jornalistas e Gráficos do jornal O Estado de São paulo, obj. aum. salarial e solidariedade a companheiro demitido, org. comissão

15/03/48 - Fundação Luporine (RJ), obj. contra o desconto do imposto sindical. org. comissão. A greve durou 1 hora.

03/48- Têxteis da fábrica Labor em São Paulo, obj. contra prisão de companheiro membro da comissão municipal de salários, org. comissão. Durou cerca de 1 hora e meia.

03/48- Trabalhadores da Souza Cruz, obj. contra a assiduidade integral , org. n/c, ocupação da fábrica pela polícia. A greve durou 3 horas.

03/48- Trabalhadores da Cerâmica Ludolf & Ludolf em Mesquita-Nova Iguaçu (RJ), obj. aum. salarial. org. n/c.

03/48- Metalúrgicos da Skoda (RJ), obj. protesto contra prisão de membros da comissão de salários. org. comissão

03/48- Gráficos da Max Neugart (RJ) , obj. solidariedade ao um colega demitido, org. comissão.

04 a 08/ 04/48 - Têxteis de Juiz de Fora , obj. aum. salarial, org. comissão.

Paralisadas 7 fábricas com 12 mil grevistas, Fala-se em trégua de 48 horas e traição da diretoria do sindicato. Exist notícia de uma Associação dos Trabalhadores em Tecido de Juiz de fora em dezembro de 1948.

14 a 19/05/48- Ferroviários de Itajubá/Divinópolis/Barra Mansa/Ibiá/Lavras, obj. aum. salarial e atraso pgto, org. n/c

A causa da greve foi a suspensão de 13 ferroviários das oficinas de Divinópolis e envolveu mais de 13 mil trabalhadores. Houve ocupações e sabotagens.

05/48 (início e término n/c)- Ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo -Goiás, obj. aum. salarial, org. n/c.

07 a 18/06/48 - Ferroviários da Cia Mogiana em Campinas e Rib.Preto (S.P) e Guaxupé/Uberlândia/Araguari/Uberaba(MG), obj. aum. sal. , org. comissão, ocorreram prisões.

A Greve contou com a oposição do sindicato.

08/06/48 (1 dia)- Telegrafistas de Campinas, obj. solidariedade aos ferrov, org. n/c.

08/06/48 (1 dia)- Escriturários de Campinas, obj. solidariedade aos ferrov., org. n/c.

09 a 14/06/48- Têxteis da Fábrica Matarazzo em Campinas, obj. aum. salarial e outras, org. n/c, mediação do sindicato.

08/06 a n/c- Trabalhadores em Indústria de Bebidas, Ribeirão Preto (SP), (1 empresa), obj. aum. salarial, org.n/c.

09/07/48 (1 dia)- Trabalhadores em Ind. de Bebidas de São Paulo, (1 empresa), obj. solidariedade, org. n/c.

26 a 28/07/48 - Doqueiros do Porto de Santos (SP), solidariedade a trab. presos, org. comissão.

Esta greve foi parcial.

07/48 - Têxteis de Jundiaí (SP), obj. aum. salarial, org. comissão.

A greve atingiu 7 fábricas e 8 mil operários.

08/48- Têxteis da fábrica Labor em São Paulo, obj. protesto contra a retirada de 10% de produção, org. n/c

A greve durou apenas algumas horas.

08/48- Têxteis da São Pedro de Alcantara em Petrópolis (RJ), obj. aum. salarial, org. comissão de salários.

A greve teve duração de 72 horas.

16/08/48- Gráficos do jornal "O Dia" de São Paulo, obj. atraso de pagamento. org. n/c.

A junta governativa do sindicato se recusou a tomar conhecimento da greve que terminou em vitória.

17 a 19/08/48- Ferroviários de Conselheiro Lafaiete (MG), aum. salarial, org. n/c .

19/08/48 a 25/09/48- Mineiros da Cia. Meridional de Mineração de Conselheiro Lafaiete (MG), obj. aum. salarial, org. comissão . A greve atingiu 1500 mineiros e houve intervenção no sindicato. Desta greve nasce a Associação Profissional dos Trabalhadores das Minas de Conselheiro Lafaiete.

23/08 a n/c- Trabalhadores em transporte coletivos de Recife (PE), obj. e org. n/c.

24 a 26/08- Trabalhadores da Cia de Gás de São Paulo, obj. apressar dissídio, org. n/c.

Atingiu 900 trabalhadores. A polícia ocupou a Cia., colocando bombeiros e soldados da força pública para substituir os grevistas. O Presidente do sindicato assumiu posição contra a greve. (Maranhão, R. p.100)

25/08 a n/c- Vidreiros de Maceió (CE), obj. contra rebaixamento de salários , pela retirada de um capataz e revogação de 3 suspensões, org. n/c.

27 a 29/08/48 - Metalúrgicos de Sabará (MG), (1 empresa), obj. aum. sal. e cond. de trabalho, org. comissão.

08/48 - Metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), obj. solidariedade, org. n/c.

08/48 - Metalúrgicos da fábrica M.S.Lino (RJ?), obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve durou 3 horas.

08/48- Funcionários Públicos Municipais de Santos, obj. aum. salarial, org. comissão.

02/09/48 - Operários da seção de fundição da Hime de São Gonçalo (RJ), obj. contra o corte do prêmio de produtividade, org. comissão. Os grevistas são em número de 70.

24/09 a 08/10/48 - Metalúrgicos da Fábrica Hime em São Gonçalo (RJ) , obj. aum. salarial, org. comissão de salários, ocorreram prisões.

Paralisação atingiu 1.350 trabalhadores.

29/09/48 - Têxteis de Salvador (BA) , obj. aum. salarial, org. comissão.

A Greve foi generalizada, atingiu 4 empresas, formou-se uma comissão central com representantes de todas as fábricas em greve. Ocorreram choques e prisões.

09/48- Fiscais da Linha Circular de Salvador (BA), obj. aum. salarial, org. n/c. A greve durou 1 dia e o presidente do sindicato foi corrido pelos fiscais .

09/48- Têxteis da Fábrica São Bráz (BA) , aum. salarial, org. comissão de salários. Houve a detenção de membros da comissão. A fábrica possui 1.200 operários.

09/48- Ferroviários da Vitória- Minas (ES), obj. e org. n/c.

09/48- Trabalhadores da Transway em Recife (PE), obj. e org. n/c.

10 a 19/10/48- Têxteis de Santo André (SP), obj. apressar dissídio coletivo, org. comissões.

A greve atingiu o Jutifício Maria Luíza e o Lanifício Kowarick.

11 a 12/10/48- Mineiros de Nova Lima, Morro Velho (MG), obj. aumento salarial e solidariedade, org. comissão, houve mediação do sindicato.

Afirma "A Classe Operária": "muito importante tem sido a atuação dos dirigentes que tem sabido lutar contra a junta ministerialista do sindicato prestigiando a comissão de salários promovendo a utilização do próprio sindicato, com o prestígio que ele ainda goza nas massas para orientar e organizar os trabalhadores em sua batalha contra os ingleses e o Ministério do Trabalho". (A Classe Operária de 25/12/48)

11 a 12/10/48- Têxteis da Fábrica Votorantin em Sorocaba (SP), obj. aum. salarial, org. comissão.

30/10/48- Trabalhadores de obras da IAPI em Santo André (S.P), obj. contra aumentos diferenciados, org. n/c.

10/48- Trabalhadores da sapataria Gustavo Ban em Getulina (SP), obj. contra diminuição de salários, org. n/c.

10/48- Ladrilheiros de Santos, obj. aum. salarial, org. n/c, A greve durou mais de 24 dias.

10/48- Ferroviários da Cia Paulista em Bauru, obj. contra a atitude autoritária de um feitor, org. n/c.

10/48 - Têxteis da Fábrica Maria Ângela de São Paulo, obj. protesto contra a morte de um operário, org. n/c. Paralisação de protesto durou 1 hora.

10/48- Trabalhadores da Refinação de Milho Brasil em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

10/48- Têxteis da Bahia, obj. aum. salarial, org. comissão.

A greve atingiu 5 fábricas de tecidos, com mais de 3 mil trabalhadores. A comissões de salários existentes se unificaram numa comissão central.

10/48- Ferroviários da Leopoldina, obj. solidariedade a 27 companheiros processados pela empresa, org. comissão.

A Greve durou 4 horas.

10/48- Têxteis de uma seção da Fábrica São Bento Jundiaí(SP), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu 20 tecelãs.

10/48- Metalúrgicos da Fábrica de Rio Tinto (PB), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu 300 trabalhadores num total de mil. Durou 30 horas, não puderam resistir ao isolamento e a violência da polícia.

10/48- Trabalhadores da Empresa de Bebidas Fratelli Vita (BA), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou 1 dia.

10/48- Trabalhadores da Fundação Goitacaz em Campos (RJ), obj. aum. salarial, org. comissão salarial.

A empresa possui 300 operários.

10/48 - Vidreiros da Fábrica Santa Marina em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou 1 dia.

03/11 a n/c- Trabalhadores do Lanifício Brasília em São Paulo, obj. contra a demissão de 2 membros da comissão de salários, org. comissão.

A paralisação durou cerca de 16 dias.

29/11/48 - Servidores de Santos (SP), obj. aum. salarial, org. comissão de salários. A greve durou 12 horas.

11/49- (30 minutos) Têxteis de seção de tecelagem da Fábrica Esther em Magé (RJ), obj. contra o não pagamento de salário de feriado, org. comissão.

02/12/48 a n/c- Trabalhadores da Força e Luz de Belo Horizonte (MG), obj. aum. salarial, org. n/c. Assembléia realizada no sindicato.

04 a 09/12/48- Trabalhadores da France Presse no Rio e São Paulo, aum. salarial e solidariedade a um redator demitido, org. comissão e Sind. dos Jornalistas Profissionais de São Paulo

18/11 a 09/12/48- Trabalhadores da Cia. de Gás Niterói S.A (RJ), obj. atraso de pgto, org. comissão.

07/12 a n/c - Trabalhadores em Águas e Esgoto de São Paulo, obj. aum. salarial, cond. trabalho e abono de natal, org. comissão.

9/12/48- Usina Capanema (BA)- obj. aum. salarial , org. n/c.

A Greve durou 76 dias.

10/12 a n/c- Ferroviários da Rede Mineira, obj. aum. salarial, org. n/c.

10 a 16/12/48 - Ferroviários de Divinópolis (MG), obj. aum. salarial e retorno da ferrovia ao gov. fed, org. comissão.

13/12/48- Trabalhadores da Brahma, obj. aum. salarial e solidariedade a companheiros presos, org. comissão.

Ocorreu ocupação da fábrica pela polícia.

15/12/48- Transviários da "Circular da Bahia", obj. abono de natal, org. comissão. A greve durou 4 horas.

17 a 27/12/48- Têxteis da Manufatura Fluminense em Niterói (RJ), obj. aum. salarial/ abono de Natal, org. comissão

A paralisação envolveu 1800 trabalhadores.

20 a 27/12- Metalúrgicos da fábrica Ferro Maleável (DF), obj. aum. salarial e abono de Natal, org. comissão de salários.

O sindicato ficou contra a greve. (Classe operária, 15/01/48)

21/12/49- Transviários de Porto Alegre (RGS), obj. aum. salarial e abono de natal, org. comissão.

A assembléia foi realizada no sindicato.

22/12/48 - Médicos e Engenheiros do Estado de São Paulo, equiparação salarial aos advogados, org. n/c.

12/48- Trabalhadores da empresa Taubaté Industrial em São Paulo, obj. contra a demissão de 100 operários, aum. salarial e pgto do abono de natal. org. n/c

12/48- Trabalhadores da Força e Luz de Porto Alegre (RGS), obj. abono de Natal, org. n/c

12/48- Trabalhadores da Vitro-Técnica em São Paulo, obj. aum. salarial e abono, org. n/c. A greve durou mais de 1 semana.

12/48- Padeiros de João Pessoa (PB) , obj. aum. salarial e pelo abono de natal, org. n/c.

Cerca de 1000 trabalhadores aderiram a greve. Passeatas e ocupação de delegacia de polícia para libertação de preso. A greve foi generalizada e atingiu outras categorias como operários da fábrica de óleo de Caroço de algodão e a Fábrica de cimentos Portland ambas de propriedade das Ind. Reunidas Matarazzo.

12/48- Trabalhadores da Nitro-Química em São Paulo , obj. pelo abono de natal, org. n/c. A greve durou apenas uma hora.

12/48- Trabalhadores da Fábrica Brasileira em São Paulo, obj. pelo abono salarial, org. n/c.

12/48 - Trabalhadores da empresa São Paulo Alpargatas (SP), obj. pelo abono, org. n/c.

12/48 -Tripulação do Navio Taubaté, obj. atraso de pagto, org. n/c.

12/48- Trabalhadores da Fábrica de molduras Auguert, obj. pelo abono de natal. org. n/c.

12/48- Empregados de Padaria de São Luís, obj. pelo abono de natal, org. n/c.

12/48- Doqueiros e Estivadores do Porto Paranaguá (PR). obj. aum. salarial. Fala-se em greve de 30 dias.

12/48- Trabalhadores da Laminação Federal, obj. contra demissão de 2 trabalhadores, org. n/c.

A greve durou apenas algumas horas.

12/48 - Trabalhadores da Cerâmica D. Pedro II, obj. pgto de abono de natal, org. n/c.

A paralisação durou 1 dia.

12/48- Ferroviários da Santos-Jundiaí, obj. aum. de salário e jornada de 8 horas, org. n/c.

12/48- Trabalhadores da Porto Brasil em Lins (SP), obj. aum. salarial , abono de natal e pgto de folga remunerada. org. n/c.

A greve teve curta duração.

12/48 - Têxteis da Votorantim em Sorocaba, obj. aum. salarial e abono, org. n/c.

12/48- Trabalhadores da fábrica Ipiranga, obj. solidariedade contra a demissão de um operário, org. Caixa Pró-Natal.

A paralisação durou apenas 1 dia.

12/48- Costureiras da Casa Moderna de Recife (PE), obj. solidariedade a companheira demitida e abono de natal, org. n/c.

12/48- Gráficos do jornal "Correio da Semana" de Sobral (PE), obj. contra perseguições do gerente e o sistema de vales, org. n/c.

12/48- Estivadores de Camocim (PE) , obj. contra a suspensão de um operário, org. n/c.

12/08- Empregados da Usina São Carlos em Santo Amaro (BA), obj. aum. salarial, org. n/c

12/08- Trabalhadores da Caieira São João em João Pessoa (PB), obj. aum. salarial e abono de natal, org n/c

12/48- Ferroviários da Noroeste do Brasil, obj. aum. salarial, org. n/c.
Paralisação de 1 hora de advertência.

12/48- Têxteis da fábrica de tecidos Rio Guaíba de Porto Alegre (RGS), obj. aum. salarial, descanso semanal remunerado e abono de natal, org. comissão de salário.

Obs. Segundo a Gazeta Sindical mais de 100 greves foram realizadas no ano de 1948, sendo que 34 delas ocorreram no mês de dezembro tendo como eixo a obtenção do abono de natal.

ANO DE 1949

18 a 22/01/49 - Ferroviários da Santos-Jundiaí, obj. volta de trabalhador demitido, org. comissão, prisão.

Houve intervenção do exército e da marinha.

20 a 21/01/49- Ferroviários da Cia. Paulista em Bauru (SP), obj. solidariedade/ aum. salarial/ Federaliz. da empresa, org. comissão.

Houve confrontos com a polícia, ocorreram prisões e inúmeros feridos a bala e golpes de baionetas.

21 a 22/01/49- Ferroviários da E. F. Noroeste de Bauru (SP), obj. solidariedade e aum. salarial, org. comissão.

27/01 a n/c- categoria n/c, Santo Amaro (BA), obj e org. n/c, houve prisões.

12/02 a n/c- Portuários de Imbituba (SC), obj. aumento salarial e repouso semanal remunerado, org. n/c.

02/49- Têxteis da Indústria Varan, obj. aum. de salário e contra o desconto do imposto sindical, org. n/c.

Greve de advertência de 2 horas e meia.

02/49- Operários da Fábrica Sulamericana, obj. solidariedade por companheiro demitido, aum.salarial e contra o desconto do imposto sindical, org. n/c.

A Greve durou 18 horas.

02/49- Operários da Metalúrgica Paulista, obj. solidariedade a um companheiro suspenso, org. n/c.

A Paralisação foi de 2 horas.

02/49- Ensacadores da Cia Paulista de Armazéns Gerais de Santos (SP), obj. pgto do descanso semanal remunerado.

A Paralisação de protesto durou 1 hora e meia e envolveu 85 trabalhadores.

02/49- Os Trabalhadores da Fábrica de Porcelana Mauá S.A. de São Paulo, obj. solidariedade a um companheiro, org. comissão.

A paralisação durou 4 horas e envolveu 320 trabalhadores.

02/49- Trabalhadores da Construção Civil de Campina Grande (PB), aum. salarial, org. n/c.

Ocorreram sérios choques com a polícia militar, um operário morreu e vários ficaram feridos.

02/49- Trabalhadores do Moinho Santista em Santos, obj. aum.salarial e contra o desconto do imposto sindical, org. n/c.

02/49- Funcionários da Prefeitura de Rio Grande (RGS), obj. solidariedade a um companheiro suspenso, org. n/c.

02/49- Trabalhadores da Cia. de Gás de Niterói, obj. atraso de pagto, org. n/c.

02/49- Estivadores do Porto de Manaus, obj. aum. salarial, org. n/c.

02/49- Têxteis da fábrica Artur Lundgren em Pernambuco, obj. aum. salarial, org. n/c.

02/49- Operários da empresa José Correia em Pernambuco, obj. pelo não desconto do imposto sindical, org. n/c.

02/49 - Trabalhadores da Construção Civil da empresa Norberto Odebrecht da Bahia , obj. repouso remunerado, org. n/c.

02/49- Ferroviários da Noroeste do Brasil em 3 Lagoas, obj. protesto contra um diretor, org. n/c.

02/49- Trabalhadores do Frigorífico Armour, obj. aum. salarial, org. n/c.

03/49 - Funcionários públicos de Lins (SP), obj. aum salarial. org. n/c

04/49- Funcionalismo Público do Estado de Goiás, obj. atraso de pgto., org. n/c.

A paralisação durou 5 dias.

19/05 a n/c- Têxteis de São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c, prisões.

05/49- Trabs. na Ilha do Viana , obj. solidariedade a companheiro demitido. org. n/c.

02 a 03/06/49- Têxteis do Estado do R.J , obj. aum. sal. e solidariedade , org. comissão, ocorreu prisões.

Paralisação atingiu 14 fábricas localizadas em 4 municípios (Friburgo, Magé, Petrópolis e Niterói), abrangendo 15 mil trabalhadores. Existiam comissões salariais por empresa.

15/06 a 06/07/49- Têxteis de Niterói (RJ), obj. aum. salarial, org. comissão.

Duas fábricas entraram em greve. Formou-se comissão central da greve.

18/06 a n/c- Operários Navais de Niterói(RJ), obj. pgto de abono, org. comissão.

24/06 a n/c- Fluviários da Navegação Mineira do Rio São Francisco em Pirapora (MG), obj. pgtos atrasados, org. n/c.

06/07 a n/c- Mineiros de Nova Lima (MG), obj.e org. n/c.

13 a 21/07/49- Têxteis de Sorocaba (SP), obj. aum. salarial e fim da assiduidade integral, org. comissões, ocorreram prisões.

Envolveu 3 fábricas (Santa Rosália, Estamparia São Paulo e Fábrica Santo Antonio) com mais de 7 mil operários. O Sindicato, que se recusou a apoiar a greve, foi invadido pelos grevistas.

07/49- Trabalhadores da fábrica Nestlé de Barra Mansa (RJ), obj. aum. salarial, org. n/c.

07/49- Estivadores de Paranaguá, obj. contra o fim de adicional, org. n/c

Reuniões foram feitas no sindicato e a junta destituída.

16 a 23/08/49- Fluviários da Navegação Mineira do São Francisco em Pirapora (MG), obj. cumprimento de acordo , org. n/c.

08/49- Mineiros de Criciúma (SC), obj. pgto salários atrasados, org. n/c.

A greve durou 4 dias.

08/49- Trabalhadores da Gráfica Oliveira Costa & Cia., obj. pgto de vale semanal, org. n/c.

Paralisação de 1 hora

08/49- Trabalhadores do Curtume Carioca (DF), obj. aum. salarial, org. n/c, houve enfrentamento com a polícia.

Nesta empresa havia uma Caixa de Auxílio.

08/49- Trabalhadores da Fábrica Camarajibe em Recife (PE), obj. contra capataz, org. n/c.

Paralisação de 2 horas.

22/09 a n/c- Operários Navais de Niterói, obj. aum. salarial, org. n/c.

23 a 27/09/49- Ferroviários de Barra Mansa (RJ), obj. cumprimento de contrato, org. n/c.

13/10 a n/c- Portuários de Belém (PA), obj. aum. salarial, org. n/c

16 a 21/10- Trabalhadores de Inibituba (SC), categoria n/c,, obj. aum. salarial e repouso semanal remunerado, org. n/c.

10/49- Mineiros da CADEM em São Jerônimo (RGS), obj. atraso de pgto, org. comissão.

Havia uma Associação Livre dos Mineiros de São Jerônimo.

10/49- Metalúrgicos da siderúrgica Gandarele em Rio Acima (MG), obj. aum. salarial, org. n/c.

16/11 a n/c - Portuários de Belém (PA), obj. atraso e aumento de salários, org. n/c (?) O jornal comunista "Voz Operária" fala da sua continuidade em 5 do novembro.

12 a 15/11/49- Trabalhadores em Transportes Coletivos de São Paulo, obj. aum. salarial, org. associação. Houve choques e prisões.

Este movimento atingiu a CMTC e teve apoio da Assoc. dos Trabalhadores em Transporte Urbanos de São Paulo (ATTUSP). O sindicato colaborou com a polícia para reprimir os grevistas.

10/12 a n/c- Vidreiros do Rio de Janeiro (GB), obj. pgto salarial atrasado, org. n/c.

ANO DE 1950

12 a 22/01/50- Ferroviários de B.Horizonte/ Lafaiete / Barbacena / Sete Lagoas/ Santos Dumont (MG e Est.Rio), obj. vantagens econômicas, org.comissões.

28/01 a n/c- Ferroviários de Botucatu (S.P), obter demissão de diretor, org. comissão. Ocorreram choques e prisões.

07/02 a n/c- Func. Públicos de Araçatuba (SP), obj. não remoção de funcionários, org. n/c.

13/02/50. Func. Públicos de Bauru (SP), obj. salários atrasados. org. n/c.

01/03/50- Operários da Cia. Castelões em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c

A paralisação durou 1 hora.

21/03 a n/c- categoria n/c, Petrópolis (RJ) , obj. aum. salarial, abono e protesto contra reunião de embaixadores americanos, org. comissão.

24/03/50 - Bancários de São Paulo, obj. aumento salarial, org. F.S (?)

03/50- Trabalhadores da indústria de carne xarqueada (RGS), obj. aum. salarial, org. comissão.

Desta greve nasceria o Sindicato Livre das Indústrias de Carne.

03/50- Trabalhadores da Fábrica Santa Marina em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c

03/50- Metalúrgicos da Fábrica Rodern (DF), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou 1/2 dia.

03/50- Trabalhadores da Fábrica Cometa em Petrópolis (RJ), obj. contra o desc. do imposto sindical, org. n/c.

03/50- Trabalhadores da Souza Cruz em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

Atingiu 850 trabalhadores e durou apenas 45 minutos.

03/50- Trabalhadores da ind. de carne Industrial (RGS), obj. aum. salarial, org. comissão.

Desta greve nasceria o Sindicato Livre das Indústrias de Carne.

25/04/50 a n/c- Operários da Mina de Manganês de Santo Antonio de Jesus (BA), obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve atingiu 400 operários.

22/05 a n/c- Ferroviários de Cruzeiro (MG), obj. salários atrasados, org. F.S.

05/50- Trabalhadores da Rede Mineira de Viação, obj. aum. salarial, org. n/c.

Paralisaram 15.000 (?) trabalhadores e durou 16 dias

12/06/50- Trabalhadores do Curtume Mauá, obj. solidariedade a um companheiro suspenso, org. n/c.

26/06/50 a n/c- Trabalhadores do Frigorífico Anglo de Barretos (SP), obj. aum. salarial, org. comissão e Associação dos Trabalhadores de Barretos.

06/50- Operários da secção de fundição da Light do Cambucí em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

12/07 a n/c- Vidreiros do R. Janeiro , obj. vantagens econômicas, org. comissão.

17 a 28 /07/50 - Ferroviários da E. F. Mossoró, obj. equiparação aos ferroviários da união, org. comissão de greve.

07/50- Trabalhadores da Fábrica de Óleo Cidao em Sobral (CE), obj. aum. salarial, org. n/c.

07/50- Trabalhadores da Imprensa Oficial do Ceará, obj. aum. sal., org. n/c.

07/50- Trabalhadores da Ind. Mafersa (CE). obj. e org. n/c.

07/50- Trabalhadores da Barragem das Marés (PB), obj. n/c, org. n/c.

06/08/50 a n/c- Fluvialários da Viação Baiana do São Francisco em Joazeiro, obj. aum. salarial, org. participação do sindicato.

A greve envolveu 400 trabalhadores e durou 24 dias.

11/08/50- Têxteis da Fábrica São Paulo em Sorocaba, obj. pagto de salários atrasados , org. n/c.

Paralisação de poucas horas envolveu 900 operários.

22 a 23/08/50- Têxteis da Indústria Têxtil Abdalla de Salto de Itú (SP), obj. aum. salarial, org. comissão.

A greve envolveu 600 tecelões. A UGT e uma comissão dirige a parede. Houve prisão de membros da comissão de fábrica.

22/08/50 a n/c- Metalúrgicos da Cia de Aços Especiais de Itabira (ACESITA), obj. protesto contra as condições de trabalho, org. n/c. Ocorreram choques e prisões.

28/08 a 4/09/50 - Salineiros de Mossoró (RGN), obj. aum. salarial e solidariedade aos barcaceiros, org. n/c.

29/08/50- Têxteis da secção de tecelagem da Fábrica

Santo Antonio em Sorocaba (SP), obj. condições de trabalho, org. associação.

A paralisação durou 4 horas.

29/08 a 04/09 - Barcaceiros de Areia Branca (RGN), obj. aum. salarial, org. n/c.

08/50- Têxteis de uma seção da Malharia Ártica em São Paulo, obj. contra a demissão de 4 companheiros.

A paralisação de protesto durou 15 minutos e envolveu 30 operárias.

08/50- Têxteis da Indústria Semper, obj. contra redução salarial e a repressão interna, org. n/c.

08/50- Têxteis da Tecelagem Buriti em São Paulo, obj. contra o regime interno da empresa, org. n/c.

Enfrentamento com a polícia dentro da fábrica.

08/50- Têxteis da Fiotex Ltda em São Paulo, obj. aum. salarial e 1 hora para o almoço, org. n/c.

08/50- Chapeleiros da fábrica de chapéus Braulio & Cia. em Batatais (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou 1 dia.

08/50- Greve generalizada em Joazeiro envolvendo trabalhadores da construção civil, sapateiros, alfaiates etc, obj. solidariedade aos fluviários, org. n/c.

08/50- Salineiros de Logradouro em Assu (RGN), obj. autonomia para delegacia sindical de logradouro, org. comissão.

A Greve durou 3 dias e atingiu as salinas Santa Inês, Conchita e Rio Branco.

05/09/50- Trabalhadores das Oficinas da Light no Cambuci em São Paulo, obj. protesto contra o atraso no pgto, org. assoc. profissional.

A paralisação durou 1 hora e meia e envolveu 700 trabalhadores.

11 a 26 /09/50 - Têxteis de Fortaleza (CE), obj. aum. salarial e pgto em atraso do repouso remunerado, org. dirigida pela UGT .

A greve foi generalizada e atingiu várias fábricas e mais de 2 mil trabalhadores.

12/09/50 a n/c- Mineiros da Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá de Criciúma (SC), obj. aum. salarial, org. n/c.

A Cia. possui 1.100 operários.

09/50 - Mineiros da Mina Boa Vista em Criciúma (SC), obj. solidariedade e aum. salarial, org. n/c.

A Mina possui 500 trabalhadores.

13/09/50- Têxteis da Fábrica Confiança, obj. aum. salarial, org. comissão.

29/09/50- Jornalistas profissionais do Estado de São Paulo, obj. solidariedade ao presidente do sindicato demitido, org. comissão e sindicato.

09/50- Estivadores do Porto de Paranaguá (PR), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou mais de 11 dias.

09/50- Ferroviários da Sorocabana em Botucatu (SP), obj. aum. sal., org. Associação Unitária dos Funcionários Públicos e Autarquicos do Estado de São Paulo.

Greve parcial. Símbolo da "greve no apito".

09/50- Trabalhadores da Metalúrgica Nadir Figueiredo em São Paulo, obj. solidariedade contra dispensa e prisão de um companheiro, org. n/c.

09/50- Trabalhadores da Metalúrgica Sabo em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

09/50- Trabalhadores das Minas de Manganês de Santo Antonio de Jesus (BA), obj. aum. salarial, org. n/c.

09/50- Trabalhadores Fábrica de Óleo Ind. e Comércio Ltda- Induoleo em Natal (RGN), obj. aum. salarial, org. n/c.

21/10/50- Têxteis da Fábrica Santa Cecília na Mooca, em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

A associação existente praticamente não participou da greve.

11 a 12/10/50- Metalúrgicos da Belgo Mineira em Monlevade, obj. aum. salarial, org. n/c.

15/10/50 a n/c- Portuários de Macau e Areia Branca, obj. equiparação salarial ao Lóide, org. n/c.

A greve durou 26 dias.

16/10/50- Garçons da Boite Bambu em São Paulo, aum. salarial, org. n/c.

11/10/50- Têxteis de São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu a fábrica Santa Celina e uma secção da fábrica Mariângela num total de 2 mil trabalhadores.

11/10/50- Trabalhadores da Fábrica de ampolas Esperança, obj. aum. salarial, org. n/c.

13/10/50- Tipógrafos de Fortaleza, aum. salarial, org. n/c.

A greve envolveu 17 Tipográficas.

10/50- Trabalhadores da Empresa de Força e Luz COMENSA em Mossoró (RGN), obj. aum. salarial. org. n/c.

10/50- Operários da secção de cardas da Fiação Matarazzo em Ribeirão Preto (SP). obj. aum. salarial, org. n/c.

Paralisação para entrega de Memorial.

10/50- Trabalhadores da Empresa Leão Ribeiro em Corumbá (MT), obj. aum. salarial, org. n/c.

Atingiu cerca de 100 operários e durou mais de 25 dias.

06/11/50 a n/c- Metalúrgicos de Campos (RJ) , obj. aum. salarial e abono de natal, org. n/c.

Duas empresas paralisaram a Goitacazes e Barbiratto. Houve ocupação das oficinas pelos operários.

10/11/50- Mineiros de Butiá em São Jerônimo (RGS), obj. atraso no pgto e aum. salarial, org. União Geral dos Mineiros.

A greve atingiu 3 mil mineiros.

11/11/50- Têxteis do Cotonifício Crespi em São Paulo , obj. solidariedade a um companheiro suspenso, org. n/c.

Foram 350 operários de uma secção que ficaram paralisados por duas horas.

12/11/50- Têxteis do Lanifício Nasser em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou uma hora.

12/11/50- Trabalhadores do Sanatório Jesus de Nazaré em Suzano (SP), obj. atraso de pgto, org. n/c.

Foram 120 funcionários paralisados.

13/11/50 a n/c- Motoristas e trocadores de Belo Horizonte (MG), obj. aum. salarial, descanso semanal remunerado e jornada de 8 horas, org. n/c.

16/11/50 a n/c - Trabalhadores do Estaleiro Guanabara (RJ), obj. atraso de pgto, org. n/c.

11/50- Lustradores da Fábrica de móveis União do Distrito Federal, obj. cond. de trabalho, org. n/c.

A paralisação durou 1/2 dia.

11/50- Cortadores de Cana de Ribeirão Preto (SP), obj. n/c, org. n/c.

Foram 200 trabalhadores que pararam por 1/2 dia.

11/50- Estivadores de Salvador (BA), obj. descanso semanal remunerado, org. n/c.

11/50- Têxteis da Cia Paulista de Aniagem, obj. pgto de salários atrasados, org. n/c.

11/50- Estivadores do Porto de Recife (PE), obj. atraso no pgto do repouso remunerado, org. n/c.

11/50- Trabalhadores da Malharia Ártica, obj. abono de natal, org. n/c.

Paralisaram para entregar memorial.

11/50- Ferroviários da Estrada de Ferro Goiás (?), obj. pgto de horas extras, org. comissão.

Paralisação durou 23 horas.

LEVANTAMENTO PROVISÓRIO DAS GREVES OCORRIDAS
ENTRE 1951 E 1952

Período	Categoria	Objetivo	Organização
---------	-----------	----------	-------------

ANO DE 1951

01/51- Trabalhadores da Usina da Light em Cubatão (SP), obj. n/c, org. n/c.

Paralisaram 700 operários.

01/51 - Mineiros de Santo Antonio de Jesus (BA), obj. aum. salarial, org. n/c.

03/01/51 - Trabalhadores da Empresa B. Dutra (RGS) , obj. contra atraso no pagto, org. n/c.

20/01/51 - Gráficos da Imprensa Oficial de Fortaleza (CE), obj. abono e aum. salarial, org. n/c.

22/01/51 - Metalúrgicos da Hime (RJ) - obj. aum. salarial, org. n/c.

02/51 - Trabalhadores nas Oficinas da Light em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

02/51- Ferroviários da Cia Paulista de Estrada de Ferro, obj. aum. salarial, org. n/c.

02/51 - Trabalhadores das Caeiras de Sítios Novos (CE), obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve durou 15 dias.

02/51 - Têxteis da Votorantim de Sorocaba (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

02/51 - Trabalhadores das Minas de Manganês do Rio Onha (BA), obj. aum. salarial, org. n/c.

02/51 - Estivadores de Mucuripe (CE) , obj. aum. salarial, org. n/c.

15/02/51 - Ferroviários da Rede de Viação Cearense (CE), obj. atraso de pgto , org. n/c.

28/02/1951 a 10/03/51 - Greve Geral no Maranhão- obj. destituição do governador eleito, org. Oposição Coligada, repressão policial e do exército.

28 a 29 /02/51 - Ferroviários da Rede Mineira em Cruzeiro, obj. atraso de pgto, org. n/c.

03/51 - Trabalhadores da Fábrica de Papel de Jaboatão (PE), obj. aum. salarial, org, n/c.

A greve durou 40 dias.

03/51- Operários da Fábrica Renascença (MG), obj. aum. salarial, org. n/c.

03/51 - Operários da Cia de Óleos Vegetais em Santo André (S.P), obj. aum salarial, org. n/c.

03/51 (ou 4 ?)- Têxteis da Fábrica Gabriel Calfat em Santo André, obj. redução da jornada de trabalho e aum. salarial, org. n/c.

03/51 (ou 4?) - Motoristas, cobradores e Fiscais de empresa de ônibus em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

03/51 (ou 4 ?) - Metalúrgicos da Fábrica Hime, obj. protestar contra o imposto sindical, org. n/c.

A paralisação de protesto foi de apenas 10 minutos e atingiu 500 operários.

03/51 (ou 4?) - Trabalhadores da Fábrica CIDAO em Sobral (CE), obj. aum. salarial, org. n/c.

A Fábrica possuía 110 empregados.

03/51 (ou 4?) - Têxteis da Fábrica Santa Cecília em Fortaleza (CE), obj. protestar contra a suspensão de 1 operário, org. n/c.

03/51 (Ou 4?) - Trabalhadores de Superfície das Minas de Morro Velho, obj. equiparação salarial, org. n/c.

Total de 15 trabalhadores.

(nota. A imprecisão quanto ao mês de ocorrência desta greves deve-se a falta de informações precisas do jornal Gazeta Sindical da 2ª Quinzena de Abril de 1951)

17/03/51- Fábrica Cometa em Petrópolis (RJ), obj. aumento do preço do pano (?), org. n/c.

04/51 - Operários da Construtora Richard Bloch em Jundiaí. obj. aum. de salário, org. n/c.

04/51- Operários da Fábrica (de Piaçava) A. Goetz & Cia de Salvador, (BA), obj. solidariedade a companheiras da comissão salarial suspensas, org. Assoc. Geral dos trabalhadores.

10/04/51 a n/c- Metalúrgicos de Monlevade (MG), obj. aum. salarial, org. n/c.

10 a 17/04/51 - Trabalhadores do Frigorífico Anglo de Barretos (S.P), org. Assoc. dos Trabalhadores de Barretos, obj. aum. salarial e solidariedade a colegas presos, repressão e prisões.

Participaram 1400 operários e durou 9 dias.

11/04/51- Estivadores no Porto de Macau (RGN), obj. aum. salarial, org. n/c.

05/51- Funcionários da Caixa Econômica de Goiás (GO), obj. aum. salarial, org. n/c.

05/51- Têxteis da Fábrica Mariliense em São Paulo, obj. solidariedade a companheiras suspensas. org. n/c.

A greve foi de 1/2 período e atingiu os 50 operários de uma seção.

05/51 - Trabalhadores da Fábrica de Tintas Lorilex (DF?), obj. condições de trabalho, org. n/c

05/51 - Operários de uma Construtora do Distrito Federal, obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou apenas 30 minutos.

05/51 - Operários da Firma Construtora M. Hazan & Nudeman Ltda do Distrito Federal, obj. reintegração de demitido, org. n/c.

05/51 - Operários na Construção da Usina Hidroelétrica da Prefeitura de Rio Verde (GO), obj. contra redução salarial, org. n/c

05/51 - Operários da empresa de mineração SAMSA em Rio Acima (MG), obj. exigir abonos atrasados, org n/c.

A greve durou algumas horas.

05/51 - Operários da Fábrica de Cimento Matarazzo em João Pessoa (PB), obj. pgto das horas extraordinárias, org. n/c

A greve durou mais de 10 dias.

05/51 - Têxteis da Fábrica Lundgren no Rio Tinto (PB), obj. aum. salarial, org. n/c.

16/05/51- Têxteis da Cia. Industrial Santo André de Magé (R.J), obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve atingiu cerca de 900 operários.

15 a 19/05/51 - Ferroviários de Santa Maria (RGS), org. n/c, Obj. aum. salarial.

obs. O movimento atingiu mais de 6 mil ferroviários, aderiram ao movimento núcleos ferroviários de Rio Grande, Jaguarí, Pelotas, Olímpo, Cruz Alta, Ramirez Galvão, Rio Pardo e Santiago.

(A Classe Operária e Gazeta Sindical falam de Greve da Rede de Viação do Rio Grande do Sul que durou 4 dias e envolveu 18 mil grevistas)

16 a 23/05/51 - Têxteis da Cia Industrial Santo Amaro em Magé, obj. pagto de salários em atraso, org. n/c.

A greve atingi 900 operários e durou 8 dias.

17/05/51 (1 dia)- Transporte Coletivo em Rio Grande (RGS), org. n/c, obj. aum. salarial.

obs. A greve durou 24 horas. A "Voz Operária" afirma que esta greve foi em solidariedade a greve dos ferroviários.

17/05/51- Transporte Coletivo de Porto Alegre (RGS), obj. aum. salarial, org. n/c

22/05/51 a n/c - Têxteis da Fábrica Perseverança em Belém (PA), obj. aum. salarial. Org. n/c.

Atingiu cerca de 1 mil operários

obs. Esta é a maior concentração operária existente no Pará (Voz Operária, 2/06/51). Segundo a imprensa comunista a greve durou cerca de 14 dias, começou aproximadamente em 28 de abril e terminou dia 11 de maio.

06/51- Trabalhadores da Seção de fiação do Fábrica Lundgren em Paulista (PE), obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve atingiu cerca de 1.200 trabalhadores.

06/51- Têxteis da seção de Fiação na Fábrica de Tecidos de Rio Tinto (PB) , obj. contra a obrigatoriedade de trabalho com 2 máquinas, org. n/c.

06/51- Ferroviários do Rio Grande do Sul, obj. aum. salarial, org. n/c.

01 a 11/06/51 - Têxteis da Fábrica CONAC em Santo André (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

01 a 04 /06/51 - Trabalhadores da Seção de Tecelagem da Cia. Metropolitana de Cascatinha de Petrópolis, obj. contra o aum. da jornada de trabalho, org. n/c.

02/06/51 - Trabalhadores da Seção de Tecelagem da Fábrica Nova América no Distrito Federal, obj. condições de trabalho, org. n/c.

A paralisação durou 1 hora.

04/06/51 a n/c - Operários da Cia. Ipiranga de Engenharia de Vitória (ES), obj. salários atrasados, org. n/c.

06/06/51 - Condutores e Motorneiros de Juiz de Fora (MG), obj. municipalização dos bondes, org. sindicato.

07/06/51 a n/c - Têxteis da Fábrica Leomal (ou Ponal) de Santo André (SP), obj. aum. salarial e redução de jornada, org. n/c.

11/06/51 - Transviários e rodoviários de Porto Alegre, obj. pgto dos dias parados da última greve, org. n/c.

14/06/51 a n/c - Metalúrgicos de Belém (PA). obj. aum. salarial, org. n/c.

Começou no Estaleiro Camelier e atingiu várias empresas: Pires Costa, Renda Priori e Lage Ribeiro, Moderna e Conceição. Houve ativa participação da UGT e as assembléias foram realizadas no sindicato. Durou mais de 21 dias.

20/06/51 a n/c - Têxteis da Fábrica de Tecidos Matarazzo em João Pessoa (PB), obj. garantir o acordo firmado na última greve, org. n/c.

22/06/51- Trabalhadores da Cia. Fabril da Juta de Taubaté (SP), obj. aum. salarial, org. n/c.

A Paralisação durou apenas 2 horas e atingiu 2.000 trabalhadores.

27/06/51- Trabalhadores da Cia. de Navegação Bahiana, obj. atraso de pgto, org. associação.

28/06/51- Professores Estaduais em Tocantins (GO), obj. atraso de pgto, org. n/c.

07/51- Operários da Seção de Roca da Fábrica Votorantim em Sorocaba, obj. contra a suspensão de 1 companheiro, org. n/c.

A paralisação durou 3 horas.

07/51 - Estivadores de Salvador, obj. aum. salarial, org. n/c

Paralisação durou 20 minutos.

07/51 - Trabalhadores da Oficina Salerno em São Paulo, obj. aum. salarial e contra o envio de tropas para Coréia, org. n/c.

07/51 - Operários da Seção de Fundição da Metalúrgica Paulista em São Paulo, obj. protesta contra a suspensão de 2 companheiros, org. n/c.

07/51 - Trabalhadores da Fábrica Vitória Régia (DF), obj. abono de natal e contra demissão de 1 membro da comissão salarial, org. n/c

07/51 - Têxteis da Fábrica Pickel em São Paulo, obj. protestar contra a suspensão de companheiro, org. n/c.

A paralisação dura 3 horas.

07/51 - Trabalhadores na indústria de Tapetes Bandeirantes em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

07/51- Contínuos e Porteiros do Palácio do Governo de São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

07/51 - Operários de Sorocaba (n/c a categoria), obj. contra a suspensão de companheiro, org. n/c.

04/07/51 - Motoristas do Porto de Santos (SP) - obj. alteração na regulamentação do transporte de cargas, org. n/c. Participaram 100 motorista.

05/07/51 (1 dia)- Bancários de São Paulo, obj. aum. salarial, org. sindicato.

obs. Este foi um protesto nacional em que os bancários paralisaram o trabalho por apenas 3 minutos.

11/07/51- Operários da Cia. Cantareira, obj. contra o atraso de pagto, org. n/c.

A paralisação durou 4 horas .

19 a 26 /07/51 a - Trabalhadores da Empresa Brasileira de Construção S.A no trecho Pirapora- Formoso (MG), obj. contra demissão sem indenização, org. n/c

A greve durou 8 dias.

19 a 20/07/51- Operários da Fábrica Textília de São Paulo obj. contra a intensificação do ritmo de trabalho, org. n/c.

A Paralisação atingiu os 800 operários

20/07/51 - Trabalhadores da seção de fogão da Metalúrgica Paulista em São Paulo, obj. entrega de memorial de aumento salarial , org. comissão.

20/07/51 - Trabalhadores da Construtora Cia F. P. Partzon (DF?), obj. n/c, org. n/c.

23/07/51- Trabalhadores da Cia. Cantareira, obj. melhores condições de trabalho, org. n/c.

A paralisação atingiu 10 trabalhadores.

08/51- Trabalhadores da Seção de Preparação da Fábrica Cotoniére em Moreno (PB), obj. protesto contra a prisão de 2 companheiros, org. n/c.

08/51- Trabalhadores do Serviço de Luz e Força de Aracaju (SE), obj. aum. salarial. org. n/c

08/51- Trabalhadores da Fábrica de Elevadores Zaulin em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

08/51- Servidores Públicos Municipais de Sorocaba (SP), obj. pgto em atraso , org. n/c.

08/51 - Guardas Noturnos da Votorantim (SP), obj. aum. salarial, org. n/c.

08-51- Têxteis da Fábrica Baturité em Fortaleza (CE), obj. fim das multas, org. n/c.

03 a 06/ 08/51- Têxteis da Fábrica Têxtil em Paulista (PE) - obj. aum. salarial e pgto de horas extraordinárias, org. n/c.

A greve durou 4 dias e envolveu 10 mil operários.

09/08/51- Metalúrgicos da seção de trifilação da Fábrica Marvin S.A, obj. contra redução dos salários, org. n/c.

A paralisação durou 10 minutos.

10 a 15 /08/51 - Operários da Companhia Construtora de Obras Cíveis Hidráulicas no Distrito Federal, obj. pgtos atrasados, org. n/c.

A paralisação durou 5 dias.

11/08/51- Têxteis da Fábrica Mavillis (DF) , obj. contra a demissão de companheiro demitido, org. n/c.

13/ 08/51- Trabalhadores da Fábrica de Vidros São Domingos em Niterói (RJ), obj. aum. salarial, org. Comissão sindical.

A paralisação de advertência durou 20 minutos e atingiu 800 trabalhadores.

15/08/51 - Transviários de Rio Grande, obj. aum. salarial, org. n/c.

(Fala-se que foi a 2ª greve no ano)

17/08/51 - Trabalhadores da Wilson Sons em Recife , obj. protesto contra a carestia de vida, org. n/c.

A paralisação durou 10 minutos.

17/08/51 - Trabalhadores da Fábrica Luz Starica (DF) , obj. contra a agressão a um operário pelo encarregado, org. n/c.

20/08/51 - Têxteis da Varan em São Paulo, obj. contra a carestia e o envio de tropas para a Coréia , org. n/c.

A paralisação durou 10 min.

26 a 31/08/51 - Trabalhadores Fábrica de Vidros São Domingos em Niterói (RJ), obj. aum. salarial, org. Comissão sindical.

Paralisação atingiu os 800 trabalhadores e durou 6 dias , forçaram a junta governativa a ceder a sede para assembléia.

29/08/51 a 27/11/51 - Greve Nacional dos Bancários , obj. aum. salarial, org. n/c.

Obs. Houve participação dos sindicatos dos Bancários e foi dirigida pelo comando da greve. A greve atingiu São Paulo , Minas Gerais, Estado do Rio, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás e Amazonas .

A greve durou 69 dias e ocorreu repressão, inclusive com a prisão do presidente do sindicato de São Paulo, Milton Marcondes.

09/51- Operários das Indústrias de Mármore e Granito de Porto Alegre, obj. aum. salarial, org, n/c.

A greve durou mais de 1 semana e atingiu também o interior.

10/09/51- Marceneiros de São Paulo , obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve prolongou-se por mais de 10 dias. As assembléias são na sede do sindicato.

11/09/51 - Marítimos e Estivadores de Areia Branca (RGN), obj. garantir a jornada de 8 horas, org. n/c.

12/09/51 (1 dia)- Greve geral dos Têxteis de São João Del Rei (MG), obj. aum. salarial, Comissão de Salários.

Atingiu 7 fábricas e cerca de 3.200 grevistas . Durou 3 dias e contou com apoio do sindicato.

19/09/51 a 10/10/51 - Greve Política Geral no Maranhão , obj, demissão do governador, repressão e prisões.

10/51- Motoristas e cobradores de Recife (PE), obj. aum de salários, org. n/c.

A greve atingiu 1 mil funcionários.

10/51 - Salineiros de Cabo Frio (RJ), obj. aum. salarial, org. n/c.

10/51- Operários da Fábrica de Papel Leon Feffer em São Paulo, obj. contra a redução de salários. org. n/c.

12/10/51 a n/c - Trabalhadores da Oficina da Cia Mecânica e Importadora de Jundiaí (SP) , obj. aum. salarial, org. n/c.

Paralisou cerca de 500 trabalhadores.

13/10/51 - Operários da seção de tecelagem da Fábrica Matarazzo de Ribeirão Preto (SP), contra o não pagamento do prêmio de Produção, org. n/c

A paralisação de protesto durou 4 horas e abarcou 200 operários.

11/51 - Trabalhadores da Fábrica Cama Patente L. Lísio S.A de São Paulo, obj. aum. salarial.

07/11/51 - Trabalhadores da seção de máquinas operatrizes da Fábrica de Elevadores Atlas, obj. entrega de memorial para aum. salarial, org. n/c
Duração de poucas horas.

08 a 15 /11/51 - Gráficos de Santos (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

12/11/51 - Metalúrgicos da Seção da Lapa Cia Municipal de Transporte Coletivo em São Paulo, obj. aum. salarial, org. Comissão Geral dos Metalúrgicos pró-aumento de salários.

A greve atingiu 400 trabalhadores.

14/11/51- Trabalhadores do Lanifício Argus em Jundiaí, obj. contra redução de salários, org. n/c.

A paralisação de protesto durou 2 horas.

17/11/51 a n/c - Estivadores de Fortaleza (CE), obj. pgto de horas extraordinárias, org. n/c.

A paralisação atingiu 700 trabalhadores.

12/51- Metalúrgicos da Fundação Brasil em São Paulo, obj. pelo abono de Natal, org. n/c

03/12/51 (1 dia)- Servidores Públicos Municipais de Piracicaba (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

07 a 09/12/51 - Transporte coletivo de Campinas, obj. aum. salarial, org. n/c.

08 a 15/12/51 - Greve Geral Nacional dos Aeronautas e Aeroviários, obj. aum. salarial, obj. aum. salarial, org. sindicato e Comissão Nacional de Greve.

A paralisação atingiu cerca de 14 mil trabalhadores.

17 a 27/12/51 - Metalúrgicos de São Paulo, várias empresas, obj. aum. salarial e abono de Natal , comissão de salários.

No dia 7 realizou-se uma greve geral metalúrgica por 24 horas que atinge cerca de 100 empresas. No dia seguinte a greve continuou em dezenas de empresas. As assembléias se dão dentro dos sindicatos, através de mandado de segurança, existe choques entre a comissão de salários liderada pelo comunista Eugênio Champ e a diretoria.

18/12/51 a n/c - Têxteis de Ribeirão Preto (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

18/12/51 a 02/01/52- Têxteis da Fábrica Braz Vital de São Roque (S.P), obj. aum. salarial, org. n/c.

19 a 28/12/51 - Têxteis do Rio de Janeiro (GB), várias empresas, aum. salarial, org. comissão. Houve repressão e prisões.

20/12/51 a 15/01/52 - Têxteis de São Paulo, obj. aum. salarial e abono de natal e o fim da assiduidade integral, org. comissão de salários.

Neste período paralisaram cerca de 25 fábricas de tecidos e mais de 15 mil trabalhadores. As assembleias foram na sede do sindicato mas existiram conflitos entre a comissão de salários e a diretoria.

21/12/51 a 02/01/52 - Têxteis da Fábrica de Tecidos Rio Tinto em João Pessoa (PB), obj. abono de Natal, org. n/c.

22/12/51 - Gráficos de uma empresa no bairro Ipiranga em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

22/12/52 a 11/01/52 - Têxteis da Fábrica Azis Neder, obj. aum. salarial e abono de natal, org. n/c.

26 e 27/12/51 - Têxteis da Fábrica São Bento em Jundiaí (SP), obj. abono de natal, org. n/c

ANO DE 1952

01/52 - Operários da Mecânica Cavallare em São Paulo, obj. aum. salarial e abono, org. n/c.

01/52 - Operários da Tecelagem São Paulo em Jundiaí (SP), obj. aum. salarial, org. n/c.

01/52 - Ensacadores do Trapicheiro de Sal do Distrito Federal, obj. aum. salarial, org. n/c.

01/52 - Trabalhadores da empresa de Ônibus Marcilar, obj. pgtos em atraso, org. n/c.

02/01/52 - Metalúrgicos das Indústrias Marte e Fundição Tabor de São Paulo, obj. aum. salarial e abono de natal, org. n/c.

03/01/52 - Metalúrgicos da Fundição Brasil em São Paulo, obj. aum. salarial e contra a demissão de companheiro demitido, org. n/c.

03/01/52 a n/c - Têxteis da Fábrica Aziz Nader em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu 800 trabalhadores.

04/01/52 a n/c - Transviários e Ferroviários de Rio Grande e Rio Maria (RGS), obj. abono de natal, org. n/c.

A paralisação em Rio Grande continuava em 17/01/52.

07/01/52 a n/c - Têxteis da Tecelagem Nadia em São Paulo, obj. aum. salarial, org. n/c.

08/01/52 - Gráficos e Jornalistas da empresa "A Noite" de São Paulo , obj. solidariedade a colega demitido, org. comissão.

A greve de protesto durou algumas horas.

08 a 12/01/52 - Têxteis de São Paulo (S.P), várias empresas, obj. aum. salarial, org. sindicato/ assiduidade integral, org. n/c.

As greves atingiram mais de 5 mil trabalhadores em cerca de 6 fábricas de tecidos : Aziz Neder, Asta, Irmãos Nanine, Liédia, Santa Terezinha, Varan.

10/01/52 - Trabalhadores do Curtume Franco-Brasileiro, obj. aum. salarial, org. n/c

A paralisação atingiu 600 operários.

12/01/52 - Têxteis da Fábrica Bangu, obj. aumento salarial, org. n/c.

12/01/52 a n/c - Têxteis da Tecelagem Santa Terezinha e da Tecelagem Varan e da Asta de São Paulo , obj. aum. salarial e o fim da assiduidade integral.

Paralisaram nestas fábricas um total de 1200 trabalhadores.

Esta é uma continuação da onda de greve iniciada em dezembro de 1951 que duraria até dia 15/01.

15/01/52 a n/c - Santo André (categoria n/c) (S.P), obj. aum. salarial, org. sindicato.

15/01/51 a n/c - Marceneiros de São Bernardo do Campo (S.P)

obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu cerca de 5 mil trabalhadores. A parede continuava em 30/01/51.

17 a 21 /01/52 - Têxteis de de São Bernardo do Campo (S.P), obj. aum. salarial e contra a assiduidade integral, org. sindicato.

A paralisação estendeu-se a São Caetano e atingiu cerca de 5 mil trabalhadores.

20 a 21/01/52 - Têxteis da Fábrica Aurora em Paulista (PE), obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu 800 trabalhadores.

23/01/52 - Têxteis da Fábrica Aurora em Paulista (PE), obj. exigindo o cumprimento do acordo e o pgto dos dias da última greve, org. n/c.

28/01/52 - (1 dia) Marceneiros do Distrito Federal, obj. aum. salarial, org. n/c.

Paralisação de protesto de 24 horas atinge mais de 100 empresas e 12 mil trabalhadores.

02/52- Têxteis da Fábrica SAMS em Osasco (S.P), obj. protesto contra o salário mínimo, org. n/c.

02/52- Mineiros de Santa Catarina (não consta a localidade), obj. atraso de pgto, org. n/c.

Atingiu 12.000 trabalhadores.

02/52- Operários de Jaboticabal(SP) (não consta a categoria), obj. atraso de pgto, org. n/c.

Atingiu cerca mil trabalhadores.

02/52- Estivadores do Rio Grande do Sul (localidade n/c), obj. atraso de pgto, org. n/c.

02/52- Operários de Novo Hamburgo (n/c a categoria), obj. contra a carestia. org. n/c

Atingiu cerca de 6 mil trabalhadores.

04/02/52 a n/c - Têxteis de São Paulo (S.P), várias fábricas, obj. aum. salarial, org. n/c.

08/02/52 a n/c- greve em São Paulo (categoria não consta), obj. aum. salarial, org. n/c.

15/02/52 a n/c - Trabalhadores da Mineração Brasil em Mogi das Cruzes (SP) , obj. aum salarial, org. n/c.

A paralisação atingiu 300 operários.

03/52- Têxteis da Fábrica São João de Santo André (SP), obj. aum salarial, org. n/c.

04 a 05/03/52 - Taxistas de São Paulo- obj. falta de segurança no Trabalho, org. n/c.

13 a 14 /03/52 - Têxteis da Fábrica Cometa em Petrópolis (RJ), obj. aum. salarial e pgto do dia de carnaval, org. n/c.

04/52- Motoristas de transporte da Cargas de Uberlândia e Uberaba, obj. contra aumento dos impostos, org. n/c.

04/52 - Têxteis da Fábrica Matarazzo (n/c localidade) , obj. aum. salarial, org. n/c.

A paralisação durou 2 horas.

02/04/52 a n/c- transp. coletivo de São Paulo- (1 empresa) obj. aum. sal., org. n/c.

05 a 10 /04/52 - Trabalhadores nas empresas privadas de Transporte Coletivo de São Paulo, obj. equiparação salarial com a CMTC, org. n/c.

A paralisação atingiu mil trabalhadores.

09/05/52 a n/c.- Transporte Coletivo de Porto Alegre (RGS), obj. atraso de pgto e abono, org. n/c.

10/05/52- Trabalhadores da seção de ensacamento do Moinho Fluminense, obj. protesto contra a suspensão de 25 operários, org. n/c.

A paralisação foi de curta duração e envolveu 60 operários.

16/06/52 a n/c - Têxteis da Cia. Industrial Santa Matilde em Lafaiete (MG), aum. salarial e fim da assiduidade integral, org. n/c.

A paralisação durou 4 dias atingiu 900 operários.

18/06/52 a n/c - Operários da Fundição A. Fonseca & Cia em Santos (SP), obj. contra o atraso do pagto, org. n/c.

A greve continuava em 05/07/52.

07/52- Metalúrgicos de Porto Alegre (RGS), obj. aum. salarial, org. n/c. obs. A greve atingiu cerca de 5 mil metalúrgicos de mais de 21 empresas, as assembléias foram realizadas na sede do sindicato.

07/52 - Portuários do Cais no Distrito Federal , obj. pagamento em dobro pelas horas extras e descanso semanal remunerado, org. n/c.

O protesto, que durou 15 dias, consistia paralisar o serviço após as 16 horas.

07/52- Motoristas de Transporte de Carga de Londrina (PR), obj. n/c, org. n/c.

A paralisação durou 6 dias.

15 a 30 /07/51 - Trabalhadores em Transporte Coletivos de São Paulo, obj. equiparação a CMTC, org. n/c.

A paralisação atingiu 8 empresas e durou 15 dias.

26 e 27 /07/52 - Têxteis da Fábrica Andorinhas em Magé (RJ), obj. aum. salarial, org. n/c.

31/07/52 - Greve Geral em Rio Grande e Santa Maria (RGS) - obj. protesto contra a carestia, org. n/c.

08/52 - Ferroviários de Divinópolis (MG), obj. pgto de salários atrasados e aum. salarial, org. n/c.

08/52- Trabalhadores da Fábrica de Cimento da Ilha do Bispo em João Pessoa (PB), obj. contra a demissão de 170 operários.

01/08/52- Motoristas, ajudantes e mecânicos da sessão de transporte da Indústria Matarazzo em São Paulo. obj. aum. salarial, org. n/c

A greve atingiu cerca de 700 trabalhadores e se estendeu a São Caetano do Sul e São Miguel Paulista. Ela continuava no dia 4.

07/08/52 a n/c - Greve geral em Novo Hamburgo (RGS)- obj. protesto contra a carestia, org. n/c.

A greve durou mais de 3 dias.

13/08/52 - Greve Geral em Rio Grande, obj. protestar contra a carestia e o assassinato de trabalhadores, org. n/c.

16/08/52 a 01/09/52 - Ferroviários da Rede Mineira de Viação em Cruzeiro (SP), obj. aum. salarial, org. n/c.

23/08/52 - Greve Geral em Santo Angelo (RGS), obj. contra a carestia, org. n/c.

23 e 24 /08/52- Trabalhadores da Serraria Guedes em São Paulo, obj. aum. salarial.

Paralisação envolveu 40 operários.

27/08/52- Trabalhadores do Moinho Inglês, obj. protesto contra suspensão de companheiro, org. n/c.

A paralisação durou 4 horas e contou com o apoio do sindicato.

29/08/52- Trabalhadores da Fábrica de Cimento Portela na Paraíba, obj. solidariedade a companheiros demitidos, org. n/c.

08/09/52 a n/c - Trabalhadores das Indústrias de Calçados do Rio de Janeiro, obj. aum. de salários, org. n/c.

Fala-se em greve geral atingindo 17 mil trabalhadores.

08/09/52 a n/c - Trabalhadores da Indústria de Calçados e de Couro do Distrito Federal, obj. aum. salarial, org. sindicato.

12/09/52 a n/c - Transviários de Juiz de Fora (MG) , obj. aum. salarial, org. n/c.

A greve continuava em 16 /09.

15/09/52 a n/c - Trabalhadores da Societé Cotonnière Belgo Brasilienne, obj. protesto contra a suspensão de 2 trabalhadores, org. n/c.

02/10/52- Têxteis da Fábrica Lundgren em Rio Tinto (PB) , obj. aum. salarial e fim da assiduidade integral, org. n/c.

Paralisação de advertência.

03/10/52 a n/c- Têxteis de São Paulo (S.P), (1 empresa) obj. vantagens econômicas, org. n/c.

11/10/52 - Trabalhadores da Viação Araçatuba de Niterói (RJ), obj. aum. salarial, org. comissão sindical.

14 a 20/10/52- Têxteis de Pernambuco , várias empresas de várias cidades , obj, cumprimento de aum. salarial, org. n/c.

A greve que começou em Recife atingiu Cabo, Camaragibe, Timbaúva, Paulista, Moreno, Escada e Goiania. Fala-se em 37 mil grevistas

14/10/52 a n/c- Mineiros de Criciúma (SC) obj. aum. salarial, org. n/c.

16 a 17/10/52 - Transp. Coletivo de Juiz de Fora (MG), obj. aum. salarial, org. n/c.

23 a 26 /10/52- Têxteis da Fábrica Lundgren em Rio Tinto (PB), obj. exigência de cumprimento de acordo, org. n/c.

A paralisação durou 4 dias.

01/11/52 (1 dia) - Trabalhadores de empresa Auto-Lotação Fonseca em Niterói (RJ), obj. aum. salarial, org. n/c.

24/11/52- Servidores Públicos de Santa Catarina, obj. aum. salarial, org. n/c.

28/11/52 (1 dia)- Trabalhadores da Viação Araçatuba em Niterói (RJ) , obj. contra a demissão do delegado sindical, org. n/c.

29/11/52 - Trabalhadores do jornal Voz Trabalhista, obj. atraso de pgto, org. n/c.

12/52- Têxteis da Fábrica Campista em Campos (RJ), obj. solidariedade com os grevistas do Distrito Federal, org. n/c.

A paralisação atingiu mil operários.

05/12/52 a 24/01/53 - Têxteis do Distrito Federal - várias fábricas , obj. aum. salarial e abono , org. sindicato.

A greve atingiu mais de 50 fábricas e paralisou mais de 30 mil trabalhadores.

16/12/52 a n/c - Motoristas de transporte coletivo de Campos (RJ), obj. aum. salarial, org. n/c.

24/12/52- Trabalhadores do Frigorífico Industrial do Cais do Porto (RJ), obj. abono de Natal, org. n/c.

A paralisação foi de 1/2 dia.

29/12/52 a n/c - Têxteis de Florianópolis, obj. aum. salarial, org. n/c.

BIBLIOGRAFIA

A. JORNAIS e REVISTAS CONSULTADOS

Classe Operária (A) - Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro- 1947, 1948, 1949, 1951.

Folha Socialista - Boletim Interno do Partido Socialista Brasileiro, São Paulo - 1947, 1948, 1950.

Gazeta Sindical - (Órgão oficioso da Confederação dos Trabalhadores do Brasil), Rio de Janeiro - 1948, 1949, 1950, 1951, 1952.

Gráfico Livre - Boletim do Comitê Gráfico Pró-Autonomia Sindical, S.P - 1950, 1951.

Hoje - (Órgão oficioso do PCB), São Paulo - 1947, 1950, 1951.

Imprensa Popular - (Órgão oficioso do PCB), Rio de Janeiro - 1947, 1948, 1950, 1951, 1952.

Liberdade Sindical - Órgão da Assembléia Permanente dos Jornalistas- São Paulo - 1950.

Luta - Suplemento do Comitê Estadual da Guanabara, órgão central do PCB, Rio de Janeiro - 1950.

Metalúrgico (O) - Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952.

Notícias de Hoje - (Órgão oficioso do PCB), São Paulo, 1952.

Orientação Socialista - Órgão do Pensamento Marxista (Trotskista), São Paulo - 1947, 1948.

Orientador (O) - Órgão Independente dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo - 1950.

Problemas - Revista Mensal de Cultura Política (revista teórica oficiosa do C.N do PCB), Rio de Janeiro - 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952.

Sol (O) - Órgão oficioso do PCB, São Paulo - 1950.

Trabalhador Gráfico (O) - Órgão oficial do Sindicato dos Gráficos de São Paulo - 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952.

Tribuna Popular - (Órgão oficioso do PCB), Rio de Janeiro - 1947.

Vanguarda Socialista - Órgão Central do Partido Socialista Brasileiro, RJ - 1948.

Volante Paulista (A) - Órgão Oficial do Sindicato dos Garagistas e Similares do Estado de São Paulo - 1949, 1950.

Voz Comerciária - Boletim Oficial do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo - 1949, 1950, 1951.

Voz da Construção Civil de São Paulo (A) - Órgão Oficial dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo - 1950, 1951, 1952.

Voz Operária - Órgão Central do Partido Comunista, Rio de Janeiro - 1949, 1950, 1951.

B. LIVROS, ARTIGOS_E TESES

ALEM, Silvío Frank. (1981) Os Trabalhadores e a Redemocratização (1942-1948), dissertação de mestrado, Unicamp.

ALMEIDA, Maria Herminia T. (1979) Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil- 1930-1945, tese de doutorado, USP.

ANTUNES, Ricardo. (1988) Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil, Editora Ensaio, S.P.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro de. (1994) Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30, tese de doutorado, Unicamp.

BANDEIRA, Moniz. (1973) Presença dos Estados Unidos no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

BARSTED, Dennis Linhares. (1982) Medição de Forças. Editora Zahar, R.J.

BASBAUM, Leôncio. (1981) História Sincera da República, vol. 3, Ed. Alfa Omega, R.J.

BENEVIDES, Maria Vitória M. (1989) O PTB e o Trabalho (Partidos e Sindicatos em São Paulo: 1945-1964), Ed. Brasiliense, S.P.

----- (1981) A UDN e o Udenismo - Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965), Ed. Paz e Terra, R.J.

BERNARDO, Antonio Carlos. (1982) Tutela e Autonomia Sindical. Brasil 1930-1945, Ed. T. A. Queiróz, S.P.

BOITO Jr., Armando. (1976) O Populismo em Crise (1953-1955), dissertação de mestrado, Unicamp.

----- (1980) "A Ideologia do Populismo Sindical (Pequena Burguesia e Proletariado no Movimento Sindical Brasileiro)" in Teoria e Política, nº 12, Brasil Debates, S.P.

----- (1991) Sindicalismo de Estado no Brasil. Ed. Unicamp.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. (1986) Bancários: Movimento Sindical e Participação Política, Ed. Unicamp, S.P.

CARONE, Edgard. (1983) A República Liberal (vol.1). Ed. Difel, S.P.

----- (1985) A República Liberal (vol.2), Ed. Difel, S.P.

----- (1982a) A Quarta República (1943-1964), Ed. Difel, S.P.

----- (1982b) O PCB (1943-1964), Ed. Difel, S.P.

----- (1981) Movimento Operário no Brasil (1945-1964), Ed. Difel.

CHILCOTE, R. H. (1982) PCB Conflito e Integração, Ed. Graal, R.J.

CLAUDIN, Fernando. (1985) A Crise do Movimento comunista (vol. 2). Ed. Global, S.P.

COHN, Gabriel. (1968) Petróleo e Nacionalismo, Ed. Difel, S.P.

CORREA, Hercules. (1980a) A Classe Operária e o seu Partido Político, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

----- (1980b) "Estrutura Sindical Brasileira; Lutas , Experiências e Propostas" in Encontro com a Civilização Brasileira, nº21, R.J.

COSTA, Hélio da. (1993) Em Busca da Memória (Organização no Local de Trabalho; Partido e Sindicato de 1943 a 1953), dissertação de mestrado, Unicamp.

COSTA, Sérgio Amad. (1986) Estado e Controle Sindical no Brasil. T. A. Queirós, S. P.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. (1992) O Segundo Governo Vargas (1951-1954), Ed. Ática, S.P.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (1989) PTB - Do Getulismo ao Reformismo, Ed. Marco Zero, S.P.

DRAIBE, Sônia. (1980) Rumos e Metamorfoses, Tese de Doutorado, Unicamp.

ERICKSON, Kenneth Paul. (1979) Sindicalismo no Processo Político no Brasil, Ed. Brasiliense, S.P.

GOMES, Angela Maria de Castro. (1979) Burguesia e Trabalho - Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937), Ed. Campus, R.J., 1979.

GOMES, Angela M C. e D'ARAÚJO, Maria C. S., (1992) Getulismo e Trabalhismo, Ed. Ática, S.P.

IANNI, Octávio. (1986) Estado e Planejamento Econômico no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

----- (1988) O Colapso do Populismo no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, R.J, 1986.

----- (1965) Política e Revolução Social no Brasil, Ed. Civ. Brasileira, RJ, 1965.

JDANOV, André. (1975) Relatório Sobre a Situação Internacional, Ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1975.

KONDER, Leandro. (1980) A Democracia e os Comunistas no Brasil, Ed. Graal, RJ.

LEITE, Márcia de Paula. (1983) Sindicato e Trabalhadores na Crise do Populismo, dissertação de mestrado, Unicamp.

----- (1987) O Movimento Grevista no Brasil, Ed. Brasiliense, S.P.

LENIN, V. I. (1979) Sobre os Sindicatos. Ed. Livramento, S.P.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. (1994) , " O difícil Caminho do Meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954), in Gomes, Angela de Castro (org.), Vargas e a Crise dos Anos 50, R.J.

LESSA, Carlos. (1975) Quinze Anos de Política Econômica, Ed. Brasiliense/Unicamp, S.P.

LONER, Beatriz Ana. (1985) O PCB e a Linha do Manifesto de Agosto: Um Estudo, dissertação de mestrado, Unicamp.

MANGABEIRA, João. (1980) Idéias de João Mangabeira, Senado Federal-Fundação Casa Rui Barbosa-MEC, Brasília-RJ.

MARANHÃO, Ricardo. (1982) Sindicatos e Democratização, Ed. Brasiliense, S.P.

MARTINET, Gilles. (1979) Sept Syndicalismes, Ed. Seuil, Paris.

MARTINS, Luciano. (1983) Pouvoir et Développement Économique: Formation Evolution des Structures Politiques au Brésil, Ed. Antropos, Paris.

MARX, Karl. (1983) Contribuição à Crítica da Economia Política. Ed. Martins Fontes, S. P.

-----, (1982) O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Ed. Avante, Lisboa.

MARX, K. e **ENGELS**, F. (1980) Sindicalismo. Ched Editorial, S.P.

MOISÉS, José Alvaro. (1978) Greve de Massa e Greve Política, Ed. Pólis, S.P.

MORAES FILHO, Evaristo. (1978) O Problema do Sindicato Único no Brasil, Ed. Alfa-Omega, S.P.

MOURA, Gerson. (1986) A Campanha do Petróleo, Ed. Brasiliense, S.P.

MUNHOZ, Fábio A. (1977) Sindicalismo e Democracia Populista - A Greve de 1957, CEDES, S.P, (mimeo)

OLIVEIRA, Francisco. (1975) "Crítica à Razão Dualista" in Seleções CEBRAP nº1, Ed. Brasiliense, S.P.

OLIVEIRA, José Teixeira de. O Governo Dutra, Ed. Civilização Brasileira.s/d

PAES, Maria Helena Simões. (1979) O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1932-1951), dissertação de mestrado, USP.

POULANTZAS, Nicos. (1986) Poder Político e Classe Sociais, Ed. Martins Fontes, S.P.

PRADO JR., Caio. (1978) A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense, S.P.

RAUSCH, Dalva. (1991) O Descompaso das Idéias, tese de doutorado, Unicamp.

RODRIGUES, José Albertino. (1968) Sindicato e Desenvolvimento no Brasil, Ed. Difusão Européia, S.P.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1974) Trabalhadores, Sindicatos e industrialização, Ed. Brasiliense, S.P.

ROWLAND, Robert. (1974) "Classe Operária e Estado de Compromisso" in Estudo CEBRAP, nº8, S.P.

SAES, Décio. (1985) Classe Média e Sistema Político no Brasil, Ed. T.A. Queiróz, S.P.

----- . (1980) "Tendência do Sindicalismo de Classe Média no Brasil 1930-1945" in Trabalhadores, Sindicatos e Política, Ed. Global, S.P.

SAMPAIO, Regina. (1982) Adhemar de Barros e o PSP, Ed. Global, R.J.

SANDOVAL, Salvador. (1994) Os Trabalhadores Param - Greves e Mudanças Sociais no Brasil (1945-1990). Ed. Ática, S.P.

SILVA, Fernando Teixeira da. (1992) Os Doqueiros do Porto de Santos (Direitos de Cultura de Solidariedade 1937-1968), dissertação de mestrado, Unicamp.

SILVA, Hélio. (1978) 1954: Um Tiro no Coração, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

SIMÃO, Azis. (1981) Sindicato e Estado. Ed. Ática, S.P.

----- . (1956) "Voto Operário em São Paulo" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº1, B.H.

SIMONSEN, Roberto. (1947a) As Classes Produtoras do Brasil e o Partido Comunistas -Discurso proferido pelo Senador (...), na sessão do dia 2 de junho de 1947, Ed. Nacional, R.J.

----- . (1947b) O Plano Marshall e as suas prováveis repercussões econômicas na América Latina - Relatório apresentado na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano do Comércio e Produção, Ed. Agir, R.J.

SINGER, Paulo. (1965) "A Política das Classes Dominantes" in Ianni, O. (org), Política e Revolução Social no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, RJ.

SKIDMORE, Thomas. (1982) Brasil: De Getúlio a Castelo. Ed. Paz e Terra, S.P.

SOUZA MARTINS, Heloísa H. Teixeira. (1979) O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil, Ed. Hucitec, S.P.

SPINDEL, Arnaldo. (1980) O Partido Comunista na Gênese do Populismo, Ed. Símbolo, S.P.

TELLES, Jover. (1978) O Movimento Sindical no Brasil, Ed. Ciências Humanas, S.P.

TROYANO, Annez Andrauz. (1978) Estado e Sindicalismo, Ed. Símbolo, S.P.

VARGAS, Getúlio. (1952) O Governo Trabalhista do Brasil, vol. 1, Ed. José Olympio, R.J.

----- (1954) O Governo Trabalhista do Brasil, vol.2, Ed. José Olympio, R.J.

----- (1969) O Governo Trabalhista do Brasil, vol.3, Ed. José Olympio, R.J.

----- (1950) A Política Trabalhista no Brasil, Ed. José Olympio, R.J.

----- (1951) Campanha Presidencial, Ed. José Olympio, R.J.

----- (1975) "Discurso no Estádio do Vasco (1/5/51)" in Ensaios de Opinião, 2-1, Ed. Inúbia, R.J.

VIANNA, Luís Werneck. (1976) Liberalismo e sindicalismo no Brasil. Paz e Terra, R.J.

VI CONGRESO De La INTERNACIONAL COMUNISTA - 1º Parte- Cuadernos de Pasado y Presente, México, 1977.

WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. (1992) Origens do Janismo: São Paulo, 1948/1953. dissertação de mestrado, Unicamp.

WEFFORT, Francisco. (1978a) O Populismo na Política Brasileira. Ed. Paz e Terra, S.P.

----- (1973) Origens do Sindicalismo Populista no Brasil" in Estudo CEBRAP 4, abril/junho.

----- (1965) "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo" in Revista Civilização Brasileira, I (2): 39/60, maio, R.J.

----- (1972) Sindicatos e Política - tese de livre docência, USP.

----- (1978b) "Sindicatos na Política (Brasil - 1955 e 1964)" in Ensaios de Opinião, Ed, Enubia, R.J.

----- (1978c) "Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões Para a História do Período 1945-1964" in Revista Contemporânea, nº1, julho.

Biografias, Autobiografias e Depoimentos

BASBAUM, Leôncio. (1978) Uma Vida em Seis Tempo, Ed. Alfa Omega, S.P.

BEZERRA, Gregório. (1979) Memórias (2ª parte), Ed. Civilização Brasileira.

CHAVES NETO, Elias. (1978) Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo, Ed. Alfa-Omega, S.P.

DIAS, Eduardo. (1982) Um Imigrante na Revolução. Ed. Brasiliense, S.P.

MARTINS, Elói. (1989) Um Depoimento Político (memórias de um Metalúrgico). Poá, RGS.

MEMÓRIA E HISTÓRIA, Vol. 3 (Roberto Morena), Ed. Novos Rumos/Inst. Astrogildo Pereira, 1987

MOMESSO, Luiz. (1985) José Duarte. Um Maquinista da História, ed. 8 de Março, S.P.

MORAES, Denis e **VIANNA** Francisco. (1982) Prestes: Lutas e Autocríticas, Ed Vozes, RJ.

MORENA, Roberto. (1979) "Bate-Papo com um Proleta no Exílio" in Encontros com a Civilização Brasileira, nº13, julho, R.J.

NUNES, Antonio Carlos Felix, (1980) PC Linha Leste (fragmentos da vida partidária), Editorial Livramento, S.P.

SODRÉ, Nelson W. (1988) Do Estado Novo à Ditadura Militar (Memórias de um Soldado), Ed. Vozes, Petrópolis.

WELCH, Cliff e **GERALDO**, Sebastião. (1992) Lutas Camponesa no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes, Ed. Paz e Terra, S.P.